

Universidade Federal do Pará



2018
Relatório
de Gestão



2018
Relatório
de Gestão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

EQUIPE DE GESTÃO

REITOR

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

VICE-REITOR

GILMAR PEREIRA DA SILVA

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

EDMAR TAVARES DA COSTA

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

MARIA IRACILDA DA CUNHA SAMPAIO

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

NELSON JOSÉ DE SOUZA JÚNIOR

PRÓ-REITORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARÍLIA DE NAZARÉ DE OLIVEIRA FERREIRA

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO CAUBY DE ALMEIDA JÚNIOR

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

RAQUEL TRINDADE BORGES

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAL

RAIMUNDO DA COSTA ALMEIDA

PREFEITO *MULTICAMPI*

ELIOMAR AZEVEDO DO CARMO



LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD - Avaliação de Desempenho
ADIS - Assessoria de Diversidade e Inclusão Social
AGU - Advocacia Geral da União
ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASCOM - Assessoria de Comunicação Institucional
ATV - Aparelhos de Transporte Vertical
AUDIN - Auditoria Interna
BRACOL - Programa de Intercâmbio Brasil-Colômbia
BRAMEX - Programa de Intercâmbio Brasil-México
CADC - Coordenadoria de Acompanhamento de Desempenho e Carreira
CAPACIT - Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CAS - Coordenação da Administração Superior
CEAMAZON - Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia
CEF - Caixa Econômica Federal
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPG - Grau de envolvimento discente com pós-graduação
CEPS - Centro de Processos Seletivos
CER - Centro Especializado em Reabilitação
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CGRC - Comitê de Governança, Riscos e Controles
CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
CIABA - Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAC - Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
CLN - Câmara de Legislação e Normas
CMA - Centro de Memória da Amazônia
CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoAcess - Coordenadoria de Acessibilidade
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDETUF - Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
CONDICAP - Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior

CONLEGIS - Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal
CONSAD - Conselho Superior de Administração
CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN - Conselho Universitário
CPAIE - Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades das Empresas
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CPGA - Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação
CPPAD - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
CRF - Comissão de Regularização Fundiária
CSA - Coordenadoria de Seleção e Admissão
CSI - Coordenadoria de Sistemas de Informação
CSIRT - Computer Security Incident Response Team
CSS - Coleta Seletiva Solidária
CTIC - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
DCS - Diretoria de Compras e Serviços
DDD - Diretoria de Desempenho e Desenvolvimento
DFC - Diretoria de Finanças e Contabilidade
DGP - Diretoria de Gestão de Pessoal
DIGEST - Diretoria de Gestão Estratégica
DINFI - Diretoria de Informações Institucionais
DINTER - Doutorado Interinstitucional
DIPLAN - Diretoria de Planejamento
DMM - Departamento de Marinha Mercante
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DSQV - Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EAUFPA - Escola de Aplicação da UFPA
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ed.ufpa - Editora da UFPA
EGD - Estratégia de Governança Digital
EMUFPA - Escola de Música da UFPA
ENAD - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ETDUFPA - Escola de Teatro e Dança da UFPA
FADESP - Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FEIVEST - Feira Virtual do Vestibular
FONAI-MEC - Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação

GovTI - Governança de Tecnologia da Informação
GPE - Grau de participação estudantil
HUBFS - Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza
HUJBB - Hospital Universitário João de Barros Barreto
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICA - Instituto de Ciências da Arte
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICED - Instituto de Ciências da Educação
ICEN - Instituto de Ciências Exatas e Naturais
ICJ - Instituto de Ciências Jurídicas
ICMBio - Instituto Chico Mendes para a Preservação da Biodiversidade
ICS - Instituto de Ciências da Saúde
ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IECOS - Instituto de Estudos Costeiros
IEMCI - Instituto de Educação Matemática e Científica
IFAC - International Federation of Accountants
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IG - Instituto de Geociências
IGC - Índice Geral de Cursos
ILC - Instituto de Letras e Comunicação
IMV - Instituto de Medicina Veterinária
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEAF - Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSAS - International Public Sector Accounting Standards
IQCD - Índice de qualificação do corpo docente
IsF - Programa Idiomas sem Fronteiras
ITEC - Instituto de Tecnologia
LABINFRA - Programa de Apoio à Infraestrutura de Laboratórios de Ensino de Graduação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC - Ministério da Educação
MF - Ministério da Fazenda
MINTER - Mestrado Interinstitucional
MP - Ministério Público
MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MUFPA - Museu da UFPA
NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NDAE - Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia
NEB - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica
NIS - Núcleo de Inclusão Social
NITAE² - Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão
NMT - Núcleo de Medicina Tropical
NPO - Núcleo de Pesquisas em Oncologia
NTPC - Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento
NUMA - Núcleo de Meio Ambiente
OCC - Outros Custeio e Capital
PAC - Plano de Ações de Capacitação
PACI - Programa de Apoio à Cooperação Internacional
PADT - Programa de Apoio à Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos
PAEC - Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PAEV - Programa de Apoio à Realização de Eventos
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAQP - Programa de Apoio à Publicação Qualificada
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE - Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos-Administrativo em Educação
PcD - Pessoa com Deficiência
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE - Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PDU - Plano de Desenvolvimento da Unidade
PEC-G - Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG - Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PGLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PGO - Plano de Gestão Orçamentária
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGR - Política de Gestão de Riscos
PGRAD - Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação
PIAPA - Programa de Apoio à Produção Acadêmica
PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIEBT - Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica

PIT - Plano Individual de Trabalho
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
PPP - Plano de Providências Permanente
PRÓ-PDU - Programa de Estímulos à Elaboração, Gestão e Avaliação de PDUs
PROAD - Pró-Reitoria de Administração
PROAIS - Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil
PRODEPA - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará
PRODOUTOR - Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador
PROEG - Pró-Reitoria de Ensino e Graduação
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROEXIA - Programa de Extensão Inclusiva Avançada
PROEXSOL - Programa de Extensão Solidária
PROEXT - Programa de Extensão Universitária
PROGEP - Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
PROINTER - Pró-Reitoria de Relações Internacionais
PROPESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PS - Processo Seletivo
PLS - Plano de Logística Sustentável
REHUF - Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS - Regime Geral de Previdência Social
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social
SAEST - Superintendência de Assistência Estudantil
SAGITTA - Sistema de Atendimento
SDGP - Sistema de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
SEAP - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca
SECTET - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica
SEDAP - Secretaria de Administração Pública
SEGE - Secretaria Geral dos Órgãos Deliberativos Superiores
SESMA - Secretaria Municipal de Saúde de Belém
SESPA - Secretaria de Saúde Pública do Pará
SESu - Secretaria de Educação Superior

SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SIG-ADMIN - Sistema de Administração e Comunicação
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGEPE - Sistema de Gestão de Pessoas
SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIMA - Sistema Patrimonial Interno
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil
SISAC - Sistema Integrado de Admissões e Concessões
SISG - Sistema de Serviços Gerais
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUNET - Sistema de Gestão de Imóveis de Uso Especial da União
SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS - Sistema Único de Saúde
TAC - Termo de Ajustamento de Conduta
TAE - Técnico-Administrativo em Educação
TCA - Termo Circunstanciado Administrativo
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TSG - Taxa de Sucesso da Graduação
TSPG - Taxa de Sucesso da Pós-Graduação
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG - Unidade Gestora
UGE - Unidade Gestora Executora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UNIVERSITEC - Agência de Inovação Tecnológica da UFPA



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Serviços contratados para o funcionamento administrativo	139
Tabela 2. Modalidades de contratação (UFPA)	141
Tabela 3. Modalidades de contratação (HUIBB)	142
Tabela 4. Modalidades de contratação (HUBFS)	143
Tabela 5. Serviços contratados de forma direta	143
Tabela 6. Despesas em TI conforme Unidade Orçamentária em 2017	157
Tabela 7. Despesas em TI conforme Unidade Orçamentária em 2018	157
Tabela 8. Cadastro da UFPA no Sistema de Custos no Tesouro Gerencial* ...	164
Tabela 9. Estimativa de custos por programa governamental	167
Tabela 10. Balanço Financeiro da UFPA em 2018	182
Tabela 11. Balanço Orçamentário da UFPA em 2018	183
Tabela 12. Balanço Patrimonial da UFPA em 2018	184
Tabela 13. Demonstrações dos Fluxos de Caixa da UFPA em 2018	185
Tabela 14. Demonstrações das Variações Patrimoniais da UFPA em 2018 ...	186
Tabela 15. Composição dos ingressos em 2018 e 2017	189
Tabela 16. Composição dos dispêndios em 2018 e 2017	189
Tabela 17. Resultado financeiro – Metodologia 1	190
Tabela 18. Resultado financeiro – Metodologia 2	190
Tabela 19. Composição do intangível em 2018 e 2017	192
Tabela 20. Composição do Imobilizado em 2018 e 2017	193
Tabela 21. Composição dos Bens Móveis em 2018 e 2017	193
Tabela 22. Composição de Bens Imóveis em 2018 e 2017	194
Tabela 23. Composição de Bens de Uso Especial em 2018 e 2017	194
Tabela 24. Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial e Final	195
Tabela 25. Base de vida útil para cálculo conforme PCASP e Manual SIAFI ...	197
Tabela 26. Resultados dos indicadores primários da Decisão TCU n. 408/2002	201
Tabela 27. Resultados dos indicadores da Decisão TCU n. 408/2002	202



LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantidade de riscos mapeados por etapa	56
Quadro 2. Descrição de riscos mapeados e proposta de mitigação	57
Quadro 3. Projetos atendidos e respectivos órgãos concedentes do recurso ..	95
Quadro 4. Legislações pertinentes à gestão de pessoas no âmbito federal ...	117
Quadro 5. Legislações pertinentes à gestão de pessoas no âmbito da UFPA ...	118
Quadro 6. Cursos ofertados pela parceria ENAP - UFPA em 2018	135
Quadro 7. Legislações pertinentes à gestão de licitações e contratos	138
Quadro 8. Legislações pertinentes à gestão patrimonial e infraestrutura ...	145
Quadro 9. Legislações pertinentes à gestão patrimonial e infraestrutura ...	147
Quadro 10. Legislações pertinentes à previsão de sustentabilidade em contratações de serviços	170



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Presença capilarizada da UFPA no Pará	19
Figura 2. Organograma da UFPA	21
Figura 3. Desafios para a atuação da UFPA em 2018	23
Figura 4. Modelo de negócios da UFPA	24
Figura 5. Níveis do planejamento na UFPA.....	26
Figura 6. Tipos de riscos possíveis	53
Figura 7. Reunião de apresentação da minuta da PGR	54
Figura 8. Política de Gestão de Riscos da UFPA	55
Figura 9. Capacitações na área de Gestão de Riscos em 2017	55
Figura 10. Capacitações na área de Gestão de Riscos em 2018	59
Figura 11. Órgãos e instituições que mantêm convênios com a UFPA.....	73
Figura 12. Programas de fomento à cooperação internacional e mobilidade acadêmica	74
Figura 13. Formas de Avaliação de Desempenho de TAEs e Docentes em Funções Gerenciais	130
Figura 14. Formas de ascensão na carreira docente	131
Figura 15. Requisitos para Aceleração da Promoção de docentes aprovados no estágio probatório	131
Figura 16. Ações de promoção à saúde desenvolvidas em 2018.....	133
Figura 17. Articulação de estratégias para efetivação do modelo de gestão por competências	133
Figura 18. Classificação dos cursos de acordo com as competências mapeadas	134
Figura 19. Passo a passo da regularização fundiária da UFPA	148
Figura 20. Ações da Comissão de Regularização Fundiária da UFPA.....	150
Figura 21. Modelo de governança de TI.....	156
Figura 22. Expansão da rede sem fio nos <i>Campi</i> da UFPA	160
Figura 23. Composição do código de Plano de Interno	162
Figura 24. Cadastro da UFPA no SIAFI.....	163
Figura 25. Eixos e temas do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPA	169
Figura 26. Matriz da materialidade da UFPA	199



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de procedimentos instaurados em 2018	33
Gráfico 2. Histórico do IGC da UFPA 2013-2017	70
Gráfico 3. Metas e desempenho do índice de crescimento de recursos captados 2015-2025.....	96
Gráfico 4. Despesas obrigatórias e discricionárias da UFPA 2014-2018	102
Gráfico 5. Evolução do orçamento das ações 20RK (Matriz ANDIFES) e 8282 (REUNI)	103
Gráfico 6. Evolução do orçamento da ação 4002 (PNAES)	103
Gráfico 7. Evolução do orçamento das ações 20RI, 20RL e 2994	104
Gráfico 8. Valores empenhados por grupo de despesa da UFPA 2017-2018	104
Gráfico 9. Valores pagos por grupo de despesa da UFPA 2017-2018	105
Gráfico 10. Composição das despesas de pessoal pagas da UFPA em 2018.....	105
Gráfico 11. Composição de outras despesas correntes pagas da UFPA em 2018 ..	105
Gráfico 12. Composição de investimentos pagos da UFPA em 2018.....	106
Gráfico 13. Valores empenhados por grupo de despesa do HUIBB 2017-2018 ...	106
Gráfico 14. Valores pagos por grupo de despesa do HUIBB 2017-2018.....	107
Gráfico 15. Composição de despesas de pessoal pagas do HUIBB em 2018	107
Gráfico 16. Composição de outras despesas correntes pagas do HUIBB em 2018	107
Gráfico 17. Valores empenhados por grupo de despesa do HUBFS 2017-2018 ...	108
Gráfico 18. Valores pagos por grupo de despesa do HUBFS 2017-2018	108
Gráfico 19. Composição de despesas de pessoal pagas do HUBFS em 2018	108
Gráfico 20. Composição de outras despesas correntes pagas do HUBFS em 2018	109
Gráfico 21. Servidores da UFPA por tipo de carreira.....	119
Gráfico 22. Servidores da UFPA por gênero.....	120
Gráfico 23. Servidores da UFPA por etnia	120
Gráfico 24. Docentes da UFPA por tipo de magistério	121
Gráfico 25. Docentes do Magistério Superior por situação funcional	121
Gráfico 26. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por situação funcional.....	121
Gráfico 27. Docentes do Magistério Superior por regime de trabalho.....	122
Gráfico 28. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por regime de trabalho	122
Gráfico 29. Docentes do Magistério Superior por gênero	122
Gráfico 30. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por gênero	122
Gráfico 31. Docentes do Magistério Superior por escolaridade	123
Gráfico 32. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por escolaridade.....	123
Gráfico 33. Docentes do Magistério Superior por classe	123

Gráfico 34. Docentes do Magistério Superior por faixa etária	124
Gráfico 35. Docentes do Magistério Superior por tempo de serviço	124
Gráfico 36. Servidores técnico-administrativos por classe	124
Gráfico 37. Servidores técnico-administrativos por gênero	125
Gráfico 38. Servidores técnico-administrativos por escolaridade	125
Gráfico 39. Servidores técnico-administrativos por nível de capacitação.....	125
Gráfico 40. Servidores técnico-administrativos por faixa etária	126
Gráfico 41. Servidores técnico-administrativos por tempo de serviço.....	126
Gráfico 42. Composição dos gastos com pessoal em 2017	129
Gráfico 43. Composição dos gastos com pessoal em 2018	129
Gráfico 44. Finalidade dos gastos em licitações e contratos em 2018.....	139
Gráfico 45. Composição dos gastos da UFPA na modalidade de licitação.....	141
Gráfico 46. Composição dos gastos da UFPA em contratações diretas	141
Gráfico 47. Composição dos gastos da UFPA em pagamento de pessoal.....	142
Gráfico 48. Composição dos gastos do HUIBB em contratações diretas	142
Gráfico 49. Percentual de atualização do SPIUNET/SIAFI em 2018	151
Gráfico 50. Composição dos valores patrimoniais*	151
Gráfico 51. Evolução do valor patrimonial imobiliário da UFPA em 2018*.....	151
Gráfico 52. Despesas em TI em 2017	156
Gráfico 53. Despesas em TI em 2018	157
Gráfico 54. Custo das contratações mais relevantes de recursos de TI na UFPA 2018	158
Gráfico 55. Custo corrente com e sem despesas dos HUs, de 2014 a 2018 (em bilhões)	202
Gráfico 56. Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018	203
Gráfico 57. Número de funcionários equivalentes, de 2014 a 2018.....	204
Gráfico 58. Número de alunos tempo integral, de 2014 a 2018	204
Gráfico 59. Número de alunos equivalentes, de 2014 a 2018.....	205
Gráfico 60. Relação do custo corrente / Aluno equivalente, de 2014 a 2018	205
Gráfico 61. Relação aluno tempo integral / Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018	206
Gráfico 62. Relação aluno tempo integral / Número de funcionários equivalentes, de 2014 a 2018	206
Gráfico 63. Relação funcionário equivalente / Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018	207
Gráfico 64. Grau de participação estudantil, de 2014 a 2018	207
Gráfico 65. Grau de envolvimento discente com pós-graduação, de 2014 a 2018 ..	208
Gráfico 66. Conceito CAPES para a pós-graduação, de 2014 a 2018.....	208
Gráfico 67. Índice de qualificação do corpo docente, de 2014 a 2018.....	209
Gráfico 68. Taxa de sucesso na graduação, de 2014 a 2018	210

SUMÁRIO

	MENSAGEM DO REITOR.....	15
1	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	19
	1.1 Identificação da unidade prestadora de contas.....	19
	1.2 Estrutura organizacional.....	20
	1.3 Ambiente externo.....	22
	1.4 Modelo de negócios.....	24
2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	25
	2.1 Principais objetivos estratégicos com especificação de planos para implementar as prioridades.....	25
	2.2 Descrição das estruturas de governança.....	26
	2.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas.....	35
3	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	53
	3.1 Elaboração e aprovação da Política de Gestão de Riscos da UFPA.....	53
	3.2 Capacitações e aprendizagem.....	55
	3.3 Mapeamento de riscos no processo de aquisições.....	56
	3.4 Perspectivas, projeções e desafios.....	60
4	RESULTADOS DA GESTÃO	61
	4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão.....	61
	4.2 Desempenho institucional nacional e internacional.....	96
5	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	99
	5.1 Declaração da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.....	99
	5.2 Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício.....	101
6	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	175
	6.1 Declaração do contador.....	175
	6.2 Demonstrações Contábeis.....	182
	6.3 Notas Explicativas às demonstrações contábeis referentes ao quarto trimestre do exercício financeiro 2018.....	187
	6.4 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	196
	6.5 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber.....	198
	6.6 Revisão dos critérios adotados na classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras.....	198
7	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	199
	7.1 Determinação da materialidade das informações.....	199
	7.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	200
	7.3 Indicadores de desempenho do TCU.....	200
	APÊNDICE	211

MENSAGEM DO REITOR

A Universidade Federal do Pará (UFPA) tem a satisfação de apresentar, neste Relatório de Gestão 2018, as suas principais ações de gestão e os resultados alcançados. De acordo com as novas diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), empreendemos vários esforços no intuito de construir este novo modelo de relatório, com destaque para os resultados. Temos ciência da importância de cada dado apresentado não só para a avaliação dos órgãos de controle como também para toda a sociedade brasileira, que investe no Ensino Superior público gratuito e de qualidade. Os princípios da transparência, da gestão responsável e da sustentabilidade nortearam o trabalho realizado, não apenas em respeito às normativas que regem o Serviço Público Federal, mas, sobretudo, pelo compromisso ético e cidadão da UFPA para com a sociedade do estado do Pará, da Região Amazônica e do país.

Diferente de outros órgãos federais, as Universidades Públicas, como a UFPA, são autarquias que possuem autonomia administrativa e uma natureza particular como Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão. Sua finalidade é formar cidadãos qualificados, assim como produzir conhecimento científico que se reverta em transformações e melhorias sociais.

O maior e mais valioso bem de nossa Instituição são as pessoas que nela atuam e se formam. Nossa comunidade atualmente é constituída por mais de 60 mil pessoas. Contamos com 53.806 alunos equivalentes de graduação, sendo 33.536 em tempo integral; 11.886 alunos de mestrado e doutorado; e 304 alunos de residência médica. Nosso quadro de pessoal é composto por 2.959 docentes (dos quais 90% são mestres ou doutores) e 2.562 técnico-administrativos (sendo 54% também com qualificação em especialização, mestrado ou doutorado). Ofertamos 88 cursos de graduação, com turmas regulares e intervalares, na modalidade presencial e a distância. Já na pós-graduação, ofertamos 45 cursos de doutorado e 90 cursos de mestrado, nos *campi* do interior e da capital.

Nossas ações alcançam 77 municípios paraenses, dentre os quais 12 possuem um *campus* universitário instalado: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. As atividades acadêmicas são desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento por meio de 15 Institutos, oito Núcleos, uma Escola de Aplicação e dois Hospitais Universitários, atualmente gerenciados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Essa estrutura ampla e complexa impõe uma série de desafios à administração da Universidade. No contexto contemporâneo de aceleradas transformações sociais, as instituições públicas, como as universidades, precisam ter uma atuação dinâmica e proativa, buscando permanentes melhorias nas formas de captar, gerenciar e empregar seus recursos. Por isso, a UFPA trabalha diariamente para conceber e desenvolver metodologias mais eficientes e sustentáveis de realizar a sua missão.



Ao longo dos últimos anos, e especialmente em 2018, diversas comissões de trabalho foram constituídas para propor e desenvolver políticas de gestão em consonância com orientações dos órgãos de governança pública e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA para o período de 2016 a 2025. Com isso, alcançamos os seguintes resultados, entre outros apresentados neste Relatório de Gestão:

Ensino

Graduação

- ▶ Crescimento do Índice Geral de Cursos (IGC) na faixa 4, desde 2013.
- ▶ A Taxa de Sucesso da Graduação (TSG) em 2018 foi de 75,63%.
- ▶ Aumento de 29,4% de bolsistas de Iniciação Científica em relação a 2017. Em 2018, a UFPA concedeu 1.492 bolsas.
- ▶ Reestruturação de laboratórios de ensino, por meio do programa LABINFRA, que tem recebido aportes anuais de R\$ 4 milhões do orçamento da UFPA.

Pós-Graduação

- ▶ A Taxa de Sucesso da Pós-Graduação em 2018 foi de 71%.
- ▶ 1.554 alunos se titularam na pós-graduação, 11,7% a mais comparado com o resultado de 2017.
- ▶ O conceito da pós-graduação da UFPA pela avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) é de 4,06.
- ▶ Na última Avaliação Quadrienal da CAPES, 28% dos Programas de Pós-Graduação acadêmicos apresentaram melhor desempenho e receberam melhores notas. Nenhum curso obteve nota inferior à da avaliação anterior. Foram 12 os Programas que subiram da nota 4 para a nota 5, o que significa consolidação em um patamar de excelência acadêmica e científica. Além da manutenção de dois programas com a nota 6, dois outros programas subiram da nota 5 para a nota 6, o que representa, além da excelência, um padrão internacional de qualidade.
- ▶ 12 propostas de cursos novos foram aprovadas pela CAPES, para início em 2019, sendo cinco delas de doutorado e sete de mestrado.

Extensão

- ▶ 561 projetos de extensão foram desenvolvidos em 2018.
- ▶ 84 programas de extensão mantiveram ou ampliaram suas ações.
- ▶ Iniciado o Programa de Extensão Inclusiva Avançada, em parceria com a República de Emaús, apoiando projetos nas áreas de educação, saúde, artes, tecnologias e meio ambiente.

Pesquisa

- ▶ Em 2018, os pesquisadores da UFPA publicaram 6.079 artigos científicos em periódicos qualificados.
- ▶ Foram registradas 42 patentes.
- ▶ Foram firmadas cooperações internacionais com 27 países.
- ▶ 170 pessoas participaram de mobilidade acadêmica internacional, entre estudantes estrangeiros e estudantes da UFPA.

Gestão

- ▶ Execução financeira de 97,37% do orçamento previsto para 2018, não alcançando o percentual máximo devido ao contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal.
- ▶ Proatividade na busca de recursos para além do orçamento, por meio, principalmente, do estabelecimento de Termos de Execução Descentralizada (TED) junto ao Ministério da Educação (com recursos do próprio MEC e de Emendas Parlamentares) e a outros órgãos integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade Social da União.
- ▶ Estabelecimento de 32 convênios com outras instituições públicas e privadas, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para ações em parceria e transferência de tecnologia.
- ▶ Ampliação da descentralização da gestão orçamentária e financeira das Unidades Acadêmicas, com a implementação de sistemas de informação e o estabelecimento de novos fluxos administrativos.
- ▶ Implantação de 70% dos módulos e funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão (SIG), incluindo o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), para maior eficiência e agilidade na gestão administrativa da UFPA.
- ▶ Realização de 44 ações socioambientais em diferentes áreas da gestão.

Qualificação do quadro de pessoal

- ▶ Promoção de 2.263 capacitações, incluindo a formação em pós-graduação de docentes e técnico-administrativos.
- ▶ Investimento em ações de promoção de qualidade de vida dos servidores.

Infraestrutura

- ▶ Provimento de infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas, especialmente no que se refere à ampliação da acessibilidade dos espaços físicos às pessoas com deficiência.
- ▶ Expansão da rede de Internet sem fio para os *Campi*, aumentando em 85% a capacidade instalada.
- ▶ Incorporação, por meio de cessão pela União, do prédio dos Mercedários, no centro histórico de Belém, o que possibilitará a oferta do novo curso de graduação em Conservação e Restauro e do curso de mestrado em Ciências do Patrimônio.
- ▶ Contratação da finalização de obras anteriormente paralisadas, incluindo a orla do *Campus* do Guamá; as Residências Estudantis em Belém e Cametá; a expansão dos Institutos de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), o Laboratório de Engenharia Civil no Instituto de Tecnologia (ITEC) e o prédio anexo das Faculdades de Odontologia e Farmácia do Instituto de Ciências da Saúde (ICS); pavimentação do acesso às Faculdades de Engenharia Naval e Fisioterapia e Terapia Ocupacional (no *Campus* Belém); pavimentação do acesso ao Instituto de Medicina Veterinária (em Castanhal), dentre outras.

Os dados apresentados evidenciam alguns resultados dos investimentos da sociedade brasileira na Universidade Federal do Pará, que se revestem em múltiplos benefícios sociais, com impactos em curto, médio e longo prazos. Além do que aqui está citado, centenas de outras realizações dos vários grupos acadêmicos que compõem a UFPA geram para a sociedade paraense conquistas sociais e econômicas, apoio na resolução de problemas que requerem competência científica e capacidade de inovação. Tais resultados alçaram nossa Universidade a postos de destaque nos cenários nacional e internacional. Atualmente, estamos entre as 36 Universidades brasileiras (a única do Norte) citadas no Ranking de Melhores Universidades do Mundo, publicado pela *Times Higher Education*. No Brasil, a UFPA é considerada a Melhor Universidade da Amazônia, ocupando a 27ª posição no Ranking Universitário Folha.

Esperamos que este Relatório de Gestão informe mais amplamente sobre a atuação da Universidade Federal do Pará e evidencie o seu papel fundamental para o desenvolvimento da Região Amazônica. O desempenho da Instituição ilustra a importância da continuidade e da expansão dos investimentos na Universidade Pública, de modo que sejam garantidas a sua manutenção e a sua evolução como maior patrimônio da sociedade brasileira.





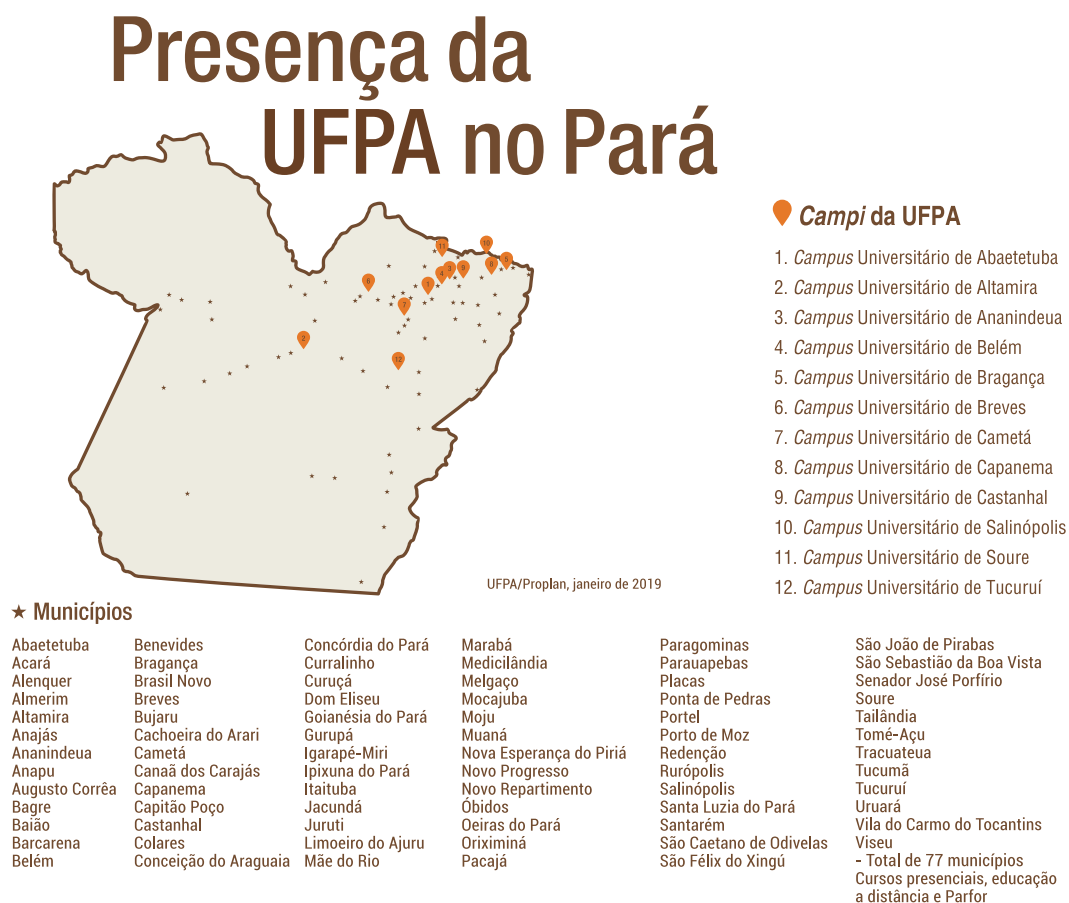
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação da unidade prestadora de contas

No mundo atual, o papel fundamental atribuído às organizações públicas é o de ampliar, de forma sistêmica e integrada, a prestação de serviços à sociedade. A Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituição Pública de Ensino Superior, com personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei n. 3.191, de 02 de julho de 1957, tem a incumbência de, junto com outros atores locais, estimular o desenvolvimento e a incorporação de novos conhecimentos, tecnologias e inovações, a fim de que sejam criadas as condições objetivas necessárias ao atendimento crescente das demandas sociais, contribuindo de modo mais acentuado com o desenvolvimento e a inserção da Amazônia nos cenários nacional e internacional.

A Universidade Federal do Pará está presente, por meio de cursos presenciais, a distância e do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), em 77 municípios paraenses, entre os quais 12 possuem um *Campus* instalado: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, conforme é mostrado na Figura 1, sendo Belém a sede e foro legal. Além dos *Campi*, a Instituição é constituída de 15 Institutos, sendo dois em *Campi* do interior, oito Núcleos, dois Hospitais Universitários e uma Escola de Aplicação.

Figura 1. Presença capilarizada da UFPA no Pará





O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA para o período de 2016 a 2025 (PDI 2016-2025) reforça o papel e o compromisso da Universidade com a região amazônica e o país.

Missão



Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Princípios



- A universalização do conhecimento
- O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual
- O pluralismo de ideias e de pensamento
- O ensino público e gratuito
- A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão
- A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos
- A excelência acadêmica
- A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente

Visão

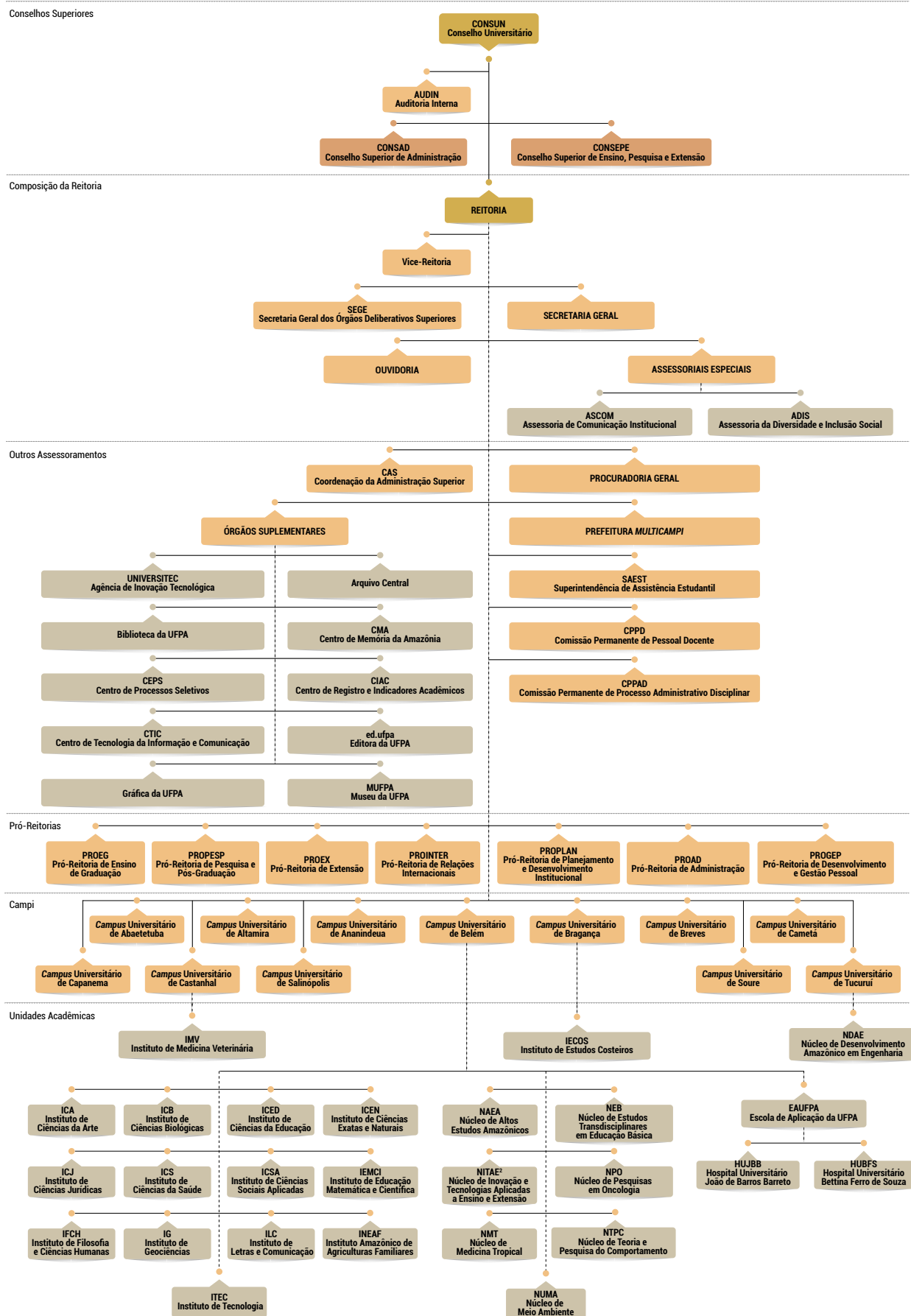


Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade.

1.2 Estrutura organizacional

A Universidade Federal do Pará possui uma estrutura organizacional formada por: Conselhos Superiores, Reitoria, Outros Órgãos de Assessoramentos, Pró-Reitorias, *Campi* e Unidades Acadêmicas, conforme o organograma apresentado na Figura 2.

Figura 2. Organograma da UFPA





1.3 Ambiente externo

As mudanças ocorridas no cenário político institucional do país, bem como as dificuldades na economia provocaram várias especulações sobre o futuro das Universidades Públicas Federais, em especial, a UFPA.

Como apresentado, a Instituição é formada por 12 *Campi*, aos quais vinculam-se centenas de cursos em várias modalidades. Nesses *Campi*, além do ensino de graduação, mestrado e doutorado, envolvendo uma população universitária de mais de 60 mil pessoas (incluindo alunos, docentes e técnico-administrativos), é oferecida à sociedade uma variedade de produtos e serviços por meio de hospitais universitários, clínicas, laboratórios, museus, teatro, agência de inovação, incubadora de empresas, parque tecnológico em parceria com o Governo do Estado do Pará, bem como escritório de assistência jurídica à população.

Educação, ciência, arte, cultura e cidadania são resultados diretos das atividades desenvolvidas pela UFPA, que traduzem o seu compromisso com a sociedade, corroborando, assim, com o processo de desenvolvimento e interiorização da Amazônia.

Cotejando o breve cenário descrito acima com os resultados institucionais, a simples possibilidade de descontinuidade do financiamento de nossas atividades, assim como os cortes e contingenciamento do orçamento constituem-se em grande ameaça para essa região e para essa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), pois estaria em jogo a produção científica local e vários programas de pós-graduação que podem contribuir para os inúmeros e complexos problemas regionais e nacionais.

O compromisso assumido pela UFPA de “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”, com a qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, bem como em garantir a assistência e permanência dos seus estudantes, causa inquietação diante de um panorama de retenção e cortes dos investimentos que, historicamente, sempre estiveram alocados ao orçamento dessa IFES, tanto os recursos originados do tesouro nacional como de outros atores de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo.

Outros desafios, de diferentes naturezas, impactaram os resultados da ação dessa Instituição em maior ou menor grau, conforme Figura 3.



Figura 3. Desafios para a atuação da UFPA em 2018



Por outro lado, esse cenário também trouxe novas oportunidades, provocando algumas mudanças significativas na gestão da UFPA, que conseguiu firmar, durante o ano, novas parcerias e convênios, nacionais e internacionais, trazendo melhorias em alguns processos relevantes.

Por meio do PDI 2016-2025, com o conjunto dos objetivos estratégicos, a Instituição conseguiu fomentar um conjunto significativo de ações perpetradas por suas Unidades, quase todas lastreadas em seus respectivos planos táticos, com ampla aderência aos programas, políticas e diretrizes estratégicas, formando um conjunto harmônico entre a gestão e a governança.

Os recursos de emendas, bem como os oriundos dos Termos de Execução Descentralizada (TED), foram oportunidades acessadas com satisfatória eficiência em tempos de crise financeira, permitindo avanços em aquisições de equipamentos e reformas em prédios.

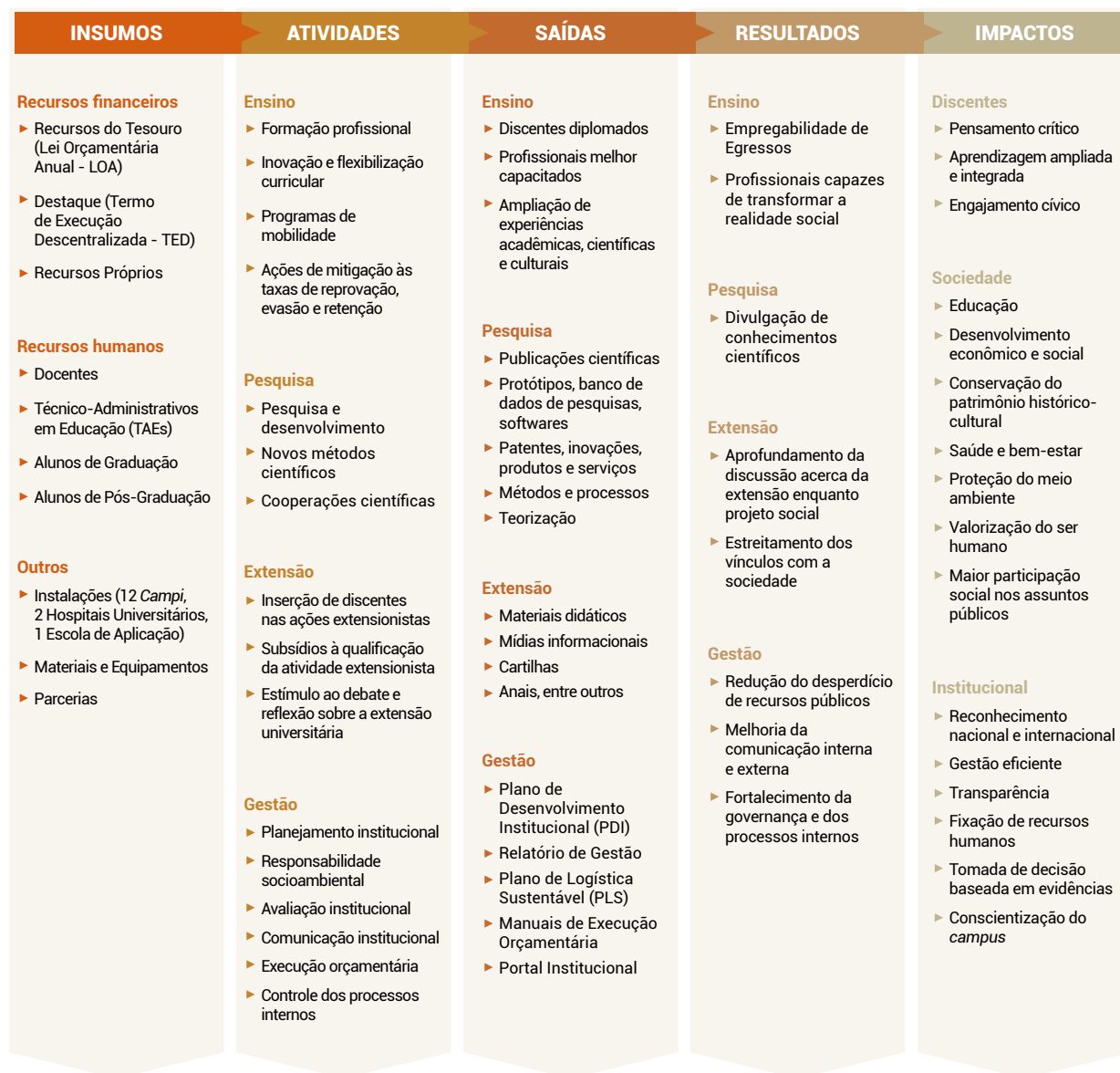
Também o acesso a programas, projetos, bolsas da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intercâmbios e outros eventos foram fatos que, de alguma forma, trouxeram benefícios para a Instituição e a comunidade acadêmica, permitindo avanços importantes, constituindo-se num portfólio de oportunidades que são garimpadas no cenário nacional e internacional, tais são os resultados alcançados com esse constante monitoramento do ambiente externo e as oportunidades que se apresentam e se renovam ao longo do tempo.

Apesar do cenário instável, encerramos 2018 com significativos resultados, acadêmicos e científicos, com avanços nas nossas relações com a sociedade e com grande sucesso na promoção da inclusão social e no respeito à diversidade.

1.4 Modelo de negócios

Quanto ao modelo de negócios, a UFPA busca evidenciar o processamento dos recursos disponibilizados, sejam eles financeiros, humanos, materiais ou de outras naturezas, de modo a convertê-los em resultados, por meio das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e de Gestão desenvolvidas pelo capital humano e intelectual. Tais ações se revertem em efetivas contribuições para os vários públicos de interesse nos serviços ofertados pela UFPA, como é possível observar na Figura 4.

Figura 4. Modelo de negócios da UFPA





2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 Principais objetivos estratégicos com especificação de planos para implementar as prioridades

Com base nas missão e visão institucionais, a gestão da UFPA atua em diferentes frentes estratégicas, conforme o mapa a seguir, construído de acordo com as diretrizes do PDI 2016-2025.

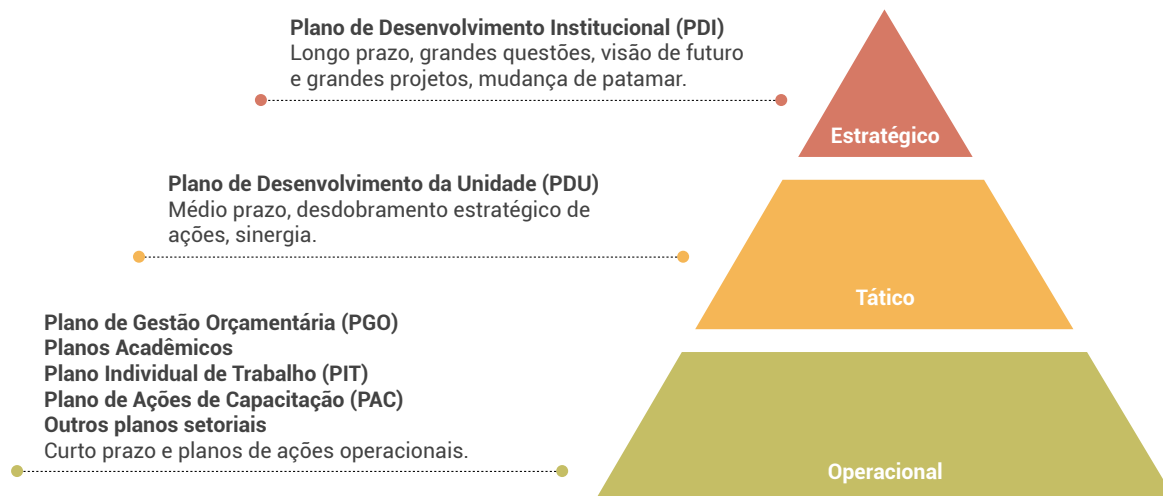
Mapa Estratégico da UFPA



Fonte: PROPLAN

A UFPA materializa seu planejamento estratégico por meio do PDI 2016-2025, o qual reflete o planejamento macro de longo prazo da Instituição como um todo e está inserido no topo da “pirâmide” do Planejamento Estratégico da Instituição, como é possível visualizar na Figura 5. Logo abaixo do nível estratégico, posiciona-se o nível de planejamento tático, materializado pelo Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU). Por fim, na base da pirâmide encontra-se o Planejamento operacional.

Figura 5. Níveis do planejamento na UFPA



Fonte: PROPLAN

Nesse contexto, o PDU é um documento no qual cada unidade interna apresenta as estratégias a nível tático que estão alinhadas ao PDI e, conseqüentemente, vinculadas à missão institucional da UFPA, formando um conjunto harmônico de gestão da estratégia institucional. Atualmente, a UFPA encontra-se no segundo ciclo de elaboração de PDUs, em que 80% das unidades já possuem planos elaborados.

O Plano de Gestão Orçamentária (PGO) também é considerado um documento tático-operacional, pois contempla todas as ações (projetos/atividades) que serão desenvolvidas pela Universidade. Funciona como uma interface entre o Planejamento Estratégico e a execução das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional. Para que o PDI se realize, na prática, é preciso que haja a vinculação de recursos orçamentários ao mesmo, o que na UFPA ocorre por meio do PGO. Embora os orçamentos destinados à UFPA sejam limitados, a vinculação do orçamento às ações do PDI é o que vai garantir que a estratégia da Universidade seja implementada de fato.

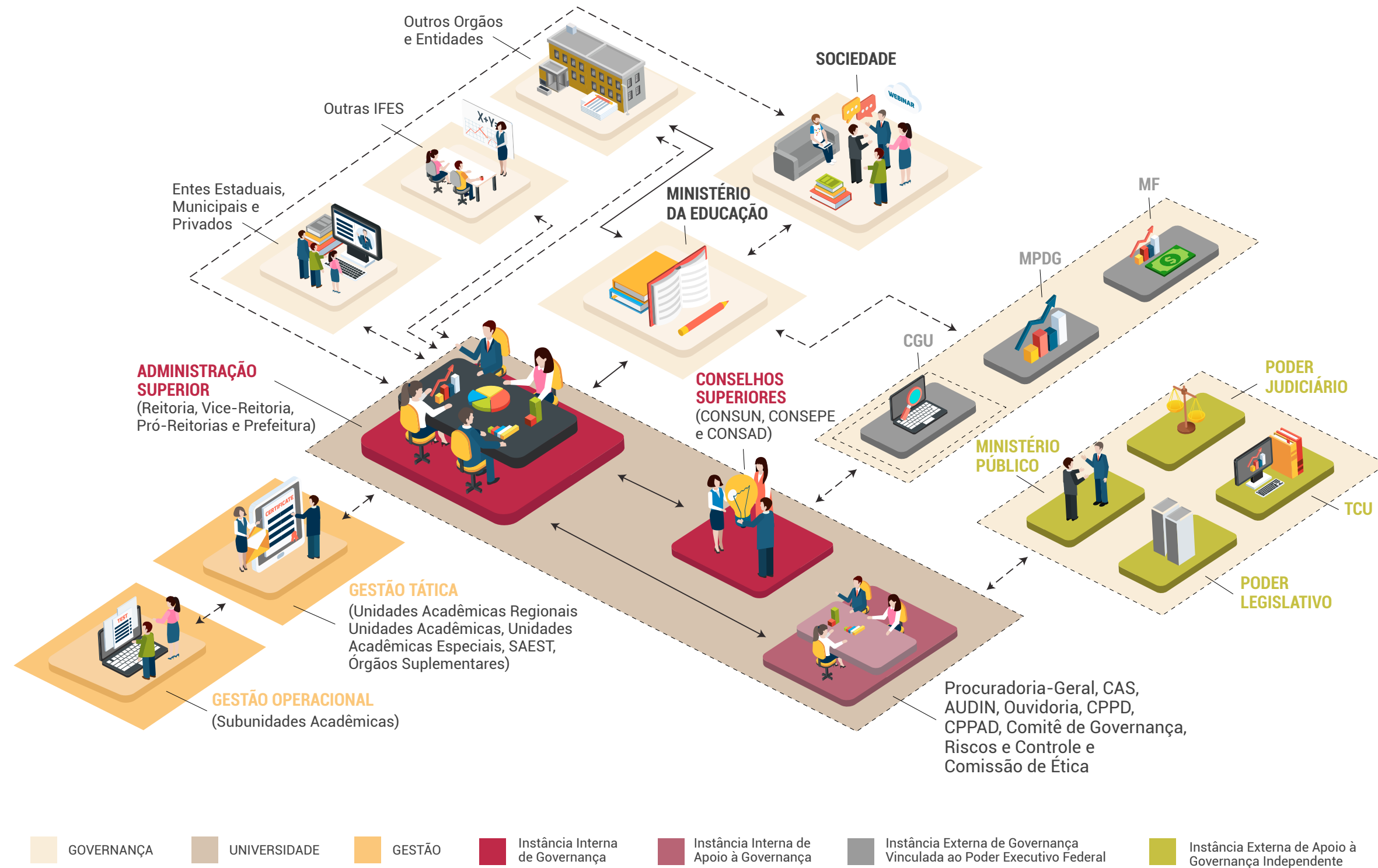
Outros planos operacionais de suma importância para a UFPA são o Plano de Capacitação, o Plano Individual de Trabalho e diversos outros planos setoriais que, por meio de ações de curto prazo, promovem o alcance dos objetivos estratégicos.

2.2 Descrição das estruturas de governança

O modelo de governança da UFPA articula-se entre instâncias internas e também com entes externos, buscando maior eficiência, transparência e diálogo com a sociedade.



Governança e Estrutura Organizacional



Principais Instâncias Internas de Governança

Administração Superior



Emmanuel Zagury Tourinho
Reitor



Gilmar Pereira da Silva
Vice-Reitor



Edmar Tavares da Costa
Pró-Reitor de Ensino de
Graduação



**Maria Iracilda da Cunha
Sampaio**
Pró-Reitora de Pesquisa e
Pós-Graduação



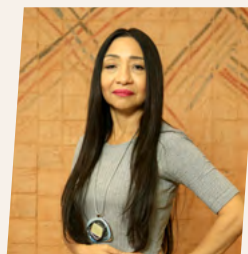
Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitor de Extensão



**Marília de Nazaré de
Oliveira Ferreira**
Pró-Reitora de Relações
Internacionais



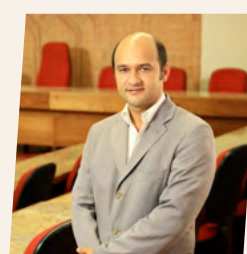
João Cauby de Almeida Júnior
Pró-Reitor de Administração



Raquel Trindade Borges
Pró-Reitora de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional



Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitor de Desenvolvimento
e Gestão de Pessoal



Eliomar Azevedo do Carmo
Prefeito *Multicampi*



Conselhos Superiores

Os Conselhos Superiores são órgãos colegiados de consulta, deliberação e recurso no âmbito da UFPA, regidos pelo Estatuto da Instituição publicado no Diário Oficial da União em 12 de julho de 2006. São Conselhos Superiores da UFPA:

CONSUN - Conselho Universitário

<http://www.ufpa.br/sege/consun.html>

É o órgão máximo de consulta e deliberação da UFPA e sua última instância recursal, que, dentre outras atribuições, tem competência para estabelecer a política geral da UFPA em matéria de administração e gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, bem como aprovar ou modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade e aprovar resoluções e regimentos específicos.

CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

<http://www.ufpa.br/sege/consepe.html>

É o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria acadêmica, que aprova as diretrizes, planos, programas e projetos de caráter didático-pedagógico, culturais e científicos, de assistência estudantil e seus desdobramentos técnicos e administrativos, além de avaliar e aprovar a participação da Universidade em programas, de iniciativa própria ou alheia, que importem em cooperação didática, cultural e científica com entidades locais, nacionais e internacionais, dentre outras competências.

CONSAD - Conselho Superior de Administração

<http://www.ufpa.br/sege/consad.html>

É o órgão de consultoria, supervisão e deliberação em matéria administrativa, patrimonial e financeira. Esse Conselho propõe e verifica o cumprimento das diretrizes relativas ao desenvolvimento de pessoal e à administração do patrimônio, do material e do orçamento da Universidade. Também emite parecer sobre os balanços e a prestação de contas anual da Universidade e, quando é o caso, sobre as contas da gestão dos dirigentes de qualquer órgão direta ou indiretamente ligado à estrutura universitária, somando-se ainda outras atribuições.

Principais Instâncias Internas de Apoio à Governança

Procuradoria Geral

<https://portal.ufpa.br/index.php/procuradoria>

Órgão de assessoria direta do Reitor, é responsável pela representação judicial e extrajudicial da UFPA, pelas atividades de assessoria e consultoria jurídicas e apuração da liquidez e certeza dos créditos de quaisquer natureza inerentes às atividades da Universidade, assim como o assessoramento no controle interno da legalidade dos atos a serem praticados ou já efetivados pela autoridade máxima.



CAS - Coordenação da Administração Superior

É um órgão consultivo e de assessoramento do Reitor, sem função deliberativa, objetivando promover contatos próximos e rotineiros entre os executivos superiores da Universidade, incentivar o mútuo conhecimento das suas atividades, problemas e soluções, aprofundar estreita cooperação entre aqueles executivos e proporcionar clima propício à sua maior harmonia e eficiência.

AUDIN - Auditoria Interna

Visa à melhoria dos processos de controles internos, buscando assegurar a qualidade e validade das informações produzidas por esses controles, necessárias à tomada de decisões por parte da Administração Superior. Tem a responsabilidade de proporcionar à direção da Instituição: análises, avaliações, recomendações, assessorias e outras contribuições que sejam oportunas à correção de eventuais problemas internos, bem como à tomada de decisões estratégicas. A ação da Auditoria Interna estende-se por todos os serviços, programas, operações e controles existentes na Instituição.

Ouvidoria

<http://www.ouvidoria.ufpa.br/>

É a responsável pelo encaminhamento, à Administração da UFPA, das interpelações individuais ou coletivas de membros da sociedade civil e da comunidade universitária, em prol da melhoria do serviço público prestado pela Instituição, sugerindo às instâncias administrativas e acadêmicas, entre outras medidas, o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição.

CPPD - Comissão Permanente do Pessoal Docente

A essa comissão compete prestar assessoramento ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão e ao Reitor no tocante à formulação da política de pessoal docente e ao acompanhamento de sua execução, além de outras atribuições.

CPPAD - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Tem como missão o acompanhamento das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares em tramitação no âmbito da UFPA, fazendo, além de controle e registro, a elaboração de portarias constituindo as comissões e a orientação aos servidores que atuam na condução desses procedimentos. Também participa de processos administrativos de maior complexidade.

Comitê de Governança, Riscos e Controles

Atua institucionalizando estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles internos, aprovando políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, entre outras atribuições inerentes ao Comitê.



Comissão de Ética

Tem como missões precípuas atuar como instância consultiva do dirigente máximo e dos respectivos servidores de órgão ou de entidade federal, aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e representar o órgão ou a entidade na Rede de Ética do Poder Executivo Federal, dentre outras atividades.

Principais Instâncias Externas de Governança Vinculadas à Estrutura do Governo Federal

MPDG - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

<http://www.planejamento.gov.br/>

Tem como missão planejar e coordenar as políticas de gestão e administração pública federal, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.

MF - Ministério da Fazenda

<http://www.fazenda.gov.br/>

Tem como missão formular e gerir políticas econômicas e previdenciárias para o desenvolvimento sustentável com justiça fiscal e social e equilíbrio intertemporal das contas públicas.

CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

<http://www.cgu.gov.br/>

É o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

Principais Instâncias Externas de Apoio à Governança Independente

MP - Ministério Público

<http://www.mpu.mp.br>

Poder Judiciário

Poder Legislativo

TCU - Tribunal de Contas da União

<http://www.tcu.gov.br>



2.2.1. Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna da UFPA (AUDIN) é composta por um Coordenador da Auditoria Geral, um Coordenador Adjunto, um Assessor da Coordenação Geral (com 20 horas alocadas na AUDIN), uma Secretária Executiva, cinco Auditores Internos, que executam suas atribuições na Reitoria e nas diversas unidades descentralizadas (Pró-Reitorias, Institutos, Núcleos e *Campi*) que compõem a entidade, mediante a definição de uma pauta de ações coordenadas, consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT). Para tanto, a unidade adota uma estratégia de atuação sistêmica, na qual são emitidas ordens de serviço demandadas pela Coordenação Geral aos demais integrantes da equipe, que, por sua vez, reportam o resultado dos trabalhos à chefia imediata para fins de avaliação para o relatório final a ser apresentado à Administração Superior e enviado à Controladoria Geral da União.

A Auditoria Interna tem por finalidade fortalecer a gestão, por meio de avaliações periódicas nos procedimentos administrativos, tendo por parâmetros os normativos, os fluxos consolidados, as decisões superiores (Conselhos), as orientações jurídicas (Advocacia Geral da União - AGU) e técnicas dos órgãos de controle (CGU/TCU), além dos princípios e boas práticas voltadas à gestão pública. Dessa maneira, funciona como um instrumento gerencial e de assessoramento, primando por ações que visem à efetividade e ao fortalecimento das ações de controle, assim como mitigar riscos e inspirar *compliance*¹.

2.2.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD) configura-se como uma unidade de correição seccional, atuando na Universidade Federal do Pará, integrante do Sistema Correcional do Poder Executivo Federal (Corregedoria-Adjunta da Área Social – Corregedoria Setorial da Área de Educação), tendo como missão a execução e o acompanhamento dos processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias instaurados e em tramitação no âmbito da Instituição. Realiza, além do controle e o devido registro, a elaboração de portarias de constituição das comissões, subsidiando-as com orientações sejam de caráter normativo de acordo com a legislação pertinente, seja com informações técnicas e práticas no tocante a servidores que atuam na condução desses procedimentos administrativos internos que não são membros efetivos desta Comissão Permanente, para apuração dos fatos que, em tese, representem infração administrativa ou de possíveis irregularidades ocorridas na esfera de atuação e competência da UFPA.

Atualmente de acordo com o normativo interno que respalda a unidade, Portaria n. 2.239/2018 da Reitoria da Universidade Federal do Pará, a CPPAD possui a seguinte composição em sua equipe de servidores: além do seu presidente, cinco servidores técnico-administrativos e dois bolsistas (discentes da Faculdade de Direito), sendo um no turno matutino e outro no turno vespertino. Ressalta-se que, durante o exercício de 2018, a Comissão recebeu uma nova servidora de nível médio, com formação jurídica, para compor seu quadro de membros permanentes.

¹ *Compliance* é um termo originário da língua inglesa e que se refere à conformidade e ao cumprimento das normas legais e regulamentares. Está relacionada às políticas e às diretrizes estabelecidas para as ações de uma Instituição ou empresa, buscando evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade previsível.

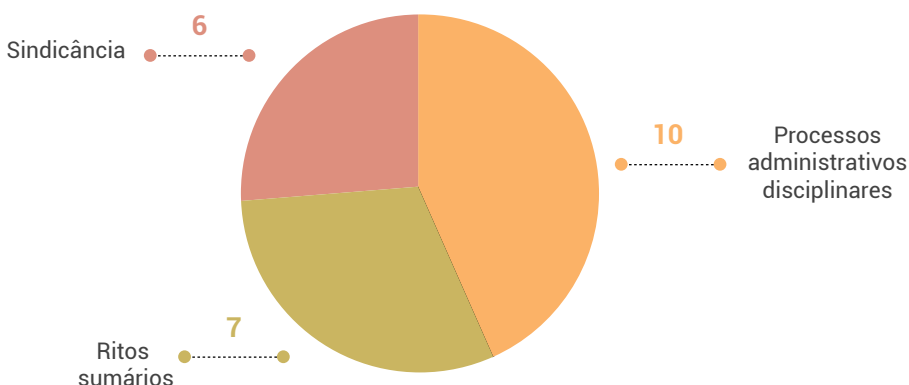


Cabe ressaltar que o juízo de admissibilidade para instauração de processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias na Universidade continua a ser realizado de forma descentralizada, ou seja, pelo Magnífico Reitor, dirigente máximo da Instituição, pelos pareceres dos procuradores federais ligados à AGU que atuam na UFPA, pelos dirigentes e gestores de Unidades Acadêmicas e/ou Administrativas e pela própria CPPAD quando solicitada, conforme o encaminhamento das demandas. Após a análise dos objetos dos processos, a CPPAD sugere à Administração Superior, quando necessário, outro encaminhamento que não a instauração de processo administrativo disciplinar (gênero), podendo o resultado ser pelo arquivamento da notícia de irregularidade e possível participação de servidores públicos. A Comissão também recomenda a instauração de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), a aplicação, quando couber, do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assim como o envio para análise e enfrentamento pelas Unidades e Subunidades Acadêmicas e Administrativas relacionadas, a fim de resolver o caso no âmbito administrativo interno de suas competências e governança.

Nos casos que envolvem conflitos entre usuários e servidores públicos, para apuração de condutas, ocorre primeiramente a sugestão de envio à Comissão de Ética da Instituição para análise e parecer. Importante essa medida administrativa preventiva da CPPAD, pois a devolução de tais processos ainda em fase de juízo de admissibilidade para as unidades competentes reforça sobremaneira a necessidade de se resolver alguns litígios em âmbito administrativo da gestão local do fato ocorrido, não utilizando única e exclusivamente o procedimento administrativo disciplinar como solução única e exclusiva de problemas de gestão, que, além de possuir um custo implícito relativamente alto, retira a força de trabalho dos servidores nas atividades-fim para poder realizar atividades-meio.

Como resultado dessas ações, obtiveram-se os seguintes registros em números em 2018 (Gráfico 1):

Gráfico 1. Número de procedimentos instaurados em 2018



Fonte: CPPAD



Foram instaurados, no total, 23 procedimentos administrativos disciplinares, estratificados primeiramente pela espécie do processo instaurado: 10 processos administrativos disciplinares *stricto sensu*, sete processos administrativos disciplinares em rito sumário e seis sindicâncias, sendo que uma sindicância se transformou em processo administrativo disciplinar.

Apenas dois processos instaurados no ano de 2018 chegaram na fase de julgamento, sendo aplicada a penalidade de advertência em uma sindicância acusatória e a penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar em rito sumário.

Destaca-se ainda como resultado do período, a participação da presidência e membros efetivos da CPPAD nos seguintes cursos e eventos:

- ▶ Curso de Processo Administrativo Disciplinar - Parceria CGU/ENAP - Escola Nacional de Administração Pública, em Brasília, no período de 22 a 26 de outubro de 2018, com carga horária de 27 horas.
- ▶ V Encontro de Corregedorias do Poder Executivo Federal, em Brasília, no período de 20 e 21 de novembro de 2018, com carga horária de 16 horas.

Foi recebida também a visita da técnica Elane Cristina Nunes Fiel de Paula e do técnico Marco Aurélio Rocha, da Superintendência da Controladoria Geral da União no Estado do Pará, no dia 30 de novembro de 2018, para tratar do acompanhamento das metas estabelecidas no Plano Operacional e no Plano da Atividade de Supervisão Correicional da Corregedoria Setorial da Área de Educação, tendo como referência a Nota Técnica n. 171/2018/NACOR/PA/REGIONAL/PA e atualização do Formulário próprio.

2.2.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP) por meio da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP), a partir dos cálculos já levantados pelo setor de pagamento, providencia a apuração dos fatos e a consequente reposição de valores nos termos da Orientação Normativa n. 05/2013 do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) da Administração Federal.

Desse modo, o servidor é notificado para, no prazo de 15 dias, iniciar a devolução dos valores ou apresentar manifestação escrita, no caso de discordância dos fatos alegados, em observância ao contraditório e à ampla defesa.

Na hipótese de indeferimento da manifestação do interessado, essa Coordenadoria providencia nova notificação para que, no prazo de 10 dias, seja efetuado o pagamento ou haja a interposição de recurso junto à instância superior da Universidade.

Em caso de novo indeferimento, o interessado é notificado novamente para, no prazo de 30 dias, efetuar o pagamento. Na hipótese de recusa, o processo é encaminhado à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) para inclusão do débito no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal e, posteriormente, à Procuradoria para inclusão em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos.



2.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

A UFPA possui diversos canais de comunicação com os quais se relaciona internamente e com a sociedade, publicizando e dando transparência às informações institucionais – consolidadas em diversos documentos e relatórios –, bem como à realização de palestras, cursos e eventos em geral, além de editais de projetos, concursos e bolsas.

A Ascom é o órgão responsável por coordenar as políticas de comunicação da Instituição, conforme a Resolução n. 719, de 20 de setembro de 2013. O SIC foi instituído pela Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, e regulado pelo Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012. Já a Ouvidoria da UFPA foi instituída em 5 de junho de 2006, pela Resolução n. 1. 211 do Conselho Superior de Administração (CONSAD). A seguir, são apresentados os principais canais de comunicação da Instituição.

PORTAL DA UFPA

No Portal principal da Instituição está disponível o ícone **Transparência Pública**, que pode ser acessado pelo link. Esse ícone dá acesso às informações sobre os dirigentes da Instituição, o Plano de Logística Sustentável, a Prestação de Contas Anuais, a relação de servidores do Complexo Hospitalar, a Política de Gestão de Riscos da UFPA, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a Carta de Serviço ao Usuário, a Ouvidoria, a execução orçamentária e financeira, entre outras informações que podem ser utilizadas como acompanhamento e fiscalização das ações institucionais por parte da sociedade.

Acesse



Transparência
Pública

JORNAL BEIRA DO RIO

Com periodicidade bimestral e tiragem de mil exemplares, o Jornal Beira do Rio, produzido pela Ascom, tem como principal proposta a divulgação científica, ou seja, a socialização dos conhecimentos produzidos pela Universidade. Na Internet, o Jornal Beira do Rio se apresenta em dois formatos: edição eletrônica e Beira do Rio on-line, que conta com um banner permanente no Portal da UFPA. Esse formato é importante uma vez que todos os textos publicados contam com espaço para comentários, permitindo ao leitor interagir com os entrevistados e com outros leitores.

Acesse

TV UFPA

Em 2018, foi criado um canal oficial da UFPA no YouTube: TV UFPA. Embora os vídeos produzidos pelo projeto experimental sejam divulgados em múltiplas plataformas e redes sociais oficiais, é no canal do YouTube que eles têm sido registrados e centralizados. Apesar de o trabalho ter iniciado no final de setembro de 2018, já gerou repercussão e elevada taxa de retorno e aceitação.

Acesse

442
inscritos/
assinantes



43
vídeos



+10,8 mil
acessos



Fonte: Ascom UFPA

REDES SOCIAIS

As redes sociais da UFPA mantiveram a trajetória bem-sucedida em 2018, já consolidadas como canais de comunicação oficiais. O Facebook seguiu com a maior audiência entre os três perfis, no entanto o Instagram caracterizou-se pelo maior crescimento mensal, tanto em público como em envolvimento.



Fonte: Ascom UFPA


2^a
universidade brasileira
mais seguida
no Twitter


4^a
universidade brasileira
mais seguida
no Instagram


13^a
universidade brasileira
mais seguida
no Facebook

UFPA está no ranking das universidades com página no Instagram e perfil no Twitter mais seguidos no mundo.

Fonte: Unirank (<https://www.4icu.org/>)



FEIVEST VIRTUAL

Em novembro de 2018, entrou no ar o site do Projeto de Extensão “Feira Virtual do Vestibular da UFPA” (FeiVest Virtual) que reúne informações sobre os processos seletivos de ingresso e sobre os cursos de graduação da UFPA. [Acesse](#)

ATENDIMENTO À IMPRENSA E AOS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO

A Ascom atua na recepção dos pedidos de entrevistas e de informações mediando os retornos institucionais à comunidade externa especificamente por meio da imprensa. São solicitações de entrevista, pedidos de informações, negociação de autorizações para a realização de imagens e gravações dentro dos espaços da Universidade e orientações para as fontes sobre como lidar com cada atendimento, entre outros procedimentos. A Ascom atende também demandas e questionamentos em geral da comunidade interna e externa.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Na comunicação interna, a Ascom mantém o canal UFPA na Mídia, o Plantão Divulga e, em 2018, relançou com nova proposta e plataforma o Informativo Eletrônico/ Newsletter UFPAcontece. Os dois últimos se baseiam no envio de mensagens a toda a comunidade universitária pelos e-mails @ufpa. [Acesse](#)

PESQUISA DE OPINIÃO

Desde o ano de 2011, a Ascom vem realizando uma pesquisa online com o intuito de saber a opinião da comunidade acadêmica e de outras pessoas sobre as mídias disponibilizadas pela Universidade. A pesquisa serve de parâmetro para as estratégias e as ações das políticas de comunicação institucional. Em 2018, a pesquisa foi realizada nos meses de novembro e dezembro. Os principais resultados são:

A web continua sendo o principal meio que as pessoas utilizam para se informar e se manter conectadas com a Universidade.

57,7%
dos participantes indicam que usam o celular/smartphone para acessar às informações e novidades sobre a UFPA.

40,1%
dos participantes acessam diariamente o site da UFPA

Mais de
50%
dos participantes avaliam o conteúdo do Portal e das redes sociais como Bom.

Fonte: Ascom UFPA

OUVIDORIA

A Ouvidoria da UFPA é responsável por ouvir, registrar e encaminhar manifestações com a finalidade de apurar denúncias, reclamações, críticas e sugestões, assim como receber elogios, seja do público universitário ou cidadãos usuários dos serviços oferecidos à comunidade externa, seja de outras instituições, entidades e agentes públicos em relação aos serviços e atendimentos prestados pela Instituição. Por meio de sua participação e do conhecimento de seus problemas, a Universidade poderá aprimorar o padrão de seus serviços no atendimento à comunidade universitária e à sociedade em geral. Embora a Ouvidoria disponibilize atendimento presencial e por telefone, as demandas recebidas, em sua quase totalidade, são feitas no formato eletrônico. A página da ouvidoria na Internet permite acessar o formulário de cadastro, envio e consulta das manifestações por parte dos usuários; o sistema de análise e processamento das manifestações pela equipe da Ouvidoria; e o acesso dos dirigentes para recebimento e envio das respostas das manifestações.

Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Telefone: (91) 3201-7579 e 3201-7649

E-mail: ouvidoria@ufpa.br

Site: www.ouvidoria.ufpa.br

Janela no Portal da UFPA: www.portal.ufpa.br

Manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2018	Usuários que registraram manifestações à Ouvidoria em 2018	Situação das manifestações recebidas em 2018	Satisfação dos manifestantes em 2018
817 manifestações na Ouvidoria	488 (59,73%) discentes	757 (92,10%) foram finalizadas	35 usuários realizaram a avaliação da Ouvidoria
501 (61,32%) reclamações	207 (25,34%) anônimos	516 (68,16%) foram procedentes solucionadas	15 (42,86%) totalmente satisfeitos
229 (28,03%) denúncias	27 (3,30%) técnico-administrativos	164 (21,66%) situações não definidas**	13 (37,14%) insatisfeitos
68 (8,32%) informações	17 (2,08%) docentes	77 (10,17%) improcedentes	6 (17,14%) parcialmente satisfeitos
19 (2,33%) sugestões	78 (9,55%) outros usuários*	60 (7,90%) em tramitação até o encerramento do ano	1 (2,86%) não respondeu

Obs: Ressalta-se que em 2018 houve um aumento significativo no quantitativo de manifestações em relação a 2017, que teve o registro de 377 manifestações. Mais de 350 manifestações recebidas tratam das instalações físicas da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Instituto de Ciências da Saúde.

*Manifestantes da comunidade externa em geral, como candidatos a processos seletivos (Vestibular, Mobilidade Acadêmica, Concursos públicos para provimento de vagas).

** Manifestações com elementos insuficientes para apuração e/ou com respostas incompletas ou inconclusivas.

Fonte: Ouvidoria UFPA



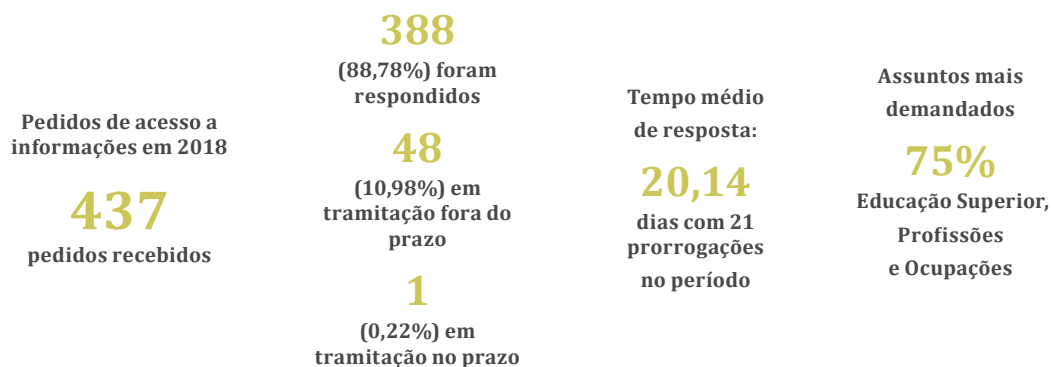
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)

Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Local: Cidade Universitária José da Silveira Netto - Prédio da Reitoria, 1º andar

Telefone: (91) 3201-7755 e 3201-7860

E-mail: sic@ufpa.br



Fonte: SIC UFPA

2.3.1. Carta de Serviço ao Usuário

A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar, aos usuários dos serviços disponibilizados pelos órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público. (§ 1º do Art. 11 do Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017)

A Carta de Serviços ao Usuário da UFPA obedece ao Decreto n. 9.094, de 17 de julho de 2017, e à Lei n. 13.460, de 26 de junho de 2017. Em sua carta, a UFPA apresenta os serviços disponibilizados e as atividades desenvolvidas, ratificando a sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Pela sua condição de Universidade Pública e de maior centro de Ensino Superior e de Pesquisa da região amazônica, a UFPA assume um papel ativo no processo de intervenção na sociedade paraense, seja pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, seja pela sua capacidade de oportunizar a discussão crítica da realidade amazônica e do Pará em particular, o que a coloca como centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural. Dessa forma, a Carta de Serviços ao Usuário é atualizada sempre que necessário pela Diretoria de Informações Institucionais da PROPLAN, de forma a refletir as mudanças relativas à estrutura de gestão administrativa e acadêmica e aos serviços prestados aos cidadãos. O documento encontra-se disponível no Portal da UFPA, no ícone Transparência Pública.

Acesse

2.3.2. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Para a UFPA, a acessibilidade é entendida como um processo fundamental para atender aos direitos individuais e promover a cidadania, de modo que ultrapassa as barreiras concretas para dar ênfase ao direito de ingresso, permanência e utilização de todos os



bens e serviços por toda a população. Entende, ainda, que um ambiente universitário acessível abre possibilidades e cria condições de escolha para o uso de quaisquer esferas, sem impedimentos, em um processo de reestruturação do ambiente, da organização físico-espacial, do atendimento, das atitudes e do comportamento.

Com o intuito de promover o acesso a estudantes com deficiência, a UFPA aprovou a reserva de uma vaga por acréscimo nos Processos Seletivos (PS) para os cursos de graduação, denominada de cota PcD (Pessoa com Deficiência), aplicada a partir do PS 2011. Para estimular a permanência com sucesso desses alunos, foi criado em 2012, o Núcleo de Inclusão Social (NIS), vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), o qual passou a executar ações de atendimento individualizado a estudantes PcD, orientações a docentes e produção de material didático em Braille, porém com um alcance aquém da demanda existente. Em 2016, o NIS foi substituído pela Coordenadoria de Acessibilidade (CoAcess), vinculada à recém-criada Superintendência de Assistência Estudantil (SAEst), o que possibilitou a estruturação mais adequada do quadro de servidores da equipe e a ampliação de ações voltadas à acessibilidade.

Atualmente, as ações de acessibilidade desenvolvidas na UFPA pela CoAcess, em parceria com outros setores da Instituição, são voltadas para o público interno e externo.

Ações para o público interno:

- ▶ Formação continuada acessível de docentes, corpo técnico-pedagógico e alunos sem deficiência, como forma de amenizar problemas que envolvem a relação professor – aluno – turma, bem como acesso a serviços, adaptação de materiais e recursos, orientação e mobilidade; acessibilidade comunicacional nas atividades acadêmicas e avaliativas.
- ▶ Atendimento individualizado e pedagógico, com especialista na área, para construir o plano de ação voltado para o processo de ensino-aprendizagem acessível aos alunos com deficiência.
- ▶ Ação de acompanhamento do aproveitamento acadêmico/pedagógico dos alunos PcD assistidos pelos programas com recursos diretos e indiretos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
- ▶ Elaboração e reprodução de material de orientação para acessibilidade do aluno PcD.
- ▶ Apoio técnico de Intérpretes de Libras.
- ▶ Produção de material didático por audiodescritores, revisores Braille e transcritores Braille.
- ▶ Estímulo à implantação de Núcleos de Acessibilidade nos *Campi* do interior.
- ▶ Análise de acessibilidade dos espaços da UFPA, com elaboração de relatórios encaminhados à Prefeitura *Multicampi* da Instituição.



Além disso, a UFPA vem implementando várias obras de reformas e adaptações no seu espaço físico, visando à eliminação das barreiras arquitetônicas para tornar os recursos e edificações cada vez mais acessíveis, de modo a garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Dentre as intervenções, é possível citar: adequação de banheiros, colocação de piso tátil em todas as passarelas e espaços de deslocamento, construção de rampas de acesso e instalação de plataformas ou elevadores. Além disso, a análise de acessibilidade nos projetos de novas construções realizadas na UFPA tem garantido sua execução de acordo com as normas de acessibilidade.

Do ponto de vista da acessibilidade de comunicação, a divulgação acessível de notícias, serviços e produtos da UFPA, para o público em geral, também foi foco de atenção. Assim, o Portal da UFPA foi adaptado para seguir as diretrizes do e-MAG e as notícias veiculadas pelo UFPA Acontece em formato eletrônico são apresentadas em Libras. Somam-se a isso, a disponibilidade dos editais de Processos Seletivos em Libras e Braille, bem como em formato acessível para softwares de leitura de tela.

Com a finalidade de fortalecer as ações de acessibilidade na Instituição, a CoAcess elaborou o Programa de Acessibilidade no Ensino Superior da UFPA, o qual reúne as ações supracitadas, além de outras, organizadas em 3 eixos principais: Currículo, Comunicação e Informação; Programas de Pesquisa; e Infraestrutura. O Programa foi submetido à Administração Superior, para apreciação, no final de 2018.

Além disso, ressalta-se que a UFPA também possui canais de acesso do cidadão por meio dos projetos de extensão que apoiam ações para geração de produtos, técnicas ou metodologias de baixo custo, contribuindo com a inclusão e melhoria das condições de vida da população paraense, priorizando a integração do conhecimento acumulado com o saber popular. Destaca-se ainda os Hospitais Universitários, que, em 2018, realizaram 221.568 consultas e 4.460 cirurgias, além de exames complementares de diagnóstico e tratamento.

2.3.3. Principais eventos sediados pela UFPA

Outra forma de estabelecer e manter diálogo com os diferentes setores sociais e instituições é por meio da realização de eventos científicos e acadêmicos, que se configuram como espaços de grandes oportunidades de troca de conhecimento, formação de alunos e professores, assim como geração de parcerias para projetos futuros. A recepção e realização de eventos de pequeno a grande porte movimentam não apenas a comunidade acadêmica como as cidades sedes, gerando renda, sobretudo, no setor de turismo.



Em 2018, a UFPA sediou mais de 200 eventos, nos *Campi* da capital e do interior. Conheça alguns.

JANEIRO

08 de janeiro

Minicurso de Crítica Teatral: “Por uma crítica menor?”

Local: Escola de Teatro e Dança da UFPA

11 janeiro

Seminário “As Veias Abertas da Volta Grande do Xingu”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 de janeiro

I Simpósio da Liga Acadêmica de Direito do Estado

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 de janeiro

I Seminário de Combate ao Fechamento de Escolas no Campo

Local: *Campus* Castanhal

19 de janeiro

Ciclo de palestras “O mercado regional e seus desafios”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

24 e 25 de janeiro

V Seminário de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFPA (V SESEF)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 de janeiro

Seminário “Direito à Saúde da População LGBT: saúde das pessoas travestis e transexuais”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

FEVEREIRO

1 a 3 de fevereiro

II Simpósio do Projeto Metrópole

Local: *Campus* Soure – UFPA

15 e 16 de fevereiro

IV Encontro de Professores de Ensino Religioso do Estado do Pará

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 de fevereiro

Mesa-redonda “O que é a mente?”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

MARÇO

01 a 03 de março

I Encontro do Grupo de Pesquisa (Ação) em Gerenciamento Costeiro Pós-Colonial na Amazônia (GERPCAM)

Local: *Campus* Soure – UFPA

02 de março

Minicurso “O Romantismo Brasileiro na Compreensão dos Críticos de Ontem e de Hoje”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 a 09 de março

Semana de Tecnologia e Segurança da Informação

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

06 de março

Seminário “Desafios socioambientais e participação feminina”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 a 09 de março

Semana da Mulher - Palestra “A Importância dos Músculos do Périneo na Saúde da Mulher e na Sexualidade”; Palestra “Representação do Feminino e a Cultura da Violência”; Palestra “Representação do Feminino e a Cultura da Violência”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 de março

Jornada de Cooperação Internacional UFPA: “O uso de elementos de design de games para envolver usuários em pesquisa qualitativa” (Prof. Dr. David Geerts - KU Leuven, Bélgica)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 de março

Palestra “Noções de Direitos Autorais”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

08 de março

2ª Onda Feminista

Local: *Campus* Castanhal – UFPA

14 de março

I Workshop de Ciência e Tecnologia em Castanhal

Local: *Campus* Castanhal – UFPA



16 de março

I Fórum dos Secretários Executivos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Pará

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 e 20 de março

III Encontro de Mulheres do Direito

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 a 21 de março

Workshop “Migração, Integração e Refugiados na Alemanha”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 a 23 de março

III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia (III SAMA)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 de março

Jornada de Cooperação Internacional UFPA: “Aproximação à Revolução Cubana” (Turcios Miguel Esquivel López - Cônsul Geral da República de Cuba no Brasil na Região Norte)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

23 de março

1º Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de Belém - “Isso aí, açai: o ouro negro de nossa terra - uma prática interdisciplinar em alfabetização”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 a 28 de março

Seminário de Ensino de História - 1968, 50 anos depois: memórias, histórias, tecnologias e arquivos digitais

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

ABRIL

04 a 06 de abril

Fórum dos Coordenadores Institucionais do Parfor (ForParfor)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 e 06 de abril

Seminário “Comunicação e Acessibilidade”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 a 11 de abril

V Bionatural

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

12 de abril

Fórum de Extensão Universitária

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

12 de abril

Quinta Criativa “A condição humana ante a intolerância e Corpo Empoderado”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de abril

II Seminário Sexualidade, Dissidências e Insurgências (II SESEDI)

Local: *Campus* Castanhal – UFPA

16 a 20 de abril

I Semana de Música Indígena da Escola de Música da UFPA

Local: Escola de Teatro e Música da UFPA

19 de abril

I Jornada da Saúde da UFPA

Local: *Campus* Cametá – UFPA

19 e 20 de abril

UNE Volante: Uma Universidade Chamada Brasil

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 de abril

Jornada “Diálogos para uma Nova Administração Pública Municipal”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 de abril

Palestra “Reforma Trabalhista e Precarização das Relações de Trabalho no Brasil”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 de abril

Minicurso “‘Desventuras em série’ e ‘João e Maria’ sob a ótica do suspense na Literatura infantil”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 a 27 de abril

Colóquio Internacional do Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM): “20 Anos de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação Ambiental por entre os Rios, Florestas, Estradas, Portos e Cidades: Trilhas e Perspectivas”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 de abril a 04 de maio

III JURA: Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 de abril

Seminário “Críticas de Desenvolvimento, Gestão Pública, Ambiente e Sociedade: Perspectivas Pan-Amazônicas e Guianesas”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA



27 de abril

Study in Europe Road Show

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 de abril

Seminário Jornal Pessoal 30 Anos

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 de abril

VI Encontro dos Coordenadores Locais do Parfor UFPA

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

MAIO

03 de maio

Palestra “Acidentes do Trabalho: Conheça o que os caracteriza e como evitá-los”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 a 11 de maio

Curso “A comunicação no ambiente profissional”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 e 10 de maio

III Workshop do Programa de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica (PPGIF)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

11 de maio

Jornada de Cooperação Internacional UFPA:

“Inalador de pó-seco antimicrobiano: partículas, pó e dispositivo para controlar a liberação de alta dose” (Prof. Dr. Paolo Colombo - Universidade de Parma, Itália)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

14 a 17 de maio

Semana de Enfermagem do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Pará (UFPA)/ Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

15 e 16 de maio

5ª Semana Nacional de Educação Financeira

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

15 e 16 de maio

I Seminário de Diversidade na UFPA

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

15 e 16 de maio

II Seminário Sexualidade, Dissidências e Insurgências (II SESEDI)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

15 a 17 de maio

Seminário “Museus Hiperconectados – novas abordagens, novos públicos”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

16 de maio

Palestra “Assertividade para resolução de conflitos no trabalho”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

16 a 18 de maio

I Semana Acadêmica de Engenharia de Materiais (I SAEM)

Local: *Campus* Ananindeua – UFPA

17 de maio

Quintas Criativas da Saúde

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 de maio

Conferência Brasil Norte 2018

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 e 18 de maio

Hiperconectados: Museus, estratégias e conexões

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 e 18 de maio

II Seminário de Literaturas Estrangeiras

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 e 18 de maio

ForGRAD Norte 2018

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 de maio

Seminário de Arquitetura Sustentável de Vanguarda

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

24 de maio

Debate “Envelhecimento: um marcador de gênero”

Local: *Campus* Bragança – UFPA

25 de maio

África: Suas diversidades

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 e 26 de maio

V Encontro Bragantino dos Estudantes de Letras (EBEL)

Local: *Campus* Bragança – UFPA

28 de maio

2º Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita de Belém (FALE Flor do Grão Pará)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

**28 e 29 de maio**

Semana Nacional Universitária

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

28 a 30 de maio

Oficina Metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

28 a 30 de maio

XXIV Semana de Estatística

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

29 de maio

Ciclo de Debates da Faculdade de Ciências Contábeis

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

JUNHO**05 e 06 de junho**

III Simpósio de Neurociências e Comportamento

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

05 e 06 de junho

IV Jornada Benedito Nunes

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

05 e 06 de junho

Poesia e Design – Conversações com Age de Carvalho

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

05 a 08 de junho

SAFO - Super Apresentações Fluidas e Objetivas

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

06 a 08 de junho

II Semana Nacional de Arquivos

Local: *Campus Bragança* – UFPA

06 a 08 de junho

XXXI Fórum de Coordenadores de *Campi* da UFPA

Local: *Campus Soure* – UFPA

06 de junho

Conferência “Transições, inovações e desafios no jornalismo para dispositivos móveis”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

08 e 09 de junho

II Seminário Inclusão de Pessoas com Deficiência no Marajó

Local: *Campus Breves* – UFPA

08 de junho

1º Ciclo de palestras sobre Transtornos de Neurodesenvolvimento na Aprendizagem

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

08 de junho

Mesa-redonda “Littérature de Guyane: des précurseurs à aujourd’hui”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

12 a 15 de junho

Oficina “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e a Economia Solidária”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

13 de junho

Palestra “Orientações para Ingresso na Pós-Graduação”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

13 de junho

VII Seminário O amor está no ar... nas tramas da literatura

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

13 de junho

III Colóquio sobre Contabilidade Pública & Análise de Dados e III Workshop Jovens Pesquisadores em Contabilidade Pública

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

13 de junho

Minicurso “Literatura Oral Amazônica: A Transformação de Narrativas Oraís em Experiências RPGísticas”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

14 a 17 de junho

Semana de Enfermagem do Complexo Hospitalar UFPA-Ebserh

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

18 e 19 de junho

Seminário “O Controle de Convencionalidade na América Latina”

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

21 de junho

I Seminário Repensando a Velhice - Um Olhar Protecionista

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA

21 de junho

Lançamento Belém+30

Local: *Campus Guamá* (Belém) – UFPA



21 de junho

Mesa-redonda “200 Anos: Marx e a Política”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

21 e 22 de junho

VII Encontro GEPEIF de Pesquisa e Extensão

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 e 26 de junho

I Colóquio “Paisagens, Dinâmicas e Sensibilidades: pelo direito ao centro histórico de Belém”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 a 28 de junho

Seminário “Laudos & Direitos Humanos: Antropologia em Ação”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 e 28 de junho

III Sempre-Libras

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 a 29 de junho

XI Encontro Regional de História

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

JULHO

03 de julho

Encontro Proner

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

04 e 05 de julho

XXVII Semana de Meio Ambiente

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 de julho

VI Jornada Acadêmica de Gestão e Organização dos Serviços em Saúde

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 a 28 de julho

XXII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

23 de julho

XXII Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (XXII ENEARQ)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 e 27 de julho

172ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Local: Hotel Princesa Louçã - Belém

AGOSTO

08 a 10 de agosto

XV Jornada Nacional do HISTEDBR

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 de agosto

Seminário “Culturas Múltiplas, Política e Desafios das Resistências”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 de agosto

Minicurso “Viabilidade econômica de sistemas de integração: lavoura, pecuária e floresta”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de agosto

Roda de Conversa “O Trabalho da Psicologia junto a comunidades Quilombolas, Indígenas, tradicionais e de terreiros”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de agosto

Palestra “Verdade, objetividade e ética na pesquisa socioantropológica”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 a 16 de agosto

XXVI Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos

Local: *Campus* Bragança – UFPA

14 de agosto

I Colóquio Organizações Rurais e Desenvolvimento do Campo

Local: *Campus* Cametá – UFPA

20 a 24 de agosto

Curso “Relacionamento com o público: aprimorando o atendimento da universidade à comunidade”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

21 de agosto

Seminário “Culturas Múltiplas, Política e Desafios das Resistências”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 de agosto

Palestra “A política de diversidade e combate à discriminação na UFPA”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22, 23, 24 e 29 de agosto

I Workshop em Criatividade, Inovação e Inteligência Artificial

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

**23 a 31 de agosto**

I Circuito Acadêmico do Curso de Tecnologia em Agroecologia da UFPA

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA

23 a 24 de agosto

I Mostra Ciência no Sal

Local: *Campus* Salinópolis – UFPA

23 a 24 de agosto

II Colóquio da Linha Formação de Professores, Trabalho Docente Teorias e Práticas Educacionais

Local: *Campus* Salinópolis – UFPA

29 de agosto

Aula pública “Cidade democrática: o embate entre demofobia e demofilia”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

29 a 31 de agosto

II Simpósio de Geotecnologias

Local: *Campus* Ananindeua – UFPA

30 e 31 de agosto

Colóquio Culturas e Linguagens PPGEDUC e VI Diálogos Científico do *Campus* Universitário

Local: *Campus* Cametá – UFPA

30 e 31 de agosto

Seminário “A Clínica Fenomenológica: Vivências nas instituições de ensino e saúde”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

SETEMBRO**03 a 06 de setembro**

VII Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENEBio)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

04 a 06 de setembro

I Colóquio Mesorregional de Soure

Local: *Campus* Soure – UFPA

09 a 16 de setembro

XXII Encontro Nacional de Estudantes de Artes (Enearte)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 de setembro

Minicurso “Rompimentos amorosos e ideias suicidas: por que o sofrimento de uma separação gera a vontade de se matar?”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 a 12 de setembro

Mostra “Cinema e Ditadura”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

11 a 13 de setembro

VII Congresso Latino-Americano de Professores de Línguas (CLAFPL)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de setembro

XI Seminário Brasil em Números

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 a 15 de setembro

I Colóquio de Educação, Políticas e Sociedade

Local: *Campus* Cametá – UFPA

13 a 14 de setembro

30 Anos *Campus* Abaetetuba

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA

14 de setembro

Jornada de Cooperação Internacional UFPA: “O ensino de línguas estrangeiras na América Latina: boas práticas no uso de tecnologias” (Prof. José Luis Ramírez Romero - Universidade de Sonora, México)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

14 de setembro

III Seminário em Alusão ao Dia Internacional e Nacional do Surdo (Sadins)

Local: *Campus* Castanhal – UFPA

14 e 15 de setembro

5ª edição do Encontro Nacional de Artes Marciais e Esportes de Combate (ENAMEC)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 e 18 de setembro

III Seminário Nacional de Acessibilidade, Inclusão e Tecnologia e o I Fórum Permanente de Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior da Região Norte

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 e 19 de setembro

II Workshop de Introdução à Inovação com Teoria

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 a 21 de setembro

III Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA



19 a 22 de setembro

III Seminário Nacional de Integração

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 de setembro

Palestra “Ética no Serviço Público”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 de setembro

Palestra “Mulheres na Ciência e Engenharia: conquistando espaço na área tecnológica”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 de setembro

Jornada de Cooperação Internacional UFPA: “Coreia e Brasil: Vizinhos Distantes” (Kiseok Michael Kang - Diplomata da Embaixada da República da Coreia no Brasil)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

24 a 28 de setembro

Oficina de Gestão de Riscos Aplicada ao Processo de Aquisição na UFPA

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 de setembro

III Seminário Circuito de Leitura

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 a 26 de setembro

III Fórum das Coordenadorias de Planejamento, Gestão e Avaliação (CPGA) – Administração Pública: Análise e Prospecção

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 de setembro

Café com Debate: “Valorização da Vida”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 de setembro

Aula magna “A prática do pesquisador em comunicação”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 e 28 de setembro

Colóquio de Língua Inglesa de Capanema (CLIC)

Local: *Campus* Cametá – UFPA

27 a 30 de setembro

Fórum Circular: Patrimônio, Cidadania e Sustentabilidade

Local: Mercedários – UFPA

28 de setembro

Simpósio e Diplomação dos Membros Afiliados da Regional Norte

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

OUTUBRO

01 a 05 de outubro

I Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

02 de outubro

4º Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE) Day

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

02 a 05 de outubro

IX Jornada de Análise do Comportamento de Belém (JAC Belém)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

03 a 04 de outubro

II Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (Siepe)

Local: *Campus* Soure – UFPA

08 e 09 de outubro

I Workshop de Sistemas Interativos

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 de outubro

4ª Roda de Conversa sobre Saúde Emocional

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 de outubro

Palestra “Ferramentas de Gestão Estratégica para Dirigentes de Unidade”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

16, 26 e 30 de outubro

Palestras Outubro Rosa Casmuc

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 de outubro

II Seminário Sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 de outubro

Debate “Universidade Pública: uma Instituição no Estado de direito”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 de outubro

Mesa “Descolonialismo/decolonialismo e as questões do ensino/aprendizagem em Arte”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

**18 e 19 de outubro**

I Seminário de Cinema Audiovisual

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 a 25 de outubro

Semana de Extensão Quinto Elemento - Ritmo e Poesia da Amazônia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 a 26 de outubro

I Encontro de Ecologia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 e 26 de outubro

Colóquio “A pós-verdade é verdadeira ou falsa?”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

30 de outubro

VIII Seminário Semana da Criança

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

30 e 31 de outubro

VII Jornada de Estudos em Psicologia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

31 de outubro

Minicurso “A Saga do Derrotado Invencível na Literatura Brasileira: Metamorfoses de Dom Quixote”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

NOVEMBRO**05 a 07 de novembro**

II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 a 07 de novembro

X Seminário de Pesquisa em Teatro - Teatro, Escola e Sociedade: Persistência e Resistência

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 a 09 de novembro

VI Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia (VI CIELLA)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 e 08 de novembro

VII Seminário Direito Penal e Democracia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 a 09 de novembro

III Encontro de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

07 a 09 de novembro

Fórum de Graduação e Fórum das Licenciaturas da UFPA

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

08 e 09 de novembro

II Diálogos entre Educação Básica e Universidade

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 de novembro

E-Codaf, Encontro Competências Digitais para Agricultura Familiar

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

09 de novembro

Semana Global do Empreendedorismo Universitec

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

10 de novembro

Minicurso de Microsoft Excel 2010 e Estatística Descritiva Básica

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

12 a 14 de novembro

I Seminário Conexões

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

12 a 14 de novembro

I Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA

12 a 14 de novembro

I Congresso Pan Amazônico de Matemática

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de novembro

Lançamento do livro “A Vida Misteriosa dos Matemáticos”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

13 de novembro

Caldeirada Comunicação e Cultura

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

19 e 20 de novembro

I Seminário de Diversidade

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA



19 e 20 de novembro

Seminário “Governança Territorial na Amazônia: possibilidades e desafios em uma agenda democrática”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 de novembro

Consciência Negra EAUFGPA

Local: Escola de Aplicação da UFPA

21 a 23 de novembro

Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia 2018

Local: SESC Boulevard, Unama e *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

21 a 23 de novembro de 2018

VI Seminário de Avaliação Interna do GEDAI

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 e 23 de novembro

Seminário “Afro-Latino-América e o Caribe: pensamento e ação contra a escravidão, o racismo e em prol da igualdade”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

22 e 23 de novembro

I Semana de Inclusão e Acessibilidade do *Campus* de Ananindeua

Local: *Campus* Ananindeua – UFPA

23 de novembro

I Encontro Acadêmico-Cultural Associação de Estudantes Estrangeiros

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

23 de novembro

I Simpósio em Doenças Neurodegenerativas

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

23 de novembro

15º Ciclo de debates do NUMA – “Desenvolvimento local no contexto do antropoceno”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

25 e 26 de novembro

1º Seminário Nacional Alfabetização sem cartilha

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

26 a 28 de novembro

Seminário de “Diversidade na Universidade”

Local: *Campus* Soure – UFPA

26 a 29 de novembro

Curso “Pesquisa em Comunicação”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 a 30 de novembro

6º Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias (Grupecí)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 de novembro

I Seminário Socialidades, Intersubjetividades e Sensibilidades Amazônicas

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

27 de novembro

Ciclo de mesas-redondas centradas nas Experiências Educativas em Artes Visuais na Amazônia Paraense

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

28 a 30 de novembro

VII Seminário de Economia Política da Amazônia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

29 de novembro

Oficina de Empreendedorismo e Inovação em Ambientes Universitários

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

30 de novembro

Minicurso de Currículo Lattes

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

DEZEMBRO

03 a 04 de dezembro

I Encontro Cultural Latinoamericano José Martí (ECLA-JM)

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA

04 a 07 de dezembro

III Simpósio Paraense de Ciência e Biotecnologia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

04 a 08 de dezembro

I Seminário Internacional Linguagens, Saberes e Sociodiversidade na Amazônia

Local: *Campus* Bragança – UFPA

05 a 06 de dezembro

IV Seminário de Bioantropologia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 a 07 de dezembro

VI Encontro de Arte e Cultura da Região Norte – UFPA 2018

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

**05 a 07 de dezembro**

II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

05 a 07 de dezembro

III Simpósio Internacional Cidades, Territórios e Identidades (SINCITI)

Local: *Campus* Abaetetuba – UFPA

10 a 14 de dezembro

8th Workshop on Renewable Energy and Nanotechnology

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

11 de dezembro

Jornada de Cooperação Internacional UFPA: “A atualidade dos estudos clássicos” (Prof. Dr. Yiannis Petropoulos - Universidade Democritus da Trácia, Grécia, e Universidade de Harvard, EUA)

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

11 de dezembro

Palestra “Comunicação entre diferentes reinos: a linguagem da sinalização entre micróbios e hospedeiro” e Minicurso “O que é ciência? Os meandros dos projetos e dos papers”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

11 e 12 de dezembro

X Fórum da Coordenação de Pesquisa e Extensão

Local: Escola de Aplicação da UFPA

11 a 13 de dezembro

I Colóquio Internacional Atualidade dos Clássicos

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

12 de dezembro

Minicurso Maquinaria Distópica: 1984 e Verde Vagomundo

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

14 de dezembro

Seminário História Social da Arte

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 a 19 de dezembro

II Escola de Verão Paraense de Química e IV Encontro Regional da SBQ-PA

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 de dezembro

Bate-papo “Jornalismo Esportivo, Cultura Popular e a Questão da Autoridade Jornalística”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

17 de dezembro

I Seminário Internacional Dinâmicas Territoriais

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

18 de dezembro

Roda de conversa “A mensagem de Natal e a conjuntura política brasileira: como falar de gênero, sexualidade e racismo?”

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

20 e 21 de dezembro

II Simpósio Paraense de Artes Marciais e Esportes de Combate

Local: *Campus* Guamá (Belém) – UFPA

2.3.4. Principais documentos divulgados

A UFPA divulga regularmente uma série de relatórios e documentos com informações referentes à Gestão Orçamentária, Prestação de Contas Anuais, Anuário Estatístico, Plano de Desenvolvimento Institucional, dentre outros:

Plano de Gestão Orçamentária: <http://proplan.ufpa.br/index.php/pgo>

Relatório de Gestão: <http://proplan.ufpa.br/index.php/relatorio-de-gestao>

Anuário Estatístico: <http://www.anuario.ufpa.br/>

Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025: <http://proplan.ufpa.br/index.php/component/content/article?layout=edit&id=162>.

Destaca-se ainda que no site da Auditoria Interna estão disponíveis os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna e Normas dos Órgãos de Controle para transparência da Gestão. [Acesse](#)





3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos, alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), tem por objetivo orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos das atividades da UFPA, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais como subsídio à tomada de decisão.

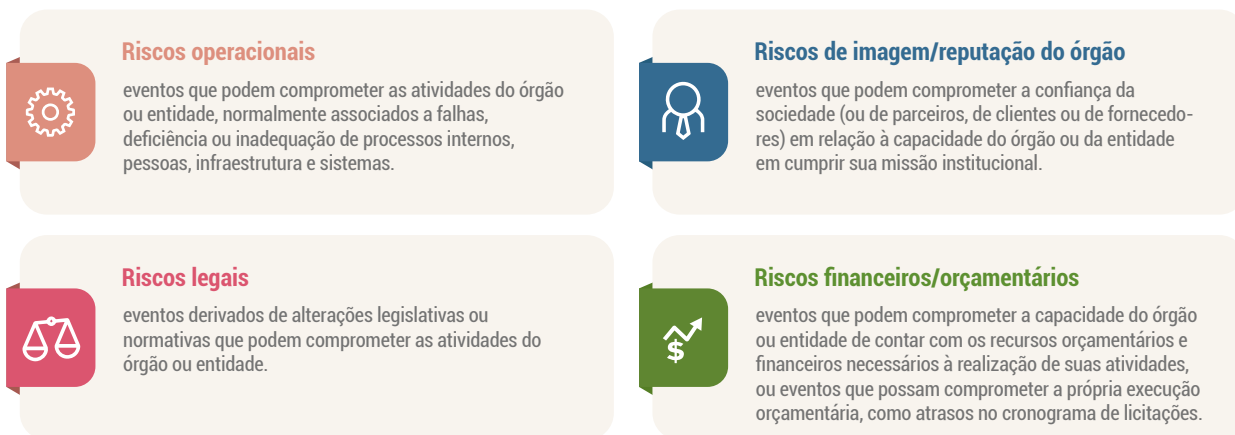
3.1 Elaboração e aprovação da Política de Gestão de Riscos da UFPA

No dia 10 de maio de 2018, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta (IN) 01/2016, do Ministério do Planejamento e Controladoria Geral da União (CGU), que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal e informa que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança. A IN prevê em sua composição que a política de gestão de riscos deverá ser instituída pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em até doze meses a contar de sua data de publicação e que essa política deveria especificar ao menos:

- ▶ Princípios e objetivos organizacionais.
- ▶ Diretrizes sobre como a gestão de riscos será integrada ao planejamento estratégico, aos processos e às políticas da organização; como e com qual periodicidade serão identificados, avaliados, tratados e monitorados os riscos; como será medido o desempenho da gestão de riscos; como serão integradas as instâncias do órgão ou entidade responsáveis pela gestão de riscos; a utilização de metodologia e ferramentas para o apoio à gestão de riscos; e o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos.
- ▶ Competências e responsabilidades para a efetivação da gestão de riscos no âmbito do órgão ou entidade.

Conforme o Art. 18 da Instrução Normativa Conjunta (IN) 01/2016, os órgãos e entidades, ao efetuarem o mapeamento e avaliação dos riscos, deverão considerar, entre outras possíveis, as seguintes tipologias de riscos (Figura 6).

Figura 6. Tipos de riscos possíveis



Nesse sentido, a Universidade Federal do Pará (UFPA) emitiu, em 12 de abril de 2017, a Portaria n. 1.969/2017 que designou a Comissão Especial para elaboração da Política de Gestão de Riscos da UFPA, composta por servidores das Pró-Reitorias, Prefeitura da UFPA, Auditoria Interna (AUDIN), Assessoria do Reitor e pelo Vice-Reitor da Universidade, presididos por um servidor da Auditoria Interna (AUDIN).

Foram realizadas pesquisas, levantamento de dados e reuniões com os membros da Comissão para elaboração da minuta da política. No dia 06 de julho de 2018, a Comissão reuniu-se com o Reitor da UFPA com a finalidade de discutir os resultados dos trabalhos e apresentar o texto da Política de Gestão de Riscos (PGR) a ser encaminhado para apreciação e aprovação pelo Conselho Universitário (CONSUN).

Figura 7. Reunião de apresentação da minuta da PGR



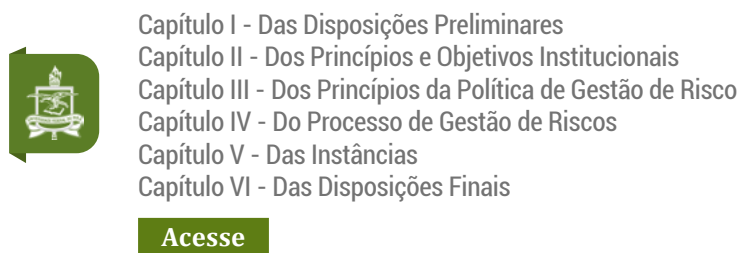
Fonte: Ascom UFPA

A PGR foi submetida e aprovada no Conselho Universitário (CONSUN) em julho de 2018. Vale ressaltar que a Política foi submetida para apreciação do Conselho na reunião realizada no mês de dezembro de 2017, porém, foi deliberada a retirada do processo por solicitação da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para manifestação quanto ao parecer da Câmara de Legislação e Normas (CLN) que recomendava alterações na política relacionadas às instâncias e respectivas competências e responsabilidades para a efetivação da gestão de riscos no âmbito da Universidade.



Assim, a Política de Gestão de Riscos da UFPA foi aprovada através da Resolução CONSUN n. 778, de 03 de julho de 2018, com a finalidade de estabelecer os princípios e as diretrizes para o tratamento dos riscos na Instituição, contribuindo para o alcance de seus objetivos estratégicos. A PGR está estruturada em seis capítulos, conforme abaixo:

Figura 8. Política de Gestão de Riscos da UFPA



O referencial metodológico da Gestão de Riscos da UFPA será proposto pela Diretoria de Gestão Estratégica (DIGEST) da PROPLAN e submetida para aprovação do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC). Temas afeitos à gestão de governança, integridade, riscos e controles internos deverão compor a Política de Capacitação da UFPA.

A implementação da PGR da UFPA será realizada de forma gradual e contínua, com prazo de conclusão de 60 meses, a contar da data de sua publicação. O texto completo da Política de Gestão de Riscos pode ser consultado no site da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores da UFPA, no endereço www.sege.ufpa.br.

3.2 Capacitações e aprendizagem

Vale ressaltar que ainda no ano de 2017, anterior à aprovação da Política da Gestão de Riscos, foram ofertados dois cursos com essa temática para capacitação dos servidores da UFPA.

Figura 9. Capacitações na área de Gestão de Riscos em 2017



CURSO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

30 a 31 de março de 2017

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)

Em parceria com a CGU, a SUDAM ofertou o curso de Gestão de Riscos e Controles Internos para aproximadamente duzentos servidores de 13 órgãos e instituições públicas federais e da Auditoria Geral do Estado do Pará. O curso foi ministrado pelo assessor de Controle Interno do Ministério das Cidades, tendo caráter teórico e prático. Na oportunidade, servidores de diversas unidades da UFPA compreenderam como preencher uma matriz de risco e conheceram os principais conceitos sobre a gestão de riscos.



Fonte: Ascom SUDAM

CURSO GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS - TEORIA E PRÁTICA

28 a 30 de novembro de 2017

Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento
(CAPACIT) da UFPA

O curso Gestão de Riscos e Controles Internos – Teoria e Prática foi ministrado pela Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação (Fonai-MEC), em parceria com a CGU, com o objetivo de apresentar os conceitos de Gestão de Riscos necessários à implementação da estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos prevista pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01/2016.

Fonte: Ascom UFPA



3.3 Mapeamento de riscos no processo de aquisições

Em atendimento ao Acórdão n. 1.679/2015-Plenário do TCU, referente à governança e gestão das aquisições, a UFPA respondeu às recomendações e determinações com ações para implementação. Dentre essas, foram apresentadas ações na temática gestão de riscos para o processo de aquisições.

Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) iniciou, no final do ano de 2017, um trabalho para identificação e mapeamento dos riscos do processo de aquisições. Esse trabalho foi concluído no primeiro semestre de 2018, sendo identificados 77 riscos com a respectiva mensuração da escala de probabilidade e impacto de ocorrência, assim como as possíveis respostas de tratamento desses riscos. Os riscos foram agrupados por etapa do processo de aquisições, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Quantidade de riscos mapeados por etapa

Descrição da Etapa	Quant.riscos
Etapa 1 - Planejamento	5
Etapa 2 - Seleção do fornecedor (licitação ou outra forma) para compras	4
Etapa 3 - Edital	3
Etapa 4 - Parecer jurídico	2
Etapa 5 - Gerenciamento da ata de registro de preços e dos empenhos	3
Etapa 6 - Recebimento e entrega de material no almoxarifado ou na Unidade	5
Etapa 7 - Etapa final do processo de compras	2
Etapa 8 - Gestão e fiscalização do contrato	14
Etapa 9 - Acompanhamento e fiscalização dos contratos	11



Descrição da Etapa	Quant.riscos
Etapa 10 - Recebimento provisório e definitivo dos serviços	7
Etapa 11 - Repactuação e reajuste de preços dos contratos	9
Etapa 11 - Desconformidade da proposta, retenção de garantia e crédito, pagamento e sanções	9
Etapa 13 - Encerramento dos contratos	3

Fonte: PROAD

A seguir, são destacados alguns riscos mapeados e mensurados com alta probabilidade de ocorrência e alto impacto na consecução dos objetivos de acordo com cada etapa do processo de aquisições.

Quadro 2. Descrição de riscos mapeados e proposta de mitigação

Descrição da Etapa	Risco Identificado	Proposta para mitigação
Etapa 1 - Planejamento	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos.	Utilização de termo de referência padrão que liste os critérios mínimos para especificação: cor, formato, textura, espessura, temperatura, tamanho, material, voltagem e condições, entre outros, exatamente como o pretendido, de modo que contemple todas as informações necessárias do objeto ou serviço.
Etapa 2 - Seleção do fornecedor (licitação ou outra forma) para compras	Retardo, aumento do custo e diminuição da transparência ao realizar o procedimento de aquisição por dispensa de licitação (compra direta)**.	Divulgar e estimular o uso da cotação eletrônica para aquisição, com base no inciso II do Art. 24 da Lei n. 8666/1993.
Etapa 3 - Edital	Cláusulas de penalidade genéricas (ou sua ausência) para comportamentos inadequados das licitantes durante o pregão**.	Revisão anual das cláusulas de penalidade do edital.
Etapa 4 - Parecer jurídico	Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na avaliação de legalidade executada pela assessoria jurídica, levando a avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade e a não avaliação de outros com alto risco de ilegalidade (por exemplo, erros já detectados em outros certames e não examinados)**.	Padronização de lista de verificação com itens mínimos que a assessoria jurídica deve avaliar a fim de emitir sua aprovação.
Etapa 5 - Gerenciamento da ata de registro de preços e dos empenhos	Impossibilidade de contratar material/serviço com fornecedor pelo fato de ter sofrido a penalidade de impedimento de licitar com a união.	Estimular que os fornecedores façam o cadastro de remanescentes no momento em que for realizada a homologação da licitação registro de preços.



Descrição da Etapa	Risco Identificado	Proposta para mitigação
Etapa 6 - Recebimento e entrega de material no almoxarifado ou na Unidade	Envio de material para uma unidade diferente da solicitante*.	Entregar material conforme mapa de distribuição e/ou empenho.
Etapa 7 - Etapa final do processo de compras	Contratação de fornecedores que repetidas vezes não cumprem com suas obrigações a contento.	Inserção de ocorrências no catálogo de fornecedores e reunião de notificações para instrução de processo de aplicação de penalidade.
Etapa 8 - Gestão e fiscalização do contrato	Falha na coordenação das atividades de fiscalização técnica, administrativa, do setor e do usuário.	Regulamentação das atribuições do fiscal e gestor dos contratos.
Etapa 9 - Acompanhamento e fiscalização dos contratos	Falta de registro em atas das reuniões entre contratante e contratada, com a presença de gestor do contrato, preposto, fiscal ou equipe responsável pela fiscalização e, se for o caso, a equipe de planejamento da contratação.	Regulamentação dos procedimentos de gestão dos contratos.
Etapa 10 - Recebimento provisório e definitivo dos serviços	Recebimento provisório não executado pelo fiscal, técnico, administrativo, setorial ou equipe de fiscalização.	Regulamentação dos procedimentos de gestão dos contratos.
Etapa 11 - Repactuação e reajuste de preços dos contratos	Repactuar sem observar a elevação dos custos da contratação e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos*.	Regulamentação dos procedimentos de gestão dos contratos.
Etapa 12 - Desconformidade da proposta, retenção de garantia e crédito, pagamento e sanções	Não reter a garantia contratual, os valores das Notas Fiscais ou Faturas até a comprovação do pagamento da rescisão com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	Regulamentação dos procedimentos de gestão dos contratos.
Etapa 13 - Encerramento dos contratos	Relatório final apresentado pelos fiscais sem registros das ocorrências da fase de execução do contrato, após a conclusão dos serviços, que deveria funcionar como fonte de informação para futuras contratações.	Regulamentação dos procedimentos de gestão dos contratos.
* Risco(s) identificado(s) com média probabilidade de ocorrência.		
** Risco(s) identificado(s) com médio impacto.		

Fonte: PROAD

Ainda em atendimento ao Acórdão, a UFPA relacionou no Plano de Ações de Capacitação (PAC) 2018, atividades para atendimento às recomendações e determinações do TCU, prevendo a oferta das oficinas na temática Gestão de Riscos. Sendo assim, após sondagem do CAPACIT e reuniões de alinhamento, a Diretoria de Gestão Estratégica da PROPLAN ministrou dois cursos conforme a Figura 10.



Figura 10. Capacitações na área de Gestão de Riscos em 2018



CURSO GESTÃO DE RISCOS NA UFPA

27 a 31 de agosto de 2018

DIGEST | PROPLAN

Com carga de 20 horas, o objetivo geral do curso foi capacitar os servidores da Universidade quanto aos conceitos relacionados à Gestão de Riscos, abordando metodologias, ferramentas e etapas para o gerenciamento de riscos, a fim de antever riscos por meio de sua identificação, análise e elaboração de um plano de respostas. Os participantes conheceram a normatização referente à Gestão de Riscos, assim como importância e benefícios dessa metodologia, conhecendo as etapas do processo de Gerenciamento de Riscos e o normativo da Política de Gestão de Riscos da UFPA. Além de servidores técnico-administrativos e docentes, o curso contou ainda com a participação de uma representante da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e de uma servidora do Tribunal de Contas do Estado (TCE).



Fonte: DIGEST | PROPLAN



CURSO GESTÃO DE RISCOS APLICADA AO PROCESSO DE AQUISIÇÃO NA UFPA

24 a 28 de setembro de 2018

DIGEST | PROPLAN e DCS | PROAD

Ministrado pela DIGEST | PROPLAN, em parceria com a Diretoria de Compras e Serviços da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), com carga de 20 horas, o objetivo do curso foi apresentar os principais conceitos relacionados à Gestão de Riscos e identificar os principais riscos relacionados às aquisições e contratações públicas, seus respectivos controles internos, de modo a fornecer instrumentos para compreensão dos procedimentos que poderão auxiliar na tomada de decisões de forma mais segura.



Fonte: DIGEST | PROPLAN

Vale ressaltar que esse cursos fizeram parte de uma trilha de capacitação voltada para a Gestão de Riscos, com a finalidade principal de capacitar os servidores nessa temática e oportunizar que os mesmos, que tratam diretamente de atividades envolvendo o processo de aquisições nas Subunidades da UFPA, pudessem contribuir na identificação dos riscos a partir da própria percepção como público. É importante também destacar que os riscos identificados durante o segundo curso já faziam parte do rol de 77 riscos mapeados pela PROAD, alinhando-se, portanto, a percepção da área gestora com o público nas Subunidades.



3.4 Perspectivas, projeções e desafios

Para o ano de 2019, a UFPA tem a perspectiva de iniciar efetivamente a implementação da Política de Gestão de Riscos (PGR) alinhada ao planejamento estratégico vigente, buscando definir planos de tratamentos para os riscos. Para isso, a DIGEST | PROPLAN ampliará o seu quadro de pessoal com mais um servidor de nível superior que atuará de forma permanente na temática. A primeira atividade do servidor será realizar um estudo para elaboração e proposição do referencial metodológico de gestão de riscos que será adotado pela Universidade, definindo os parâmetros para a matriz e etapas de gerenciamento dos eventos de riscos.

Novas capacitações também já estão previstas no Plano de Ações de Capacitação 2019 e capacitações específicas serão prospectadas para qualificação do servidor da DIGEST | PROPLAN que será responsável pela condução desse processo na UFPA.

Prevê-se, inicialmente, a realização de um piloto com uma Unidade para experimentação da metodologia, a partir da qual poderão ser feitas as correções necessárias no referencial. O grande desafio, contudo, será a mudança de cultura na Instituição, visto que se trata de uma nova ferramenta de gestão que requer o envolvimento dos servidores para sua implementação, com o apoio da Administração Superior.



4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão

A seguir, são apresentados os resultados referentes ao exercício de 2018 dos objetivos estratégicos presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 da UFPA. Ressalta-se que não ocorreram projetos e programas financiados com recursos externos no exercício de 2018.



4.1.1 Formação de profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania 🇧🇷

O dinâmico contexto político, econômico e social que o Estado brasileiro tem vivenciado suscita às Instituições Federais de Ensino Superior, um pensar mais cuidadoso sobre os caminhos idealizados na formação de seu corpo discente, de forma a lhes garantir não somente a aquisição de competências necessárias ao pleno exercício profissional e adequação às exigências do mercado de trabalho, mas também o entendimento de seu papel na participação de forma ativa, organizada e consciente na construção da sociedade. Desse modo, tem pautado as ações da UFPA o compromisso em formar profissionais com competência técnico-científica e consciência ética, autônomos e críticos, aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania. Para alcançar esse objetivo, a Instituição focou nos seguintes Programas:



Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação (PGRAD)/Monitoria

O Programa visa ao envolvimento de discentes na atividade de monitoria, como forma de incrementar sua formação acadêmica, teve um grande impulso em 2018.

Fonte: PROEG

200
projetos
submetidos
e aprovados

350
bolsas
concedidas
em 2018

270
bolsas
concedidas
em 2017

Ampliação das Oportunidades de Estágio Acadêmico, em nível nacional

Em 2018, houve a maior diversificação de cursos representados, decorrentes do aumento no número de convênios e contratos estabelecidos com empresas e órgãos públicos. Esse crescimento se deu em função da redução do tempo de tramitação dos processos de convênio até sua publicação, gerando uma avaliação de satisfação por parte dos órgãos públicos e empresas.

Fonte: PROEG

2.031
discentes
envolvidos
em estágio
acadêmico

Formação Continuada para Docentes da UFPA

Participação de docentes dos *Campi* de Abaetetuba, Belém, Bragança, Breves e Cametá.

A formação continuada para docentes é obrigatória para os docentes em estágio probatório e aberta aos demais docentes. Destaca-se a manifestação positiva dos docentes quanto à relevância das atividades.

Fonte: PROESP

30
turmas de
formação
continuada,
com temáticas
variadas para
os docentes
ingressantes
entre 2016 e
2018

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

A importância da iniciação científica na formação acadêmica dos discentes é inquestionável. Assim, a UFPA tem empreendido esforços no sentido de ampliar a quantidade e a abrangência do programa PIBIC, criando diferentes modalidades de bolsa, como o PIBIC interior, específico para os *Campi* do interior do estado e PIBIC AF, para contemplar discentes das ações afirmativas.

Fonte: PROESP

1.492
bolsas
concedidas em
2018

Aumento de
29,4%
em relação ao
número
de bolsas de 2017



Taxa de sucesso da graduação

O desempenho do indicador *Taxa de Sucesso da Graduação* (relação entre o número de ingressos e egressos) correspondeu a 95,9% do valor estipulado como meta para 2018, cerca de 5% menor que o obtido em 2017. A avaliação detalhada desse resultado revelou que um dos fatores que impactou no desempenho foi a descontinuidade sofrida pelos cursos ofertados pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no ano de 2015, devido à suspensão de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a execução das atividades daquele ano. Isso ocasionou um atraso na integralização dos cursos, que deveria ocorrer em 2018. Esse atraso reduziu a taxa de sucesso esperada na graduação, visto que há um número significativo de turmas ofertadas pelo Programa.

Fonte: PROEG

2018 Desempenho	2017 Desempenho
75,63%	79,74%
Meta:	Meta:
78,85%	78,35%

Taxa de sucesso da pós-graduação

O investimento institucional na pós-graduação, realizado por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), já vem ocorrendo há alguns anos, quando da implantação do Programa de Acompanhamento dos Cursos, o qual envolve consultores *ad hoc* que avaliam as condições acadêmicas e administrativas dos programas de pós-graduação, propondo melhorias, além de acompanhar as ações desenvolvidas e o atingimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Como resultado, a taxa de sucesso dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* aumentou em 15,9% em comparação com o resultado de 2017, apesar de o desempenho obtido estar abaixo do esperado, correspondendo a 88,9% da meta estabelecida para 2018.

Fonte: PROPESP

2018 Desempenho	2017 Desempenho
71%	61,26%
Meta	Meta
80%	80%

Uma análise mais detalhada, por curso, revelou que a grande maioria dos Programas de Pós-Graduação com baixo desempenho são cursos de Mestrado Profissional e, dentre esses, estão os cursos que iniciaram suas atividades há menos de cinco anos. Atribui-se a isso o fato de que os mestrados profissionais são autossustentáveis e não recebem bolsas da CAPES. Dessa forma, acredita-se que esses cursos necessitam de um tempo maior para consolidação de seus desempenhos. Pontualmente observa-se baixo desempenho em curso de mestrado acadêmico na área das engenharias. O exame do histórico dos alunos desligados revela um baixo desempenho (reprovações) em disciplinas, reproduzindo o que ocorre na graduação da área.



Programa de Acompanhamento do Egresso

Esse Programa ainda não foi implementado na Instituição, de modo que o desempenho do indicador Índice de Empregabilidade/ocupação do Egresso foi nulo, mesmo a meta prevendo um percentual de 47%.

No entanto, houve avanço na elaboração do programa, com a construção de um questionário e o desenvolvimento de um aplicativo para seu preenchimento com acesso via diferentes mídias.

Programa Gestão de Qualidade

A UFPA entende que a qualidade da gestão dos cursos, tanto de graduação como de pós-graduação, reflete diretamente no sucesso acadêmico dos discentes. Tanto é que incluiu no PDI o objetivo estratégico *Aprimorar a Gestão Acadêmica*. Assim, em 2018, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) implementou o Programa Gestão de Qualidade para os cursos de graduação, que envolve a inclusão de administradores para assumir a direção administrativa de cursos. O programa deverá ser estendido para outras Unidades.

Fonte: PROEG

7
Unidades
Acadêmicas
participantes

Para 2019, está prevista a implementação de novos programas, incluindo o acompanhamento de egressos e a mensuração do impacto dos programas já existentes nos cursos. A estratégia da Instituição para melhorar o índice de sucesso é intensificar o acompanhamento mais de perto do desempenho desses programas, principalmente com orientações para as coordenações. Dessa forma, as perspectivas para o alcance do objetivo estratégico e melhora no desempenho dos indicadores são bastante promissoras.

É preciso destacar, contudo, que há riscos e incertezas em relação ao alcance desses objetivos devido, principalmente, à perspectiva de redução de recursos, de maneira a prejudicar o funcionamento dos programas já em andamento e a implementação dos novos, conforme planejado.

4.1.2 Proposição de alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável ➡

É notória a atual necessidade de se fazer ciência em consonância com o respeito ao meio em que vivemos. Esse compromisso se acentua na medida em que a UFPA se destaca no cenário nacional e internacional como promotora do desenvolvimento amazônico. Portanto, centrado no conceito do desenvolvimento sustentável, abrangendo os pilares ambiental, social, cultural e econômico, a UFPA tem neste objetivo estratégico a necessidade de construir e compartilhar saberes e tecnologias com o intuito de preservar os ambientes naturais e o reaproveitamento de recursos por meio das pesquisas realizadas nos programas de mestrado e doutorado, do desenvolvimento de patentes e da produção científica de maneira geral. Para isso, tem impulsionado a pesquisa científica a partir das seguintes ações:



- ▶ Programa de Apoio à Publicação Qualificada (PAPQ)
- ▶ Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR)
- ▶ Programa de Apoio à Realização de Eventos (PAEV)
- ▶ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
- ▶ Programa de Estímulo ao Empreendedorismo e Inovação
- ▶ Programa de Incubação de Empresas de Base Tecnológica (PIEBT)
- ▶ Proteção à propriedade intelectual
- ▶ Transferência de tecnologia

Essas diversas ações contribuíram para que, no exercício 2018, a pesquisa e a pós-graduação fossem estimuladas por meio de apoio à publicação científica em periódicos qualificados, à criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, à promoção de eventos científicos e apoio aos docentes recém doutores e aos docentes doutores recém contratados pela Instituição. Além disso, recorrendo à Agência de Inovação (Universitec), a UFPA tem promovido a proteção, aplicação e a difusão do conhecimento, bem como o empreendedorismo inovador em prol da competitividade e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Tais investimentos impactam direta ou indiretamente na produção intelectual e na pós-graduação, gerando os seguintes resultados com base nos indicadores previstos no PDI 2016-2015 da Instituição:

Produção científica global em periódicos qualificados

A produção científica global da comunidade acadêmica da UFPA cresceu 3,4% em relação a 2017, o que representa um desempenho de 2,34% acima da meta.

Fonte: PROPESP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
6.079 artigos publicados	5.880 artigos publicados
Meta:	Meta:
5.940 artigos publicados	5.080 artigos publicados

Titulados de mestrado e doutorado

Foi obtido um crescimento significativo no número de titulados de mestrado e doutorado em 2018, superando em 11,7% o resultado de 2017. O total de titulados em 2018 corresponde a 99,9% de alcance da meta estabelecida.

Fonte: PROPESP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
1.554 titulados	1.391 titulados
Meta:	Meta:
1.555 titulados	1.415 titulados

Número de patentes

Os investimentos realizados não tiveram o mesmo impacto na geração de pedidos de patentes, cujo desempenho em 2018 representa 71,2% de alcance da meta. Além disso, observou-se que houve um decréscimo no desempenho em 54,3% comparado com o valor obtido em 2017. Esse baixo desempenho pode ser um reflexo da redução de recursos financeiros sofrido pelas Instituições Federais. No entanto, o fato de termos tido um crescimento no número de publicações pode representar uma opção dos pesquisadores, em detrimento da patente, já que o processo de publicação de artigos é mais rápido, mantendo assim a produtividade dos pesquisadores em patamares adequados. Outro aspecto a considerar é o aprimoramento do sistema de análise dos pedidos, para aumentar a chance de sucesso da obtenção da patente. Como o custo do registro de uma patente é elevado, a análise de cada processo passou a ser mais criteriosa na Instituição.

Fonte: PROPESP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
42 patentes	92 patentes
Meta:	Meta:
59 patentes	53 patentes

Esses resultados positivos reforçam a importância dos investimentos realizados junto aos pesquisadores, por meio dos programas institucionais. Porém, no que tange aos impedimentos para o alcance desse objetivo estratégico, é importante destacar que a redução dos recursos para Ciência e Tecnologia ocorridos em 2018, somados às profundas mudanças estruturais nas agências de fomento e nos Ministérios na nova gestão do Governo Federal geraram muitas incertezas com relação ao percentual de pesquisas, à definição de áreas de conhecimento prioritárias, dentre outros aspectos.

Nesse cenário, como desafios e próximos passos, a UFPA prevê a ampliação de parcerias, convênios e acordos, nacionais e internacionais, que são muito importantes para que a Instituição prossiga com o crescimento que vem apresentando. Ademais, a PROPESP, na busca de atingir seus objetivos com eficácia e eficiência e em função do crescimento da pesquisa e da pós-graduação na Instituição, prevê a expansão de seu quadro de recursos humanos e tecnológicos. A proposta é atender, com qualidade, as demandas que foram implementadas, possibilitando, assim, o alcance das metas pretendidas no PDI 2016-2025.

4.1.3 Aprimoramento da gestão acadêmica 📌

A intensificação da expansão da educação superior ocorrida na última década viabilizou condições mais favoráveis para a democratização deste nível de ensino, possibilitando o acesso de estudantes com perfis socioeconômicos diferenciados na Educação Superior. A partir desse processo, os desafios passam a ser a garantia de permanência e de êxito estudantil, bem como a manutenção ou ampliação do nível de qualidade dos cursos ofertados. Considerando que o enfrentamento exitoso desses desafios depende diretamente de uma gestão acadêmica de qualidade, a Instituição deve implementar ações que contribuam para uma gestão de excelência.



Nesse sentido, a UFPA, por meio da PROEG, implantou o programa PGRAD Gestão de Qualidade, que compreende a lotação de técnicos em administração para firmarem parceria com os diretores de Subunidades na gestão administrativa dos cursos de graduação. Foram escolhidas sete Unidades Acadêmicas para a implantação do programa em 2018. Em reuniões de trabalho, a Diretoria de Inovação/PROEG tem recebido *feedback* positivo dos gestores dessas unidades, com 50% delas relatando melhorias administrativas na gestão das faculdades envolvidas. Contudo, há outras Unidades que ainda estão estruturando o aprimoramento dessa gestão, em ritmos menos acelerados.

O acompanhamento da qualidade dos cursos e do sucesso estudantil é fundamental, de modo que processos que possibilitem um diagnóstico dos cursos são necessários, a fim de gerar dados que subsidiem ações voltadas a melhorias nos cursos. Assim, a PROEG estruturou um sistema de autoavaliação dos cursos de graduação, AVALIA, inserido no sistema SIGAA. O AVALIA é composto por formulários específicos, contemplando as seguintes dimensões de análise: participação em atividades acadêmicas; autoavaliação discente e docente; avaliação da infraestrutura; avaliação da ação docente pelo aluno; avaliação da turma pelo docente. O preenchimento do formulário está associado ao ato de matrícula (para os alunos) e de lançamento de conceitos (para os docentes), de modo a gerar dados referentes ao desenvolvimento de todas as atividades curriculares realizadas ao longo do ano. O AVALIA foi implantado em 2017, de forma experimental, obtendo-se baixa participação. Problemas técnicos foram identificados, sendo necessários aperfeiçoamentos no sistema em 2018. Com isso foi possível ampliar a participação, mas sua eficiência máxima ainda não foi alcançada. Como resultado dessas ações, é possível destacar:

Percentual de cursos que realizam autoavaliação

O percentual de cursos que realizam a autoavaliação obtido em 2018 superou a meta estabelecida. Vale destacar que os dados obtidos na autoavaliação devem ser analisados pela comunidade acadêmica dos cursos, a fim de subsidiar o planejamento de melhorias, o que ainda não foi realizado na maioria das Subunidades Acadêmicas.

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
64,9%	53%
Meta:	Meta:
50%	25%

Fonte: PROEG

Para 2019, o sistema foi parametrizado para tornar a autoavaliação compulsória, tanto para discentes como para docentes, de modo a garantir a coleta de informações mais próximas à realidade vivenciada pela comunidade acadêmica quanto à qualidade dos cursos, seja em infraestrutura física e de recursos humanos, seja quanto à proposta pedagógica. Ações junto às Subunidades serão o foco em 2019, a fim de estimular a utilização dos dados gerados para o planejamento dos cursos.

4.1.4 Fomento a ações integradas entre os Campi

A Universidade Federal do Pará, por sua natureza *Multicampi*, fomenta um Ensino Superior de qualidade, com o compromisso de produzir ciência, disseminar o conhecimento e formar cidadãos capazes de produzir as transformações necessárias para o crescimento e



o desenvolvimento humano do interior do estado do Pará. Nessa perspectiva, por meio de ações desenvolvidas pela Vice-Reitoria, a UFPA tem atuado na implementação de projetos de pesquisa com parceria entre os *Campi*, projetos de extensão que envolvam mais de uma Unidade, e programas e projetos de extensão realizados nos *Campi* do interior.

Para a consecução desse objetivo foram implementadas em 2018 as seguintes ações de apoio aos projetos de pesquisa *Multicampi*:

- ▶ PIBIC interior
- ▶ Programa de Formação em Arte e Cultura *Multicampi*Artes
- ▶ Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)

O fortalecimento e a expansão dessas ações de pesquisa e de extensão nos *Campi* do interior têm sido alguns dos focos da UFPA, por entender-se que a instalação de núcleos geradores de conhecimento no interior do estado e sua conexão com a comunidade local são fundamentais para o desenvolvimento regional. Para tanto, é necessário promover a fixação dos servidores doutores nos *Campi* do interior, bem como estimular sua produção intelectual e engajamento na pós-graduação, aumentando, assim, sua competitividade em editais de fomento e, conseqüentemente, o envolvimento da comunidade acadêmica.

As ações realizadas levaram à obtenção dos seguintes resultados:

Índice de programas e projetos de extensão nos Campi fora da sede

Houve um crescimento de 37,5% de programas e projetos de extensão nos *Campi* do interior, em comparação com os dados de 2017, superando a meta de 2018.

Fonte: PROEX

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
29,1%	21,16%
Meta:	Meta:
25 %	24%

Índice de Projetos de Pesquisa Multicampi

O índice de projetos de pesquisa *Multicampi* ultrapassou a meta em 66,96%. No entanto, esse resultado é inferior ao apurado em 2017. Neste ano, o registro de projetos era feito inicialmente junto à PROESP, mas, ao longo do ano passou a ser registrado pelo coordenador diretamente no Sistema Integrado de Gestão (SIG), de modo que, provavelmente, houve duplicação de dados, gerando o resultado de 20,92% em 2017.

Fonte: PROEX

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
9,60%	20,92%
Meta:	Meta:
5,75%	5%

A expansão de programas de apoio à extensão está prevista para 2019, com o lançamento do Programa de Extensão Solidária (PROXSOL), com o objetivo de apoiar projetos para geração de produtos, técnicas ou metodologias de baixo custo e que contribuam para a



inclusão e a melhoria de vida da população. No âmbito da Pesquisa, ação mais específica está prevista por meio do lançamento de edital de apoio a projetos de pesquisa *Multicampi*. No que se refere às incertezas e aos desafios para o alcance desse objetivo, destacam-se as políticas governamentais de apoio à Extensão e à Ciência e Tecnologia que estão se desenhando com as mudanças de prioridades, restrição de recursos orçamentários, o que deverá impactar nas políticas institucionais de Pesquisa e Extensão.

4.1.5 Elevação da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação 🏡

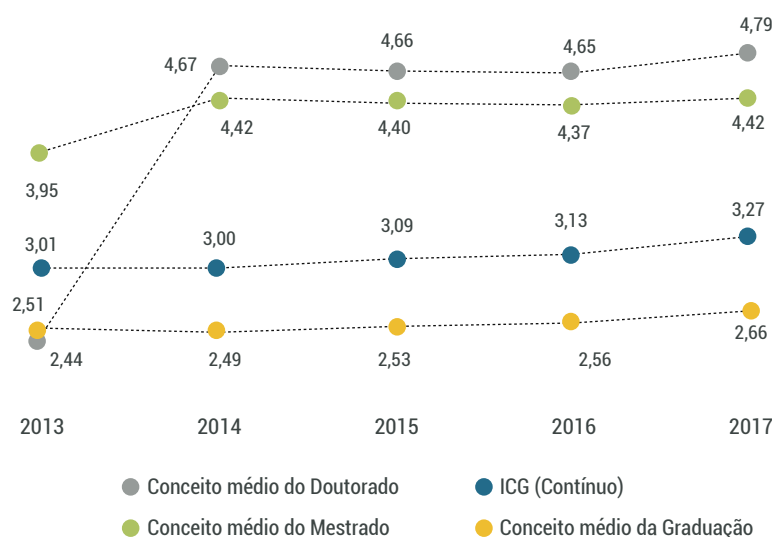
A Universidade Federal do Pará, visando um novo salto de qualidade na produção de conhecimento científico e na formação de profissionais de modo a contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico na Amazônia, investe no aperfeiçoamento da estrutura de seus cursos de graduação e pós-graduação. Desse modo, tem atuado no estabelecimento de processos que potencializem os aspectos positivos e mitiguem as fragilidades dos cursos, identificados a partir das avaliações internas e externas.

Nesse sentido, a PROEG e a PROPESP, têm dedicado esforços no alcance da melhoria no Índice Geral dos Cursos (IGC) no intervalo de três anos, a partir das seguintes ações:

- ▶ Programa de Acompanhamento Institucional dos Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*
- ▶ Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação (PGRAD)
- ▶ Programa de Apoio à Infraestrutura de Laboratórios de Ensino de Graduação (LABINFRA)
- ▶ Programa de Formação Continuada de Docentes
- ▶ Acompanhamento dos cursos de graduação na elaboração dos projetos pedagógicos
- ▶ Implementação do Sistema AVALIA UFPA

As ações priorizadas para consecução do objetivo foram intensificadas em 2018, com o intuito de elevar o Conceito Preliminar de Curso (CPC) dos cursos de graduação, cuja média é o indicador no cálculo do IGC com menor desempenho. Dentre essas ações, destacam-se o Acompanhamento dos Cursos de Graduação, por meio de orientação de discentes e gestores quanto ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), conscientização da importância de sua participação efetiva no processo e análise do desempenho dos cursos, bem como investimentos em infraestrutura por meio de edital de Apoio à Infraestrutura de Laboratórios de Ensino (PGRAD | LABINFRA). Somam-se a essas ações o Acompanhamento Institucional de Cursos de Pós-Graduação, o qual conta com a participação de consultores *ad hoc*, assim como o Programa de Formação Continuada de Docentes, voltado aos docentes em estágio probatório com formações diversas. Como resultado, destacam-se:

Gráfico 2. Histórico do IGC da UFPA 2013-2017



Fonte: PROEG

Em 2018, o indicador IGC da UFPA atingiu a meta estabelecida, mantendo-se na faixa 4. Embora a UFPA já tenha alcançado o IGC 4 desde 2013, o seu valor contínuo vem aumentando progressivamente, como mostrado no Gráfico 2. Em 2018, o crescimento foi de 4,5% em comparação com o valor obtido em 2017², em decorrência do aumento na média dos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado. O maior crescimento foi na média da graduação, com um aumento de 3,9%, enquanto que a média do mestrado cresceu 1,14% e do doutorado 3%, em comparação com os valores de 2017. Esses resultados reforçam a importância das ações estratégicas adotadas para impulsionar o alcance do objetivo.

O fortalecimento das ações de acompanhamento e investimento nos cursos de graduação e de pós-graduação, com o estabelecimento de procedimentos anuais de rotina e a elaboração de manuais, está previsto para 2019. As mudanças no cenário federal provavelmente se traduzirão em alterações na legislação vigente, requerendo maior esforço das coordenações de curso na apropriação das alterações e sua divulgação à comunidade acadêmica.

Todavia, a realização de todas as ações planejadas para o alcance das metas e do objetivo estratégico se traduz em mais desafios a serem superados. Há de se ampliar o quadro técnico-administrativo de Tecnologia da Informação (TI) para se alcançar a qualidade pretendida às ações de apoio aos cursos, reestruturar a infraestrutura física da PROEG para atendimento adequado dos coordenadores/professores dos cursos e aumentar o aporte financeiro da PROEG para apoiar o desenvolvimento dos cursos.

² O IGC final de 2018 será divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) até dezembro de 2019, uma vez que alguns dados para o cálculo serão obtidos durante o ano de 2019.



4.1.6 Integração das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

Com o objetivo de promover a formação do discente a partir da integração técnico-científica, social, pessoal e cultural, além de estreitar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, a UFPA, por meio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), tem estimulado o desenvolvimento de programas e projetos de extensão, por considerar que ações de extensão possibilitam a interlocução da Instituição com a sociedade de forma mais efetiva. Nesse sentido, a PROEX lança editais anuais de um conjunto de programas, dentre os quais, destacam-se:

- ▶ Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX): objetiva apoiar programas/projetos com potencial de implementar, de forma qualitativa, experiências acadêmicas com ênfase na inclusão social, fortalecendo e ampliando atividades de extensão e aproximando, de forma indissociável, a Extensão do Ensino e da Pesquisa.
- ▶ Programa Eixo Transversal: orientado por um tema anual das ações extensionistas, apoia programas/projetos integradores e de intervenção, visando a superação de problemas objetivos, por meio de práticas extensionistas.
- ▶ Programa Navega Saberes: prioriza a inclusão digital, por meio das Tecnologias da Comunicação e Informação, e a integração da comunidade universitária com a equidade social e o uso das tecnologias.
- ▶ Programa Conexões de Saberes: busca fortalecer a permanência de estudantes de origem popular na universidade e a ampliação da relação entre a Universidade e as comunidades populares, contribuindo para a formação de jovens universitários como pesquisadores e extensionistas, visando sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais.
- ▶ Programa de Extensão Inclusiva Avançada (PROEXIA): desenvolvido em parceria com o Movimento República de Emaús, apoia 10 projetos de extensão, vinculados a projetos pedagógicos de cursos de graduação, para o desenvolvimento de ações extensionistas nas áreas de Cultura (arte); Educação, com ênfase em educação básica; Meio Ambiente; Saúde; e Tecnologia e Produção.
- ▶ Caravana Cultural: visa promover a integração e a circulação de arte e cultura entre os *Campi* da UFPA e seu entorno, por meio de atividades que valorizem o aperfeiçoamento teórico e prático e a troca de saberes pelas artes, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Amazônia.

As ações desenvolvidas geraram frutos promissores. Mesmo sem o aumento do recurso disponibilizado para o financiamento dos editais de programas e projetos para o ano de 2018, foram atingidos os seguintes resultados:



Número de projetos de extensão

A quantidade de projetos de extensão expandiu 5,8% em relação à de 2017, superando a meta em 24,7%.

Fonte: PROEX

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
561 projetos	530 projetos
Meta:	Meta:
450 projetos	400 projetos

Número de programas de extensão

O impacto positivo no número de projetos de extensão não repercutiu como esperado no número de programas. Em 2018, alcançou-se 76,4% da meta estabelecida para o ano, muito embora tenha havido um crescimento quantitativo de 20% em comparação com o resultado obtido em 2017. Um fator que, claramente, afetou o desempenho desse indicador foi a extinção do Programa de Extensão Universitária (ProExt) financiado pelo MEC, de modo que algumas ações passaram a integrar os editais internos disponibilizados pela PROEX e outras não foram executadas devido ao contingenciamento de recursos.

Fonte: PROEX

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
84 programas	70 programas
Meta:	Meta:
110 programas	50 programas

Taxa de curricularização de atividades extensionistas

Esse indicador superou a meta estabelecida em 66,7%. No entanto, observou-se um decréscimo de 6% na taxa em relação à de 2017. Verificou-se que a forma de coleta da taxa de curricularização está diretamente vinculada aos cursos envolvidos nas propostas submetidas aos editais da PROEX, havendo, portanto, a necessidade de ajustar os procedimentos de coleta de dados

Fonte: PROEX

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
50%	56%
Meta:	Meta:
30%	20%

Para 2019, pretende-se manter os investimentos, a fim de propiciar a incorporação integral das atividades de extensão nos cursos de graduação da UFPA, bem como realizar as adequações necessárias nos sistemas de registro e coleta de dados de programas e projetos. Para que a UFPA prossiga com sua missão e desenvolva integradamente a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, e considerando que investimentos regulares externos para extensão são mais restritos, há que se investir em parcerias, convênios e cooperações para ampliar a captação de investimentos, uma vez que não há previsão de aumento de recursos disponibilizados pelo MEC para as Instituições de Ensino Superior.

4.1.7 Intensificação das relações com a sociedade civil e organizações públicas e privadas



A Universidade, seguindo o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, constrói sua identidade gerando conhecimentos, recuperando e conservando saberes e conhecimentos sobre as múltiplas problemáticas relevantes da sociedade. Entende a extensão como processos educativos, culturais e científicos que articulam o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizam a relação transformadora entre Universidade e a sociedade. Essa relação que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares tem como consequência a produção de conhecimento sobre a realidade brasileira regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

A UFPA, como maior Instituição de Ensino Superior da região Norte, mantém forte ligação com a sociedade por meio de convênios, contratos e parcerias para repasse de tecnologia ou prestação de serviços tecnológicos, além de suas atividades de extensão nas áreas de Saúde, Artes, Cultura e Esporte.

Número de convênios firmados

Em 2018, a meta para esse indicador foi superada em 6%, assim como houve um aumento em relação ao número de convênios firmados em 2017.

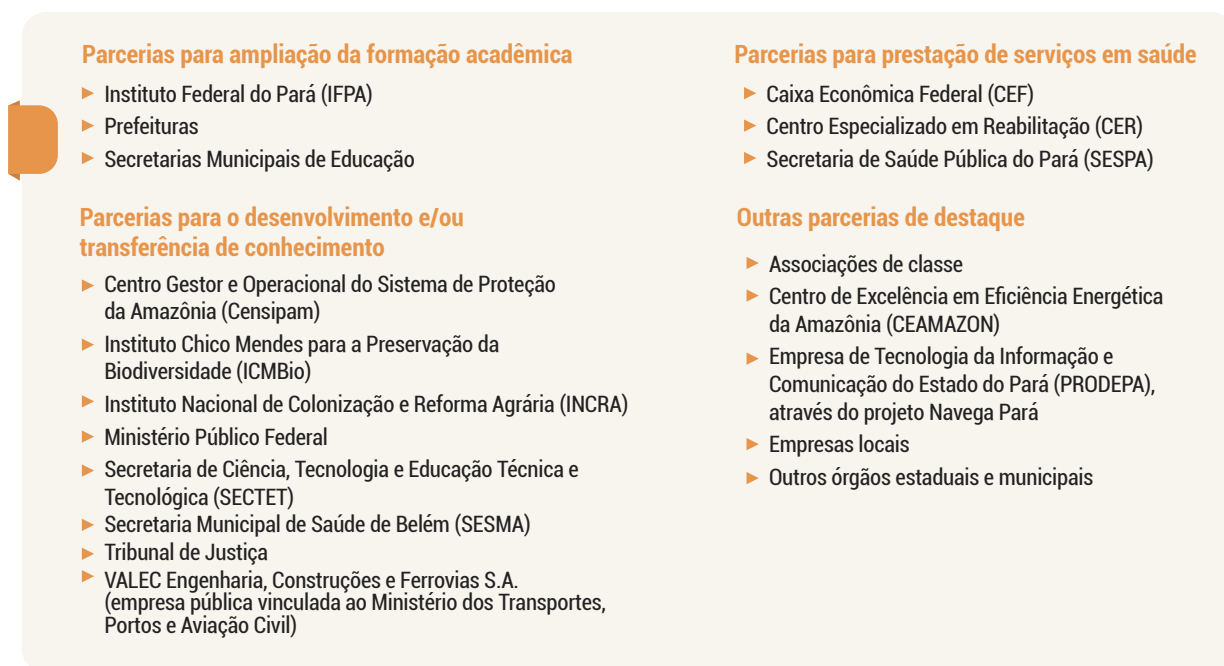
Fonte: PROAD

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
32 convênios	28 convênios
Meta:	Meta:
30 convênios	25 convênios

Parceiros

Como parceiros, destacam-se os seguintes órgãos e instituições, sendo a maioria de natureza pública.

Figura 11. Órgãos e instituições que mantêm convênios com a UFPA



Fonte: PROAD

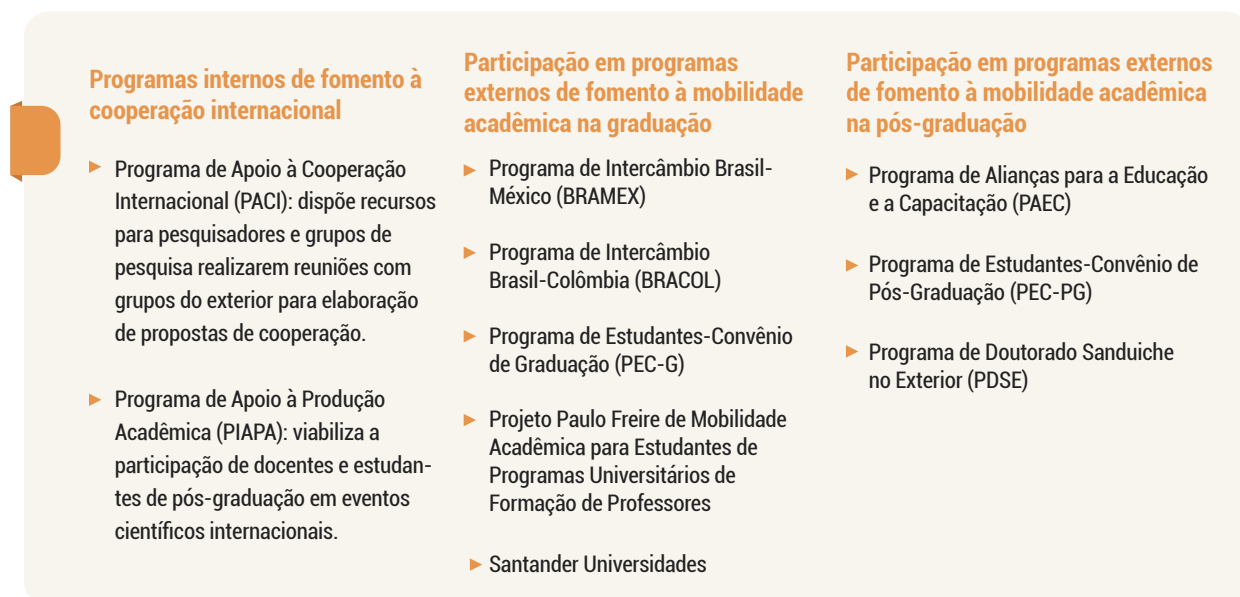
O fato de quase a totalidade dos órgãos conveniados serem públicos demonstra a necessidade de a UFPA promover maior aproximação com empresas privadas, ação que deverá ser impulsionada em 2019.

4.1.8 Ampliação e consolidação das relações internacionais

O processo de globalização, impulsionado pelo avanço das tecnologias de informação, de comunicação e de transporte de última geração, promoveu no planeta um intenso fluxo migratório entre os povos, ocasionando, assim, além da redução das barreiras geográficas, a mundialização da cultura e a intensificação do processo de mestiçagem social, ou seja, compartilhamento de hábitos, línguas, tradições e mentalidades. Nesse quadro, a UFPA tem buscado seu universalismo, conectando povos e fomentando a troca de saberes, evidenciando que ser da Amazônia, em um contexto planetário, pode ter também as suas vantagens comparativas.

Dessa forma, a Instituição busca estabelecer e estreitar relações de diálogos e parcerias com universidades, órgãos de fomento e consulares de outros países, qualificando acordos de entendimento e promovendo a circulação de professores, pesquisadores e estudantes de outros países em seu meio (e vice-versa). Essa atitude gera em seu cotidiano um necessário espírito cosmopolita que a projete e a insira no mundo, dando-lhe referência institucional. Para tanto, a UFPA posiciona-se de forma a construir, com critério, seriedade e organicidade, políticas sustentáveis e permanentes de cooperação acadêmica com outras instituições da América Latina e de outros continentes, em vista de sua efetiva internacionalização. Os principais programas internos e externos para viabilizar os alcances desse objetivo encontram-se na Figura 12.

Figura 12. Programas de fomento à cooperação internacional e mobilidade acadêmica



Fonte: PROINTER



O resultado dessas ações tem impulsionado a cooperação e o intercâmbio internacional na Instituição, gerando resultados significativos, como é possível observar pelos dados a seguir.

Número de países alcançados por iniciativas de cooperação da UFPA

O número de países alcançados por iniciativas de cooperação da UFPA, com acordos vigentes em 2018, cresceu 35% em relação a 2017, ultrapassando em 12,5% a meta estabelecida.

Fonte: PROINTER

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
27 países	20 países
Meta:	Meta:
24 países	22 países

Número de pessoas da comunidade acadêmica envolvidas em mobilidade

Do total de pessoas envolvidas em mobilidade acadêmica em 2018, 132 (77,6%) foram docentes e estudantes recebidos pela UFPA. O desempenho do indicador superou a meta em 32,8%. É evidente o desequilíbrio entre o número de pessoas recebidas e as enviadas. Docentes e estudantes da UFPA envolvidos em intercâmbio internacional, em 2018, correspondeu a menos de um terço do número de pessoas recebidas, provavelmente em consequência da redução no investimento disponibilizado para mobilidade acadêmica internacional financiada pelo Banco Santander, uma das mais importantes fontes de fomento da UFPA nessa linha de atuação. Portanto, há a necessidade de induzir ações de mobilidade para fora da Instituição. Algumas estratégias estão em fase de análise e elaboração.

Fonte: PROINTER

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
170 pessoas	148 pessoas
Meta:	Meta:
128 pessoas	121 pessoas

Entre as estratégias institucionais para fortalecer parcerias internacionais na UFPA estão projetos como os cursos livres de idiomas - que inclui aulas de Língua Portuguesa para estrangeiros. Além disso, a Universidade incentivou os pesquisadores a estreitarem relações com professores de universidades europeias, por exemplo, para submeterem projetos para a União Europeia e formarem parcerias Erasmus Plus, tal qual feito com a Leeds Beckett University, do Reino Unido, e também na parceria da Faculdade de Farmácia com a mesma faculdade da Universidade de Parma, na Itália.

Apesar dos avanços, verifica-se que as ações de internacionalização enfrentam um grande desafio em razão da falta de apoio governamental, especialmente após o fim do Programa Ciências Sem Fronteiras, não tendo projeto correspondente. Além disso, verifica-se a



necessidade institucional de promover infraestrutura física adequada para receber os alunos estrangeiros. Como próximas ações, preveem-se a melhoria da comunicação institucional para estrangeiros, com afixação de placas indicativas dos locais em língua estrangeira, e o estabelecimento de uma forma sistemática, preferencialmente digital, de enviar e receber a documentação dos candidatos estrangeiros (discentes de graduação ou de pós-graduação e pesquisadores), de modo a garantir o registro dessa mobilidade internacional. Outra ação no horizonte é a ampla divulgação de disciplinas ministradas em língua estrangeira em alguns programas de pós-graduação.

4.1.9 Aprimoramento da comunicação institucional

A UFPA é constituída por uma comunidade interna formada por mais de 60 mil pessoas, entre docentes, técnico-administrativos e discentes. Dessa maneira, buscando transcender o alcance de suas ações para além de seu limite físico, empenha-se na promoção da comunicação institucional de maneira consistente e acessível, propondo meios de aperfeiçoar os canais de informação, definindo os fluxos e adotando tecnologias adequadas que facilitem o acesso, a difusão e a gestão da informação e do conhecimento científico.

Para tanto, por meio da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), a UFPA tem desenvolvido estratégias no sentido de aprimorar a comunicação com os diversos públicos, através de uma linguagem clara e acessível, em todos os suportes, plataformas e meios de comunicação disponíveis que formam sua comunidade universitária. Nesse sentido, estabeleceu ações que impactem positivamente o Índice de Satisfação da Comunicação Institucional.

Para o atingimento desse objetivo, foi necessária a definição de ações prioritárias que envolveram todas as coordenadorias ligadas à ASCOM, entre as quais, destacam-se:

- ▶ Padronização do atendimento de pedidos de informações e/ou entrevistas da UFPA à imprensa local, nacional e internacional
- ▶ Realização da Feira Virtual do Vestibular (FEIVEST)
- ▶ Alimentação do site “UFPA na Mídia”, dedicado aos serviços do *clipping*
- ▶ Manutenção do Plantão Divulga
- ▶ Relançamento, com nova proposta e plataforma, do Informativo Eletrônico/*Newsletter* “UFPAcontece”
- ▶ Publicação regular do Jornal Beira do Rio, incluindo o Beirinha – edição especial para o público infantil
- ▶ Desenvolvimento de quantidade significativa de peças gráficas e publicitárias demandadas pelos setores da Universidade
- ▶ Publicação de diversos materiais de cunho institucional, socioeducativo e informativo nas mídias impressas e eletrônicas da Instituição (Portal da UFPA, Jornal Beira do Rio, Redes Sociais da UFPA, ASCOM Web TV, entre outras)
- ▶ Criação e atualização de sites



Essas ações geraram os seguintes resultados:

Índice de satisfação da comunicação institucional

O desempenho em 2018 corresponde a 94,1% de alcance da meta para o ano. Observa-se também um decréscimo de 16% no índice, em comparação com 2017. Essa variação negativa pode ser decorrente da alteração na obtenção do índice final de satisfação dos serviços de comunicação institucional, gerando dados mais realistas. Anteriormente, a mensuração era feita por meio de uma única pergunta geral sobre a satisfação dos serviços prestados. Em 2018, o resultado passou a ser a média dos índices de satisfação obtidos sobre as três principais mídias da UFPA: Portal da UFPA (78,9%), Redes Sociais (76,3%) e Jornal Beira do Rio (81,7%). Ressalta-se, porém, a necessidade de ajustes na estruturação da pesquisa, no intuito de aprimorar, dentre alguns aspectos, a identificação da satisfação do público externo à Instituição.

Fonte: Ascom UFPA

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
80%	96%
Meta:	Meta:
85%	80%

Em relação às limitações e aos desafios dos serviços prestados pela ASCOM a todos os públicos da UFPA, destaca-se a importância da aquisição de equipamentos, a exemplo de celulares e máquinas fotográficas. A aquisição de celulares com uma quantidade significativa de minutos para ligações nacionais e pacote de dados (para Internet móvel) compatível com o uso de WhatsApp, apresenta-se como relevante na medida em que pode favorecer o atendimento à imprensa, tanto para contato com os jornalistas quanto para o contato com os pesquisadores e os dirigentes da UFPA. Isso viabilizaria, portanto, a criação do WhatsApp oficial da Universidade.

Além disso, ressaltam-se como desafios adicionais a proposição de nova identidade visual para a ASCOM Web TV, de forma a explorar mais telas animadas, produção de *gifs* institucionais para a inserção nos *stories* do Instagram, promoção de campanhas de cunho socioeducativo engajadas com o Plano de Logística Sustentável, a exploração de mídias *online* e *offline* da Instituição, estímulo à comunidade na redução do uso de material impresso e foco nas mídias digitais, a fim de contribuir com o meio ambiente, e a promoção de oficinas de treinamento básico em design gráfico para setores administrativos da Instituição.

4.1.10 Expansão e aperfeiçoamento da gestão institucional na perspectiva *Multicampi*. 📍

A UFPA possui um caráter *Multicampi*, com atuação nos municípios das várias mesorregiões do estado, e se propõe a pensar a inserção regional no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão com vistas a gerar possibilidades de acesso à formação inicial em nível superior aos moradores dessas regiões, assim como a produção, a socialização e a transformação do conhecimento na Amazônia.



Para tal fim, reconhece a necessidade de consolidar sua atuação institucional em sistema *Multicampi*, por meio do aprimoramento dos processos de gestão acadêmica e administrativa. Nesse sentido, a UFPA tem buscado a consecução desse objetivo estratégico por meio do aumento no índice de elaboração e avaliação do instrumento de planejamento institucional utilizado pela Universidade (Plano de Desenvolvimento da Unidade - PDU) e do aprimoramento em seu sistema de Avaliação Institucional em toda sua estrutura organizacional, tendo como agente propulsor a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN).

Para atingimento desse objetivo, evidenciam-se, como prioridades estabelecidas no exercício, a realização de capacitação nas Unidades para o repasse metodológico utilizado na elaboração, gestão e avaliação das ferramentas de planejamento institucional, além de ações de esclarecimento, conscientização e divulgação dos resultados das Avaliações Institucionais para a comunidade acadêmica da sede e dos *Campi* do interior, como parte do processo de incorporação da cultura de avaliação e de planejamento na Instituição. Essas prioridades foram impulsionadas por meio das seguintes ações estratégicas:

- ▶ PROPLAN Itinerante
- ▶ Programa de Estímulos à Elaboração, Gestão e Avaliação de PDUs (Pró-PDU)
- ▶ Projeto de avaliação do PDI

Como resultado dessas ações verifica-se a progressiva institucionalização da cultura do planejamento na Instituição, incentivada pelas diversas iniciativas realizadas pela PROPLAN, desde o PDI 2011-2015, e pelo empenho e comprometimento das Unidades da UFPA na elaboração dos seus planos táticos. A seguir, apresentam-se os resultados dos dois indicadores vinculados a esse objetivo:

Índice de PDUs elaborados e avaliados

Embora o resultado do índice em 2018 represente apenas 86,6% da meta estabelecida para o ano, houve um crescimento de 26,96% em comparação com resultado de 2017. Além disso, percebe-se um progresso na percepção das Unidades da Instituição com relação ao crescimento da gestão a partir do acompanhamento das ações planejadas, contribuindo para a eficiência da Unidade, bem como para a implementação do plano estratégico da UFPA.

Fonte: PROPLAN

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
2,59	2,04
Meta:	Meta:
3	2



Desempenho do eixo “Planejamento e Avaliação Institucional” do conceito institucional

A incorporação da avaliação como mecanismo de diagnóstico do desenvolvimento institucional e de embasamento para o planejamento dos cursos e das Unidades vem crescendo, haja vista o desempenho no eixo “Planejamento e Avaliação Institucional”, cujo indicador superou em 30,38% a meta estabelecida. Considerando que o indicador é calculado a partir de avaliações externas, esse excelente resultado reforça a importância das ações desenvolvidas e as etapas planejadas para 2019.

Fonte: PROPLAN

2018	2017
Desempenho:	Desempenho:
3,39	2,60
Meta:	Meta:
2,60	2,60

O processo de elaboração de um plano de desenvolvimento em um documento alinhado a um plano maior como o PDI é bastante complexo, especialmente em uma Instituição com as dimensões da UFPA. Para isso, é necessário uma equipe numerosa o suficiente para prestar as formações a todos os setores, assim como tempo para que os setores absorvam e consolidem o conhecimento e, por fim, construam seus PDUs.

O atendimento de todos os setores e Unidades da UFPA foi prejudicado pela insuficiência no quadro quantitativo da equipe para dar retorno a todas as demandas específicas de cada Unidade, especialmente aquelas referentes à construção de indicadores e seu alinhamento aos objetivos do PDI. Somam-se a esses fatores, as dificuldades em integrar as pessoas para prover informações consolidadas para a construção do documento. Com base nessas dificuldades e considerando o contexto de mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais que influirão no modelo de gestão que tende a ser executada ao longo dos próximos anos no país, a Universidade construiu um cenário de desafios que impactarão suas próximas ações.

Delineiam-se como desafios para os próximos anos, no que tange a este objetivo estratégico, consolidar a cultura do planejamento e avaliação nas Unidades da UFPA, tornando-a cada vez mais natural com a criação/efetivação de comissões de avaliação nas Unidades, e aperfeiçoar a estrutura organizacional por meio da racionalização administrativa, acarretando em uma gestão acadêmica e administrativa mais eficiente e integrada.

Para o perfeito alcance do objetivo estratégico é necessário que a UFPA lide com algumas incertezas de diferentes naturezas:

- ▶ **Orçamentária:** em uma perspectiva de restrição orçamentária, haverá dificuldade para aplicação de ações quanto ao planejamento, já que é necessário que sejam feitos vários repasses metodológicos às Unidades, tanto do *Campus* de Belém como dos outros 11 *Campi* localizados em diferentes mesorregiões do Pará.
- ▶ **Recursos Humanos:** outro fator de incerteza é o quantitativo de pessoal disponível para realizar as ações que levam ao alcance do objetivo estratégico. Para que sejam realizadas capacitações, elaboração de guias na área de planejamento e o constante acompanhamento nas unidades, é necessário a formação de uma equipe qualificada e numericamente satisfatória.

- 
- **Tecnológicas:** as constantes inovações tecnológicas que impactam nos sistemas utilizados pela Universidade, requerem que sejam realizadas atualizações no parque da Universidade, de maneira a integrar as Unidades e também facilitar os fluxos para que não resultem negativamente nos resultados da Instituição.

Portanto, considerando as perspectivas do novo governo e as mudanças que se projetam que podem impactar negativamente o alcance do objetivo estratégico, o fortalecimento da gestão, com base no planejamento e avaliação, é fundamental para o enfrentamento de cenários incertos. A análise dos resultados aponta, ainda, para a necessidade de se acrescentar algumas ações junto às Unidades, a fim de garantir o pleno alcance do objetivo estratégico.

4.1.11 Ampliação da descentralização da gestão orçamentária e financeira das Unidades Acadêmicas

A UFPA, no intuito de garantir o seu papel na formação profissional e de desenvolvimento social, mantém sua complexa estrutura organizacional descentralizada por várias mesorregiões do estado do Pará. Essa natureza, que lhe permite atuar de forma positiva em favor da sociedade amazônica, exige otimização na gestão dos seus recursos orçamentários e financeiros, assim como distribuição interna de maneira descentralizada.

Nesse sentido, por meio de ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD), verifica-se que desde o início do exercício de 2018, foi possibilitado às Unidades a otimização e aplicação de seus recursos para atender suas demandas, de naturezas geral e específicas, quanto às contratações de bens e serviços.

Como iniciativas para se alcançar esse objetivo estratégico, a Universidade concentrou esforços na execução de duas ações:

- **Elaboração do Plano Anual de Compras:** esse instrumento tem fornecido as condições necessárias para que as Unidades Acadêmicas da UFPA, além de terem ampliada sua gestão orçamentária e financeira, consigam planejar de modo racional e sustentável a execução do seu orçamento.
- **Implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC):** o sistema tem contribuído de modo prático para o atingimento do objetivo estratégico na medida em que uma das principais funcionalidades de seus novos módulos administrativos é a possibilidade de visualização, em tempo real, de extratos de movimentações financeiras e de saldos discriminados por Programa de Trabalho (PTRES), fonte de recurso, código de Plano Interno (PI) e natureza de despesa. Além disso, permite aos dirigentes das Unidades o acompanhamento e controle de seus orçamentos e o acesso a relatórios com dados mais seguros para tomadas de decisões. Todo o acompanhamento da tramitação e a solução de pendências pode ser realizado de forma virtual, de modo a agilizar os processos principalmente para as Unidades do interior. O intuito é aprimorar ainda mais a utilização desse sistema, de maneira que, gradualmente, alguns processos tramitem apenas via Sistema, dispensando a cópia impressa.



Como resultado dessas ações, destaca-se:

Percentual de execução orçamentária nos limites estabelecidos pelo MEC

Embora o indicador tenha alcançado um percentual 2,63% inferior ao desempenho obtido em 2017, o resultado de execução orçamentária e financeira pode ser considerado satisfatório. O não atingimento total da meta se deve, entre outros fatores, ao contingenciamento de recursos por parte do Governo Federal, sob o enfoque de limites orçamentários e dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Outro fator que pode ser destacado é a superestimação da receita de rendimentos da Conta Única, que apresentou a execução de apenas 16,27%. É preciso registrar ainda que, desde o início de 2018, encontra-se em fase de implantação uma ferramenta gerencial (módulo orçamento do SIPAC) voltada a dar celeridade na execução orçamentária e financeira por parte das Unidades Acadêmicas. Do mesmo modo, o novo Plano Anual de Compras, lançado em 2018, contribuiu para o alcance desse resultado, na medida em que possibilitou uma maior margem de planejamento das aquisições, dentro de prazos oportunos e céleres.

Fonte: PROAD

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
97,37%	100%
Meta:	Meta:
100%	100%

Verificam-se como desafios futuros para o alcance pleno desse objetivo: a necessidade de institucionalização do planejamento na cultura organizacional; o fomento à promoção da governança pública, ou seja, da coordenação entre mecanismos de liderança, estratégia e controle capazes de orientar e monitorar a gestão; a qualificação permanente do pessoal que lida com a gestão orçamentária e financeira, tendo em vista a comum rotatividade dos gestores acadêmicos e dos técnicos; e a completa integração das informações entre os sistemas de contratações e financeiros do governo com o sistema da UFPA, o SIPAC.

Outra questão relevante quando se trata da utilização dos recursos é a peculiaridade geográfica e do mercado em que a nossa organização se situa. Atualmente o mercado da região é caracterizado pelo baixo potencial produtivo, levando a maioria das aquisições de materiais de maior valor agregado serem feitas com fornecedores de outras regiões. Além disso, a distância dos *Campi* do interior para a capital interfere no valor de contratação. Desse modo, caso a descentralização orçamentária e financeira se realize por completo e no sentido de que cada Unidade possa adquirir seus materiais de modo autônomo, a administração poderá ter os seus custos de contratação – que já não são os mesmos dos órgãos próximos dos grandes centros produtivos do país – ainda mais elevados.



4.1.12 Melhoria e fortalecimento da governança dos processos internos

O papel desempenhado pela UFPA frente ao atendimento das demandas sociais na expansão do Ensino Superior provocou aumento e descentralização do seu ambiente administrativo, via ramificações que se expandiram e se deslocaram do centro urbano às cidades do interior. Esse novo contexto de busca da integração mais efetiva com a sociedade amazônica e de promoção do desenvolvimento da interiorização suscitou um sistema de planejamento, controles e avaliação mais efetivo, com vistas a melhorar o bom desempenho institucional e a garantir a governança dos processos internos. Para tal fim, a UFPA tem desenvolvido ações no sentido de garantir que as unidades atendam às recomendações de adequação, integridade, eficácia e transparência em seus processos, por meio da Auditoria Interna (AUDIN), além do mapeamento e redesenho de seus processos críticos, via ações da Coordenadoria de Gestão de Processos, vinculada à Diretoria de Gestão Estratégica (DIGEST).

Para o alcance desse objetivo, evidenciam-se as seguintes ações como prioridades estabelecidas no exercício e que produziram relevante impacto em sua consecução:

- ▶ Implantação do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC): em cumprimento à iniciativa de incorporar soluções inovadoras e garantir o fortalecimento da governança institucional, o sistema possibilitou uma mudança substancial nos processos administrativos de trabalho, refletindo maior eficiência na instrução, tramitação, manuseio e localização documental, economia de tempo e recursos, controle e transparência, além de representar a solução para o real problema de espaço para a guarda da documentação.
- ▶ Criação da Diretoria de Gestão Estratégica: tem, entre suas competências, a coordenação, orientação e apoio às Unidades na avaliação, redesenho e elaboração de seus processos na Instituição, de forma participativa e em consonância com a política estabelecida pelos órgãos superiores.

Essas prioridades serviram de base para impulsionar os estudos iniciais à elaboração da Política de Gestão de Processos Organizacionais e o aceite e implementação das recomendações e/ou sugestões repassadas pela AUDIN, fundamentadas no Plano de Providências Permanente (PPP). Como resultados dessas ações, verifica-se:

Tipos de processos auditados

- ▶ Gestão dos processos finalísticos
- ▶ Gestão de parcerias com entidades civis
- ▶ Gestão financeira, de suprimentos e de outros processos meio
- ▶ Gestão do patrimônio público

Fonte: AUDIN UFPA



Tipos de resultados auditados

- ▶ Resultados da atividade finalística, atendimento ao público cidadão e sociedade
- ▶ Resultados relativos às parcerias com entidades civis
- ▶ Resultados relativos à gestão de pessoas
- ▶ Resultados relativos à gestão orçamentária e financeira, de suprimentos e de gestão patrimonial
- ▶ Resultados relativos à gestão de processos-meio de suporte à estratégia

Fonte: AUDIN UFPA

Índice de atendimento às recomendações e/ou sugestões encaminhadas às Unidades auditadas

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
100%	100%
Meta:	Meta:
100%	100%

Fonte: AUDIN UFPA

Percentual de processos internos redesenhados

O propósito de redesenho dos processos críticos de trabalho da Instituição não foi alcançado, em razão da necessidade de finalização das diretrizes a serem adotadas para a identificação, mapeamento e redesenho desses processos.

Fonte: PROPLAN

2018 Desempenho	2017 Desempenho
0%	0%
Meta	Meta
13%	0%

Como cenário esperado para os próximos anos, vislumbra-se a melhoria e o fortalecimento da governança dos processos internos. Para isso, define-se como ação para 2019 a finalização da Política Institucional de Gestão de Processos Organizacionais da Instituição, estabelecendo todos os padrões e orientações a serem utilizados nessa área. A proposta é alcançar a meta de 25% de redesenho de processos críticos. Além disso, como forma de superar os desafios ocasionados por uma cultura organizacional voltada à governança de processos em fase inicial, elaborou-se um plano de ações que envolve capacitação e disseminação de conhecimentos em Gestão de Processos Organizacionais.

4.1.13 Promoção da responsabilidade socioambiental

A UFPA se destaca no cenário nacional e internacional como uma das mais importantes Instituições de Ensino Superior atuante no fomento ao desenvolvimento sustentável e proteção da Amazônia. Nesse contexto, o complexo ambiente em que ela se desenvolve adiciona dinâmicas que também condicionam a sua atuação de modo proativo quanto à



questão ambiental, étnica e cultural, assim como suscita o desenvolvimento de ações que possibilitem a institucionalização de uma cultura organizacional voltada à sustentabilidade em toda sua estrutura universitária.

Para isso, a Instituição tem incentivado a inserção de critérios socioambientais para a comunidade universitária por meio de programas, projetos e ações de sensibilização e fiscalização, pautados nas políticas vigentes no país e em documentos norteadores. A iniciativa visa tornar a Universidade referência na gestão ambiental institucional.

Como forma de impulsionar esse objetivo, a UFPA, por meio da Prefeitura *Multicampi* possuía a meta de avaliar e acompanhar, em 2018, a quantidade de ações socioambientais desenvolvidas e registradas, além de melhorar o índice de satisfação em relação às questões ambientais e o percentual de ocorrências socioambientais resolvidas. Outra meta era desenvolver diversas ações no intuito de instituir, na rotina de trabalho, práticas sustentáveis e de responsabilidade socioambiental. Dentre as ações realizadas em 2018, destacam-se:

- ▶ Coleta Seletiva Solidária: projeto que envolve o evento Trote Solidário e Sustentável na recepção aos calouros da UFPA, que consiste na coleta sistemática de papel para reciclagem.
- ▶ Semana do Meio Ambiente: busca conscientizar a comunidade acadêmica sobre a reciclagem de materiais e o uso sustentável dos recursos naturais, dentre outros objetivos.
- ▶ Ações voltadas ao consumo racional: contemplam a redução no uso de descartáveis, a substituição de documento impresso por eletrônico, o uso racional de cartuchos e toners, dentre outras ações.
- ▶ Ação de Logística Reversa: dá destinação ambiental adequada ao descarte de cartuchos e toners.

As ações de conscientização têm gerado resultados bastante promissores, conforme os dados apresentados a seguir:

Quantidade de ações socioambientais desenvolvidas e registradas

O número de ações socioambientais desenvolvidas nas unidades acadêmicas da UFPA aumentou significativamente em comparação com 2017, superando em 83% a meta estabelecida para 2018.

Fonte: Prefeitura *Multicampi*

2018 Desempenho	2017 Desempenho
44 ações	4 ações
Meta	Meta
24 ações	20 ações



Índice de satisfação em relação às questões ambientais

O desempenho do indicador foi nulo porque a pesquisa de satisfação com relação a questões socioambientais na UFPA ainda se encontra em fase de elaboração. Por conta da diversidade de questões envolvidas em uma Instituição *Multicampi*, sua sistematização em um único questionário tem demandado um esforço extra no sentido de formular um documento que atenda a seus objetivos de forma satisfatória.

Fonte: Prefeitura *Multicampi*

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
0%	0%
Meta:	Meta:
55%	50%

Percentual de ocorrências socioambientais resolvidas

Esse indicador também teve um desempenho nulo, pois a mensuração das informações sobre as ocorrências ambientais está na dependência da implantação do módulo de infraestrutura do SIPAC, cuja previsão era 2018. No entanto, a equipe atual responsável pela implantação e manutenção dos módulos do sistema está com um número muito reduzido de servidores frente à demanda existente. Dessa forma, não foi possível a implantação de todos os módulos previstos, o que inviabilizou a coleta de informações sobre as ocorrências socioambientais, uma vez que o registro é realizado pela Coordenadoria envolvida na ocorrência. Atualmente, as informações ainda estão pulverizadas, além de serem feitas por diferentes vias (por meio de processos, memorandos, e-mail), dificultando a sistematização das informações. A expectativa é que o módulo sobre infraestrutura seja colocado em funcionamento em 2019 e, assim, o registro e controle de ocorrências sejam adequados.

Fonte: Prefeitura *Multicampi*

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
0%	0%
Meta:	Meta:
73%	70%

Ressalta-se que são grandes os desafios postos à atual gestão, visto a ordem de grandeza que a UFPA vem alcançando em suas ações, levando-se em consideração as peculiaridades da região amazônica, como distâncias, dificuldades de deslocamentos e, por vezes, limitações de comunicação. Porém, a UFPA continuará buscando medidas para contornar essas dificuldades.

4.1.14 Valorização dos servidores com foco em resultados

Para a UFPA, a valorização dos servidores perpassa pela sua capacitação, qualificação, saúde e qualidade de vida, bem como pelo reconhecimento de seu desempenho. Dessa forma, entende-se que, para atingir o objetivo estratégico de valorização dos servidores, a Instituição deve criar oportunidades para que os mesmos se titulem, apropriem-se de conhecimentos que contribuam para a melhoria de sua eficiência na execução de tarefas e cuidem de sua saúde física e mental, tendo como consequência uma qualidade de vida melhor.



Com base nesses fundamentos, a UFPA tem desenvolvido as seguintes ações:

- ▶ Mapeamento dos riscos dos ambientes de trabalho: por meio da Divisão de Engenharia e Segurança do Trabalho da PROGEP, é feito esse levantamento de forma a possibilitar as correções necessárias e tornar os ambientes laborais adequados para o desenvolvimento das atividades dos servidores. Além disso, tem sido realizado um trabalho de orientação relacionado à postura e a oferta de ginástica laboral, em parceria com docentes e discentes de cursos de graduação, como Fisioterapia e Terapia Ocupacional, com o intuito de reduzir o adoecimento do servidor no ambiente de trabalho.
- ▶ Ampliação das ações de capacitação: a Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento (CAPACIT) tem empreendido esforços no sentido de abranger as oportunidades de qualificação e os eventos de promoção à saúde biopsicossocial e de vigilância à saúde. No Plano Anual de Capacitação, são previstos os eventos para o ano, alguns dos quais desenvolvidos em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a PROEG, a PROPLAN e outras unidades da UFPA. Os eventos são programados a partir do mapeamento de competências de cada Unidade da Instituição e das avaliações de desempenho dos servidores, nas quais o avaliado e o avaliador podem indicar os tipos de capacitação necessárias para melhorar seus desempenhos.
- ▶ Programa Formação Continuada à Docência: voltado aos docentes em estágio probatório, esse Programa também tem contribuído para a obtenção de resultados significativos.
- ▶ Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR): concede apoio financeiro e bolsa de iniciação científica para o docente recém doutor.
- ▶ Programa de Apoio à Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos (PADT): estimula os Programas de Pós-Graduação da Instituição a ofertar turmas especiais ou disponibilizar vagas especiais em seus cursos de mestrado e de doutorado para docentes e técnicos da Instituição. O estímulo se dá pela concessão de recursos financeiros para custeio, proporcional ao número de vagas disponibilizadas e diferenciado para servidores dos *Campi* do interior.
- ▶ Liberação de servidores para cursar mestrado e doutorado fora da localidade de lotação: mesmo sem a possibilidade de substituição temporária, entende-se que esse é um esforço para a melhoria dos resultados institucionais e da qualidade dos serviços e produtos ofertados pela Universidade.

Como resultados dessas ações, é possível citar:

Número de capacitações realizadas em 2018

90 eventos de aprendizagem direcionados a servidores técnico-administrativos e docentes

Fonte: PROGEP

2.263
capacitações no
total

1.746
capacitações
dentro
da UFPA



Índice de alcance da capacitação

Em 2018, o índice de alcance de capacitação superou em 209,48% a meta estabelecida no PDI, que em números brutos previa a realização de 1.828 capacitações no ano.

Fonte: PROGEP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
123,79%	99,8%
Meta:	Meta:
40%	40%

Índice de qualificação do corpo docente

O índice alcançado chega a 99% da meta estipulada e representa um crescimento de 1,4% em relação ao ano de 2017. As ações desenvolvidas somadas a outras, como a execução de Doutorado Interinstitucional e o incentivo à contratação de doutores quando da reposição de vacâncias de docentes, são exemplos do compromisso institucional com a qualificação do seu quadro docente.

Fonte: PROGEP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
4,34	4,28
Meta:	Meta:
4,38	4,30

Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo

O indicador ultrapassou, levemente, a meta estabelecida para 2018. O crescimento gradual do índice vem sendo observado nos últimos anos, demonstrando a positividade das estratégias adotadas para qualificação do corpo técnico da Universidade.

Fonte: PROGEP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
1,74	1,68
Meta:	Meta:
1,72	1,66

Índice de reconhecimento profissional

O reconhecimento profissional ainda não está adequadamente instituído na UFPA. No exercício de 2018 foram concedidos 58 reconhecimentos, sendo 17 por meio de Portarias emitidas pela PROGEP e 41 por iniciativa das Unidades e Subunidades Acadêmicas e Administrativas. Dessa forma, o percentual do índice foi inferior à meta estabelecida para o ano e ao resultado obtido em 2017.

Fonte: PROGEP

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
1,05%	3%
Meta:	Meta:
5%	0%

Destaca-se a necessidade de se estabelecer normativas com indicadores e parâmetros básicos para a concessão de reconhecimento de servidores na UFPA. Atualmente, os parâmetros considerados são as portarias de elogio e de reconhecimento emitidas. Critérios objetivos serão propostos pela PROGEP ainda no 1º semestre de 2019.



Por outro lado, a contabilização de reconhecimentos externos, os quais por vezes são coletivos, depende do registro nos relatórios das Unidades, o que pode gerar uma subestimativa.

4.1.15 Gestão estratégica do quadro de pessoal

De modo a permitir o avanço de suas ações na produção do conhecimento científico, formação profissional e desenvolvimento social, a UFPA possui atualmente em seu quadro funcional 5.521 servidores, 2.959 docentes e 2.562 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). Porém, o dinâmico contexto político nacional tem impactado consideravelmente a força de trabalho dos servidores da UFPA, na medida em que, dentre os níveis de classificação integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, a Classe C representa 16,66%, do total de servidores da Instituição. Além disso, considerável parcela dos técnicos pertencentes a essa classe estão em via de se aposentar e muitos dos seus cargos foram extintos pelo Ministério da Educação, impossibilitando, assim, a reposição do servidor ou troca de vagas em cargos extintos por cargos em que ainda é permitido o provimento.

Soma-se a essa problemática o significativo *turn over*, em decorrência de aprovações em concursos públicos para outros órgãos com remunerações mais atrativas que as da UFPA (principalmente para órgãos do Poder Judiciário) e também da movimentação interna de servidores que ingressam na Instituição em cargos de nível fundamental e médio e, ao longo da carreira, prestam concurso para cargos técnicos de nível superior ou optam pela carreira docente. Também é uma realidade a cessão de servidores para órgãos do Executivo Federal, Estadual e Municipal e do Poder Judiciário, de forma obrigatória (diante da solicitação de órgãos em formação de quadro) e voluntária (nos demais casos), com vistas a não gerar conflitos internos pela negativa da cessão.

No intuito de contornar essas dificuldades, a UFPA, por meio da PROGEP, tem estabelecido ações para adequar a força de trabalho às efetivas necessidades organizacionais, promovendo a integração dos processos de gestão, o desenvolvimento gerencial e a melhoria do desempenho institucional. Como estratégia de retenção dos seus servidores, a Instituição tem atuado com vistas a proporcionar um ambiente de trabalho produtivo e agradável, assim como condicionar a lotação dos servidores às competências funcionais apresentadas.

Além disso, em consonância com o Decreto n. 5.707/2006 – que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal na Administração Pública Federal –, tem ofertado diversos eventos de capacitação e oferecido possibilidades de qualificação em nível de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado, como mencionado anteriormente.

Em relação aos cargos, tem se analisado e realizado as adequações necessárias, efetuando a troca de cargos, para os quais já não há tanta demanda, por cargos mais aderentes às necessidades institucionais. Os concursos buscam mensurar o conhecimento cognitivo e as competências desejáveis para o desempenho das atividades para a qual se está selecionando os servidores. Procura-se sempre manter cadastro de reserva para os cargos necessários ao desempenho das atividades da Instituição, de forma que o provimento das vacâncias seja o mais breve possível.

Nos concursos para docente, evidencia-se a dificuldade em atender à reserva de vagas para cotistas, pelas peculiaridades das atividades desenvolvidas pela Instituição. A seleção de



docentes é realizada por área de conhecimento, o que dificulta a reserva, tendo em vista que o quantitativo de vagas que a Instituição dispõe para provimento na carreira docente é distribuído em diversas áreas, muitas das quais ofertam apenas uma vaga. Para atender à legislação, tem-se realizado sorteio das áreas em que haverá reserva de vagas para cotas, respeitando os percentuais previstos na legislação.

No exercício de 2018, implementaram-se, avaliaram-se e ajustaram-se as ações previstas no Plano de Desenvolvimento nas áreas de Gestão de Pessoal, Desempenho e Desenvolvimento e Saúde e Qualidade de Vida, com o intuito de atender às demandas a partir de ações cada vez mais aderentes às necessidades institucionais.

Por outro lado, a realização do planejamento ou dimensionamento da força de trabalho não é suficiente para assegurar um quadro técnico-administrativo ajustado, tendo em vista que a ação que estava sendo realizada pretende mapear a necessidade de pessoal. Para conseguir ajustá-la de forma quantitativa, é necessário chegar ao quadro necessário nas unidades pesquisadas, atividade que depende de inúmeros fatores e de elevada complexidade, tendo em vista que a expansão de servidores não depende apenas da UFPA, mas sim da Política de Governo para as Universidades, liberando o quantitativo de vagas de técnicos e de docentes necessárias e solicitadas pela Instituição.

Diante das dificuldades relatadas acima, não foi possível verificar as taxas de Unidades Acadêmicas e Administrativas com quadro de técnicos e de docentes ajustados, o que resultou no desempenho nulo dos indicadores desse objetivo estratégico.

Iniciou-se, no entanto, o processo de construção de uma proposta de matriz de alocação de cargos, com a definição de critérios para que uma Unidade Acadêmica ou Administrativa seja considerada ajustada, tanto no que se refere a quantitativos de técnicos como de docentes. Realizou-se também a aplicação do mapeamento de competências para subsidiar a admissão e seleção de novos servidores, bem como para a gestão do desempenho do servidor, de forma a melhorar os resultados institucionais. Uma vez aprovada a matriz de alocação de cargos, será possível, então, estimar os indicadores do objetivo estratégico. Por outro lado, considerando que a reposição e a expansão de vagas esbarram nas dificuldades já relatadas, pretende-se propor a substituição dos atuais indicadores por outros que expressem mais adequadamente o esforço e desempenho da Instituição.

4.1.16 Provimento de infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas

Considerando o impacto direto que a qualificação dos ambientes acadêmicos tem em suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, a UFPA, por meio da Prefeitura *Multicampi*, tem estabelecido ações no sentido de planejar a expansão e a adequação da infraestrutura urbana e predial com proposições, execuções e avaliações com base na legislação vigente.

Como ações estabelecidas no exercício para alcance desse objetivo evidenciam-se, dentre outras:

- Retomada da obra de urbanização da orla do *Campus* de Belém, de forma a melhorar a qualidade de tráfego de pedestres e motoristas.

- Instalação de piso tátil e comunicação vertical para deficientes visuais em todo o espaço de ensino Mirante do Rio.
- Instalação de piso tátil na área compreendida entre o segundo portão da Instituição e outras 12 Unidades.
- Instalação de passarelas e piso tátil para acesso aos prédios do *Campus II* de Altamira.
- Rampas de acesso ao Bloco J do *Campus* profissional.
- Construção ou reforma de passarelas.
- Melhoria na iluminação de espaços públicos.
- Reforma nos banheiros públicos.
- Manutenção geral em salas de aula.

No que tange à acessibilidade, realizou-se em 2018 um levantamento sobre os Aparelhos de Transporte Vertical (ATV), com vistas à formulação de um novo Termo de Referência para aquisição de equipamentos, bem como a formulação de um Termo de Referência para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva desses equipamentos, visto que o contrato atual não prevê a totalidade dos ATV existentes na UFPA. Além disso, destaca-se que todos os novos projetos arquitetônicos têm sido rigorosamente ajustados para atender à legislação vigente, o que impactou diretamente nos seguintes resultados alcançados:

Índice de projetos de expansão de infraestrutura adequados à legislação vigente

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
100%	100%
Meta:	Meta:
100%	100%

Fonte: Prefeitura *Multicampi*

Índice de projetos de adequação de infraestrutura à legislação vigente

Vale ressaltar que a adequação de prédios já existentes depende do levantamento das condições que apresenta, cuja realização tem contado com a parceria da Coordenadoria de Acessibilidade da UFPA.	2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
	10%	5%
	Meta:	Meta:
	10%	5%

Fonte: Prefeitura *Multicampi*

Uma vez que um percentual significativo dos prédios da UFPA é antigo, o investimento para sua adequação à legislação vigente é considerável. As restrições orçamentárias que as Instituições Públicas vêm sofrendo nos últimos anos, além do cenário de grandes mudanças nas políticas educacionais que o Governo Federal tem apresentado, configuram-se como riscos que podem comprometer o alcance das metas que a UFPA estabeleceu para os próximos anos. Esforços adicionais deverão ser empreendidos no sentido de ampliar a captação de recursos da Instituição.



4.1.17 Disponibilização de sistemas essenciais de Tecnologia da Informação

A necessidade de garantir a evolução da qualidade acadêmica e científica no complexo cenário amazônico, caracterizado por sua grande extensão e diversidade geográfica e social, impõe à UFPA o desafio de reduzir fronteiras através da adoção de um modelo de Universidade *Multicampi*, interconectado por um vasto sistema de redes digitais. Nesse sentido, a UFPA, por meio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), tem investido fortemente na promoção da Governança Corporativa de Tecnologia da Informação em toda sua estrutura organizacional, de modo a assegurar recursos de energia, de *hardware* e de *software* para garantir a mais alta disponibilidade possível dos Sistemas de Informação essenciais da UFPA, o que permite que os sistemas administrativos e acadêmicos estejam operantes ao longo de todo o ano.

Com o intuito de atingir tal objetivo, estabeleceram-se como metas para o ano de 2018 a implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e a melhoria do índice de conectividade de rede dos *Campi*, que foram impulsionadas por meio das seguintes ações prioritárias no exercício:

- ▶ Implantação, manutenção e melhoria dos sistemas institucionais integrados de Gestão Universitária, em especial o módulo do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).
- ▶ Expansão da rede sem fio para os *Campi* de Abaetetuba, Ananindeua, Altamira, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Soure, Salinópolis e Tucuruí, aumentando em 85% a capacidade instalada (de 207 para 256 rádios instalados).
- ▶ Convênio com a PRODEPA, por meio do projeto Navega Pará, visando aumento do *link* de dados dos *Campi* do interior
- ▶ Implantação da solução de *switches* de núcleo de rede da UFPA, visando à melhoria na velocidade de acesso ao SIG e no desempenho de toda a rede institucional, principalmente, no tocante à segurança e à transmissão da informação.

Como resultados desses esforços, incrementados pela parceria com outras Unidades, destacam-se:

Percentual de implantação do SIG-UFPA

A implantação dos módulos SIG-UFPA, consoante aos recursos disponíveis para tal ação, alcançou a meta, com um crescimento de 9,37% em relação ao desempenho obtido em 2017. A disponibilização de novos módulos trouxe uma nova e moderna dinâmica para os trâmites administrativos da Instituição.

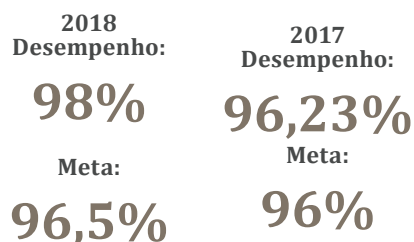
Fonte: CTIC

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
70%	64%
Meta:	Meta:
70%	65%

Índice de conectividade de rede dos Campi

A melhoria nos *links* dos *Campi* da UFPA é uma realidade. Atualmente, todos os *Campi* contam com *links* de alta velocidade e já possuem a rede sem fio institucional, aumentando em mais de 85% a capacidade instalada. A expectativa, com o convênio firmado com a PRODEPA, é a garantia de expansão do link de dados para os municípios em que a UFPA possui *Campus* ou polo de apoio à educação a distância. A implantação de ferramentas de monitoramento da disponibilidade de enlaces foi concluída e auxiliará no atendimento mais proativo das ocorrências de falha nos *Campi* do interior e da capital. Também possibilitará o incremento do acesso dos usuários aos sistemas da UFPA e à Internet.

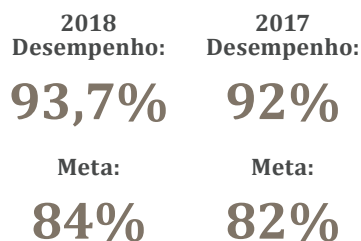
Fonte: CTIC



Índice de disponibilidade de sistemas

O desempenho desse indicador superou em 11,55% a meta estabelecida para 2018, como resultado de melhorias feitas no sistema elétrico do data center da UFPA, o que permitiu a implantação da redundância elétrica e também a ativação da sala de *backup* no prédio da Reitoria.

Fonte: CTIC



A elaboração de uma política institucional de governança digital iniciou em 2018 com a constituição do Comitê de Governança Digital. Instruções normativas para acesso à rede, ao e-mail e a *backup* já foram aprovadas. A atualização da política de segurança da informação, a criação do plano de contratação e do plano diretor de tecnologia da informação serão o foco das ações seguintes.

Embora a UFPA tenha atingido ou mesmo superado as metas estabelecidas para 2018, considera-se que o avanço poderia ser maior, uma vez que a execução de parte das ações e projetos propostos foi dificultado devido ao número reduzido de servidores para tais fins. Além disso, para atender à crescente demanda por serviços essenciais de TI e por capacitação e manutenção das ferramentas implantadas, é fundamental a atualização do parque computacional do data center, no tocante a equipamentos e ambiente físico, bem como o aumento do número de servidores (analistas e técnicos) no CTIC e nas Subunidades.

Configura-se, portanto, como desafio para 2019 a dificuldade em relação ao orçamento previsto para investimento nessa área para aquisição de equipamentos de alto desempenho. Soma-se a isso a necessidade de recursos humanos, em razão da escassez de vagas de técnicos e analistas com lotação para o CTIC, considerando o aumento das demandas para atender à estrutura *Multicampi* da Universidade.



4.1.18 Prioridade à alocação de recursos em iniciativas estratégicas

A UFPA tem enfrentado um grande desafio em sua execução orçamentária e financeira, em virtude do contexto político e econômico vivenciado nos últimos anos pelas Instituições Federais de Ensino Superior, caracterizado pela progressiva redução de investimentos, aumento dos custos operacionais, bloqueio de orçamento e contingenciamento de limite orçamentário, ao longo do exercício financeiro. No intuito de superar os impactos desse contexto e garantir a manutenção de suas ações, a Universidade adotou a estratégia de empreender esforços na diminuição de seus gastos por meio da revisão e melhoria na contratação de serviços, bem como da reserva de recursos orçamentários para a implementação de ações que gerem maior impacto nos objetivos estratégicos da Instituição. Nesse sentido, a UFPA, por meio da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário da PROPLAN estabeleceu diretrizes focalizando na destinação de percentual do orçamento de custeio e de capital para atender projetos estratégicos, a fim de possibilitar a expansão da oferta e a consolidação da pós-graduação e da pesquisa e avanços na qualidade do ensino de graduação.

Para alcance desse objetivo, estabeleceu-se como prioridade a análise das ações do Plano de Gestão Orçamentária (PGO) da UFPA que tiveram maior impacto no alcance dos objetivos estratégicos institucionais. Essa prioridade foi impulsionada por meio da construção dos critérios para definição das iniciativas estratégicas na alocação orçamentária, da definição das iniciativas conforme os critérios estabelecidos e da análise inicial das ações do PGO que impactam nas iniciativas definidas. Como resultados dessas ações, verificam-se:

Percentual do orçamento de custeio destinado aos projetos estratégicos

2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
17%	17%
Meta	Meta
17%	17%

Fonte: PROPLAN

Percentual do Orçamento de capital destinado aos projetos estratégicos

Embora haja progressiva redução dos recursos destinados à IFES, as diversas iniciativas realizadas pela PROPLAN possibilitaram a otimização dos recursos e a priorização nas iniciativas estratégicas definidas pela Administração Superior da UFPA.	2018 Desempenho:	2017 Desempenho:
	64%	64%
	Meta	Meta
	64%	64%

Fonte: PROPLAN

Apesar de as metas dos indicadores relacionados a esse objetivo terem sido alcançadas, ressalta-se que outros avanços seriam possíveis, mas foram impossibilitados em razão da movimentação funcional de servidores da PROPLAN, o que ocasionou retardo na condução das ações da cadeia de valor. Todavia, rumo ao propósito de aprimoramento na estrutura de alocação de recursos em ações estratégicas, definiu-se como próximo passo a necessidade de elaboração de métodos para contínua atualização das iniciativas estratégicas.

4.1.19 Ampliação da captação de recursos dos setores governamentais e não governamentais

No intuito de garantir os recursos orçamentários e financeiros à implementação de suas ações, a UFPA estabeleceu em seu Plano Estratégico a diretriz de fomentar a captação de recursos em parcerias com entidades e órgãos de setores governamentais e não governamentais. A proposta é aumentar o volume de recursos com o objetivo de ampliar a receita financeira da Universidade a fim de viabilizar as ações acadêmicas e de gestão planejadas, bem como a participação de um maior número de estudantes em projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A PROPLAN é responsável por empreender esforços para otimizar o processo de captação de recursos descentralizados através de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério da Educação (MEC) e com órgãos de outros Ministérios, realizando articulação com os coordenadores de projetos para a apresentação dos documentos necessários à celebração dos referidos termos. As diversas Unidades da UFPA são as responsáveis pela articulação com as instituições governamentais e não governamentais para identificação de oportunidades e captação de recursos externos.

Há diversas formas de parcerias para captação de recursos, porém a PROPLAN atua diretamente apenas nos TEDs. Em virtude da falta de normativo interno, a PROPLAN priorizou, no mês de maio de 2018, iniciar os estudos para elaboração de documento de orientação sobre o processo de celebração dos TEDs na UFPA. Contudo, não foram possíveis maiores avanços, em razão da necessidade de direcionar os esforços para a descentralização de recursos viabilizados, via MEC, por TED de emenda de bancada parlamentar para compra de equipamentos e de TED para conclusão de obras de estruturação da Universidade. Para isso, foi feita a articulação com as Unidades responsáveis, por exemplo, a Prefeitura *Multicampi*, o CTIC e a PROAD, com o intuito de que apresentassem os documentos necessários para anexação no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). Nesse contexto, os esforços empreendidos no ano de 2018, resultaram nas seguintes captações:

TEDs via Ministério da Educação

R\$ 47.232.418,82

em recursos para despesas de
custeio e capital

Fonte: PROPLAN

A maior parte desse recurso foi resultado da alocação realizada por parlamentares através de emendas de bancada e individual impositiva.

TEDs via Órgãos Integrantes do Orçamento fiscal e da Seguridade Social da União

R\$ 72.133.140,97

em recursos para ações de
interesse social

Fonte: PROPLAN



Outras parcerias

R\$ 18.794.729,86

em recursos para atender
diversas necessidades

Fonte: PROPLAN

Exemplos de projetos da UFPA atendidos com recursos via TED

Quadro 3. Projetos atendidos e respectivos órgãos concedentes do recurso

PROJETOS	ÓRGÃO CONCEDENTE
Implementação de Regularização Fundiária de interesse social	Ministério das Cidades (MCidades)
Campanhas socioeducativas do transporte fluvial na Amazônia	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Práticas Pedagógicas da Educação no Campo e Agroecologia	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
Levantamento Preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais da Marujada - Bragança	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
Gestão de Risco de Desastre na Amazônia	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Material Educativo Junto às Populações Ribeirinhas	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
Curso de Extensão e Aperfeiçoamento em Orçamento e Controle de Custos na Construção Naval	Departamento de Marinha Mercante (DMM)
Dispositivo de Exclusão de Fauna Acompanhante - DEFAU	Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (SEAP)

Fonte: PROAD

Total de recursos captados*

R\$ 138.160.289,65

em recursos orçamentários captados de concedentes, convenientes
e contratantes de diversas esferas do governo, de entidades
privadas sem fins lucrativos, e via celebração de convênios,
contratos e aplicações financeiras

R\$ 168.509.813,00

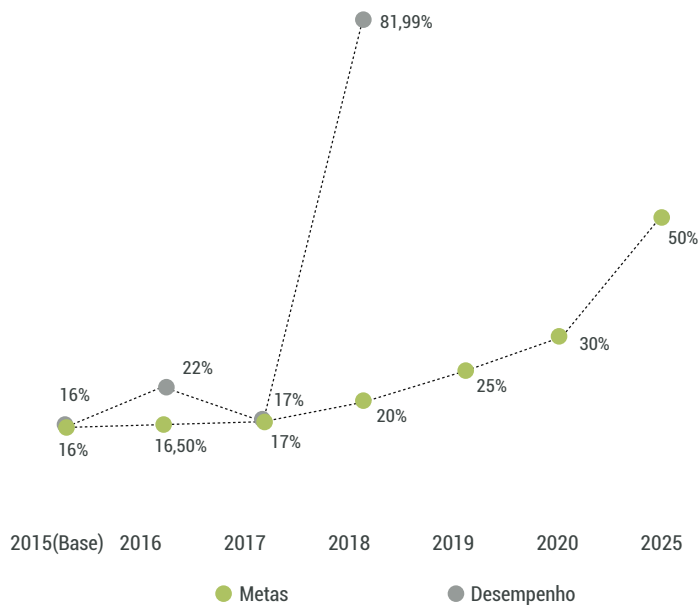
em outros recursos de
custeio e capital

*Dados até o mês de novembro de 2018.

Fonte: PROPLAN

Percentual de crescimento de recursos captados*

Gráfico 3. Metas e desempenho do índice de crescimento de recursos captados 2015-2025



O indicador apresentado no Gráfico 3 é calculado pela relação entre o total de recursos captados e o total de Outros Custeios e Capital (OCC). Assim, a UFPA teve um excelente desempenho de 81,99% para o indicador.

*Dados até o mês de novembro de 2018.

Fonte: PROPLAN

Apesar do alcance das metas previstas, maiores avanços poderiam ser alcançados, mas foram impossibilitados pela insuficiência no quadro quantitativo de pessoal e na infraestrutura física necessária para o desempenho das atividades dos servidores. Outros fatores relevantes foram o grande volume de recursos oriundos de TEDs via MEC e a falta do normativo.

Como propostas de ação para o ano de 2019, delineia-se a conclusão do normativo que será utilizado para orientação e capacitação dos atores envolvidos no processo de celebração de TEDs, de forma a possibilitar o alinhamento dos fluxos e responsabilidades, minimizando as dificuldades encontradas nesse processo até o momento.

4.2 Desempenho institucional nacional e internacional

Cenário internacional

Notadamente, pode-se afirmar que é reduzido o número de instituições universitárias brasileiras que ocupam colocações em rankings acadêmicos considerados de prestígio como o do *Times Higher Education*, do influente jornal inglês *The Times*. A UFPA, em seu esforço contínuo de elevar o desempenho da Instituição, conseguiu em 2018 lograr esse êxito, sendo classificada entre as 1.250 melhores universidades do planeta. Esse resultado é um retrato do trabalho e empenho das atividades que foram desenvolvidas ao longo de toda a trajetória da Instituição.

Está entre as

36

Universidades
brasileiras e
é a única do
Norte presente
no Ranking
de Melhores
Universidades do
Mundo publicado
pela revista
*Times Higher
Education*



Cenário nacional

No contexto nacional, a UFPA já é destaque há algum tempo, estando entre as 30 primeiras melhores universidades brasileiras no Ranking Universitário Folha, um dos ranqueamentos mais importantes do Brasil, desde a criação da classificação em 2012.

**Considerada
a Melhor
Universidade do
Norte
Está na**

27^a

**posição no
Ranking
Universitário
Folha**

Com a maior visibilidade internacional, aumenta a responsabilidade da UFPA de continuar os aperfeiçoamentos necessários para elevar cada vez mais a qualidade do ensino oferecido. Para isso, a Instituição procura o aprimoramento contínuo de suas atividades, revelando, a cada ano, no processo de planejamento, o desejo de melhorar cada vez mais seus indicadores de desempenho.

Os resultados da UFPA nos rankings universitários de âmbito internacional estão apenas iniciando. No entanto, a Universidade possui forte potencial para ascensão, uma vez que, em nível nacional, é uma Instituição consolidada, que serve como inspiração, tem grande destaque regional e está em permanente busca da excelência.





5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Declaração da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) integra a estrutura dos órgãos executivos de direção da Universidade Federal do Pará, conforme o Regimento Geral da Instituição, Art. 72. As suas competências regimentais encontram-se regidas pela Resolução n. 662, de 31 de março de 2009, que fundamenta a definição da missão institucional de “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”.

A PROPLAN é a Unidade responsável pela proposição da política de planejamento e desenvolvimento institucional, sujeitando-se às medidas regulamentares cabíveis emanadas da Reitoria, dos Conselhos e dos demais órgãos centrais do Governo Federal. Nesse contexto, compete a essa Pró-Reitoria coordenar os processos de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional e da proposta orçamentária anual, realizar estudos visando à suplementação de créditos que se fizerem necessários no decorrer da execução orçamentária, coordenar a elaboração de projetos e processos na Instituição, subsidiar a Administração Superior com estudos de avaliação de temas estratégicos, apoiar e supervisionar atividades relacionadas a alguns sistemas, exercendo, portanto, papel articulador entre as unidades gestoras executoras da UFPA e o órgão central de cada sistema da Administração Pública Federal, a saber:

- ▶ A Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação, responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior.
- ▶ Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ambas do Ministério da Economia (Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal).

O gerenciamento dos insumos (orçamento, pessoas, tecnologias etc.) e dos processos de gestão e suporte (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão da tecnologia da informação, gestão orçamentária e financeira etc.) ocorre, no âmbito da UFPA, de forma descentralizada. Porém, a gestão é exercida em consonância com diretrizes centrais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Plano de Gestão Orçamentária, no Plano de Aquisições e Contratações, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, no Plano de Gestão e Logística Sustentável, no Plano Anual de Capacitação, dentre outros. Logo, as Unidades têm poder decisório para a condução de suas ações, inclusive, na aplicação dos recursos recebidos e na gestão de pessoas, por exemplo.

Nesse sentido, cabe destacar a atuação das Pró-Reitorias fins e meios, além da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), Prefeitura *Multicampi* e o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação, que possuem grande representatividade na execução das despesas discricionárias, ou seja, aquelas realizadas conforme as prioridades estabelecidas por seus gestores.



Os Objetivos Estratégicos de Gestão da PROPLAN são desdobrados do PDI 2016/2025 da UFPA e constam em seu Mapa Estratégico e no Plano Tático, ou seja, o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU). Das ações realizadas pela PROPLAN em 2018, quer de forma autônoma ou em parceria com outras Unidades, destacam-se, a seguir, os resultados que impactaram positivamente as estratégias do PDI da UFPA:

- ▶ Cooperação para a implantação do SIPAC.
- ▶ Implantação de uma ferramenta gerencial (módulo orçamento do SIPAC) voltada para a celeridade da execução orçamentária e financeira por parte das Unidades Acadêmicas.
- ▶ Otimização e aplicação dos recursos das Unidades para atender suas demandas próprias de naturezas geral e específicas quanto às contratações de bens e serviços, ampliando sua gestão orçamentária e financeira e permitindo um planejamento de modo racional e sustentável na execução do seu orçamento.
- ▶ Esforços para captação de recursos descentralizados por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Ministério da Educação (MEC) e com órgãos de outros Ministérios, por intermédio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos.
- ▶ Criação de uma nova diretoria, a Diretoria de Gestão Estratégica (DIGEST), visando coordenar o processo de elaboração de projetos e processos na Instituição, bem como orientar e apoiar as Unidades Acadêmicas, Administrativas e Regionais na elaboração dos seus projetos e processos. Também é função da DIGEST subsidiar a UFPA com estudos de avaliação de temas estratégicos para o planejamento institucional objetivando a revisão de políticas, programas ou projetos, além de apresentar recomendações para o alcance dos objetivos do PDI.

Além dos recursos garantidos pelo tesouro, esforços adicionais foram empreendidos por um conjunto de Unidades da UFPA que garantiram a execução de TEDs com o MEC, totalizando uma captação de R\$ 47.232.418,82 de recursos para despesas de custeio e capital, visando atender diversos *campi* da UFPA. Um volume expressivo dos recursos foi resultado da alocação realizada pelos parlamentares por meio de emendas individuais e de bancada impositivas. Quanto a este último, destaca-se os R\$ 17.571.727,50 descentralizados para a aquisição de aproximadamente 12 mil equipamentos/materiais permanentes para as diversas Unidades e laboratórios da Universidade, o que atendeu a programas e projetos estratégicos como o Programa de Apoio à Infraestrutura de Laboratórios de Ensino (LABINFRA), bem como o projeto de instalação de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, atividades culturais e a preservação do patrimônio arquitetônico no Convento dos Mercedários em Belém, prédio histórico cedido à UFPA.

A realização de obras estruturais no *Campus* de Belém, como a Urbanização da Orla do *Campus*, foi garantida com a descentralização no valor total de R\$ 11.419.275,45.

Os contratos de prestação de serviços, financeiramente mais relevantes, que asseguraram o bom andamento das atividades de rotina da Instituição foram os de fornecimento de energia elétrica, vigilância, manutenção predial, gerenciamento de frota e serviços de limpeza, asseio e conservação.



A restrição orçamentária, principalmente após a promulgação da Emenda Constitucional n. 95/2016³, requereu readequações das programações e constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira. O desafio se tornou elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer, no entanto, a qualidade da prestação de bens e serviços de Educação Superior à sociedade. No que pese o diagnóstico apresentado acima, a UFPA investe esforços constantes para reservar os recursos orçamentários necessários para a implementação das ações que contribuem para o alcance de seus objetivos estratégicos previstos no PDI 2016-2025.

A presente declaração é uma demonstração dos esforços empregados na superação dos desafios e obstáculos, na busca pelo cumprimento da visão institucional da UFPA de “Ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”, assim como pela gestão baseada na excelência de princípios, na evolução do desempenho institucional, no desenvolvimento de parcerias com foco em resultados orientados para a satisfação da sociedade.

Concluindo, declara-se que os padrões de gestão da Universidade Federal do Pará atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste Capítulo.

Raquel Trindade Borges
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

5.2 Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da UPC no exercício

5.2.1 Gestão orçamentária e financeira

A seguir, será detalhada a gestão orçamentária e financeira. Ressalta-se que os itens *renúncias de receitas, gestão de fundos e de programas, informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais e informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial* não se aplicam ao exercício de 2018. Quanto aos precatórios, são enviados ao Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão diretamente pelos tribunais para inclusão no orçamento.

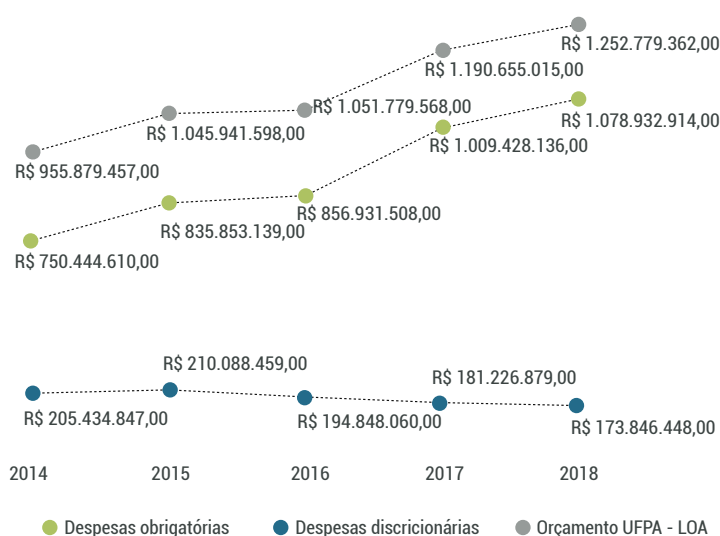
5.2.1.1 Perfil dos Gastos

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da despesa

O orçamento das IFES está dividido basicamente em dois grupos: despesas obrigatórias, que englobam basicamente pessoal, benefícios e encargos; e despesas discricionárias, que abrangem os recursos de custeio e capital constantes nas matrizes orçamentárias do Ministério da Educação, bem como em programas vinculados ao Governo Federal. No Gráfico 4, é demonstrada a evolução do orçamento da UFPA nos últimos cinco anos.

³ Conhecida como “Emenda do Teto de Gastos”, a EC n. 95/2016 congelou o crescimento das despesas do Governo Federal por um período de 20 anos.

Gráfico 4. Despesas obrigatórias e discricionárias da UFPA 2014-2018



As despesas obrigatórias apresentam um crescimento de cerca de **43%**

Em 2014, as despesas obrigatórias representavam **78,51%** do total; em 2018, esse número foi de **86,12%**

Fonte: DIPLAN | PROPLAN

Essa elevação de participação pode ser atribuída ao aumento no número de servidores, no período, em torno de

10%;
mas também à redução dos recursos de despesas discricionárias em cerca de **16%**, entre os anos de 2014 e 2018.

As despesas discricionárias também tiveram redução percentual no período: de

21,49%, em 2014, passaram a **13,88%** do orçamento em 2018.

Essa redução pode ser atribuída ao encolhimento de cerca de

83% dos recursos de capital alocados nas Universidades Federais, nesse período de cinco anos. O orçamento de capital, que ficou em **R\$ 61.989.313,00** em 2014, passou para o total de **R\$ 11.084.040,00** em 2018.

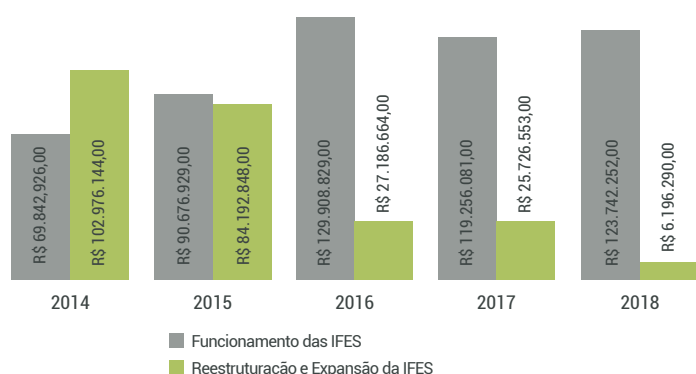
A distribuição dos recursos orçamentários para despesas discricionárias é feita com base em matrizes de orçamento e de programas vinculados do Governo Federal, como, por exemplo:

- ▶ Matriz Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)
- ▶ Matriz Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP)
- ▶ Matriz Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF)
- ▶ Matriz Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
- ▶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
- ▶ Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF)



A Matriz ANDIFES atende basicamente à ação orçamentária 20RK que se destina a despesas com o funcionamento das Universidades Federais. Já o programa REUNI, criado em 2007, atende principalmente a ação orçamentária 8282 que se destina a despesas com reestruturação e expansão das Universidades Federais. Essas duas ações orçamentárias abrangem praticamente a maior parte do orçamento de manutenção das universidades. O Gráfico 5 demonstra a evolução dos recursos alocados nessas duas ações no período de 2014 a 2018.

Gráfico 5. Evolução do orçamento das ações 20RK (Matriz ANDIFES) e 8282 (REUNI)



Houve uma forte redução nos recursos da ação 8282, em razão da realocação do custeio para a ação 20RK, o que ocasionou certa elevação nessa ação entre 2015 e 2016.

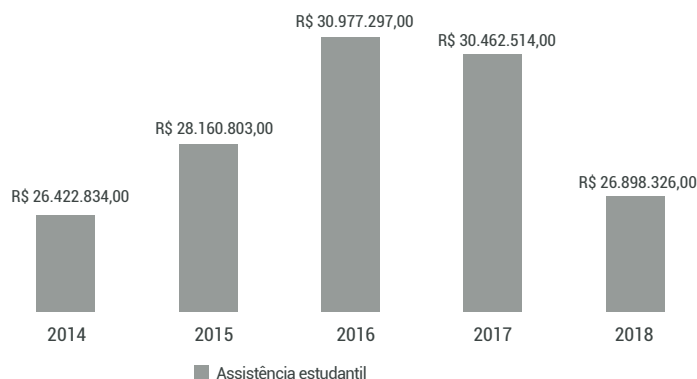
A redução também se deve à queda dos investimentos do governo realçada pela crise econômica iniciada em 2014

Fonte: DIPLAN | PROPLAN

Nota: Considerou-se no funcionamento das IFES apenas a fonte de recurso ordinária.

A Matriz PNAES, por sua vez, atende basicamente à ação orçamentária 4002, destinada a despesas com assistência estudantil com o intuito de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos de graduação das universidades. A movimentação dos recursos dessa matriz ao longo dos últimos cinco anos pode ser observada no Gráfico 6.

Gráfico 6. Evolução do orçamento da ação 4002 (PNAES)



Os recursos apresentaram elevação no período de 2014 a 2016, saindo de

R\$ 26,4
milhões para
quase

R\$ 31
milhões.

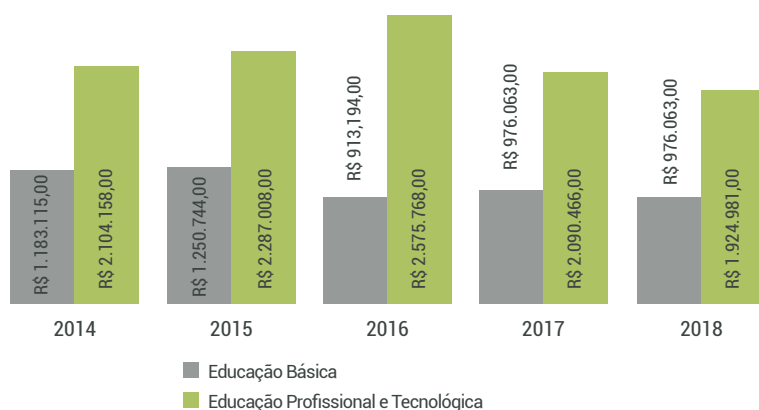
Por outro lado, a redução nos anos posteriores praticamente zerou os ganhos do período. Em 2018, o orçamento ficou em

R\$ 26,8
milhões, pouco
mais do que em
2014.

Fonte: DIPLAN | PROPLAN

Quanto aos recursos disponibilizados à educação básica (ação 20RI), que atendem a Escola de Aplicação, e aos recursos de educação profissional e tecnológica (ações 20RL e 2994), que atendem a Escola de Teatro e Dança (ETDUFPA) e a Escola de Música da UFPA (EMUFPA), pode-se observar que a tendência de crescimento, entre 2014 e 2016, reverteu nos últimos anos, conforme constata o Gráfico 7.

Gráfico 7. Evolução do orçamento das ações 20RI, 20RL e 2994

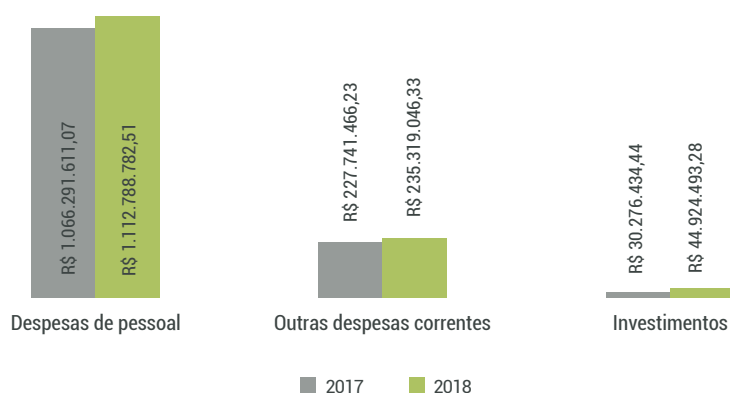


Fonte: DIPLAN | PROPLAN

Detalhamento das despesas da UFPA por grupo e elemento de despesa

A configuração entre os elementos de despesa está harmonizada, mantendo um perfil constante, ressalvada a criação recente do elemento 40 para serviços de Tecnologia da Informação. Por sua vez, a execução está centrada no elemento 39, referente a serviços de terceiros de pessoa jurídica, em especial, decorrente das grandes contratações referente a serviços de energia elétrica e contratações da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) nos termos da Lei n. 8.958/1994.

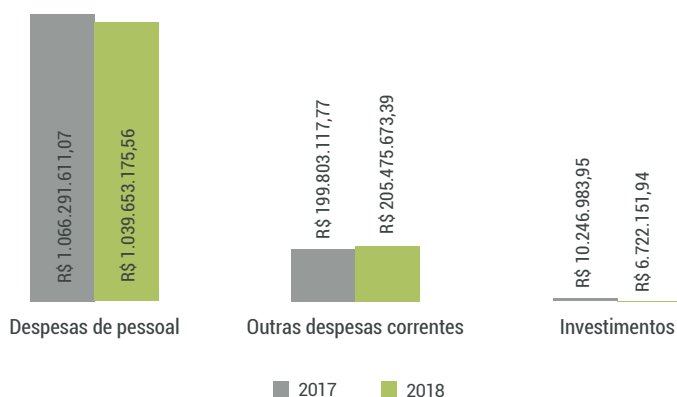
Gráfico 8. Valores empenhados por grupo de despesa da UFPA 2017-2018



Fonte: SIAFI

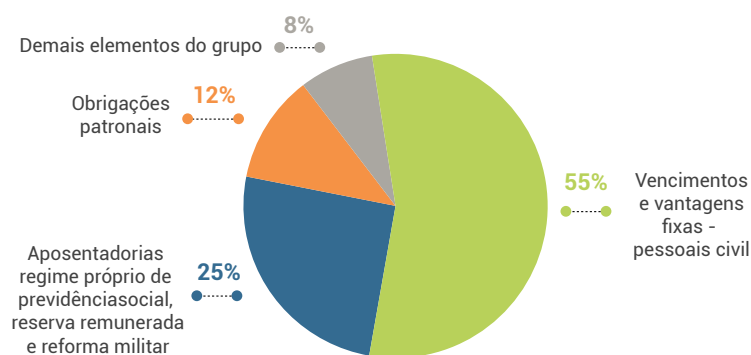


Gráfico 9. Valores pagos por grupo de despesa da UFPA 2017-2018



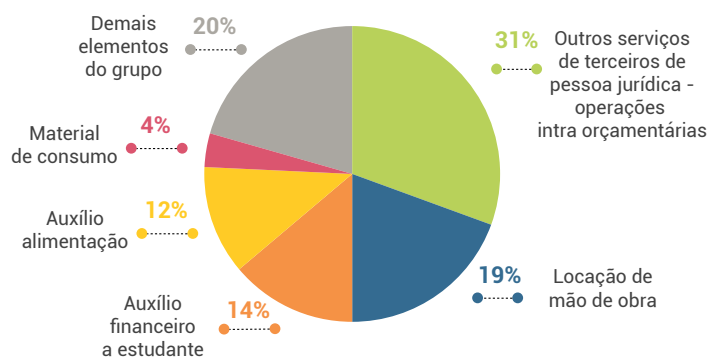
Fonte: SIAFI

Gráfico 10. Composição das despesas de pessoal pagas da UFPA em 2018



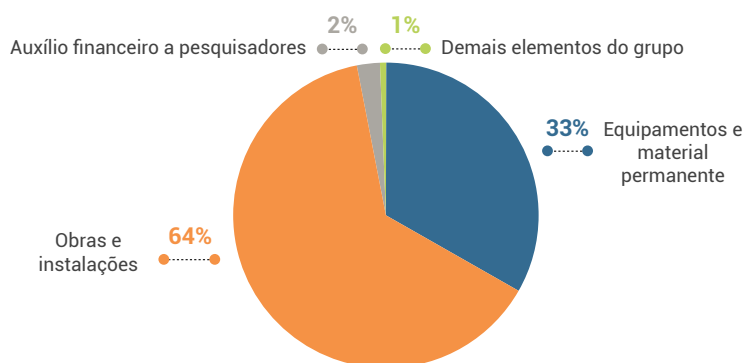
Fonte: SIAFI

Gráfico 11. Composição de outras despesas correntes pagas da UFPA em 2018



Fonte: SIAFI

Gráfico 12. Composição de investimentos pagos da UFPA em 2018

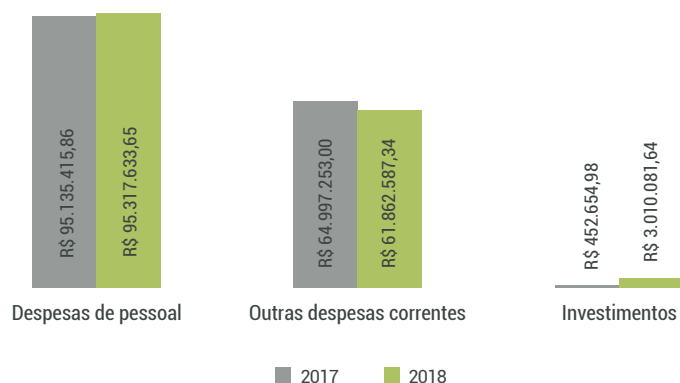


Fonte: SIAFI

Detalhamento das despesas dos Hospitais Universitários por grupo e elemento de despesa

As Unidades Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB) e Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) executaram em sua totalidade o montante orçamentário descentralizado no exercício de 2018. Houve redução nos montantes executados, haja vista que o aporte orçamentário também foi reduzido, ocasionando a contratação de menos serviços e itens de consumo tanto no Hospital Barros Barreto como no Bettina Ferro. A rubrica capital obteve maior volume de orçamento descentralizado para a Unidade Barros Barreto, proporcionando a aquisição de equipamentos que promovem o melhor e o mais amplo atendimento aos pacientes. A Unidade Bettina Ferro, em detrimento do exercício de 2017, teve aporte menor, que foi utilizado para a aquisição de equipamentos de substituição a outros obsoletos, como também para novas tecnologias, como o aparelho de Vitrectomia para cirurgias no globo ocular.

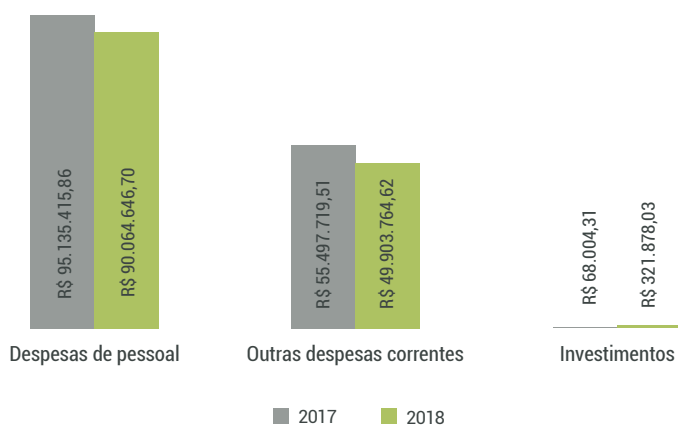
Gráfico 13. Valores empenhados por grupo de despesa do HUIBB 2017-2018



Fonte: SIAFI

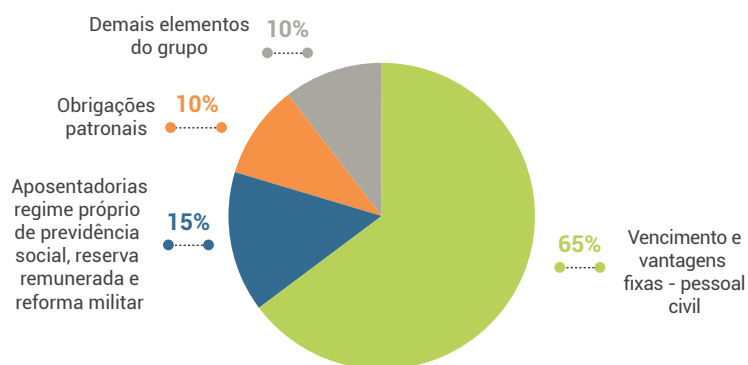


Gráfico 14. Valores pagos por grupo de despesa do HUIBB 2017-2018



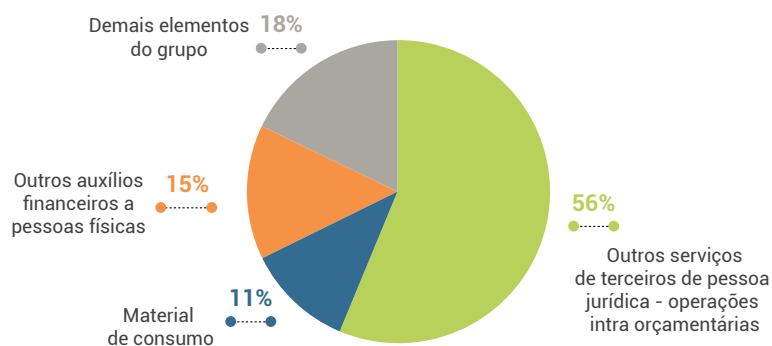
Fonte: SIAFI

Gráfico 15. Composição de despesas de pessoal pagas do HUIBB em 2018



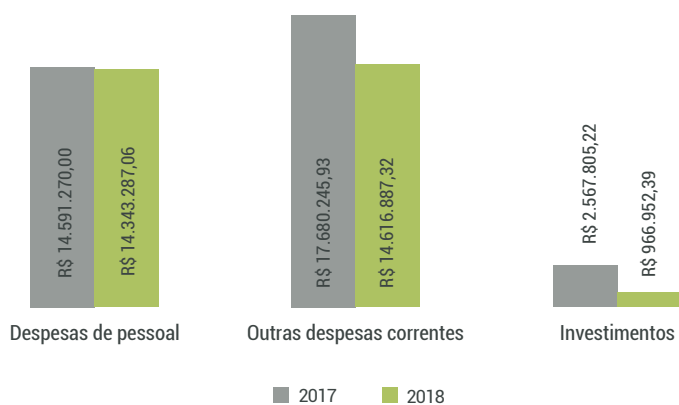
Fonte: SIAFI

Gráfico 16. Composição de outras despesas correntes pagas do HUIBB em 2018



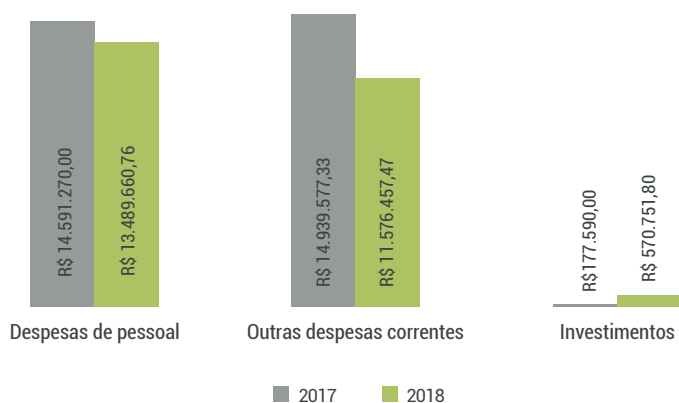
Fonte: SIAFI

Gráfico 17. Valores empenhados por grupo de despesa do HUBFS 2017-2018



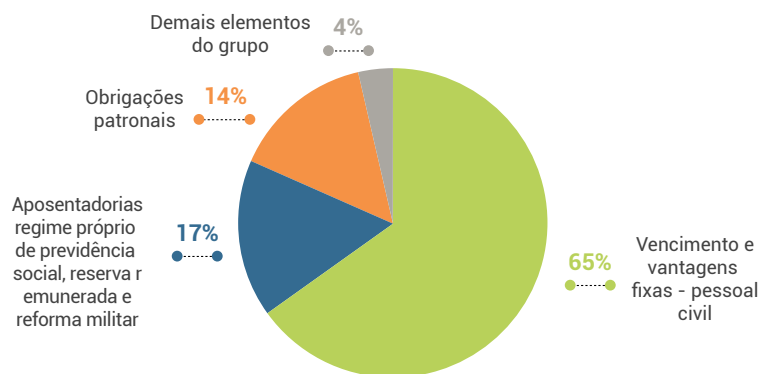
Fonte: SIAFI

Gráfico 18. Valores pagos por grupo de despesa do HUBFS 2017-2018



Fonte: SIAFI

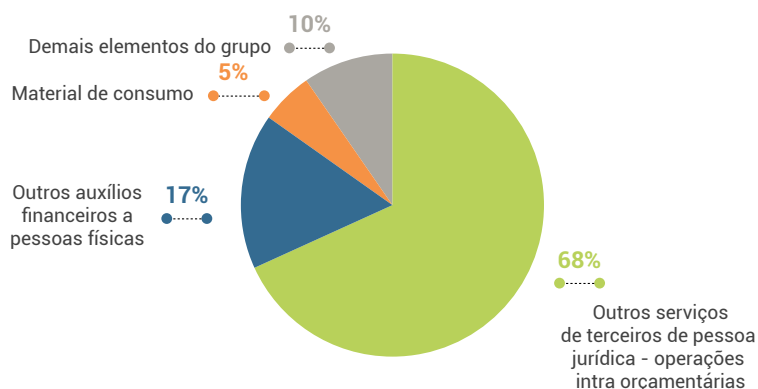
Gráfico 19. Composição de despesas de pessoal pagas do HUBFS em 2018



Fonte: SIAFI



Gráfico 20. Composição de outras despesas correntes pagas do HUBFS em 2018



Fonte: SIAFI

Execução orçamentária das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UFPA

Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - 20RK

Meta física (alunos matriculados)	
Prevista	48.650
Reprogramada	48.650
Executada	46.643
Dotação	
Inicial	R\$ 148.792.078,00
Final	R\$ 149.851.585,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 148.828.122,52
Liquidada	R\$ 125.000.521,70
Paga	R\$ 124.019.532,22

Fontes: PROEG e SIAFI

Liquidação de **83%** e empenho de **99%** da dotação final.

Cumprimento de **96%** da meta estabelecida para 2018, com **34.011** alunos matriculados na graduação, **7.200** na pós-graduação, **1.143** em cursos de graduação a distância e **4.289** no PARFOR.

Consolidação do LABINFRA, com **158** projetos submetidos, **93** atendidos, movimentando um total de **R\$ 4** milhões.

Financiamento de diversas atividades acadêmicas desenvolvidas pelas coordenações da PROEG.

Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - 8282

Meta física (projetos viabilizados)	
Prevista	2
Reprogramada	11
Executada	11
Dotação	
Inicial	R\$ 6.196.290,00
Final	R\$ 6.196.290,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 6.196.290,00
Liquidada	R\$ 2.869.987,60
Paga	R\$ 2.435.650,65

Fontes: PROPLAN e SIAFI

*De início, seriam executados apenas 2 projetos (para aquisição de equipamentos e mobiliários). Entretanto, após a definição de que a Emenda de bancada prevista para a Universidade estaria vinculada à aquisição de equipamentos e mobiliário, a UFPA mudou seu planejamento, destinando aquele recurso para mais 6 projetos. Outros três projetos foram viabilizados com recursos de Emenda individual.

Cumprimento de **100%** da meta reprogramada*, viabilizando a execução de **11** projetos em 2018:

- ▶ Aquisição de equipamentos
- ▶ Aquisição de mobiliários
- ▶ Etapa da construção da contenção da Erosão/Urbanização da Orla
- ▶ Etapa da construção do Laboratório de Engenharia Civil
- ▶ Etapa da construção do Laboratório de Gerenciamento de Resíduos
- ▶ Etapa da construção do Bloco da Faculdade Química
- ▶ Etapa da construção da Biblioteca e Auditório do *Campus* de Ananindeua
- ▶ Etapa da obra de construção do muro do *Campus* de Belém
- ▶ Urbanização e infraestrutura do *Campus* II
- ▶ Aquisição de equipamentos para o curso de Medicina em Altamira
- ▶ Infraestrutura para o Clube de Ciências da UFPA

Assistência ao Estudante de Ensino Superior - 4002

Meta física (benefícios concedidos)	
Prevista	54.954
Reprogramada	54.954
Executada	55.484
Dotação	
Inicial	R\$ 26.898.326,00
Final	R\$ 26.898.326,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 26.898.326,00
Liquidada	R\$ 25.535.063,36
Paga	R\$ 25.531.894,52

Fontes: SAEST e SIAFI

Realização do Programa Institucional de Assistência e Integração Estudantil (PROAIS), apoiado pelo PNAES, com um conjunto de ações coordenadas voltadas ao discente de graduação presencial, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Áreas de investimento: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, creche, apoio pedagógico e acessibilidade voltados a alunos em vulnerabilidade socioeconômica.

Apoio financeiro às ações nas áreas de cultura e esporte desenvolvidas pela PROEX.

A meta de concessão de **10.484** bolsas foi superada em **90** bolsas (0,9%).

A meta de concessão de **54.954** auxílios foi superada em **530** (1%).

Dentre os fatores que contribuíram para a superação das metas, pode ser enfatizado o reconhecimento da Instituição sobre a importância estratégica da Assistência Estudantil.



Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - 20RI

Meta física (estudantes matriculados)	
Prevista	R\$ 1.600
Reprogramada	R\$ 1.600
Executada	R\$ 1.350
Dotação	
Inicial	R\$ 976.063,00
Final	R\$ 976.063,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 976.063,00
Liquidada	R\$ 664.100,86
Paga	R\$ 664.100,86

Fontes: PROPLAN, SIMEC e SIAFI

Foi empenhado **100%** da dotação e liquidado e pago **68%**.

A meta foi atingida em **84%**, com o registro de **1.350** estudantes matriculados.

Fatores que dificultaram o alcance total da meta prevista:

- ▶ Carência de ampliação e renovação da infraestrutura da Escola de Aplicação da UFPA.
- ▶ Reposição e ampliação do quadro de técnicos.
- ▶ Lastro para ampliação do quadro de docentes a fim de atender às demandas.
- ▶ Redução do recurso de capital e custeio.

Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - 20RL

Meta física (estudantes matriculados)	
Prevista	692
Reprogramada	692
Executada	662
Dotação	
Inicial	R\$ 1.426.981,00
Final	R\$ 1.426.981,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 1.426.981,00
Liquidada	R\$ 1.118.977,66
Paga	R\$ 1.113.462,30

Fontes: PROPLAN, EMUFPA, ETDUFPA e SIAFI

Foi empenhado 100% da dotação e liquidado 78%. O recurso foi empregado nos seguintes tipos de despesas:

- ▶ Aquisição de equipamentos, instrumentos, peças e acessórios musicais para as atividades de Ensino e Extensão da Escola de Música da UFPA (EMUFPA).
- ▶ Aquisição de materiais de expediente e de TI para reposição de estoque e consumo anual dos setores administrativos das Escolas.
- ▶ Contratação de serviços para manutenções e reparos nos espaços internos e externos da EMUFPA e da Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA).
- ▶ Contratação de serviços de Pessoa Jurídica e Pessoa Física.
- ▶ Aquisição de licenças do pacote Adobe Creative Cloud VIP para utilização no Setor de Produção e Comunicação da EMUFPA.
- ▶ Apoio a eventos culturais e acadêmicos das Escolas.
- ▶ Apoio aos espetáculos das Prática de Montagens da ETDUFPA e a eventos institucionais como o "Auto do Círio".
- ▶ Pagamento de diárias e passagens.
- ▶ Pagamento de taxas de anuidade.



Dificuldades encontradas:

- ▶ Alguns itens necessários não estavam contemplados na Agenda de Compras da UFPA.
- ▶ Acesso a empresas habilitadas e interessadas em fornecer para órgão público.
- ▶ Liberação dos recursos quase no final do exercício.

Devido ao ajuste de calendário, ocorreram desistências de alunos de 2017 para 2018. Por isso, houve queda na procura por alguns cursos, porém já se está trabalhando para que em 2019, haja uma melhoria significativa, tanto na permanência, como na entrada de novos alunos.

Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica - 2019

Meta física (auxílios pagos)	
Prevista	170
Reprogramada	170
Executada	163
Dotação	
Inicial	R\$ 498.000,00
Final	R\$ 498.000,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 488.520,00
Liquidada	R\$ 270.130,00
Paga	R\$ 269.780,00

Fontes: PROPLAN, EMUFPA, ETDUFPA e SIAFI

Foi empenhado 98% da dotação disponível e liquidado somente 54%.

O recurso foi empregado nos seguintes tipos de despesas:

- ▶ Auxílios financeiros nas modalidades Moradia, Permanência e Emergencial.
- ▶ Pagamento de bolsas de Apoio à Atividade Acadêmica e de Auxílio ao Estudante.
- ▶ Pagamento de serviços de assistência social para análise socioeconômica, entrevistas e outras ações.

Cumprimento de aproximadamente 96% da meta, com a concessão de 163 auxílios, sendo 98 para alunos da ETDUFPA e 65 para alunos da EMUFPA.

Houve um aumento na quantidade de alunos contemplados com o Auxílio ao Estudante, mesmo mantendo o valor pago no ano anterior.



Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - 20GK

Meta física (iniciativas)	
Prevista	2
Reprogramada	2
Executada	2
Dotação	
Inicial	R\$ 12.913.234,00
Final	R\$ 3.693.271,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 3.693.271,00
Liquidada	R\$ 3.331.659,03
Paga	R\$ 1.044.275,60

Fontes: PROEX, PROPLAN e SIAFI

Houve a alocação de R\$ 9.219.963,00 no Plano Orçamentário 0002 – PARFOR, situação que restringia muito a aplicação do recurso, por isso a dotação foi alterada, restando apenas a realização das iniciativas do Idiomas Sem Fronteiras e das Emendas individuais de deputados federais.

Com isso, foi empenhado 100% da dotação final, liquidado 90% e pago 28%.

Os recursos do IsF foram empregados em passagens, diárias, bolsas e material de consumo. O Programa ofertou 400 vagas e registrou 384 inscritos.

Os recursos das Emendas individuais foram revestidos em 6 ações de arte e cultura executadas na UFPA e 33 pela FADESP, assim como na produção de documentário, criação de acervo de memória e realização do Festival Cultural da Juventude.

Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - 4086

Meta física (iniciativa)	
Prevista	1
Reprogramada	-
Executada	1
Dotação	
Inicial	R\$ 491.538,00
Final	R\$ 491.538,00
Despesa	
Empenhada	R\$ 197.688,60
Liquidada	R\$ 75.890,16
Paga	R\$ 75.212,16

Fontes: Complexo hospitalar e SIAFI

Foi empenhado apenas 40,2% da dotação final, liquidado 15,4% e pago 15,3%.

Os recursos empenhados buscaram atender às seguintes necessidades:

- ▶ Aquisição de materiais químicos, de limpeza, manutenção de equipamentos, material hospitalar e laboratorial, entre outros.
- ▶ Aquisição de equipamento e material permanente
- ▶ Aquisição de demais itens de custeio.

A principal dificuldade encontrada para a utilização do crédito orçamentário foi a frustração na arrecadação de recursos financeiros dentro do exercício.

O percentual de utilização não foi menor devido à solicitação junto à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC para remanejamento de fonte, de modo a utilizar o superávit financeiro de exercícios anteriores, de acordo com a Portaria STN n. 245, de 28 de março de 2018.



Nessa ação, ocorreram ainda as seguintes descentralizações orçamentárias não constantes na LOA 2018:

Emenda parlamentar Valor descentralizado:	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Valor descentralização:
R\$ 500.000,00	R\$ 691.811,79
Valor empenhado:	Valor empenhado:
R\$ 499.997,54	R\$ 691.811,79
Destinação: manutenção e conservação de bens móveis.	Destinação: aquisição de medicamentos, material químico, hospitalar e de limpeza e higienização.

Com relação à inscrição de Restos a Pagar em 2018, atrelados à referida ação orçamentária, foram inscritos os seguintes montantes:

Restos a Pagar Processados:
R\$ 678,00
Restos a Pagar Não Processados:
R\$ 121.798,44

5.2.1.2 Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com uma análise de tendências

As Unidades Hospitalares Barros Barreto e Bettina Ferro executaram em sua totalidade o montante orçamentário descentralizado no exercício de 2018. Houve redução nos montantes executados, visto que o aporte orçamentário também foi reduzido, ocasionando a contratação de menos serviços, bem como aquisições de menos itens de consumo. Houve aumento considerável no quadro de pessoal, com a admissão dos servidores públicos da EBSEH, porém, esses ainda estão em fase de treinamento.

Espera-se, no próximo exercício, melhorar a execução dos serviços, imprimindo rapidez às demandas, maior e melhor controle operacional para liquidação dos empenhos, análise do ponto de ressuprimento dos itens de consumo, entre outras iniciativas a fim de propiciar melhor qualidade do gasto.

Em razão do maior volume de aporte orçamentário descentralizado no segundo semestre do exercício de 2018, aconteceu engessamento de importantes processos. A vigência de grande parte dos processos expirou e o andamento dos novos pregões foi prejudicado pela falta de pessoal para compor a Unidade de Liquidação, que, desde fevereiro de 2017, passou a atender às demandas das duas Unidades Hospitalares. Diante desse fato, pode-se citar algumas consequências:

- Redução das despesas adquiridas por meio da modalidade inexigibilidade em comparação ao exercício de 2017, porém, o volume de empenhos por meio de processo de carona permanece elevado, em razão das dificuldades em processar as atas internas.



- ▶ As contratações diretas também reduziram, mas ainda estiveram presentes em virtude das demandas emergenciais das Unidades Hospitalares.
- ▶ A Unidade Barros Barreto está com o repasse de recurso financeiro por meio do Ministério da Saúde (contratualização) atrasado desde a parcela de novembro de 2018, acarretando dificuldades em honrar com os compromissos liquidados, inscritos em restos a pagar.

5.2.1.3 Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes

Os impactos e respectivas variações de resultado estão evidenciados nas notas explicativas dos demonstrativos contábeis (no Capítulo 6 deste Relatório).

5.2.1.4 Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

Na UFPA, a Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades das Empresas (CPAIE) tem competências regulamentadas por meio da Resolução n. 1.451/2017, do Conselho de Administração (CONSAD) para autuação, instrução e análise das infrações, em conformidade com a legislação. Visa adotar procedimentos sobre sanção a licitantes e contratados inadimplentes ou responsáveis por condutas inadequadas nos processos que integram o macroprocesso de aquisições e contratações desta Instituição.

Durante o ano de 2018, a Comissão desenvolveu suas atividades procedendo, no uso de sua competência, as seguintes atividades:

24 notificações	7 processos tiveram análise recursal	6 processos de 2017 finalizados, com a publicação no DOU das respectivas penalidades
21 notificações via ofícios	4 concluídos	3 empresas foram penalizadas com multa:
3 pelo Diário Oficial da União (DOU)	3 encontram-se na Procuradoria Geral	▶ Amazon Papel LTDA, multa no valor de RS 29.920,14, conforme processo n. 23073.028917/2016, publicada no DOU de 27/03/2018. ▶ Sinetel Engenharia e Comércio LTDA, multa no valor de RS 37.506,08, conforme processo n. 23073.008265/2011, publicada no DOU de 10/05/2018. ▶ Ferraz Silveira Comércio e Serviços LTDA, multa no valor de RS 4.009,78, publicada no DOU de 13/07/2018.

5.2.1.5 Principais desafios e ações futuras

A UFPA vem enfrentando dificuldades na execução orçamentária e financeira nos últimos anos, em especial devido à redução dos investimentos, aumento dos custos operacionais, bem como, durante o exercício de 2018, do bloqueio de orçamento e contingenciamento de limite orçamentário, uma vez que a disponibilização tardia compromete o fluxo de planejamento/aquisição das despesas, inclusive com reprocessos formais, como revalidação de propostas e certidões.



Em relação à execução financeira, a maior dificuldade recai sobre os pagamentos de Emendas Parlamentares, cujo repasse financeiro não ocorre com regularidade e nem integralmente, sendo insuficiente para a quitação das obrigações junto a fornecedores/prestadores gerando potencial risco de pagamento de multas e outras sanções. Esse contexto coloca a Instituição em situação de vulnerabilidade junto aos fornecedores e prestadores de serviços, sem contar o descontentamento de servidores, alunos e daqueles que demandam serviços e produtos da Universidade, quando da impossibilidade de atendimento de demandas.

Outra dificuldade enfrentada foi a necessidade de indicação de cancelamento de dotação em contrapartida à eventual solicitação de ampliação de orçamento advindo de superávit ou excesso de arrecadação de receita própria. Tal situação restringiu a possibilidade de ampliação da arrecadação por meio de novos convênios ou contratos, o que seria uma alternativa às restrições orçamentárias e financeiras enfrentadas nos últimos anos.

Diante desses dados, a principal questão é como cumprir as metas estipuladas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, e, principalmente, como contribuir com as estratégias previstas no Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, destaca-se que as ações/estratégias previstas estão basicamente relacionadas ao incremento do Governo Federal. Sem investimento na educação, dificilmente se avançará no quesito qualidade. Será preciso ampliar os atuais cerca de 5% do Produto Interno Bruto investido em educação para, ao menos, 10% até o fim desta década.

Mesmo diante desse cenário, é preciso destacar a atuação proativa da Instituição, que não se esquivou perante as dificuldades. Dentre as iniciativas que se destacam, estão:

- ▶ Diminuição de gastos por meio da revisão e melhoria na contratação de serviços, tais como vigilância, limpeza e energia elétrica.
- ▶ Crescimento e expansão da graduação e da pós-graduação.
- ▶ Inauguração de espaços novos:
 - Edifício Mirante do Rio, no *Campus* de Belém, com 64 salas de aula com capacidade para atender de 40 a 60 alunos, podendo abrigar mais de 2,5 mil estudantes simultaneamente.
 - Prédio de 1.920m², com 12 salas de aula e 4 miniauditórios, no *Campus* de Altamira.
 - Aquisição de equipamentos novos para subsidiar os laboratórios de Ensino e Pesquisa como o fomentado pelo LABINFRA.

Nesse contexto, a UFPA pretende trabalhar para aperfeiçoar seus processos, por meio do emprego de tecnologias, com o propósito de transferir para a sociedade conteúdos gerados a partir de suas disciplinas de graduação, fomentando, desse modo, a geração de novos conhecimentos.

Quanto às Unidades Hospitalares, busca-se formas para amenizar a redução de recursos disponíveis para manter os serviços em funcionamento, contudo não se caracteriza uma tarefa de fácil solução. O gerenciamento de crise, quando se trata de hospitais, significa



redução de atendimentos e/ou realização da forma inadequada. Tem-se buscado planejar o orçamento disponibilizado, contudo não há regularidade acerca dos repasses, o que implica em decair o planejamento feito. A chegada de novos serviços e servidores também acarretou aumento de gastos, significando um desafio para os próximos exercícios.

5.2.2 Gestão de pessoas

5.2.2.1 Conformidade legal

Principais normativos utilizados na área de gestão de pessoas na UFPA

Quadro 4. Legislações pertinentes à gestão de pessoas no âmbito federal

Legislação	Teor
Lei n. 8.112/1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei n. 8.745/1993	Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.
Lei n. 11.091/2005	Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.
Lei n. 11.784/2008	Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE.
Lei n. 12.772/2012	Estrutura o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, Plano de Carreira do Magistério Superior e outras providências.
Lei n. 12.863/2013	Altera a Lei n. 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, e dá outras providências.
Lei n. 13.325/2016	Altera a remuneração, as regras de promoção, as regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da Educação, e dá outras providências.
Decreto n. 6.833/2009	Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.
Decreto n. 6.944/2009	Estabelece medidas para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, e dá outras providências.
Decreto n. 7.232/2010	Dispõe sobre o quantitativo de lotação dos cargos de nível de classificação "C", "D" e "E", integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
Portaria Interministerial n. 173/2017 MEC/MPDG	Autoriza a contratação por tempo determinado, de 150 (cento e cinquenta) profissionais técnicos especializados em linguagem de sinais, de nível superior, no âmbito do Ministério da Educação, para atender demandas das Universidades Federais.



Quadro 5. Legislações pertinentes à gestão de pessoas no âmbito da UFPA

Legislação	Teor
Resolução n. 4.198/2011 CONSEPE UFPA	Regulamenta o Processo Seletivo Simplificado e a contratação de professores por tempo determinado na UFPA.
Resolução n. 1.439/2016 CONSAD UFPA	Regulamenta o Programa de Avaliação e Desempenho dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, dos Docentes ocupantes de Função Gerencial e dos Servidores em Estágio Probatório da Universidade Federal do Pará.
Resolução n. 4.959/2017 CONSEPE UFPA	Regulamenta a realização de Concurso Público de Provas e Títulos para o ingresso nas Carreiras de Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na UFPA.

Atualização de normativos

A UFPA atualiza seus normativos principalmente por meio de consulta regular ao Sistema de Consulta de Atos Normativos da Administração Pública Federal (Conlegis), que é um portal de pesquisa de legislação sobre recursos humanos no âmbito da Administração Federal.

Trilhas para apuração

Com relação ao apontamento dos órgãos de controle, a UFPA recebeu em 2018 apenas duas trilhas para apuração:

- ▶ Trilha 088A: havia indícios de infração ao regime de dedicação exclusiva por parte de dez servidores. Todos foram notificados, oito apresentaram justificativas comprovando a improcedência dos fatos e dois servidores, até o presente o momento, não se manifestaram. O percentual de atendimento à trilha foi de 80%.
- ▶ Ofício TCU n. 5.386, de dezembro de 2018: visa à correção dos atos no sistema e-pessoal. A UFPA ainda se encontra no prazo para atendimento.

Indicadores de conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas ainda está em aprimoramento e no momento são analisados os seguintes indicadores:

Controle e Entrega das Declarações de Bens e Renda

No ano de 2018, todos os servidores entregaram ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei n. 8.730/1993.

Controle e Acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC, conforme instrução Normativa TCU n. 55/2007.



Reposição ao erário

Em 2018, foram instruídos 54 processos, dentre os quais foram providenciadas as notificações de todos os interessados conforme Orientação Normativa n. 05/2013.

Tipos de processos

- ▶ Adicional de insalubridade
- ▶ Afastamento doutorado
- ▶ Auxílio-saúde
- ▶ Auxílio-transporte
- ▶ Demissão
- ▶ Desligamento de residência
- ▶ Dispensa de função
- ▶ Exoneração
- ▶ Faltas injustificadas
- ▶ Licença para acompanhar cônjuge
- ▶ Licença para tratar de assuntos particulares
- ▶ Pensão
- ▶ Progressão
- ▶ Regime de trabalho
- ▶ Retribuição por titulação
- ▶ Suspensão de residência
- ▶ Término de contrato
- ▶ Vacância por posse em cargo inacumulável
- ▶ Vencimento

Situação dos servidores que deveriam repor o erário

16
servidores
repuseram o
erário

23
servidores foram
notificados,
mas ainda
não fizeram a
reposição

11
servidores
tiveram a
notificação
devolvida, devido
à mudança de
endereço

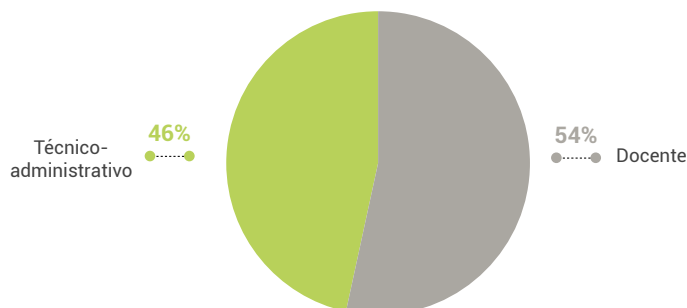
3
pensionistas
faleceram
sem deixar
dependentes
para devolução

5.2.2.2 Avaliação da força de trabalho

Composição do quadro de servidores

Por tipo de carreira

Gráfico 21. Servidores da UFPA por tipo de carreira



A UFPA possui

5.521
servidores.

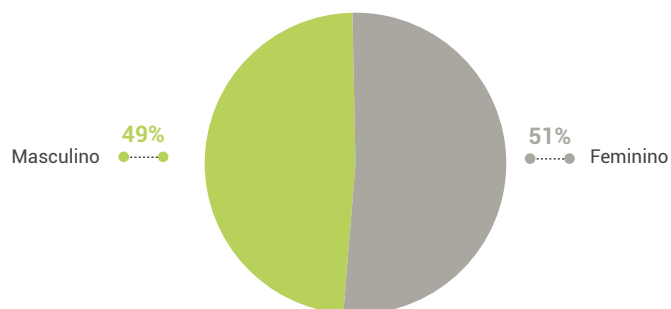
2.959
são docentes.

2.562
são técnico-
administrativos.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por gênero

Gráfico 22. Servidores da UFPA por gênero



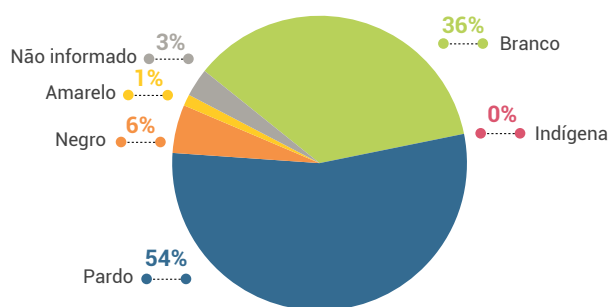
2.817
servidoras.

2.704
servidores.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por etnia

Gráfico 23. Servidores da UFPA por etnia



4.984
servidores da UFPA se autodeclararam brancos ou pardos.

302
servidores se autodeclararam negros.

12
servidores se autodeclararam indígenas.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por pessoas com deficiência

15
servidores são pessoas com deficiência.

12
são técnico-administrativos.

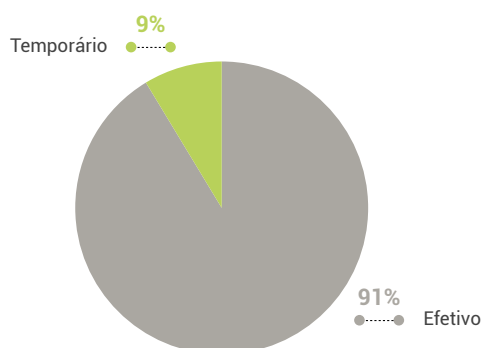
3
são docentes.



Composição do quadro docente

Por tipo de magistério

Gráfico 24. Docentes da UFPA por tipo de magistério



A UFPA possui

2.959
docentes.

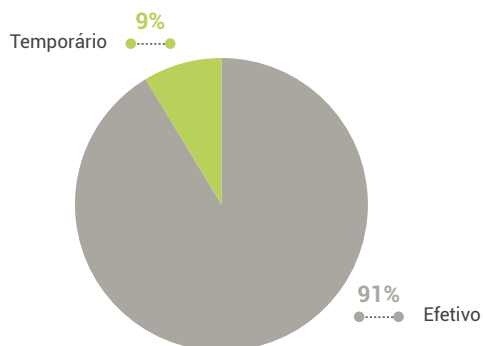
2.705
são docentes do
Magistério
Superior.

254
são docentes do
Magistério do
Ensino Básico,
Técnico e
Tecnológico.

Fonte: SIGRH | UFPA

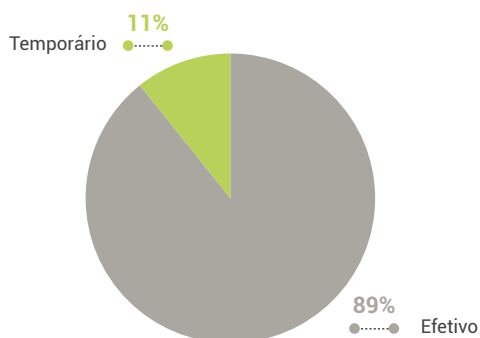
Por situação funcional

Gráfico 25. Docentes do Magistério Superior por situação funcional



Fonte: SIGRH | UFPA

Gráfico 26. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por situação funcional



Fonte: SIGRH | UFPA

A UFPA possui

2.689
docentes
efetivos e

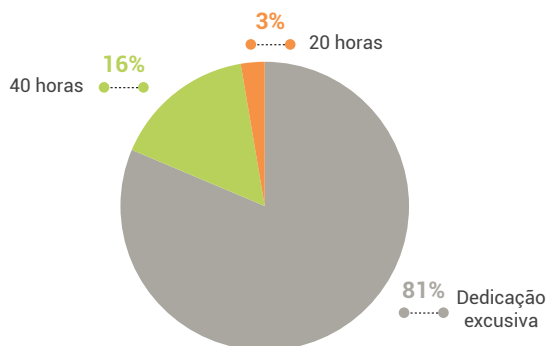
270
temporários.

*São considerados efetivos os docentes ativos permanentes e cedidos.

**São considerados temporários os docentes substitutos, visitantes, CDT PROF/TUT.MMEDICO e exercício provisório.

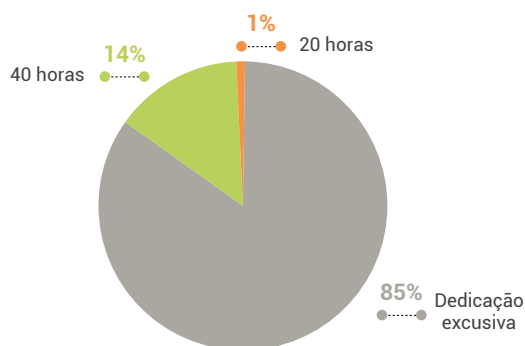
Por regime de trabalho

Gráfico 27. Docentes do Magistério Superior por regime de trabalho



Fonte: SIGRH | UFPA

Gráfico 28. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por regime de trabalho



Fonte: SIGRH | UFPA

A UFPA possui

2.410

docentes em regime de dedicação exclusiva.

475

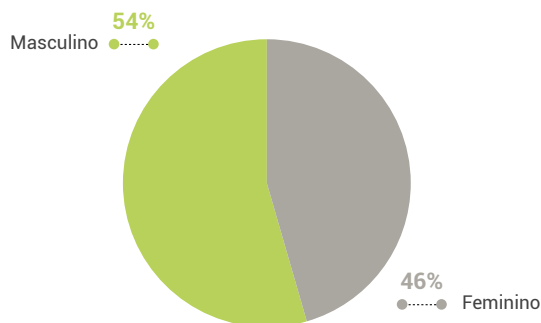
docentes possuem regime de 40 horas.

74

docentes possuem regime de 20 horas.

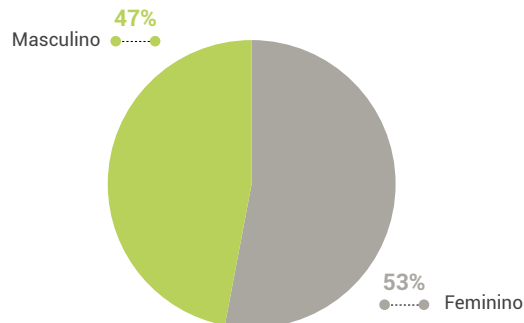
Por gênero

Gráfico 29. Docentes do Magistério Superior por gênero



Fonte: SIGRH | UFPA

Gráfico 30. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por gênero



Fonte: SIGRH | UFPA

No total, são:

1.589

docentes do gênero masculino

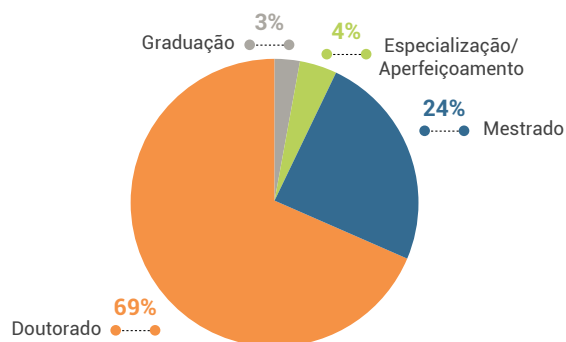
1.370

docentes do gênero feminino



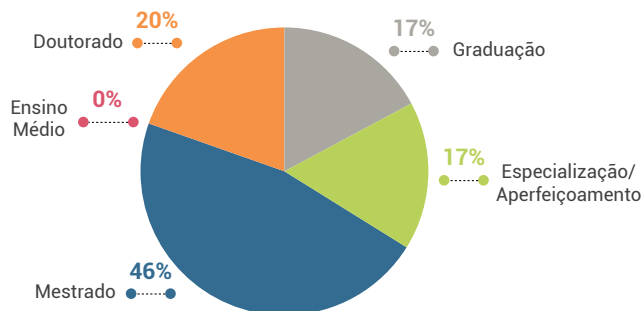
Por escolaridade

Gráfico 31. Docentes do Magistério Superior por escolaridade



Fonte: SIGRH | UFPA

Gráfico 32. Docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico por escolaridade



Fonte: SIGRH | UFPA

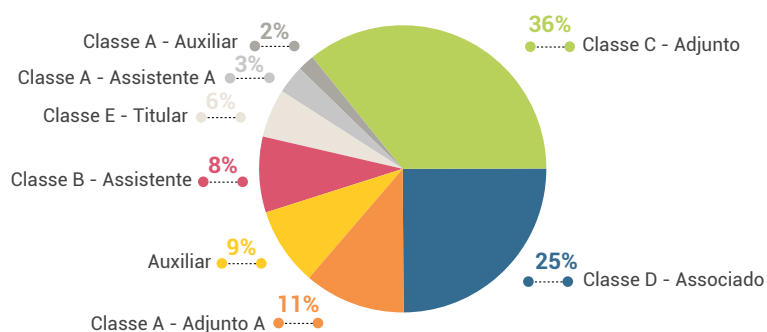
No total, são:

1.901 doutores	777 mestres	155 especialistas aperfeiçoados	125 graduados
--------------------------	-----------------------	--	-------------------------

Nota: Um docente do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico possui formação apenas do Ensino Médio.

Por classe

Gráfico 33. Docentes do Magistério Superior por classe



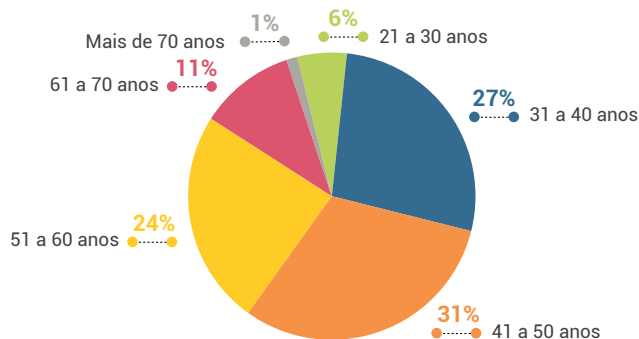
A maioria dos docentes estão nas classes C - Adjunto (972) e D - Associado (668).

148
docentes alcançaram o topo da carreira como titulares.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por faixa etária

Gráfico 34. Docentes do Magistério Superior por faixa etária



Os docentes efetivos estão concentrados nas faixas de

31 a 60
anos.

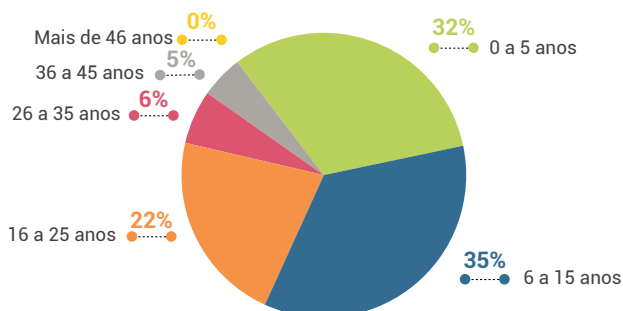
Os docentes temporários concentram-se nas faixas de

21 a 45
anos.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por tempo de serviço

Gráfico 35. Docentes do Magistério Superior por tempo de serviço



Na última década, o quadro docente passou por significativa renovação.

A maioria dos docentes efetivos (1.582)* está na Instituição há menos de 15 anos.

1
docente da UFPA está em serviço há mais de 46 anos.

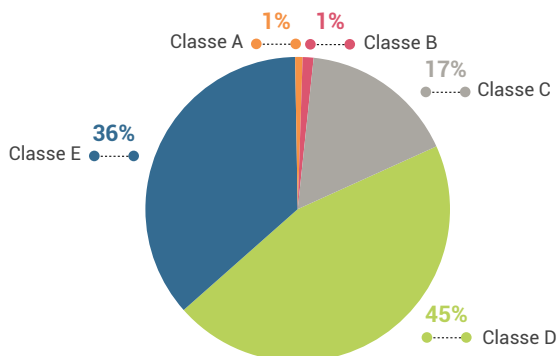
Fonte: SIGRH | UFPA

*Excluindo-se, portanto, os 243 docentes temporários que se encontram na faixa de 0 a 5 anos de tempo de serviço.

Composição do quadro técnico-administrativo

Por classe

Gráfico 36. Servidores técnico-administrativos por classe



A UFPA possui

2.562
servidores técnico-administrativos.

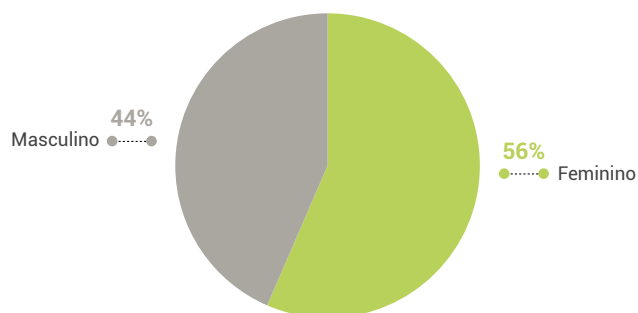
A maioria dos servidores encontra-se nas faixas C (432), D (1.156) e E (936).

Fonte: SIGRH | UFPA



Por gênero

Gráfico 37. Servidores técnico-administrativos por gênero



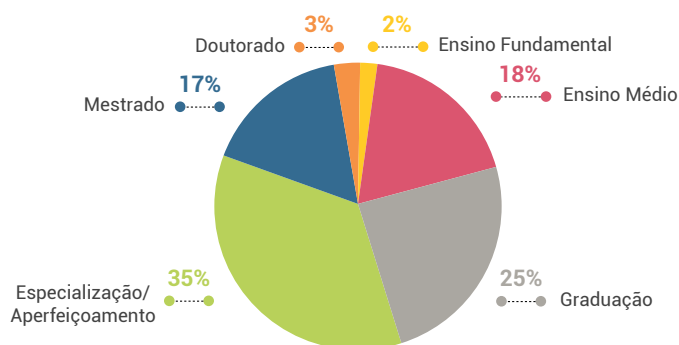
1.447
servidores
técnico-
administrativos
são do gênero
feminino.

1.115
servidores
técnico-
administrativos
são do gênero
masculino.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por escolaridade

Gráfico 38. Servidores técnico-administrativos por escolaridade



No total, são:

72
doutores

428
mestres

903
especialistas/
aperfeiçoados

631
graduados

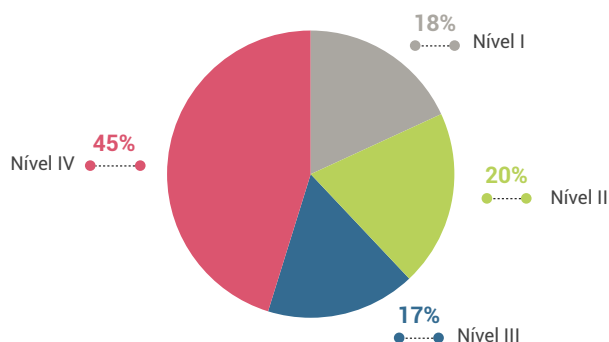
476
com Ensino
Médio

52
com Ensino
Fundamental

Fonte: SIGRH | UFPA

Por nível de capacitação

Gráfico 39. Servidores técnico-administrativos por nível de capacitação



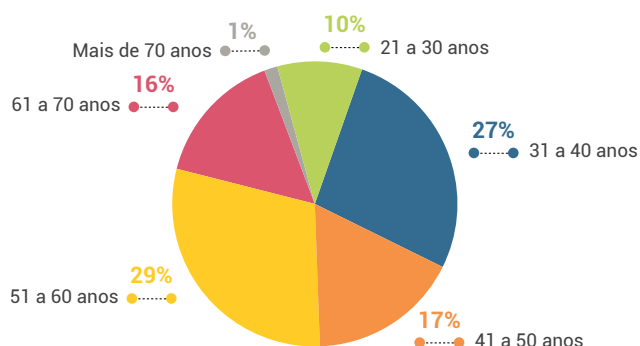
1.163

servidores encontram-se no
último nível de capacitação,
evidenciando que a maioria do
corpo técnico da Universidade
tem buscado se capacitar ao
longo da carreira.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por faixa etária

Gráfico 40. Servidores técnico-administrativos por faixa etária



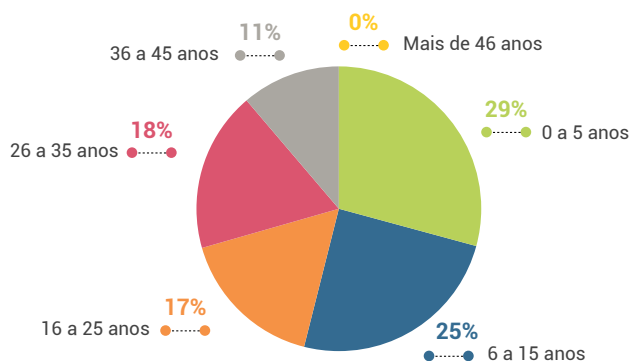
As servidoras técnico-administrativas estão concentradas nas faixas de **31 a 65** anos.

Os servidores técnico-administrativos estão concentrados nas faixas de **31 a 40** anos e **51 a 65** anos.

Fonte: SIGRH | UFPA

Por tempo de serviço

Gráfico 41. Servidores técnico-administrativos por tempo de serviço



Assim como se viu no perfil do quadro docente, a maioria (1.379) dos técnico-administrativos possui até **15** anos de serviço.

10 servidores já possui mais de **46** anos de carreira.

Fonte: SIGRH | UFPA

5.2.2.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Coordenadoria de Seleção e Admissão (CSA)

Subunidade vinculada à Diretoria de Desempenho e Desenvolvimento da PROGEP | UFPA

Instância, na UFPA, responsável pelo recrutamento e alocação de pessoas. Possui as seguintes atribuições:

- ▶ Planejar, acompanhar e publicar editais de concursos públicos para as Carreiras dos Magistérios Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e para a Carreira de Técnico-Administrativo em Educação.
- ▶ Publicar editais de Processos Seletivos Simplificados.
- ▶ Gerenciar as contratações dos Professores Temporários.
- ▶ Realizar todas as admissões da Instituição.
- ▶ Acompanhar os contratos e prorrogações.
- ▶ Analisar processos de remoção de servidores e redistribuições.

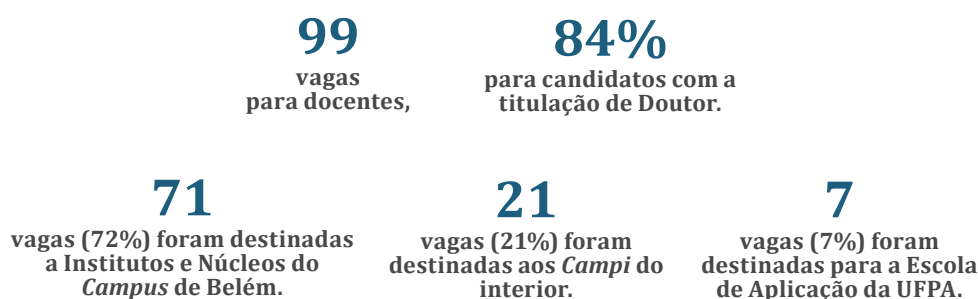


Em 2018, a CSA iniciou a implantação do Assentamento Funcional Digital, com dois servidores responsáveis, para realizar a digitalização dos processos de admissão referentes aos anos de 2018 e 2017. Por último, serão feitos os processos de 2016.

A alocação de servidores é realizada por demanda das Unidades e Subunidades para atender a criação de novos postos de trabalho, assim como para realizar a reposição de servidores que entraram em vacância.

A movimentação pelo processo de remoção ocorre a pedido ou para atender a necessidade da Instituição. No momento, ainda não foi implantado o concurso de remoção.

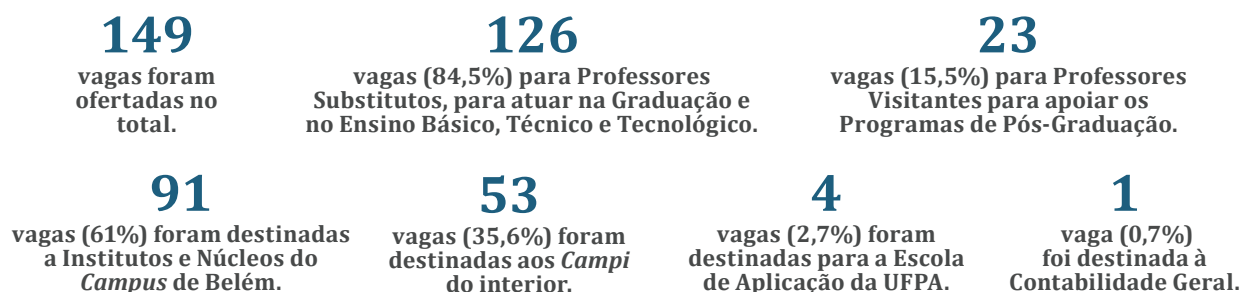
Em 2018, foram publicados 18 editais de Concursos Públicos para as Carreiras do Magistério Superior e do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.



Fonte: CSA | PROGEP

Também foram publicados 28 editais de Processos Seletivos Simplificados para suprir os afastamentos provenientes de licenças diversas.

- Os editais previram a contratação de Professores Substitutos para atuar na Graduação e no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

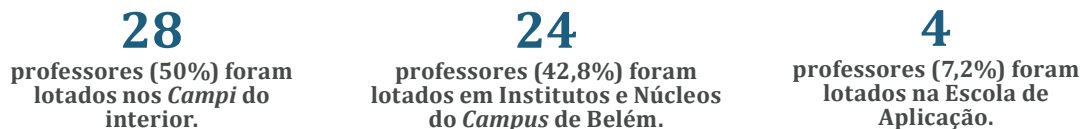


Fonte: CSA | PROGEP

Foram nomeados e entraram em exercício 56 professores efetivos em 2018.

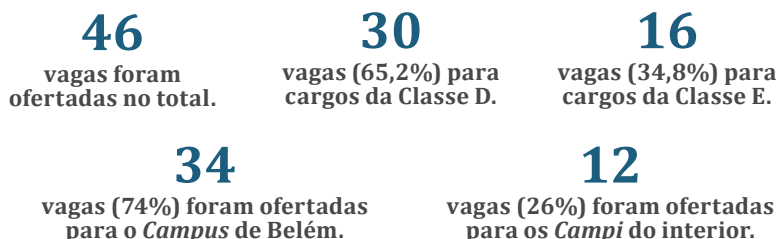
- Tais admissões buscaram repor o quadro docente a partir das vacâncias que ocorreram durante o ano. Esse quantitativo, contudo, não equivale ao número de 65 vacâncias, visto que algumas nomeações corresponderam a expansão de vagas.

- 
- Nem todos os concursos tiveram candidatos inscritos e aprovados de forma imediata para repor o quadro, dentro do mesmo ano. Muitas vezes, foi necessário republicar os editais, principalmente para temas que exigiam a titulação de Doutor.



Fonte: CSA | PROGEP

Em 2018, foi publicado apenas 1 edital de Concurso Público para a Carreira de Técnico-Administrativos em Educação.



Fonte: CSA | PROGEP

Foram nomeados e entraram em exercício 96 técnicos efetivos em 2018.

Como no caso dos docentes, as admissões buscaram repor o quadro técnico a partir das vacâncias. O quantitativo de nomeações não foi equivalente ao número de 106 vacâncias, visto que algumas admissões corresponderam a expansão de vagas ou vagas que passam de ano para o outro para serem preenchidas.



Fonte: CSA | PROGEP

Verifica-se que há a necessidade de mais servidores para atender novos postos de trabalho que foram criados ao longo dos anos pela própria expansão da Universidade, com a ampliação de vagas para a Graduação e Pós-Graduação, a criação de novos cursos e o crescimento da estrutura física. Tal necessidade pretende suprir também a falta de pessoal com a extinção de vários cargos do Quadro de Referência dos Técnico-Administrativos pelo Decreto n. 9.262/2018, na medida em que, ao se aposentarem os servidores desses cargos, as vagas são recolhidas pelo Ministério da Educação.

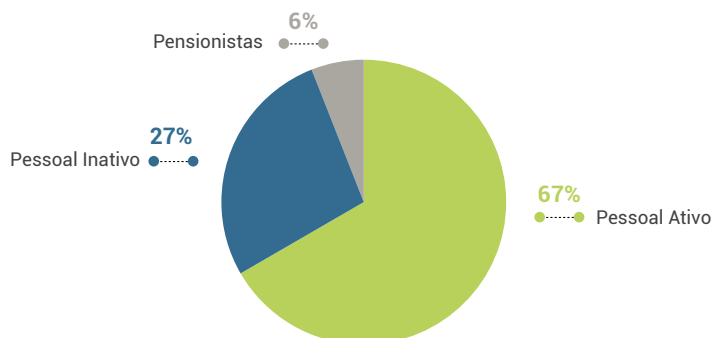
Somando-se a isso, há a possibilidade de saída de um grande número de servidores que já completaram os requisitos para aposentadoria e já podem se aposentar. Um exemplo é em relação ao cargo de Assistente em Administração, que contabiliza 699 ocupações, sendo que aproximadamente 26% desses servidores podem se aposentar a qualquer momento. Igualmente acontece com o cargo de Auxiliar em Administração, que atualmente possui 90 ocupações, das quais 33% dos servidores já estão aptos a solicitar a aposentadoria.



5.2.2.4 Detalhamento da despesa com pessoal

Custos diretos e evolução dos gastos com pessoal 2017-2018*

Gráfico 42. Composição dos gastos com pessoal em 2017

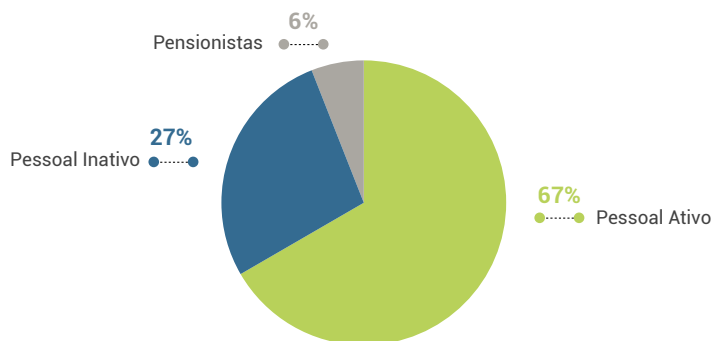


Orçamento de pessoal em 2018:
R\$ 1.131.054.517,15

Orçamento de pessoal em 2017:
R\$ 1.077.611.126,84

Fonte: SIAPE

Gráfico 43. Composição dos gastos com pessoal em 2018



Fonte: SIAPE

*Informações da folha de pagamento considerados os benefícios assistenciais e previdenciários, que, em sua maioria são despesa de custeio.

A evolução dos gastos com pessoal entre 2017 e 2018 se deve aos seguintes fatores:

- ▶ Progressões funcionais.
- ▶ Ampliação da expectativa de vida dos aposentados e pensionistas.
- ▶ Aumento programado para os vencimentos da carreira docente, conforme Lei n. 13.325/2016.
- ▶ Aumento nos valores das funções gratificadas e cargos de direção, conforme Lei n. 13.328/2016.
- ▶ Valores referentes aos incentivos à qualificação dos servidores técnico-administrativos.
- ▶ Ingresso de novos servidores por meio de concurso público.

5.2.2.5 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

989
servidores efetivos* ocupantes de
cargos gerenciais

359
docentes

630
técnico-
administrativos

*Excluindo a situação de servidores não efetivos contratados para Cargos de Direção sem vínculo com a Administração Pública.

Fonte: SIGRH | UFPA

Avaliação de Desempenho de TAEs e Docentes em Funções Gerenciais

A Avaliação de Desempenho (AD) é o instrumento de acompanhamento individual, tendo em vista o alcance dos objetivos institucionais.

Trata-se de um processo pedagógico e sistemático que possibilita o acompanhamento, a mensuração e a tomada de decisões. Ao constatar lacuna no desempenho do avaliado, é possível planejar ações de capacitação visando à melhoria do desempenho individual e institucional. A aprovação na avaliação também é um requisito para a Progressão por Mérito Profissional dos Técnico-administrativos em Educação (Lei n. 11.091/2005).

A AD na UFPA é normatizada pela Resolução n. 1.439/2016 do CONSAD.

Público: servidores técnico-administrativos que já tenham sido aprovados no estágio probatório e docentes ocupantes de função gerencial.

O processo avaliativo ocorre anualmente, analisando a atuação do servidor no ano de referência, condicionando, assim, o desenvolvimento na carreira, mediante desempenho satisfatório.

Figura 13. Formas de Avaliação de Desempenho de TAEs e Docentes em Funções Gerenciais

Via Sistema Informatizado

(Sistema de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – SDGP)

É realizada em prazo pré-estabelecido e amplamente divulgado

- ▶ Etapa 1 - Autoavaliação
O próprio servidor se avalia.
- ▶ Etapa 2 - Avaliação Gerencial
O gestor imediato avalia o servidor.
- ▶ Etapa 3 – Homologação
O dirigente máximo da unidade homologa o resultado final.

Via Formulário

É voltada para servidores que, no período da Avaliação, estão afastados há mais de seis meses de exercício.

Possui também 3 etapas:

- a) Preenchimento de formulário disponível no site da PROGEP.
- b) Redação de requerimento, solicitando o registro da avaliação.
- c) Munido desses dois documentos, o servidor formaliza o processo no Protocolo Geral da UFPA.

Fonte: PROGEP

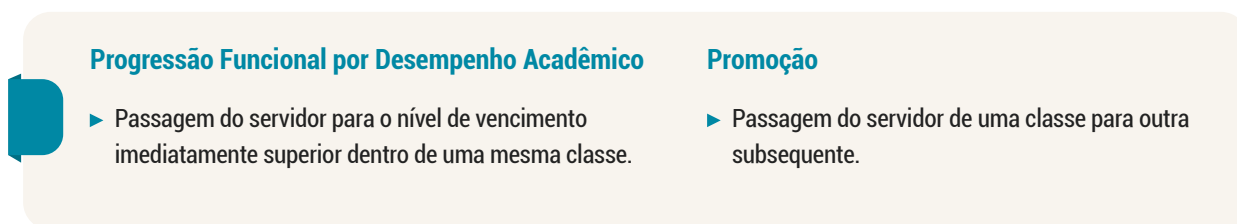


Consequências em relação a pendências na Avaliação de Desempenho:

- ▶ O servidor fica impossibilitado de seguir com a Progressão por Mérito Profissional, interrompendo a ascensão na carreira e, por consequência, o aumento de remuneração.
- ▶ O servidor fica impedido de afastar-se para Mestrado ou Doutorado.

Avaliação de Desempenho dos Docentes

Figura 14. Formas de ascensão na carreira docente



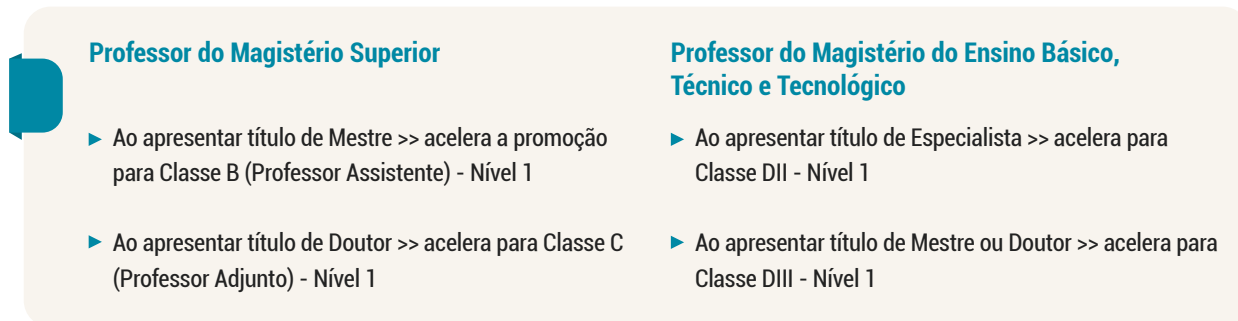
Fonte: PROGEP

Principais critérios para desenvolvimento:

- ▶ Cumprimento do interstício de 24 meses (2 anos) de efetivo exercício em cada nível.
- ▶ Aprovação em Avaliação Especial de Desempenho, que envolve a análise dos relatórios de atividades apresentados.

O docente também pode mudar o valor da Retribuição por Titulação caso conclua curso que lhe confira título maior do que aquele apresentado para ingressar no cargo.

Figura 15. Requisitos para Aceleração da Promoção de docentes aprovados no estágio probatório



Fonte: PROGEP



Medalha do Mérito Administrativo “Juracy Sá Neto”

Forma de reconhecimento dos méritos dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE), regida pela Resolução n. 1.238/2007, do CONSAD.



Como funciona a concessão da medalha?

A concessão é feita anualmente a três TAEs, podendo ser concedida a aposentados ou *in memoriam*.

Requisito:

- ▶ O servidor deverá ter cumprido dois terços do tempo de serviço previsto na carreira.

Quem indica:

- ▶ Conselhos
- ▶ Coordenações de Subunidades Acadêmicas ou Administrativas
- ▶ Conjunto de docentes e/ou técnico-administrativos

Critérios de seleção:

- ▶ Eficiência
- ▶ Dedicação ao trabalho e responsabilidade
- ▶ Disponibilidade e assiduidade
- ▶ Realização de trabalhos de natureza relevante
- ▶ Idoneidade moral
- ▶ Colaboração para o desenvolvimento institucional

Julgamento:

Etapa 1: Julgamento prévio na Congregação da Unidade Acadêmica ou Conselho do Campus ou Unidades Administrativas vinculadas à Reitoria.

Etapa 2: Encaminha-se a candidatura ao CONSAD.

Concessão de bolsas para a participação de servidores (e discentes) em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica



As concessões são feitas com base nos critérios estabelecidos na Resolução n. 1.430/2016 do CONSAD, a partir de projetos apoiados por Fundações junto à UFPA.

Requisito:

- ▶ A concessão de bolsas dependerá da prévia aprovação e autorização do conselho máximo da Unidade Acadêmica ou Administrativa a que o servidor estiver vinculado.
- ▶ A participação do servidor não poderá prejudicar o cumprimento de suas atribuições regulares na UFPA.



Foco:
Valorização do servidor

Dimensões atendidas:
Biológica
Psicológica
Social

Resultados em 2018:

- ▶ 11 ações de promoção à saúde
- ▶ 22 Unidades, Subunidades e projetos, da capital e do interior, atuaram como parceiros das ações
- ▶ 724 técnico-administrativos participantes
- ▶ 156 docentes participantes
- ▶ Mais de 500 participantes em eventos especiais no Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Dia do Servidor e Natal.
- ▶ R\$ 21.854,00 investidos em ações de saúde e qualidade de vida.

Fonte: DSQV | PROGEP

Figura 16. Ações de promoção à saúde desenvolvidas em 2018

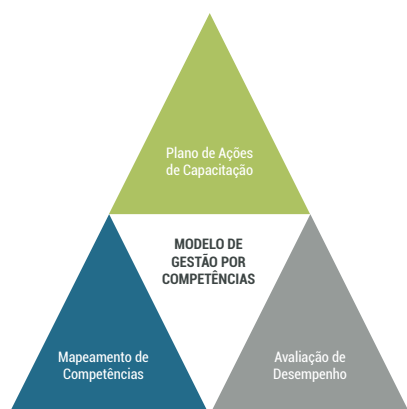


- ▶ Coral Flor de Lotus
- ▶ Dança de Salão
- ▶ Fisioterapia Laboral
- ▶ Ginástica Laboral
- ▶ Jogos dos Servidores
- ▶ Movimente-se
- ▶ Música no Trabalho
- ▶ Oficina de Artesanatos
- ▶ Preparação para Aposentadoria
- ▶ Tai chi no *Campus*
- ▶ Yoga

Fonte: DSQV | PROGEP

5.2.2.6 Qualificação e capacitação

Figura 17. Articulação de estratégias para efetivação do modelo de gestão por competências

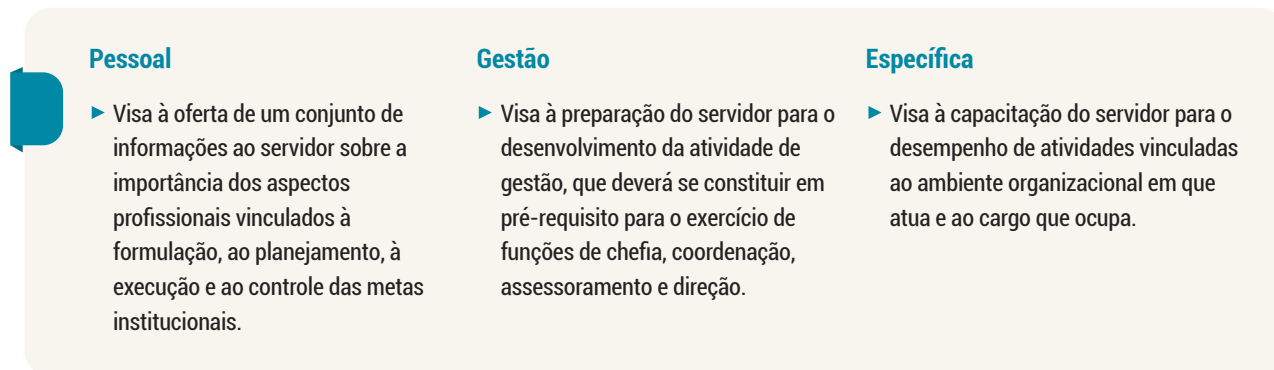


Fonte: PROGEP

Contempla os eventos não realizados em 2017 e postergados para execução em 2018, além de outros construídos com base na Avaliação de Desempenho de 2016.

Classificação dos cursos

Figura 18. Classificação dos cursos de acordo com as competências mapeadas



Fonte: CAPACIT | PROGEP

Servidores participantes de cursos



Os cursos da dimensão Pessoal foram os mais procurados pelos servidores:



Fonte: CAPACIT e SIGRH | UFPA

Capacitações realizadas

Considerando também as capacitações realizadas de forma descentralizada pelas Unidades, os números crescem:



Fonte: CAPACIT e SIGRH | UFPA



Formações orientadas

Em 2018, em atendimento ao Acórdão n. 1.679/2015 da Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SEcex/PA), que recomendou a inserção de eventos de capacitação abordando as temáticas de governança e gestão das aquisições, foram ofertadas as seguintes atividades:

- ▶ Curso de Gestão Patrimonial;
- ▶ Curso de Gestão de Compras e Contratações Sustentáveis;
- ▶ Oficina de Processo de Gestão de Riscos na UFPA;
- ▶ Oficina de Gestão de Riscos aplicada ao processo de aquisição na UFPA.

Público: atuais gestores e servidores não ocupantes de cargos gerenciais que atuam na área de logística sustentável.

Parcerias

Parte das capacitações ofertadas ocorreu a partir da parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), contabilizando um total de seis eventos.

Quadro 6. Cursos ofertados pela parceria ENAP - UFPA em 2018

ENAP em Rede	Turmas exclusivas para a UFPA
Gestão de Pessoas - Fundamentos e Tendências	Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público
Análise e Melhoria de Processos	Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	Gestão de Materiais

Fonte: CAPACIT | PROGEP

A parceria ENAP e UFPA existe desde 2001, permitindo acesso a temas e metodologias de capacitação de referência nacional, de modo que as orientações mais atuais estejam ao alcance da aprendizagem dos servidores da UFPA.

Recursos investidos

Conforme levantamento da PROGEP, com dados do CAPACIT e de algumas Unidades que fazem utilização descentralizada do recurso alocado em capacitação, foi investido o seguinte montante:

Valor orçado:

R\$ 1.195.302,00

Valor executado:

R\$ 1.039.935,84

Fonte: PGO 2018 e Sistema Tesouro Gerencial



A execução do orçamento alocado nas unidades para a capacitação específica de seus servidores não compete à PROGEP, que também não possui capacidade operacional para atender a todas as demandas específicas. Essa execução descentralizada está relacionada com a autonomia das Unidades para promover suas próprias capacitações, conforme suas necessidades e lacunas.

Porém, identificando a não utilização e devolução de parte do recurso no ano de 2016 e buscando o alinhamento das ações em capacitação, desde 2017 é ofertada a “Oficina de planejamento da execução do orçamento de capacitação”. Em 2018, foi realizada em maio com o intuito de orientar o planejamento, a execução, o controle e a avaliação desse recurso nas Unidades.

Progressões de docentes

1.119

progressões
concedidas

938

progressões por
desempenho

95

acelerações da
promoção

86

retribuições por
titulação

Fonte: CADC | DDD | PROGEP

Progressões de técnico-administrativos

1.728

progressões
concedidas

1.027

progressões por Avaliação
de Desempenho ou Mérito
Profissional

434

progressões por
Capacitação

267

receberam incentivo pela
obtenção de título superior
à exigida pelo cargo

Em 2017, havia 1.493 em níveis inferiores de capacitação e, portanto, aptos a progredir em 2018. Contudo, apenas 29% aproximadamente alcançaram novos níveis nesse ano.

Fonte: CADC | DDD | PROGEP

5.2.2.7 Principais Desafios e Ações Futuras

Como apresentado, o quadro de servidores da UFPA, apesar de ter crescido nos últimos anos, ainda demanda reforços para o desenvolvimento de todas as ações estratégicas previstas no PDI 2016-2025.

Destaca-se que há uma rotatividade significativa de servidores na Instituição, em decorrência de aprovações em concursos públicos para outros órgãos, com salários melhores que os da UFPA. Isso gera uma perda grande para a Universidade, pois, apesar de serem selecionados servidores já qualificados, a Instituição desenvolve atividades que exigem conhecimentos e habilidades específicas, o que acarreta na necessidade de investir fortemente na capacitação de seus servidores. Toda vez que um servidor vai para outro órgão, a UFPA perde esse investimento e ainda tem que investir em um novo servidor.



Há, também muitas solicitações de cessões de servidores para órgãos do Executivo Federal, Estadual e Municipal, assim como para o Judiciário. As solicitações de cessões, de certa forma, dificultam o trabalho, devido à obrigatoriedade de cessão em alguns casos e, por outro lado, o desconforto gerado entre a chefia e o servidor em situações de recusa.

Na carreira de técnico-administrativo, acontece também mobilidade interna de servidores que ingressam na Instituição em cargos de Nível Fundamental e Médio e, ao longo da carreira, podem prestar concurso para cargos de Nível Superior e para carreira de docente. Como ponto positivo, destaca-se a motivação por parte do servidor que passa a assumir um cargo melhor remunerado, com atividades mais complexas e desafiadoras. Por outro lado, um aspecto negativo é a vacância do cargo anterior, gerando a necessidade de nomear um novo servidor e investir no desenvolvimento e na qualificação do mesmo.

A exemplo das vacâncias por aprovação em concursos para outros órgãos ou cargos, as aposentadorias também dificultam o desenvolvimento das atividades na Instituição, uma vez que os servidores que são nomeados para substituírem os aposentados também carecem de novos investimentos. Como as aposentadorias são voluntárias, há uma dificuldade no planejamento dos novos ingressos, uma vez que não se pode determinar uma data exata para o servidor entrar com o processo de aposentaria.

Ressalta-se também que foram registrados muitos afastamentos por motivos de adoecimento. Com o intuito de reduzir o adoecimento no trabalho, investiu-se fortemente em ações de saúde e qualidade de vida e em capacitações voltadas às lideranças, principalmente nos aspectos de relacionamento interpessoal. A Divisão de Engenharia e Segurança do Trabalho também está mapeando os riscos dos ambientes de trabalho, para que sejam feitas as correções necessárias para torná-los cada vez mais adequados ao desenvolvimento das atividades pelos servidores. Há também um trabalho de orientação relacionado à postura, assim como a oferta de ginástica laboral, com o intuito de reduzir o adoecimento do servidor no ambiente de trabalho.

Em consonância com o Decreto n. 5.707/2006, também foram ofertados diversos eventos de capacitação, oportunizando ao servidor qualificações em nível de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado. As capacitações ofertadas pela Instituição são programadas a partir do Mapeamento de Competências de cada Unidade e das avaliações de desempenho dos servidores, nas quais o avaliado e o avaliador podem indicar capacitações necessárias à melhoria de seu desempenho.

A UFPA, para fixar os seus servidores, busca proporcionar aos mesmos um excelente ambiente de trabalho, lotando-os em ambientes alinhados aos seus perfis, conhecimentos e habilidades. Estão sendo feitas a análise e as adequações para troca de cargos, para os quais já não há tanta demanda, por cargos mais aderentes às necessidades institucionais. Os concursos da UFPA buscam mensurar o conhecimento cognitivo e as competências associadas ao desempenho das atividades para as quais os servidores são selecionados. Também procura-se manter sempre cadastro de reserva para os cargos necessários ao desempenho das atividades da Instituição, para que o provimento das vacâncias seja o mais breve possível.

No caso da seleção de docentes, por ser distribuída para várias áreas de conhecimento, há dificuldade no atendimento da reserva de vagas para cotistas, uma vez que, em geral, é ofertada apenas uma vaga. Para atender à legislação, realiza-se sorteio das áreas que reservarão vagas para atender às cotas, respeitando os percentuais previstos na legislação. Diante de tudo que foi exposto, verifica-se que, no exercício de 2018, a UFPA implementou, avaliou e ajustou as ações previstas nas áreas de Gestão de Pessoal, Desempenho e Desenvolvimento e Saúde e Qualidade de Vida, a fim de atender melhor às demandas institucionais, com ações cada vez mais aderentes à realidade vivida.

5.2.3 Gestão de licitações e contratos

5.2.3.1 Conformidade legal

Principais normativos utilizados na área de gestão de licitações e contratos na UFPA

Quadro 7. Legislações pertinentes à gestão de licitações e contratos

Legislação	Teor
Lei n. 4320/1964	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei n. 8.666/1993	Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei n. 10.520/2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
Lei n. 12.462/2011	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei n. 10.683/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera a Lei n. 11.182/2005, a Lei n. 5.862/1972, a Lei n. 8.399/1992, a Lei n. 11.526/2007, a Lei n. 11.458/2007 e a Lei n. 12.350/2010, e a Medida Provisória n. 2.185-35/2001; e revoga dispositivos da Lei n. 9.649/1998.
Lei Complementar n. 101/2000 (LRF)	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
Decreto n. 5.450/2005	Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
Decreto n. 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n. 8.666/1993.
Decreto n. 8.250/2014	Altera o Decreto n. 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n. 8.666/1993.
Decreto n. 9.488/2018	Altera o Decreto n. 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no Art. 15 da Lei n. 8.666/1993, e o Decreto n. 7.579/2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo Federal.
Instrução Normativa n. 05/2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

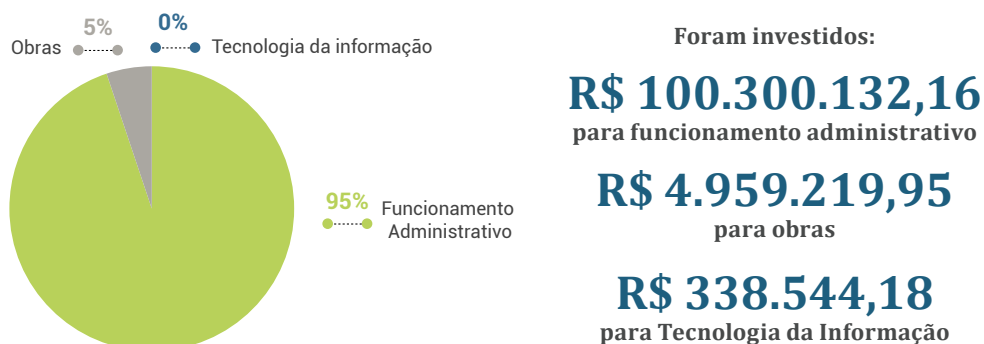


5.2.3.2 Detalhamento dos gastos

R\$ 105.597.896,29
foi o total de gastos em licitações e contratos em 2018

Gastos por finalidade

Gráfico 44. Finalidade dos gastos em licitações e contratos em 2018



Fonte: PROAD

Tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Tabela 1. Serviços contratados para o funcionamento administrativo

Tipos de serviços	Despesa paga
Serviços de apoio ao ensino	R\$ 45.900.680,37
Serviços de energia elétrica	R\$ 24.962.038,56
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 9.684.538,47
Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	R\$ 3.410.546,92
Serviço de seleção e treinamento	R\$ 2.758.977,84
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 2.570.777,04
Estagiários	R\$ 2.029.615,50
Serviços técnicos profissionais	R\$ 1.287.965,24
Manutenção e conservação de veículos	R\$ 1.036.933,56
Diárias a colaboradores eventuais no país	R\$ 794.388,90
Serviços de água e esgoto	R\$ 778.628,10
Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	R\$ 590.438,45
Fretes e transportes de encomendas	R\$ 569.830,79
Serviços gráficos e editoriais	R\$ 508.278,80
Locação de imóveis	R\$ 493.759,83
Serviços de telecomunicações	R\$ 478.142,83
Serviços de publicidade legal	R\$ 439.698,10



Tipos de serviços	Despesa paga
Hospedagens	R\$ 344.312,21
Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	R\$ 313.440,41
Direitos autorais	R\$ 242.155,70
Exposições, congressos e conferências	R\$ 181.170,00
Serviços de comunicação em geral	R\$ 156.254,26
Limpeza e conservação	R\$ 153.945,11
Locação de máquinas e equipamentos	R\$ 140.534,82
Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	R\$ 105.233,32
Festividades e homenagens	R\$ 90.440,00
Serviços de áudio, vídeo e foto	R\$ 70.652,00
Manutenção e conservação de equipamentos	R\$ 60.297,80
Taxa de administração	R\$ 29.917,78
Marcas, patentes e direitos autorais	R\$ 23.973,00
Conferências, exposições e espetáculos	R\$ 22.839,00
Seguros em geral	R\$ 19.469,14
Serviços de cópias e reprodução de documentos	R\$ 17.000,00
Fornecimento de alimentação	R\$ 13.050,00
Serviços de assistência social	R\$ 7.850,00
Assinaturas de periódicos e anuidades	R\$ 5.665,00
Multas dedutíveis	R\$ 4.940,66
Serviços de produção industrial	R\$ 1.690,00
Serviços judiciais	R\$ 62,65
Total das despesas	R\$ 100.300.132,16

Fonte: PROAD

Ações de publicidade e propaganda

R\$ 655.305,19
empenhados

R\$ 870.579,18
pagos, sendo

R\$ 474.818,08
pagos com restos a pagar inscritos em
exercícios anteriores.

Vale destacar que os recursos utilizados para publicidade e propaganda pela UFPA se concentram em publicidade legal e são utilizados dentro do Programa Educação de Qualidade para Todos, na ação orçamentária 20RK - Funcionamento das Universidades Federais.



5.2.3.3 Contratações diretas

Participação no processo de contratação (UFPA)

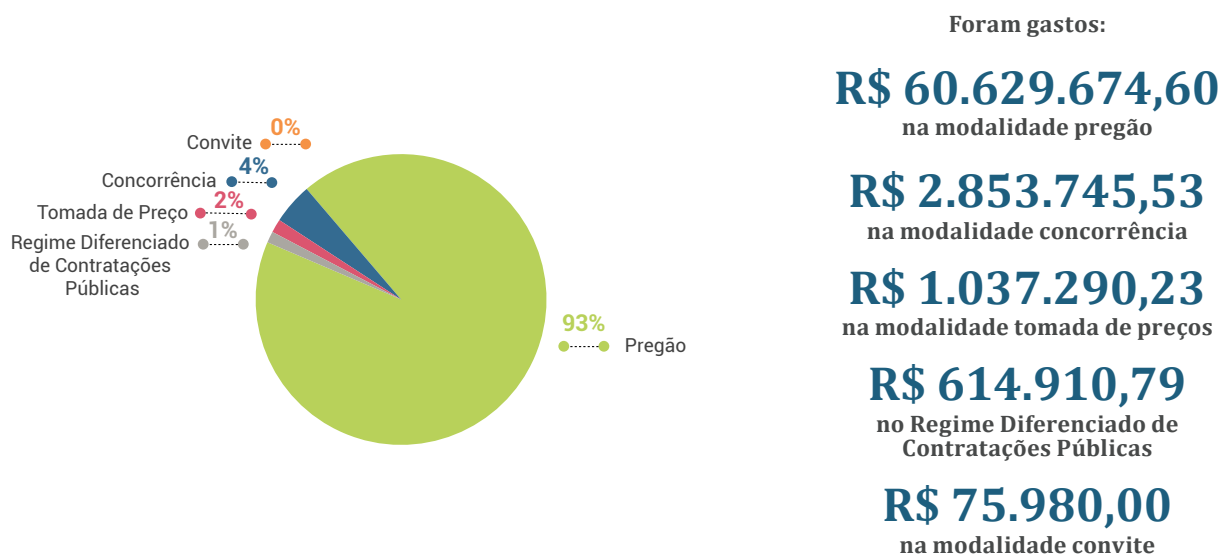
Tabela 2. Modalidades de contratação (UFPA)

Modalidade de Contratação	Despesa paga
Modalidade de licitação	R\$ 65.211.601,15
Contratações diretas	R\$ 52.786.065,67
Regime de execução especial	R\$ 59.634,13
Pagamento de pessoal	R\$ 39.723.040,44
Outras despesas que não passaram por processo de licitação*	R\$ 1.083.371.953,43
Total das despesas	R\$ 1.241.152.294,82

Fonte: PROAD

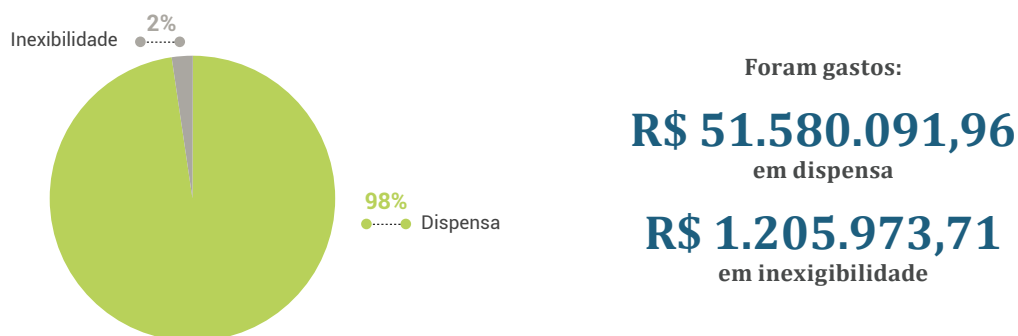
*Pagamento de bolsas, auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores e ressarcimentos de despesas diversas.

Gráfico 45. Composição dos gastos da UFPA na modalidade de licitação



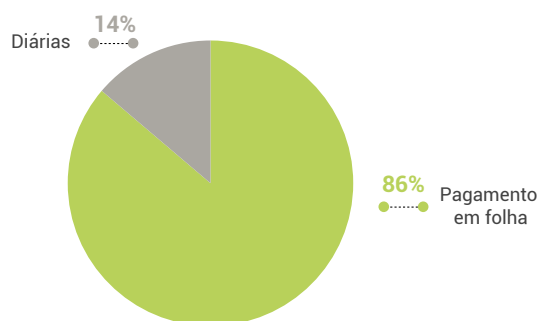
Fonte: PROAD

Gráfico 46. Composição dos gastos da UFPA em contratações diretas



Fonte: PROAD

Gráfico 47. Composição dos gastos da UFPA em pagamento de pessoal



Foram gastos:
R\$ 34.255.807,06
 em pagamento em folha
R\$ 5.467.233,38
 em diárias

Fonte: PROAD

Participação no processo de contratação (HUIBB)

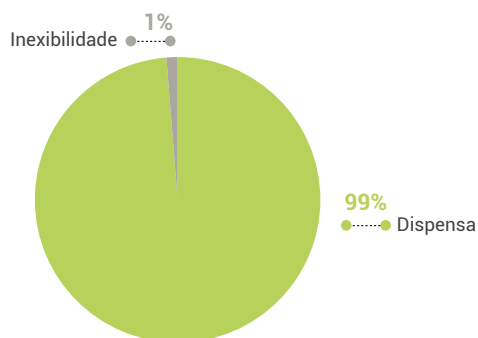
Tabela 3. Modalidades de contratação (HUIBB)

Modalidade de Contratação	Despesa paga
Modalidade de licitação	R\$ 12.188.624,70
Contratações diretas	R\$ 25.524.296,54
Pagamento de pessoal	R\$ 10.452.891,60
Outras despesas que não passaram por processo de licitação*	R\$ 92.124.476,51
Total das despesas	R\$ 140.290.289,35

Fonte: PROAD

*Pagamento de bolsas, auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores e ressarcimentos de despesas diversas.

Gráfico 48. Composição dos gastos do HUIBB em contratações diretas



Foram gastos:
R\$ 25.313.505,57
 em dispensa
R\$ 210.790,97
 em inexigibilidade

Fonte: PROAD



Participação no processo de contratação (HUBFS)

Tabela 4. Modalidades de contratação (HUBFS)

Modalidade de Contratação	Despesa paga
Modalidade de licitação	R\$ 2.479.529,22
Contratações diretas	R\$ 6.622.758,31
Pagamento de pessoal	R\$ 2.510.269,44
Outras despesas que não passaram por processo de licitação*	R\$ 14.024.313,06
Total das despesas	R\$ 25.636.870,03

Fonte: PROAD

*Pagamento de bolsas, auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores e ressarcimentos de despesas diversas.

Tipos de serviços contratados de forma direta

Tabela 5. Serviços contratados de forma direta

Tipos de serviços	Despesas pagas
Serviços de apoio ao ensino	R\$ 45.900.680,37
Serviços de energia elétrica	R\$ 24.962.038,56
Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 9.424.012,29
Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 4.909.379,95
Serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	R\$ 3.408.733,65
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	R\$ 2.570.777,04
Serviço de seleção e treinamento	R\$ 2.431.524,01
Estagiários	R\$ 2.029.615,50
Serviços técnicos profissionais	R\$ 1.050.561,00
Manutenção e conservação de veículos	R\$ 1.036.933,56
Diárias a colaboradores eventuais no país	R\$ 794.388,90
Serviços de água e esgoto	R\$ 778.628,10
Vigilância ostensiva/monitorada/rastreamento	R\$ 590.438,45
Fretes e transportes de encomendas	R\$ 561.850,79
Serviços gráficos e editoriais	R\$ 482.563,80
Serviços de telecomunicações	R\$ 478.142,83
Serviços de publicidade legal	R\$ 439.698,10
Locação de imóveis	R\$ 402.458,65
Hospedagens	R\$ 344.312,21
Serviço de seleção e treinamento	R\$ 316.725,83
Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	R\$ 279.046,81
Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 260.526,18
Serviços técnicos profissionais	R\$ 237.404,24
Direitos autorais	R\$ 228.155,70
Exposições, congressos e conferencias	R\$ 181.170,00
Limpeza e conservação	R\$ 153.945,11



Tipos de serviços	Despesas pagas
Locação de máquinas e equipamentos	R\$ 140.534,82
Serviços de comunicação em geral	R\$ 115.998,66
Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	R\$ 105.233,32
Locação de imóveis	R\$ 91.301,18
Festividades e homenagens	R\$ 90.440,00
Suporte de infraestrutura de TIC	R\$ 60.713,18
Manutenção e conservação de equipamentos	R\$ 60.297,80
Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação softwares	R\$ 53.274,62
Manutenção e conservação de bens imóveis	R\$ 49.840,00
Serviços de comunicação em geral	R\$ 40.255,60
Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	R\$ 34.393,60
Serviços de áudio, vídeo e foto	R\$ 32.850,00
Instalação de equipamentos de TIC	R\$ 32.105,00
Serviços de áudio, vídeo e foto	R\$ 30.302,00
Taxa de administração	R\$ 29.917,78
Serviços técnicos profissionais de TIC	R\$ 28.250,00
Serviços gráficos e editoriais	R\$ 25.715,00
Marcas, patentes e direitos autorais	R\$ 23.973,00
Conferências, exposições e espetáculos	R\$ 22.839,00
Locação de softwares	R\$ 21.287,09
Seguros em geral	R\$ 19.469,14
Serviços de cópias e reprodução de documentos	R\$ 17.000,00
Direitos autorais	R\$ 14.000,00
Fornecimento de alimentação	R\$ 13.050,00
Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	R\$ 12.000,00
Serviço de seleção e treinamento	R\$ 10.728,00
Fretes e transportes de encomendas	R\$ 7.980,00
Serviços de assistência social	R\$ 7.850,00
Treinamento/capacitação em TIC	R\$ 7.000,00
Assinaturas de periódicos e anuidades	R\$ 5.665,00
Multas indedutíveis	R\$ 4.648,22
Serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratoriais	R\$ 1.813,27
Serviços de produção industrial	R\$ 1.690,00
Serviços técnicos profissionais de TIC	R\$ 700,00
Multas dedutíveis	R\$ 292,44
Serviços judiciais	R\$ 62,65
Total das despesas	R\$ 105.467.182,00

Fonte: PROAD

Justificativa para os principais tipos de serviços contratados de forma direta

Ressalta-se que o maior volume de recurso se deu com a contratação da FADESP, uma vez que a mesma é credenciada junto ao MEC para atuar em parceria com a UFPA apoiando projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Tecnológico.

R\$ 51.851.375,91
para contratação da FADESP



A realização dessas despesas por contratação direta se deu em razão da necessidade de manutenção do funcionamento da Instituição com seus diversos cursos e laboratórios em todos os *campi*.

R\$ 24.962.038,56
para contratação de energia elétrica e

R\$ 778.628,10
para contratação de serviços de
água e esgoto

Existe a necessidade de aluguel de imóveis, como no caso do prédio em Ananindeua (enquanto não se constrói as instalações do *Campus*, o mesmo funciona em um prédio alugado) e do aluguel da casa onde funciona a Casa dos Estudantes Universitários de Belém.

R\$ 402.458,65
para locação de imóveis

Outro item de destaque foi a contratação de treinamento, visto que a UFPA investiu na capacitação de seus servidores.

R\$ 316.725,83
para treinamento

5.2.3.4 Principais desafios e ações futuras

O principal desafio na gestão de contratos é possuir uma equipe que domine a legislação vigente, bem como as questões relacionadas à gestão de riscos, fiscalização e acompanhamento de contratos. Não obstante, a necessidade de realização de estudos para que os mesmos estejam de acordo com a disponibilidade orçamentária. Nesse contexto, haverá necessidade de readequação de setores, bem como treinamento da equipe para atuar dentro dessa nova perspectiva.

5.2.4 Gestão patrimonial e infraestrutura

5.2.4.1 Conformidade legal

Para assegurar a conformidade no processo de gestão patrimonial, a UFPA observa um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelos órgãos específicos de controle da área, utilizando a Instrução Normativa SEDAP n. 205/1988 como principal guia, entre outras apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8. Legislações pertinentes à gestão patrimonial e infraestrutura

Legislação	Teor
Lei n. 4.320/1964	Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União.
Lei n. 8.666/1993	Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Decreto n. 99.658/1990	Regula o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material no âmbito da Administração Pública Federal.



Legislação	Teor
Decreto n. 9.373/2018	Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Instrução Normativa n. 142/1983 - DASP	Orienta os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG quanto a aplicação harmônica dos preceitos legais.
Instrução Normativa n. 205/1988 - SEDAP	Rege o controle de material, tanto de consumo, quanto permanente, na Administração Pública Federal e descreve as principais atividades a serem desenvolvidas pelos órgãos componentes da Administração Pública Federal.
Instrução Normativa n. 162/1998 - SRF	Fixa prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona.
Instrução Normativa n. 1/2014 - SPU	Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização.
Portaria n. 448/2002 - STN	Divulga o detalhamento das naturezas de despesas 339030, 339036, 339039 e 449052.
Portaria n. 184/2008 - STN/ SFC	Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.
Portaria n. 467/2009 - STN	Aprova o Volume II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Volume III: Procedimentos Contábeis Específicos e Volume IV: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e dá outras providências.
Portaria n. 700/2014 - STN	Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).
Portaria Conjunta n. 703/2014 - SPU/ STN	Dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias, e fundações públicas federais.
Manual SIAFI - Assunto: 020330	Reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquia e Fundações.

Entre as legislações mais empregadas, pode-se citar a Lei das licitações n. 8666/1993 e suas alterações, a Lei n. 10.098/2000 e suas complementações relativas à acessibilidade, bem como as Instruções Normativas do MPOG, pertinentes a cada procedimento licitatório, as Resoluções do CONAMA, Acórdãos do TCU e ainda as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As atualizações dessas legislações são buscadas em consulta frequente ao portal de compras do Governo Federal e também por capacitação dos agentes públicos envolvidos.

No que se referem à Gestão Patrimonial Imobiliária, para cadastro dos bens imóveis são utilizados o Sistema de Gestão de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Todas as atividades são baseadas na ética e na defesa dos interesses da Universidade Federal do Pará, além do cumprimento das normas definidas pelos órgãos competentes. Dentre os



dispositivos legais que regem tais atividades, está a legislação aplicada na regularização nas terras da UFPA, ocupadas por terceiros.

Em consonância com o que determinou o Decreto Presidencial de 1991, a Comissão de Regularização Fundiária (CRF) da UFPA promove a regularização das famílias ocupantes da parte “C” (terras da UFPA). A base está na legislação nacional, em especial o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), que orienta a regularização fundiária em áreas urbanas que apresentam processo de ocupação e urbanização consolidada.

O reconhecimento do direito à posse constitui-se um poder-dever do Estado e não um ato discricionário do poder público, garantido pelos instrumentos normativos apresentados no Quadro 9, que complementam o Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Quadro 9. Legislações pertinentes à gestão patrimonial e infraestrutura

Legislação	Teor
Lei n. 11.481/2007	Dá nova redação a dispositivos das Leis n. 9.636/1998, n. 8.666/1993, n. 11.124/2005, n. 10.406/2002 - Código Civil, n. 9.514/1997 e n. 6.015/1973, e dos Decretos-Leis n. 9.760/1946, n. 271/1967, n. 1.876/1981 e n. 2.398/1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
Lei n. 11.977/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei n. 3.365/1941, as Leis n. 4.380/1964, n. 6.015/1973, n. 8.036/1990 e n. 10.257/2001, e a Medida Provisória n. 2.197-43/2001; e dá outras providências.
Lei n. 13.465/2017	Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n. 8.629/1993, n. 13.001/2014, n. 11.952/2009, n. 13.340/2016, n. 8.666/1993, n. 6.015/1973, n. 12.512/2011, n. 10.406/2002 - Código Civil, n. 13.105/2015 - Código de Processo Civil, n. 11.977/2009, n. 9.514/1997, n. 11.124/2005, n. 6.766/1979, n. 10.257/2001, n. 12.651/2012, n. 13.240/2015, n. 9.636/1998, n. 8.036/1990, n. 13.139/2015, n. 11.483/2007, e a n. 12.712/2012, a Medida Provisória n. 2.220/2001, e os Decretos-Leis n. 2.398/1987, n. 1.876/1981, n. 9.760/1946, e n. 3.365/1941; revoga dispositivos da Lei Complementar n. 76/1993, e da Lei n. 13.347/2016; e dá outras providências.
Decreto n. 271/1997	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.
Medida Provisória n. 2.220/2001	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do Art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e dá outras providências.

Como resultado dessa ação de regularização de terras da UFPA, foram realizados o processo de unificação das matrículas da parte ocupada e o registro da planta de macro parcelamento existente em 2016, para fins de destaque das áreas de vias públicas e quadras. A etapa posterior foi de destaque e registro do parcelamento de lote em nome dos ocupantes. Ressalta-se que estão sendo realizados os estudos técnicos necessários e a sistematização dos dados socioeconômicos cadastrados para viabilizar a adequação dos procedimentos metodológicos na regra de transição da nova legislação pertinente.



Figura 19. Passo a passo da regularização fundiária da UFPA

ROTEIRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA UFPA - Passo a Passo

Tipos de doação

- ▶ Doação da União, Estados e Municípios
- ▶ Doação de Particulares

Exemplo: doação de um terreno de propriedade particular à IFES.

- ▶ Disponibilização do bem imóvel a ser doado (ofício do proprietário manifestando interesse na doação da área (terreno) para UFPA.
- ▶ Havendo interesse pela Instituição no recebimento da doação, o processo é encaminhado à **Comissão de Regularização Fundiária (CRF) da UFPA** para os procedimentos legais cabíveis.

Etapas para Regularização Fundiária do Imóvel (doação):

1. Visita ao cartório local para conhecimento da Certidão de Registro do Imóvel, comprovando que o doador é realmente o proprietário do imóvel.
2. Visita à Prefeitura Municipal local, a fim de verificar se não existe pendências de impostos.
3. Vistoria Técnica do Terreno e coleta de dados *in loco*.
4. Levantamento de dados e informações oficiais existentes do bem imóvel e coleta de dados necessários à regularização fundiária:
 - ▶ Coleta de dados econômicos (6 referências de valores imobiliários nas proximidades) para avaliação do imóvel.
 - ▶ Registro fotográfico da área a ser doada e das benfeitorias, quando for o caso.
5. Elaboração de uma Planta de Urbanização, georreferenciada, com memorial descritivo do terreno e das benfeitorias, quando for o caso.
6. Elaboração do laudo técnico de avaliação.
7. Encaminhamento do processo, com as peças técnicas mencionadas, à Procuradoria Geral da UFPA, para elaboração de parecer jurídico, que, sendo favorável, é encaminhado ao Gabinete do Reitor para homologação.
8. Encaminhamento do processo ao Conselho Superior de Administração (CONSAD) com apreciação da Câmara de Assuntos Econômico e Financeiro, a fim de aprovação, com respectiva Resolução.
9. Ofício do Reitor à Prefeitura Municipal solicitando a viabilização da alteração cadastral do referido imóvel, uma vez que o mesmo é de expansão urbana e não rural, como consta em sua documentação, quando for o caso.
10. Publicação da mudança cadastral no Diário Oficial do Município.
11. Encaminhamento do processo ao cartório de registro de notas para lavratura da minuta da escritura e devolução para aprovação da Procuradoria Geral, sendo essa necessária para obtenção da Escritura Pública.
12. Diante da escritura pública original, a UFPA encaminha a mesma para o cartório de registro de imóvel que produzirá a certidão/matricula do imóvel.
13. Inserção de dados no SPIUNET e no SIAFI.



5.2.4.2 Investimentos de capital

Valores em Obras e Serviços de Engenharia em 2018*

R\$31.902.844,25
contratados

R\$ 27.952.188,35
empenhados

R\$ 8.444.706,05
liquidados

R\$ 7.499.826,48
pagos

*Considerando casos em situação pendente, iniciada ou finalizada no exercício.

Fonte: DIESF | Prefeitura *Multicampi*

Situação de Obras e Serviços de Engenharia

8
em execução

4
em fase de
contratação

3
em fase de
planejamento
para início da
execução

1
em fase de
análise de
recurso de
licitação

Fonte: DIESF | Prefeitura *Multicampi*

Investimentos em equipamentos no exercício

R\$ 18.539.892,38
liquidados*

*Valor liquidado até 31/12/2018.

Fonte: SIPAC

Avaliação e impactos dos investimentos

Com a construção e adequações das edificações das Unidades Acadêmicas e Administrativas para atendimento da atividade fim, foi possível o acolhimento de toda a comunidade universitária com melhores condições técnicas e de acessibilidade. Assim, alcançaram-se melhores índices avaliativos junto às instituições que formulam políticas educacionais dos diferentes níveis de governo para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país.

5.2.4.3 Desfazimento de ativos

A Prefeitura *Multicampi*, quando necessário, fornece veículos oficiais à Unidade responsável pelo desfazimento de bens. O processo de alienação feito pela Instituição foi referente a um automóvel alienado para a seguradora devido a um acidente que gerou um sinistro, com perda total, no custo de R\$ 34.380,00 (valor contábil).

5.2.4.4 Gestão de patrimônio dos imóveis

A UFPA, por meio da CRF, tem a responsabilidade dos registros, análises e acompanhamentos de processos e procedimentos que envolvam a regularização dos bens imóveis próprios da Instituição cadastrados no SPIUNET/SIAFI, conforme atribuições descritas na Figura 20.

Figura 20. Ações da Comissão de Regularização Fundiária da UFPA



Três grupos de atuação da Comissão de Regularização Fundiária da UFPA:

- ▶ Regularização fundiária do *Campus* de Belém e outros imóveis na capital.
- ▶ Regularização fundiária dos *Campi* do interior.
- ▶ Reavaliação e legalização fundiária, por determinação legal e atualização imobiliária no cadastro do SPIUNET/SIAFI para fins de compatibilização patrimonial com a contabilidade institucional, anualmente.

Existem dificuldades e problemas na coleta de dados (trabalho de campo), elaboração de planilhas, plantas de localização, memoriais descritivos e laudos técnicos para a formalização de alguns registros de bens imóveis institucionais, sejam nos cartórios competentes ou no SPIUNET/SIAFI.

Houve, contudo, melhoria relevante referente à unificação de matrículas e/ou remembramento das matrículas já existentes nos cartórios para melhor adequar a realidade factual, meta alcançada em 2017/2018. Há necessidade de continuar o desmembramento de algumas áreas que compõem o *Campus* do Guamá, inclusive a Escola de Aplicação da UFPA, que ainda é parte da área do Setor Esportivo da UFPA. Esse trabalho é extremamente complexo, pois envolve questões cartoriais (remembramento, desdobramento, etc.) e ações de natureza técnica e administrativa.

Torna-se imprescindível proceder a reavaliação dos *Campi* do interior, que apresentam na sua contabilidade valores provavelmente menores do que os reais. Porém, indubitavelmente, tem havido avanços significativos na gestão contábil (físico-financeira) do patrimônio imobiliário da UFPA, não só pelos erros e acertos que têm construído uma certa *expertise* desde 2006, como também pelo comprometimento do grupo em evoluir para atender às demandas institucionais, sociais e legais, contando com o apoio da Administração Superior.

Valores dos bens imóveis da UFPA em 2018

R\$ 947.528.622,47

na totalidade dos imóveis, sendo:

R\$ 94.962.782,27

em imóveis em outros locais da capital

R\$ 48.501.671,82

em imóveis reavaliados em fase de regularização - não registrados no SPIUNET

R\$ 654.189.898,91

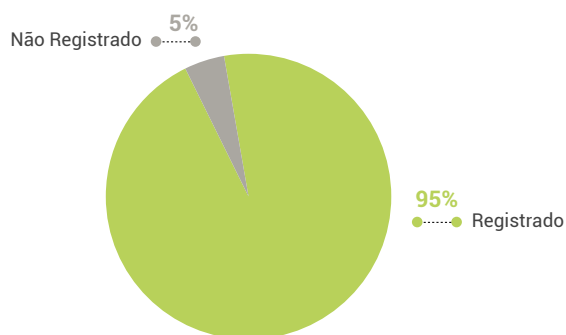
em imóveis na Cidade Universitária

R\$ 149.874.269,47

em imóveis no *Campi* do interior

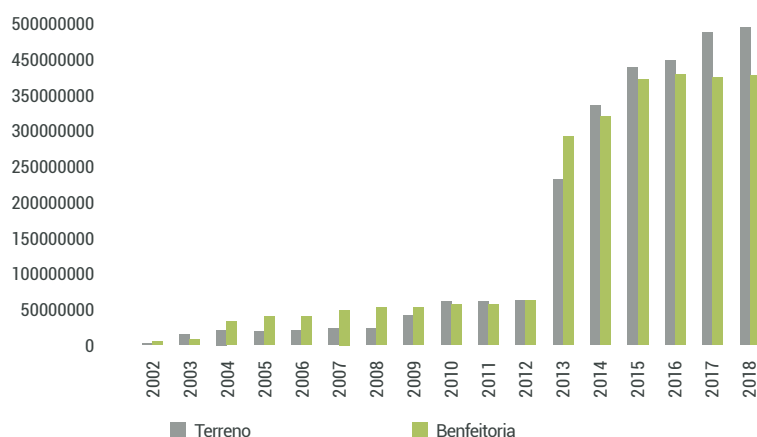


Gráfico 49. Percentual de atualização do SPIUNET/SIAFI em 2018



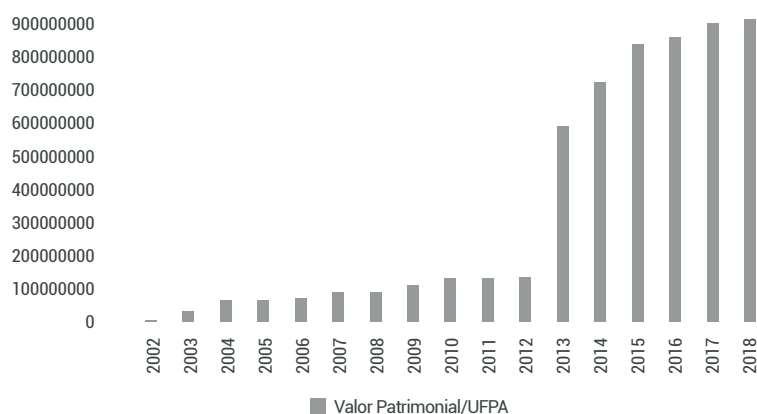
Fonte: Comissão de Regularização Fundiária

Gráfico 50. Composição dos valores patrimoniais*



Fonte: Comissão de Regularização Fundiária

Gráfico 51. Evolução do valor patrimonial imobiliário da UFPA em 2018*



Fonte: Comissão de Regularização Fundiária

*Nota: O elevado crescimento de bens imóveis a partir de 2012 deriva das reavaliações dos imóveis da Universidade decorrentes de demandas de órgãos de controle e das novas políticas de mensuração de bens orientados pelo órgão Central de Contabilidade (Secretaria do Tesouro Nacional); do enfoque da contabilidade aplicada ao setor público; e da entrega de obras financiadas com recursos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).



5.2.4.5 Locação de imóveis e equipamentos

Quantidade de imóveis e equipamentos locados

4	2
imóveis	equipamentos

Fonte: PROAD

Custo de imóveis e equipamentos locados*

R\$ 961.133,40	R\$ 815.400,00
em imóveis	em equipamentos

*Valor contratado vigente dentro em 2018.

Fonte: PROAD

O funcionamento do sistema de limpeza em espaços locados para a UFPA é em conformidade com as cláusulas do contrato 38/2017, cujo objeto são serviços de limpeza, asseio, conservação e controle de pragas e vetores das áreas internas e externas. Também são inclusos serviços correlatos a serem executados na Cidade Universitária José da Silveira Netto, nas áreas adjacentes às edificações (passarelas), nas demais Unidades localizadas na região metropolitana de Belém e nos *Campi* no interior do estado.

Já o funcionamento do sistema de vigilância nos espaços locados é realizado de acordo com os termos do contrato 02/2017, cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada a serem executados de forma contínua, nos diversos postos da Universidade Federal do Pará.

Os serviços de operador monitorador de equipamento eletrônico executados em postos de operador 12h diurno, posto 24h e posto 44h de técnico operacional possuem caráter diuturno de natureza continuada imprescindíveis e necessárias para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas e atividades da Instituição. Os serviços visam ao monitoramento das áreas da UFPA, controle de acesso de pessoas, veículos e materiais para o resguardo do patrimônio público e da comunidade universitária, ressaltando que a ausência desses serviços deixaria a Instituição vulnerável, colocando em risco a comunidade universitária e os bens patrimoniais da IFES.

A prestação dos serviços de forma continuada está expressa no edital que originou a contratação e nas disposições contratuais do contrato em questão. Os preços dos postos estão abaixo dos valores praticados no mercado.

A contratação de serviços de locação de fotocopiadoras justifica-se pela necessidade de atender às demandas institucionais de diversas Unidades para o desempenho de suas atividades, emissão de grandes quantidades de documentos. Um fator que justifica a contratação dos serviços é o próprio avanço tecnológico. Os equipamentos de impressão/cópia (impressoras multifuncionais) sofrem constantes mudanças, tornando-se obsoletos em um curto tempo.



Ademais, os serviços de manutenção desses equipamentos (fora de garantia) são caros e não disponibilizados pela UFPA. Dessa forma, como a locação é realizada por meio de licitação, evita-se que a Universidade tenha gastos com contrato de manutenção do equipamento, inclusive insumos (toner, cartuchos, cilindros, fusor etc.). Caso venha a ocorrer falha técnica ou falta de suprimento, a UFPA aciona a empresa contratada para solucionar o problema, pois assim o equipamento não ficará parado por questões técnicas e/ou de consumo. A locação de fotocopadora, de acordo com pesquisas realizadas no mercado é mais vantajosa para a Instituição, pois locar equipamentos é menos oneroso que adquirir o bem.

5.2.4.6 Mudanças e desmobilização relevantes

Referente a mobilizações ocorridas, destaca-se o contrato de cessão, sob a forma de utilização gratuita entre o SPU/MPOG e a Universidade Federal do Pará, do prédio denominado Antigo Convento dos Mercedários, com área de terreno de 4.796,67 m² e área construída de 6.396,67 m², avaliado em R\$ 9.388.528,72. O espaço é destinado à expansão da Universidade e implantação do curso de graduação em Conservação e Restauro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da UFPA.

5.2.4.7 Principais desafios e ações futuras

Levando-se em consideração as peculiaridades da região amazônica, como distâncias, dificuldades de deslocamentos e, por vezes, de comunicação, a Universidade Federal do Pará vem alcançando suas metas. Contudo, há de se empenhar esforços para superar desafios relevantes, tais como o de promover a responsabilidade na gestão ambiental e sustentável e, ainda, promover a infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas. Diante desse cenário de desafios, as ações a serem desenvolvidas para que os mesmos sejam superados são a implementação de uma política de responsabilidade junto à comunidade acadêmica com o objetivo de promover a manutenção das condições de uso dos bens públicos e, também, colocar em prática ações voltadas à adequação do espaço físico da UFPA aos critérios de acessibilidade.

A gestão patrimonial da universidade foi comprometida no ano de 2018, devido ao processo de transição de sistemas, fazendo com que fosse necessária a proibição interna de movimentação de patrimônio, o que explica o baixo número de processos de desfazimento no ano, até que a migração de dados fosse completa e homologada no final do ano.

Com isso, os principais desafios e ações previstas para o ano de 2019 em relação à gestão patrimonial são:

- ▶ Padronização dos novos procedimentos de gestão e controles patrimoniais.
- ▶ Regularização dos bens inservíveis.
- ▶ Realização de um inventário total da Universidade, a fim de encontrar possíveis falhas na migração de sistemas e irregularidades.
- ▶ Realização de processos de leilão de bens inservíveis a fim de aumentar a sustentabilidade econômica da Instituição.

- 
- ▶ Maior conscientização dos servidores e docentes da Instituição em relação aos procedimentos, gestão patrimonial e sua importância.
 - ▶ Aumento da descentralização do controle e responsabilidade patrimonial nas Unidades organizacionais de modo a retratar melhor a realidade da Instituição.
 - ▶ Planejamento de migração do SIPAC para o SIADS em 2020, conforme Portaria n. 385/2018 do MPOG.

A legislação referente ao patrimônio público vem sendo alterada e modernizada (Exemplo: Lei n. 13465/2017, Portaria Conjunta n. 703/2014 - SPU/STN), o que requer constantes modificações nos procedimentos e ações da UFPA para atendê-las.

Torna-se imprescindível proceder a reavaliação dos imóveis no *Campus* da UFPA e nos prédios na cidade de Belém e nos *Campi* do interior, que apresentam na sua contabilidade valores provavelmente menores do que os reais.

Embora os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis e disponibilizados para realizar as atividades de gestão sejam muito escassos, indubitavelmente, tem havido avanços significativos na gestão contábil (físico-financeira) do patrimônio imobiliário da UFPA, como demonstrado neste relatório, no inventário e no SPIUNET.

5.2.5 Gestão da tecnologia da informação

5.2.5.1 Conformidade legal

No âmbito da UFPA, a Resolução n. 693/2011 do CONSUN, em seu artigo 2º, estabelece que compete ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), entre outras funções, planejar, padronizar e executar as ações de TI da UFPA. Entretanto, em 2017 também foi criado o Comitê de Governança Digital da UFPA para se adequar ao Decreto n. 8.638/2016, que instituiu a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e determina a manutenção de um Comitê de Governança Digital, ou estrutura equivalente, para deliberar sobre os assuntos relativos à Governança Digital. O Comitê da UFPA foi designado pelas Portarias n. 2.111/2017, n. 4.953/2017, n. 4.424/2017 e n. 5.321/2017 da Reitoria, a fim de atuar no nível estratégico do planejamento de TI, utilizando como principal instrumento o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTIC). Já o CTIC atua no nível tático e operacional, utilizando como principal instrumento o seu Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU).

5.2.5.2 Modelo de governança de TI

A Governança de TI (GovTI) é o modelo de como as decisões são tomadas e as responsabilidades direcionadas, de modo a se obter um comportamento desejável no uso da TI. Esse comportamento se refere ao alinhamento com os objetivos e metas da organização e coerência com a sua cultura. Em suma, a GovTI consiste em políticas, papéis, fluxos e regras que visam alinhar a TI aos objetivos de negócio da organização, permitindo-se estabelecer e planejar a obtenção das informações necessárias à gestão.



Na UFPA, a governança de TI é direcionada, avaliada e monitorada, principalmente, pelo Comitê de Governança Digital, que designa a equipe de elaboração da minuta do PDTIC, bem como aprova a minuta e a envia à Administração Superior para o devido encaminhamento junto aos Conselhos Superiores da Universidade.

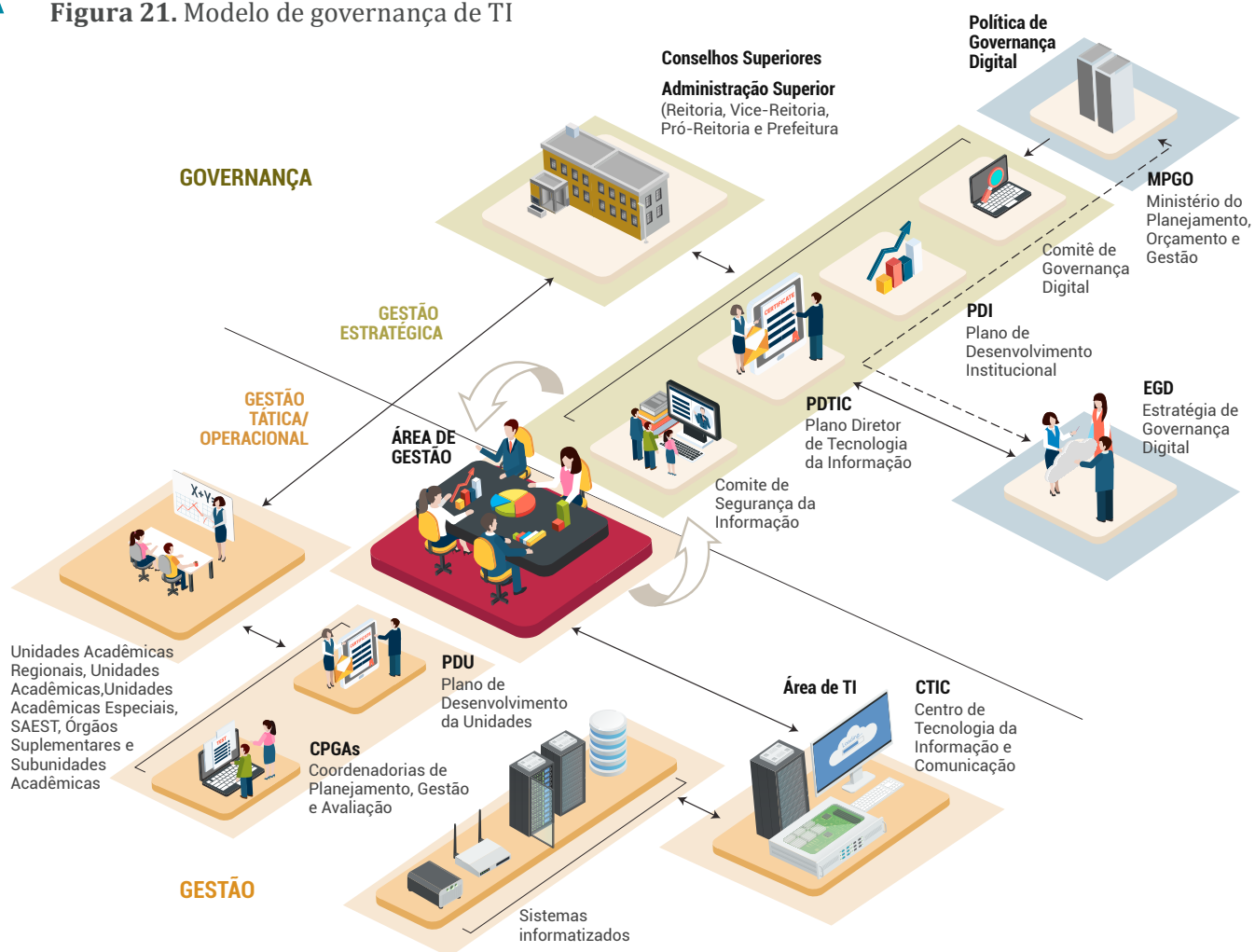
O PDTIC, situado no nível estratégico e alinhado à Estratégia de Governança Digital, é um documento que complementa o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFPA, por meio do planejamento dos recursos de tecnologia da informação e comunicações. Isso possibilita a definição de objetivos específicos para a área de TI, estabelecendo as diretrizes e as metas que orientam a construção do planejamento nessa área na UFPA.

A GovTI, portanto, é o sistema pelo qual a atual e a futura utilização da TI são dirigidas e controladas, avaliando e direcionando o uso da TI para apoiar a organização, assim como acompanhando esse uso para realizar planos.

Já a gestão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades da área em consonância com a direção definida pelo PDTIC. Na UFPA, a gestão de TI é principalmente direcionada, avaliada e monitorada pelo CTIC, órgão suplementar subordinado diretamente à Administração Superior. Como mencionado, o principal instrumento de planejamento tático e operacional de TI utilizado pelo CTIC é o seu PDU elaborado com base no PDI e no PDTIC.

Com relação ao planejamento de segurança da informação e comunicação e de segurança cibernética, o principal responsável é o Comitê de Segurança da Informação designado pela Portaria n. 1.114/2017 da Reitoria. Essa estrutura de governança e gestão está sintetizada na Figura 21.

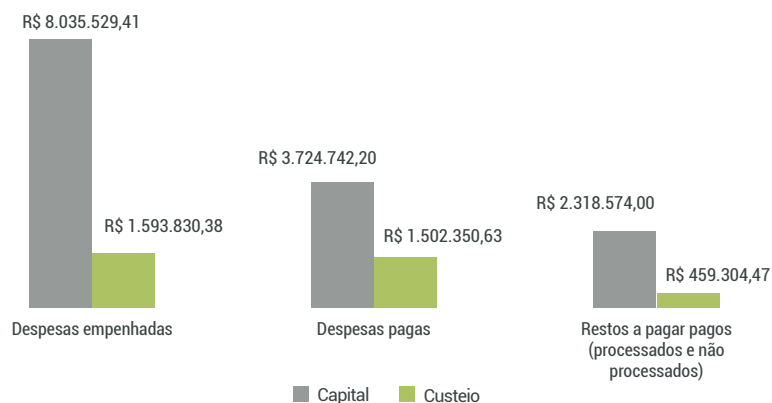
Figura 21. Modelo de governança de TI



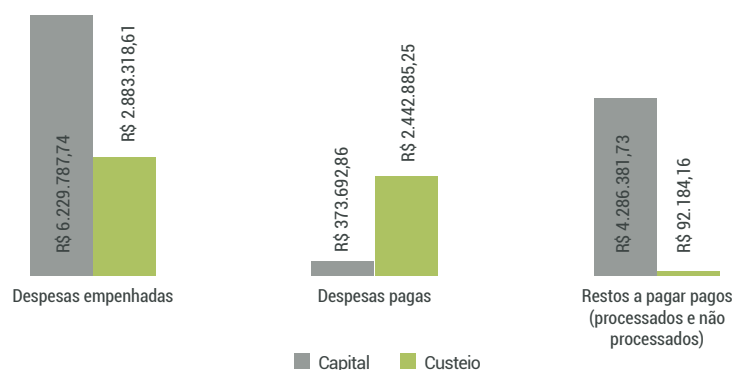
5.2.5.3 Montante de recursos aplicados em TI

Valores conforme o tipo de despesa

Gráfico 52. Despesas em TI em 2017



Fonte: CTIC

**Gráfico 53. Despesas em TI em 2018**

Fonte: CTIC

*Valores conforme Unidade Orçamentária***Tabela 6. Despesas em TI conforme Unidade Orçamentária em 2017**

Unidade Orçamentária	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Restos a pagar pagos (processados e não processados)
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	R\$ 11.564,66	R\$ 6.941,86	R\$ 15.084,31
Fundo Nacional de Saúde	R\$ 2.253,00	R\$ 2.253,00	-
Receita Federal do Brasil	R\$ 1.200,00	-	-
Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicações	-	-	R\$ 19.905,00
Ministério da Educação	R\$ 1.014,00	-	R\$ 49.435,93
Universidade Federal do Pará	R\$ 9.606.195,13	R\$ 5.210.764,97	R\$ 2.643.453,23
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	R\$ 7.133,00	R\$ 7.133,00	-
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	-	-	R\$ 50.000,00

Fonte: CTIC

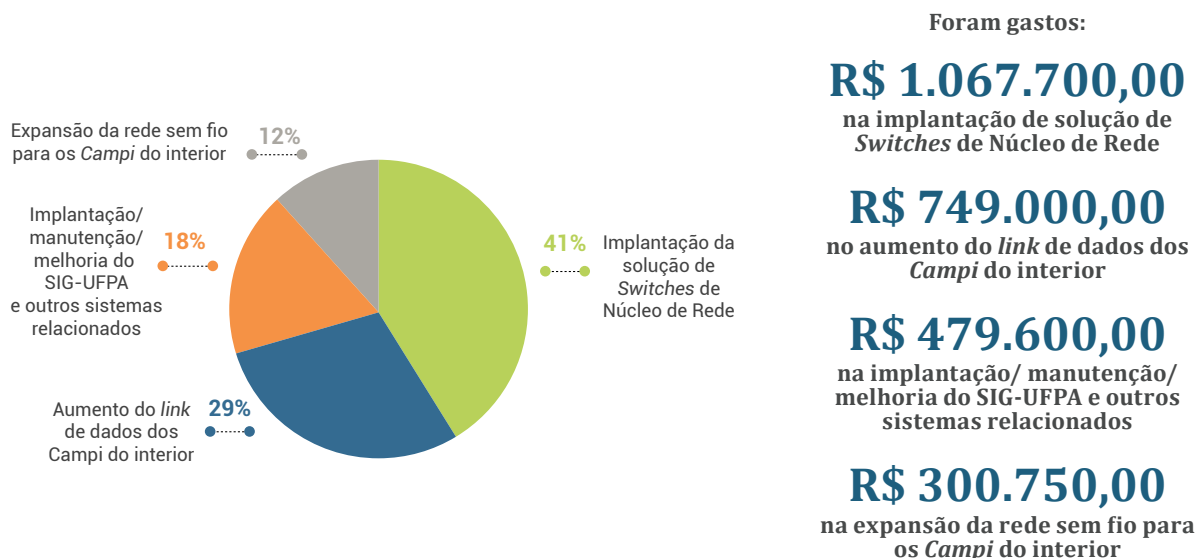
Tabela 7. Despesas em TI conforme Unidade Orçamentária em 2018

Unidade Orçamentária	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Restos a pagar pagos (processados e não processados)
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	R\$ 14.131,75	R\$ 4.973,28	R\$ 4.276,80
Fundo de Amparo ao Trabalhador	R\$ 855,24	-	-
Receita Federal do Brasil	R\$ 2.634,00	-	R\$ 1.200,00
Ministério da Educação	R\$ 5.190.898,50	-	R\$ 1.014,00
Universidade Federal do Pará	R\$ 3.904.586,86	R\$ 2.811.604,83	R\$ 4.372.075,09

Fonte: CTIC

5.2.5.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI

Gráfico 54. Custo das contratações mais relevantes de recursos de TI na UFPA 2018



Fonte: CTIC | UFPA

5.2.5.5 Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por objetivo estratégico

Disponibilidade dos sistemas integrados

SIG

O que significa?

Sistema Integrado de Gestão

Funcionalidade: Conjunto de sistemas integrados para Gestão Acadêmica, Patrimonial, Administrativa, Contratos e Recursos Humanos. Foi desenvolvido com o objetivo de apoiar o planejamento, o controle e os processos operacionais, produtivos, administrativos e acadêmicos da UFPA.

Público: Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos

SIGAA

O que significa?

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Funcionalidade: É o sistema acadêmico do SIG que rege essa área fim da Universidade, incluindo todos os níveis de ensino: Infantil, Médio, Técnico, Graduação (Presencial e a Distância), Pós-Graduação (*lato e stricto sensu*), Residência de Saúde.

Público: Discentes, docentes e técnico-administrativos

Requisito: Possuir vínculo ativo com a UFPA



SIPAC

O que significa? Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
Funcionalidade: É o sistema que informatiza todas as operações para a gestão das Unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UFPA.

Público: Diretores e técnico-administrativos

Requisito: Possuir vínculo ativo como servidor da UFPA

SIGRH

O que significa? Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos
Funcionalidade: É o sistema que informatiza os procedimentos de recursos humanos da Instituição, tais como, marcação de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos online, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.

Público: Docentes e técnico-administrativos

Requisito: Possuir vínculo ativo como servidor da UFPA

SIG-ADMIN

O que significa? Sistema de Administração e Comunicação
Funcionalidade: É o módulo responsável pela administração e gestão dos sistemas que fazem parte do SIG-UFPA. Todas as informações de usuários, permissões e Unidades são gerenciadas por meio do SIG-ADMIN.

Público: Gestores dos sistemas e administradores

Requisito: Possuir vínculo ativo como servidor da UFPA

SAGITTA

O que significa? Sistema de Atendimento

Funcionalidade: Disponibiliza à comunidade universitária os serviços institucionais por meio de um Catálogo de Serviços, com a possibilidade de solicitação de atendimento via web, provendo o acompanhamento das solicitações, desde a criação da chamada até o seu fechamento e avaliação do serviço prestado. O SAGITTA deixou de ser um sistema de atendimento do CTIC e passou a ser um canal de atendimento de toda a universidade. Qualquer Unidade poderá solicitar a utilização do SAGITTA para disponibilizar seus serviços.

Público: Discentes, docentes e técnico-administrativos

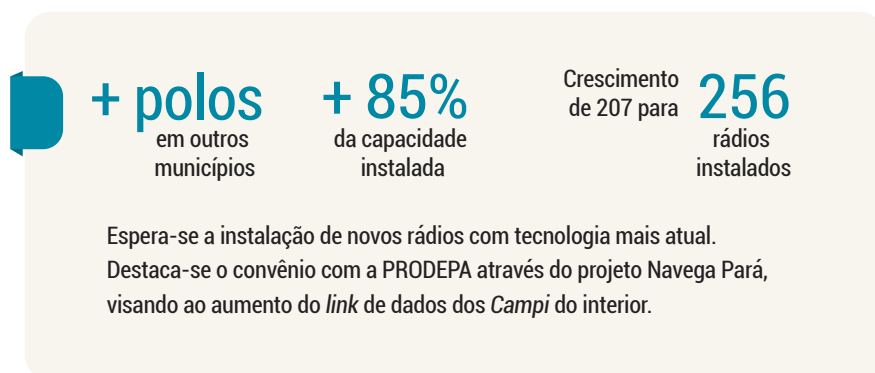
Requisito: Possuir vínculo ativo com a UFPA



Nesse sentido, houve a implantação/manutenção/melhoria do SIG-UFPA e outros sistemas relacionados, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), desenvolvedora dos sistemas. Com isso, espera-se manter a excelência dos serviços prestados, atendendo às expectativas dos usuários ano a ano, devido à constante necessidade de atualizações.

Índice de conectividade de rede dos *Campi*

Figura 22. Expansão da rede sem fio nos *Campi* da UFPA



Fonte: CTIC

Outros resultados

Finalmente, destaca-se a implantação da solução de *Switches* de Núcleo de Rede da UFPA com o objetivo de melhorar a velocidade de acesso aos sistemas (SIG, Portal, e-mail etc.) e à toda a rede institucional.

5.2.5.6 Segurança da informação

A segurança da informação começou a ser estruturada através da aprovação de instruções normativas específicas para serviços de TI. No ano de 2018, foram aprovadas três instruções, todas discutidas e elaboradas dentro do Comitê de Segurança da Informação e depois aprovadas pelo Comitê de Governança Digital:

- ▶ IN n. 01/2018-CGD: Estabelece regras e padrões para a utilização e o acesso aos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPA.
- ▶ IN n. 02/2018-CGD: Estabelece normas e diretrizes para auxiliar na criação, manutenção e restauração de cópias de segurança de ativos de informação em formato digital concernentes às atividades da UFPA.
- ▶ IN n. 03/2018-CGD: Estabelece direitos, deveres e procedimentos pertinentes à utilização do Serviço de Correio Eletrônico (E-mail) no âmbito da UFPA.

Outra medida foi a criação do CSIRT (*Computer Security Incident Response Team*) da UFPA, que consiste em um grupo responsável por identificar, tratar e notificar os eventos de segurança da informação de TI na Instituição. Ações práticas implementadas em 2018



foram a aquisição e instalação de um novo *firewall* de proteção de dados, atualização da infraestrutura de correio eletrônico, aquisição de dois *storages* para *backup* de dados e a aquisição de uma nova solução de *log* visando maior gerência e controle dos dados trafegados na rede institucional.

5.2.5.7 Principais desafios e ações futuras

As ações de implantação dos módulos alvo dos sistemas SIG-UFPA estão sendo priorizadas de acordo com os recursos existentes e em parcerias com outras Unidades a fim de atingir as metas de desempenho planejadas. Contudo, a equipe atual da Coordenadoria de Sistemas de Informação (CSI) do CTIC, responsável pelas iniciativas de implantação e manutenção dos módulos do SIG, está com um número reduzido de servidores técnico-administrativos frente à demanda de trabalho existente. O número de solicitações de suporte, manutenção e correção aumenta cada vez mais. Para se alcançar o sucesso na ativação de um novo módulo, além de tecnologia aplicada é preciso que as Subunidades estejam comprometidas na gestão dos módulos, participem das reuniões, atendam aos prazos estipulados para testes e dominem todo o processo administrativo, de modo que ele possa ser aplicado no módulo do SIG. O CTIC procura otimizar ao máximo o processo de implantação e melhorar a comunicação com os usuários gestores do sistema. Os manuais estão sendo elaborados de forma mais detalhada e o treinamento poderá ser constante ao longo do ano.

A atualização do parque computacional do *datacenter* da UFPA é outra ação extremamente necessária. O objetivo é manter todos os servidores com alto poder de processamento, aumentar a capacidade de armazenamento de dados e garantir a segurança, integridade e disponibilidade de todos os sistemas computacionais hospedados na Instituição. O andamento dessa atividade está em atraso porque depende principalmente da disponibilidade orçamentária para aquisição de equipamentos e realização de obras de adequação elétrica e de refrigeração. As medidas adotadas são gradativas, obedecendo os recursos disponibilizados, como: aquisição de três máquinas servidoras, aquisição de dois *storages* novos, migração e atualização da infraestrutura de e-mail, migração e atualização dos serviços web e atualização do *firewall* da UFPA.

A implantação de ferramentas de monitoramento da disponibilidade de enlaces está concluída e deve auxiliar no atendimento mais proativo das ocorrências de falha nos enlaces dos *Campi* do interior e da capital, além de auxiliar na coleta mais realista dos dados que alimentam o indicador de garantia da disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia da informação.

Algumas iniciativas estão diretamente relacionadas à conectividade das Unidades (especialmente os *Campi* do interior), possibilitando a melhoria do acesso dos usuários aos sistemas da UFPA e à Internet. A maioria dessas iniciativas demandam grande investimento para aquisição de serviços/equipamentos e por isso devem ser priorizadas sob pena de colocarmos em risco a experiência do usuário e o acesso geral da UFPA à rede.

A atualização do roteador de núcleo da UFPA está com atraso não crítico, visto depender de aquisição de novos equipamentos, demandando grande esforço na elaboração de termos

de referência para composição do processo licitatório e posteriormente disponibilidade orçamentária para aquisição. Considerando o caráter de criticidade deste equipamento, está sendo estudada uma solução modular/redundante que possa atender à demanda da UFPA por pelo menos 10 anos.

A melhoria nos links dos *Campi* é real. Hoje todos contam com *links* de alta velocidade, em alguns casos com mais de um enlace de comunicação. Hoje todos os *Campi* do interior e algumas unidades da rede METROBEL já possuem a solução de rede sem fio institucional.

5.2.6 Gestão de custos

A apuração dos custos no âmbito do Ministério da Educação é feita pelo [Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos \(SIMEC\)](#), em observância às Portarias SPO/MEC n. 1/2012, n. 1/2013 e n. 4/2014. No caso dessa última, nos seus artigos 1º e § 3º, assim se define:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamentação e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação – MEC, por meio da adoção da Subação Orçamentária e do Plano Interno – PI.

[...]

§3 O Plano Interno, constante do SIAFI, será utilizado prioritariamente como instrumento de gerenciamento e de detalhamento dos atributos da Subação orçamentária, com vistas à **apropriação dos custos** das políticas nacionais de educação. [grifo nosso]

As unidades de controle são representadas pelo código de Unidade Gestora Responsável (UGR) de seis dígitos pertencentes ao órgão, associados ao Plano Interno de onze dígitos padronizados pelo MEC, em que cada posição representa uma informação por centro de custos (gastos das unidades administrativas/projetos) do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Portaria citada.

Figura 23. Composição do código de Plano de Interno

	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª
	M	0	1	1	1	G	0	1	1	3	N
1ª	Pertence ao enquadramento de despesa em relação ao PNE										
2ª a 5ª	Destinada à identificação da Subação Orçamentária										
6ª	Representa o nível/etapa de ensino										
7ª e 8ª	Denominada categoria de apropriação										
9ª e 10ª	Destinada a atender demanda informacional de caráter interno, ou seja, é livre da unidade orçamentária										
11ª	Tema/Público do gasto público										

Fonte: PROPLAN



No âmbito da Universidade Federal do Pará, a criação dos Planos Internos (PI) fica a cargo da PROPLAN, os quais são registrados no Plano de Gestão Orçamentária (PGO), documento que orienta a distribuição da dotação orçamentária recebida através da LOA para as demandas das Unidades internas da UFPA.

Em 2018, tornou-se obrigatório o uso da aba “centro de custo” no SIAFI web, onde vincula-se às Unidades Gestoras o código SIORG para a integração de informações de sistemas para apuração de custo, conforme mensagem SIAFI n. 2018/0320076. Contudo, não foi definida pelo MEC a padronização de apuração de custo das Universidades Federais, tampouco foi aprovado o manual de custos do setor público pela Secretaria do Tesouro Nacional, observado que são, respectivamente, órgão setorial e central de custos, e a UFPA está subordinada tecnicamente a essas entidades. Também, ausenta-se de cadastro de órgão no SIAFI permissão para o detalhamento de custos, conforme consta na tela de cadastro da UFPA no SIAFI (Figura 24).

Figura 24. Cadastro da UFPA no SIAFI

```

-  SIAFI2018-TABADM-ORGAO-CONORGAO (CONSULTA ORGAO)
22/01/19  20:53                                USUARIO : NETO

ORGAO                : 26239
TITULO               : UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
TITULO REDUZIDO      : UFPA
PODER                : EXECUTIVO          CODIGO SIORG : 000415
CNPJ                 : 34621748/0001-23  TIPO RELACIONAMENTO : ORGAO
INDICADOR DE MATRIZ  : 1 - MATRIZ        DETALHAMENTO DE PF : NAO
ORGAO SUPERIOR       : 26000 - MIN.EDUCACAO
GESTAO PRINCIPAL     : 15230 - UFPA
TIPO DE ADMINISTRACAO : AUTARQUIA
CODIGO DO ORGAO NA SOF : 26239
CODIGO DO ORGAO NO SIAPE :
UTILIZACAO DO SIAFI  : EXECUCAO TOTAL
RECEBE COTA DA STN   : NAO  UTILIZACAO SIASG/SICONV: NE/TV(TIPOS CV/CR/TP)
ORGAO ATIVO          : SIM      DET. CENT. NA COF : NAO
AGENCIA EXECUTIVA    : NAO      TOMADA DE CONTAS CONSOLIDADA : SIM
UG SETORIAL FINANCEIRA : 153063 - UFPA
UG RESPONSAVEL RELATORIO : 153063 - UFPA
UG INTEGRACAO        :
UG SETORIAL CONTABIL : 153063 - UFPA

UTILIZACAO CPR : TOTAL
USA DETALHAMENTO DE CUSTO : NAO
UTILIZACAO PRECATORIO : NAO
UTILIZA NOVO CPR: NAO

MÊ + a                                01/001
```

Fonte: SIAFI

Dessa forma, o custo no órgão Universidade Federal do Pará é apurado em centro de custo genérico vinculado a Unidades Gestoras Executoras e de controle do órgão no SIAFI, acompanhado do respectivo código SIORG. Já a consulta no Sistema de Custos no Tesouro Gerencial, é apresentada na Tabela 8.

Tabela 8. Cadastro da UFPA no Sistema de Custos no Tesouro Gerencial*

Centro Custos		UG Responsável		DetaCusto - R\$	DetaCusto Acum. - R\$
CC-Genérico	Código inexistente no SIAFI	-8	Sem Informação	132.656.361,05	132.656.361,05
		070006	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	8.400,00	8.400,00
		150029	Hospital Universitário Joao de Barros Barreto	94.358,10	94.358,10
		150030	Assessoria de Comunicação	5.796,76	5.796,76
		150031	Biblioteca Central	10.668,75	10.668,75
		150032	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal	423.396,74	423.396,74
		150035	AUDIN	11.721,65	11.721,65
		150049	Núcleo de Inov./Tec.Aplic.ao Ensino/Extensão	243.401,93	243.401,93
		150051	<i>Campus</i> de Capanema	8.355,79	8.355,79
		150104	<i>Campus</i> Universitário de Tucuruí	71.030,57	71.030,57
		150153	Museu da UFPA	61.598,80	61.598,80
		150155	Pró-Reitoria de Planejamento	81.626,18	81.626,18
		150156	Pró-Reitoria de Relações Nacionais/Internacional	92.083,03	92.083,03
		150187	Vice-Reitoria (Interiorização)	1.871.500,56	1.871.500,56
		150219	Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos	168.930,25	168.930,25
		150220	Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza	18.714.691,75	18.714.691,75
		151079	Instituto de Estudos Costeiros	113.322,51	113.322,51
		151081	Núcleo de Teoria e Pesquisa Comportamental	29.932,01	29.932,01
		151093	Centro de Processos Seletivos/UFPA	1.949.329,91	1.949.329,91
		151258	Centro de Eventos Benedito Nunes	75.720,00	75.720,00
		151716	Funcionamento da Gráfica Universitária	5.305,00	5.305,00
		151824	Gabinete da Reitoria	1.695.735,66	1.695.735,66
		151825	Procuradoria Geral	16.160,43	16.160,43
		151908	Agência de Inovação Tecnológica	276.956,55	276.956,55
		152366	<i>Campus</i> de Salinópolis	28.539,21	28.539,21
		152431	Plano Nacional de Formação de Professores-Capes	3.462.000,00	3.462.000,00
		152432	Arquivo Central	13.885,72	13.885,72
		152751	Núcleo de Pesquisas em Oncologia da UFPA	8.441,47	8.441,47
		152761	<i>Campus</i> de Ananindeua	71.437,13	71.437,13
		152864	Escola de Música da UFPA - EMUFPA	299.709,84	299.709,84
		152865	Escola de Teatro da UFPA - ETDUFPA	663.265,33	663.265,33



Centro Custos		UG Responsável		DetaCusto - R\$	DetaCusto Acum. - R\$
		153180	Instituto de Geociências	787.920,10	787.920,10
		153181	Instituto de Ciências Exatas e Naturais	727.471,65	727.471,65
		153182	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas	1.076.869,66	1.076.869,66
		153183	Instituto de Ciências Jurídicas	396.312,38	396.312,38
		153184	Instituto de Ciências Biológicas	317.739,02	317.739,02
		153185	Instituto de Tecnologia	1.909.693,11	1.909.693,11
		153186	Instituto de Letras e Comunicação	473.794,94	473.794,94
		153187	Instituto de Ciências da Saúde	1.374.623,14	1.374.623,14
		153188	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	1.100.645,25	1.100.645,25
		153189	Folha de Pagamento	960.191.991,75	960.191.991,75
		153190	Instituto de Ciências da Educação	433.745,44	433.745,44
		153538	Capes	222.124,69	222.124,69
		153539	Núcleo de Medicina Tropical	111.917,60	111.917,60
		153540	Núcleo de Meio Ambiente	104.490,71	104.490,71
		153541	Instituto de Ciências da Arte	1.263.826,77	1.263.826,77
		153542	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos	267.824,99	267.824,99
		153543	Prefeitura do <i>Campus</i> Universitário	65.564.754,37	65.564.754,37
		153544	Escola de Aplicação/UFGA	861.386,38	861.386,38
		153550	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares	441.661,52	441.661,52
		153553	<i>Campus</i> Universitário de Altamira	393.087,56	393.087,56
		153554	<i>Campus</i> Universitário de Bragança	202.813,42	202.813,42
		153555	<i>Campus</i> Universitário de Castanhal	566.473,91	566.473,91
		153556	<i>Campus</i> Universitário de Soure	108.898,37	108.898,37
		153557	<i>Campus</i> Universitário de Abaetetuba	433.125,96	433.125,96
		153558	<i>Campus</i> Universitário de Cametá	436.760,01	436.760,01
		154746	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	2.441,62	2.441,62
		154821	Pró-Reitoria Pós-Graduação Pesquisa e Inovação Tecnológica	33.877,12	33.877,12
		154822	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	31.329,41	31.329,41
		155084	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	22.915,27	22.915,27
		155501	Gestão Institucional	142.502,12	142.502,12
		155520	Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	32.201,33	32.201,33
		155724	Instituto de Medicina Veterinária	73.687,09	73.687,09
		155725	Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia	137.262,91	137.262,91
		156001	Pró-Reitoria de Administração	7.167.943,12	7.167.943,12



Centro Custos		UG Responsável		DetaCusto - R\$	DetaCusto Acum. - R\$
		156002	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação	597.492,59	597.492,59
		156003	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	5.332.769,67	5.332.769,67
		156006	Pró-Reitoria de Ensino e Graduação	1.460.602,23	1.460.602,23
		156007	Pró-Reitoria de Extensão	4.755.405,13	4.755.405,13
		156008	Editora Universitária	609.921,65	609.921,65
		156009	Instituto de Educação Matemática e Científica	91.042,26	91.042,26
		156010	Superintendência de Assistência Estudantil	16.328.580,81	16.328.580,81
		156153	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica	26.569,55	26.569,55
		156234	Agenda de Compras	314.962,27	314.962,27
		156407	Comissão Permanente de Proc. Adm. Disciplinar	2.833,58	2.833,58
		158140	Campus Universitário de Breves	49.809,75	49.809,75
		158172	Hospital Universitário João de Barros Barreto	27.300.626,55	27.300.626,55
		201052	Secretaria de Gestão de Pessoas	38.600,00	38.600,00
		240106	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -São José dos Campos - MCT	150.000,00	150.000,00
		250931	Bloco de Mac Ambulatorial e Hospitalar	232.895,06	232.895,06
		270002	Valec Engenharia, Construções e Ferrovias Sa	215.656,12	215.656,12
		380908	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE	11.100,00	11.100,00
		400023	Departamento de Patrimônio Mat. e Fiscalização	58.000,00	58.000,00
		440075	Serviço Florestal Brasileiro	183.021,42	183.021,42
		443020	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ/JBRJ	6.000,00	6.000,00
		443999	Icmbio - Icmbio UGR	137.200,00	137.200,00
		530009	Secretaria Executiva - Se	266.828,76	266.828,76
		550008	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	89.995,00	89.995,00
		682010	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	129.889,65	129.889,65

Fonte: Tesouro Gerencial

*Nota: A alocação dos custos no setor público tornou-se obrigatória apenas na metade do primeiro semestre de 2018 e observa o regramento da Secretaria do Tesouro Nacional, culminando em não alocação em centro de custo específico das despesas faturadas/liquidadas anteriores à exigência. No que tange aos créditos originários de outros órgãos federais, a alocação está associada ao centro de custo da Unidade Gestora do órgão concedente e não na estrutura da Universidade Federal do Pará.



Através do SIMEC ou Tesouro Gerencial ou da própria transação > CONOR do SIAFI Operacional é possível obter informações capazes de orientar o processo de tomada de decisão por filtros/parâmetros do SIAFI. Em regra, cada UGR representa um Instituto, Núcleo ou *Campus*, possuindo uma unidade administrativa denominada CPGA (Coordenadoria de Planejamento Gestão e Avaliação) que controla seus gastos. Os gastos/custos gerais, por sua vez, são gerenciados pela Diretoria de Finanças e Contabilidade da PROAD, que orienta, por meio dos seus relatórios, a Administração Superior da UFPA. Como resultado, essa forma de cadastro proporcionou a melhor alocação orçamentária e a melhoria significativa da economia da despesa pública e consequente redução de perdas orçamentárias.

Vale ressaltar que normativamente a apuração de custos ainda se encontra restrita ao Órgão Central, que é a Secretaria do Tesouro Nacional, e órgãos setoriais dos Ministérios e da AGU, nos termos da Portaria MF n. 157/2011. Importante frisar que o piloto do centro de custos adotará a associação de Unidade Gestora do SIAFI com o código SIORG para integrar com os sistemas estruturantes do Governo Federal. Atualmente, encontra-se em estudo a implantação do mesmo até o encerramento do exercício 2019.

Na Tabela 9, é apresentada a estimativa de custos por programa governamental. Como a matriz de custo não está discriminada de forma específica, não é possível aferir a relação entre os programas e a missão institucional.

Tabela 9. Estimativa de custos por programa governamental

Centro Custos		Programa Governo		DetaCusto - R\$	DetaCusto Acum. - R\$
CC- Genérico	Código Inexistente no SIAFI	-8	Sem informação*	109.421.564,26	109.421.564,26
		0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	306.732.188,95	306.732.188,95
		0570	Gestão do processo eleitoral	300.235,09	300.235,09
		0910	Operações especiais: gestão da participação em organismos	129.136,38	129.136,38
		1073	Brasil universitário	3.559,49	3.559,49
		2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	34.201.603,82	34.201.603,82
		2021	Ciência, tecnologia e inovação	95.550,00	95.550,00
		2027	Cultura: dimensão essencial do desenvolvimento	358.000,00	358.000,00
		2032	Educação superior - graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa	164.095,82	164.095,82
		2035	Esporte, cidadania e desenvolvimento	266.590,39	266.590,39
		2038	Democracia e aperfeiçoamento da gestão pública	123.973,79	123.973,79
		2050	Mudança do clima	150.000,00	150.000,00
		2058	Defesa nacional	14.968,71	14.968,71



Centro Custos		Programa Governo		DetaCusto - R\$	DetaCusto Acum. - R\$
		2066	Reforma agrária e governança fundiária	737.200,00	737.200,00
		2069	Segurança alimentar e nutricional	89.995,00	89.995,00
		2071	Promoção do trabalho decente e economia solidária	11.100,00	11.100,00
		2078	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	183.021,42	183.021,42
		2080	Educação de qualidade para todos	152.462.294,98	152.462.294,98
		2109	Programa de gestão e manutenção do Ministério da Educação	746.756.733,83	746.756.733,83
		2110	Programa de gestão e manutenção do Ministério da Fazenda	65.594,77	65.594,77
		2111	Programa de gestão e manutenção do Ministério da Integração	266.828,76	266.828,76
		2124	Programa de gestão e manutenção do Ministério do Meio Ambiente	143.200,00	143.200,00
		2126	Programa de gestão e manutenção do Ministério dos Transportes	345.545,77	345.545,77

Fonte: Tesouro Gerencial

*Referem-se aos custos que independem de execução orçamentária como depreciação e amortização.

A implantação de Gestão de Custos na Administração no âmbito das Instituições de Ensino Superior por si só é um desafio, pois se propõe a quebra de paradigma de aferição vinculado exclusivamente ao orçamento. Dessa forma, transcende também para o patrimonial e a construção de centros de custos de desempenho que orientem o processo de tomada de decisões para o desenvolvimento estratégico da Instituição, oferecendo maior transparência da aplicação dos recursos públicos.

5.2.7 Sustentabilidade ambiental

5.2.7.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O mais recente Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) da UFPA foi aprovado pelo CONSUN por meio da Resolução n. 777, de 03 de julho de 2018. Foi elaborado por comissão composta por servidores de diversas unidades: Prefeitura, PROPLAN, PROAD, PROGEP e Ascom, formalizada pela Portaria n. 1987/2017.

O Plano é tido como uma ferramenta de planejamento e gestão de práticas sustentáveis, racionalização de gastos e de processos na administração, implementando critérios para ações sustentáveis e de impacto socioambiental. Está dividido em temas, com diferentes eixos correspondentes, conforme Figura 26.



Figura 25. Eixos e temas do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFPA

Temas	Eixos correspondentes
Compras e contratações sustentáveis	Vigilância Monitoramento e portaria Telefonia Manutenção predial Limpeza, asseio e conservação Serviços de transporte Processamento de dados
Material de consumo	Consumo de papel Consumo de copos descartáveis Impressão, cartucho e reprografia Logística reversa Material de consumo

A matriz de responsabilidade do PGLS define quais Unidades são indicadas como principais promotoras dos objetivos de cada eixo. Além disso, são definidas as ações, etapas, metas, indicadores, mecanismos de monitoramento e responsáveis. A vigência do Plano é até o mês de fevereiro de 2019, momento no qual deve ser elaborado relatório com base nas “planilhas de monitoramento”. É possível, contudo, já apontar alguns resultados:

- ▶ As ações previstas no PGLS relativas à inserção de critérios de sustentabilidade em editais já foram atendidas pela Diretoria de Compras e Serviços (DCS) da PROAD.
- ▶ Quanto à aquisição de papel, o edital prevê a possibilidade de aquisição do papel reciclado e também do papel branco com Certificação de Proteção e manejo Florestal e Ambiental, atendendo integralmente à ação proposta no Plano.
- ▶ Quanto ao eixo “logística reversa” suas ações também já foram contempladas pela DCS, pois os editais de aquisição de toner e cartucho preveem a obrigatoriedade da coleta dos resíduos oriundos da contratação para destinação ambientalmente correta.
- ▶ Adoção de outros critérios de sustentabilidade nos editais de compra, que geram atas de registro de preços, cujos materiais são adquiridos por todas as unidades da UFPA.
- ▶ Exigência de Selo Procel na classificação mais econômica para cada modelo de equipamentos eletroeletrônicos e de ar condicionado, por exemplo os modelos *inverter*. É observado para a compra desse tipo de equipamento o Programa de Eficiência Energética do Governo Federal.
- ▶ Compra de alguns móveis adaptados nas aquisições de mobiliário.
- ▶ Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para aquisição de quadros de vidro e mobiliário.
- ▶ Inserção, nas atas de registro de preços, de itens sustentáveis, como: copo biodegradável, caneta de material reciclado, envelope de papel reciclado, lâmpadas LED, torneira de pressão, toner e cartuchos de alto rendimento de impressão.

Já a inclusão de critérios de sustentabilidade em contratações de prestações de serviços, atendem às legislações vigentes, conforme Quadro 10.



Quadro 10. Legislações pertinentes à previsão de sustentabilidade em contratações de serviços

Legislação	Teor
Art. 3º, “caput”, da Lei n. 8.666/1993	Estabelece critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.
Lei n. 10.295/2001	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.
Lei n. 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).
Lei n. 12.305/2010	Estabelece como objetivos a prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
Instrução Normativa n. 01/2010 - SLTI/MPOG	Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.
Portaria n. 23/2015	Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.
Resolução CONAMA n. 307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	

Com essas diretrizes, a Instituição buscou adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- ▶ Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.
- ▶ Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- ▶ Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- ▶ Treinamento/capacitação periódicos do quadro de servidores sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição.
- ▶ Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- ▶ Lavagem com água de reuso ou outras fontes sempre que possível (água de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).
- ▶ Desenvolvimento ou adoção de manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores (como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos) nos estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência autorizada pelas respectivas indústrias para repasse aos fabricantes ou importadores.
- ▶ Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de



aerossóis em geral. Esses produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

- Encaminhamento dos pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou depostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Essa obrigação atende à Resolução CONAMA n. 258/1909.

5.2.7.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais



Janeiro a dezembro

Controle das perdas físicas no sistema de abastecimento de água (vazamentos)

Público: comunidade universitária.

Descrição: Levantamento de campo de vazamentos, realizado pelos técnicos da Prefeitura *Multicampi*, com o apoio da comunidade universitária.

Objetivo: Mitigar as perdas de água por vazamento.

Março

Trote solidário e sustentável “O papel do calouro da UFPA 2018”

Público: calouros da UFPA.

Descrição: ação educativa baseada no princípio dos 3R (Reduzir, Reutilizar, Reciclar), orientando os alunos ingressantes na universidade sobre a importância da separação dos materiais recicláveis na fonte geradora.

Objetivo: contribuir para o fortalecimento e a consolidação da consciência social, ambiental e solidária dos novos alunos, por meio da doação do papel utilizado durante a preparação para o vestibular, como forma de promover o aumento de renda das cooperativas de catadores e diminuir o volume de resíduos sólidos que seriam destinados ao aterro sanitário.

Junho

Semana do Meio Ambiente da Prefeitura *Multicampi*

Público: técnico-administrativos da Prefeitura *Multicampi* e comunidade universitária.

Descrição: realização de duas palestras, com os “O papel da Prefeitura *Multicampi* no processo de inclusão de critérios socioambientais na UFPA” e “Educação ambiental no processo de inclusão de critérios socioambientais na UFPA”. Além disso, houve intervenção socioeducativa, com dinâmicas, discussões e avaliações; mostra de vídeos



ambientais; e visita ao Parque Estadual do Utinga, Unidade de Conservação localizada próxima à Cidade Universitária da UFPA em Belém.

Objetivo: Consolidar o princípio dos 3R (Reduzir, Reutilizar, Reciclar) e a separação de materiais recicláveis na fonte geradora, com a destinação às cooperativas de catadores de recicláveis.

5.2.7.3 Ações para redução de resíduos de poluentes



Janeiro a dezembro

Esgotamento de tanque séptico e filtros anaeróbios com destinação ambientalmente adequada dos resíduos

Público: Unidades da UFPA.

Descrição: Esgotamento do sistema individual de tratamento de esgoto das Unidades da UFPA.

Objetivo: Destinar adequadamente os efluentes tratados e seus rejeitos.

Janeiro a dezembro

Coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviço de saúde produzidos na UFPA

Público: Hospitais Universitários e demais unidades geradoras desse tipo de resíduo em Belém e no *Campus* de Castanhal.

Descrição: Prestação de serviços de engenharia referente a coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos de serviços de saúde.

Objetivo: Tratar e dar destinação final ambientalmente segura aos resíduos de serviço de saúde gerados na UFPA.

Janeiro a dezembro

Coleta Seletiva Solidária

Público: comunidade universitária.

Descrição: A Coleta Seletiva Solidária (CSS) é a coleta dos resíduos previamente segregados que são encaminhados às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Essa ação é instituída pelo Decreto n. 5.940/2006, que determina a “separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis”.

Objetivo: Destinar adequadamente os materiais recicláveis gerados na UFPA, que,



além de incentivar a reciclagem e diminuir a quantidade de resíduos destinados aos aterros, possui um viés social muito forte a partir da formalização e apoio às cooperativas e associações de catadores.

Dezembro

Coleta de toners e cartuchos

Público: Unidades da UFPA.

Descrição: Parceria entre Prefeitura *Multicampi* e PROAD na elaboração de campanha para entrega, agendamento e recolhimento dos toners e cartuchos vazios nos *Campi* da UFPA para destinação ambientalmente adequada.

Objetivos: Destinar adequadamente toners e cartuchos como um instrumento de logística reversa; e colaborar no cumprimento de acordo junto às empresas fornecedoras de toners e cartuchos vazios vencedoras de processos licitações para a aquisição desses materiais (a UFPA passou a dar preferência para empresas contratadas que priorizam a destinação ambientalmente adequada para esses materiais).



 Espaço de Ensino
MIRANTE DO RIO

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A seguir serão apresentadas a declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas. Ressalta-se que os itens *Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados*, *Evidenciação do del credere das demonstrações contábeis*, *Informações sobre as operações de financiamento*, *Demonstrativo específicos sobre subsídios* e *Resultado operacional* não se aplicam no exercício de 2018.

6.1 Declaração do contador

6.1.1 Do titular



João França Mendes Neto
Contador

João de França Mendes Neto, servidor de Contabilidade da Universidade Federal do Pará, titular do cargo de contador da carreira PCCTAE da Lei n. 11.091/2005, lotado na Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC) da Pró-Reitoria de Administração (PROAD), SIAPE 1454680, CPF 517.917.902-59, regularmente inscrito em Conselho de Classe CRC/PA sob o número 011866/O-3, vem, por meio deste, apresentar a Seccional de Contabilidade da UFPA, doravante recentemente Contadoria Geral, vinculada à DFC | PROAD | UFPA.

6.1.2 Breve histórico do serviço de contabilidade do âmbito da Administração Pública Federal

Discorrendo sobre a adjetivação que decorre do próprio binômio – gestão democrática – termo derivado da Reforma Gerencial do Estado da década de 1990, observa-se que o acréscimo qualitativo (democrática) pressupõe a possibilidade de garantia da transparência dos gastos públicos, sendo esta a tendência de gestão que procura romper com a fórmula hierárquica de administrar, ratificado mais recentemente com a internacionalização de normas, inclusive as de Contabilidade. Nessa perspectiva, pode-se compreender que o controle em si mesmo não é negativo, mais especificamente o controle da aplicação dos recursos públicos, que é responsabilidade solidária da **contabilidade e auditoria** herdada do modelo Estado Burocrático, conforme preceitua o Decreto-Lei n. 200/1967, na alínea “c” do Art. 13, e Art. 77 e Art. 78, ainda vigente:

Art. 13 O controle das atividades da Administração Federal deverá exercer-se em todos os níveis e em todos os órgãos, compreendendo, particularmente:

[...]

c) o controle da aplicação dos dinheiros públicos e da guarda dos bens da União pelos órgãos próprios do **sistema de contabilidade** e auditoria.

[...]

Art. 77 Todo ato de gestão financeira deve ser realizado por força do documento que comprove a operação e registrado na **contabilidade, mediante classificação em conta adequada**.

Art. 78 O acompanhamento da execução orçamentária será feito pelos **órgãos de contabilização**.



Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas (Art. 194, VII; Art. 198, III; Art. 204, II; Art. 206, VI; Art. 227, parágrafo 7). Diversos mecanismos de participação da comunidade na gestão das políticas públicas vêm sendo implementados no Brasil. Orçamento participativo, plebiscito e iniciativa popular legislativa são alguns dos mecanismos encontrados para efetiva prática desse espírito constitucional. No entanto, a participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das políticas públicas requer a constituição de um órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, de caráter permanente. Os Conselhos começam, então, a partir da Constituição Federal de 1988, a se configurarem, em espaços públicos de articulação entre governo e sociedade, trazendo o cenário do controle social. Por isso, o discurso de participação nas práticas de gestão das políticas públicas que são aí implementadas ou decorrentes “[...] inverteu e modificou o sentido e o valor de alguns estratégicos conceitos democráticos” (TELLES, 2000), inclusive o de participação.

É a partir desse quadro que situo a importância da Contabilidade Pública no âmbito social, pois por Contabilidade pública se entende, conforme a Lei n. 4.320/1964 e contribuição de Kohama (1996), o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra as variações do orçamento, do patrimônio e das finanças públicas e atos de gestão potenciais. Cabe ressaltar a criação somente em 1986 do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para uniformizar e consolidar os registros e controles, assim como a geração *online* dos demonstrativos contábeis. Antes desse sistema, os registros eram feitos em fichas manuais que eram encaminhadas a Brasília para o registro centralizado na STN, o que culmina em perda/inexistência de tempestividade tanto dos *inputs* (registros) quanto dos *outputs* (demonstrativos), assim como prejuízo no processo de tomada de decisão do nível estratégico.

Esse processo também se dá em decorrência da influência, na contabilidade pública brasileira, da escola italiana, que adota a contabilidade como mero instrumento de autocontrole e controle externo para compor prestação de contas em observância ao princípio constitucional da publicidade e requisito da transparência pública. Por outro lado, a escola americana, menos influente no Brasil, utiliza a contabilidade como ferramenta gerencial de suporte ao processo de tomada de decisão.

No que tange à melhoria da qualidade da informação contábil, a mesma deve-se também à adoção de novas tecnologias implantadas no SIAFI em especial à geração de relatórios por este sistema.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por sua vez, veio atender a esse anseio. Tendo a transparência como um dos seus princípios básicos, ela impõe instrumentos a serem adotados a fim de trazer para a sociedade o conhecimento da forma como estão sendo geridos os recursos por ela disponibilizados. Além disso, impor limites, em especial, para o referente ao encerramento de mandato de gestores, que destacamos como exemplo da obrigatoriedade de somente assumir dívidas se houver recurso financeiro em caixa suficiente para quitar a dívida assumida.



A transparência está concretizada com a divulgação ampla, inclusive pela Internet, de quatro novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que permitem identificar as receitas e despesas. A Lei ainda responsabiliza os entes por descumprimento das regras nela estabelecidas, submetendo os responsáveis às sanções previstas no Decreto-Lei n. 2848/1940 - Código Penal; no Projeto de Lei n. 621/1999, caso seja aprovado; e no Decreto-Lei n. 201/1967 no que tratam dos crimes de responsabilidade fiscal.

A responsabilidade a que a nova lei se refere será demonstrada por uma gestão fiscal transparente, e ratifica:

Art. 1º, § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesa com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Nesse novo modelo gerencial, decorrente da internacionalização de normas, aproxima-se o modelo de gestão governamental ao privado, adotando-se termos como desempenho, responsabilidade e resultado, inclusive no Relatório de Gestão.

Merece destaque também a *accountability* ou responsabilidade do gestor em garantir à sociedade o direito de participar através das informações, o que se associa ao princípio democrático. Assim, pode-se concluir que a noção de participação que assume a expressão gestão democrática traduz-se em responsabilidade social e coletiva. Também a responsabilização permite ao dirigente identificar os atores governamentais estratégicos, táticos e operacionais das Unidades Administrativas e associá-los a seus desempenhos e resultados alcançados.

6.1.3 Do fundamento legal

Na oportunidade, elencamos um recorte da legislação, normativos e jurisprudências que discorrem acerca das competências e responsabilidades do profissional de Contabilidade do Setor Público:

Dos dispositivos legais de direito financeiro geral



Decreto-Lei n. 200/1967

Atribuição e Custos

Art. 79 A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão.

Atribuição e rol de responsáveis

Art. 80 Os órgãos de contabilidade inscreverão como responsável todo o ordenador da despesa, o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.

Atribuição e prestação de contas anual

Art. 81 Todo ordenador de despesa ficará sujeito a tomada de contas realizada pelo órgão de contabilidade e verificada pelo órgão de auditoria interna, antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas.

Atribuição e relatório mensal de bens de consumo e material permanente

Art. 88 Os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis.

Responsabilidade

Art. 89 Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade da União é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.



Decreto n. 93.872/1986

Atribuição e orientação

Art. 138 Os órgãos de contabilidade prestarão a assistência técnica que lhe for solicitada pelas unidades administrativas gestoras, e lhes encaminharão, mensalmente, balancetes e demonstrações contábeis da respectiva execução orçamentária, para orientação e base às decisões cabíveis.

Atribuição e conformidade

Art. 139 Os órgãos de contabilidade examinarão a conformidade dos atos de gestão orçamentário-financeira e patrimonial, praticados pelas unidades administrativas gestoras de sua jurisdição, com as normas legais que os regem.

Responsabilidade

Art. 141 Todo aquele que, a qualquer título, tenha a seu cargo serviço de contabilidade da União é pessoalmente responsável pela exatidão das contas e oportuna apresentação dos balancetes, balanços e demonstrações contábeis dos atos relativos à administração financeira e patrimonial do setor sob sua jurisdição.

Atribuição e prestação/tomada de contas

Art. 145 Quem quer que utilize dinheiros públicos terá de justificar seu bom e regular emprego na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

Atribuição e rol de responsáveis

Art. 154 Os órgãos de Contabilidade inscreverão como responsáveis todos quantos estejam sujeitos a tomada de contas ou que devam prestar contas para julgamento pelo Tribunal de Contas, cujo rol lhe será transmitido anualmente, comunicando-se as alterações.



Lei n. 4.320/1964

Atribuição e rol de responsáveis

Art. 83 A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Atribuição e prestação/tomada de contas

Art. 84 Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Objeto e objetivo

Art. 85 Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.



Dos dispositivos legais de direito financeiro específicos



Lei n. 10.180/2001

Atribuição e suporte e orientação técnica

Art. 18 Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal:

II - estabelecer normas e procedimentos para o adequado registro contábil dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal;

Atribuição e tomada e prestação de contas

Art. 18

III - com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno;

Atribuição e tomada e prestação de contas

Art. 18

V - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;

Atividades vedadas

Art. 25 Observadas as disposições contidas no Art. 117 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é vedado aos dirigentes dos órgãos e das unidades dos Sistemas referidos no Art. 1o exercerem:

I - atividade de direção político-partidária;

II - profissão liberal;

III - demais atividades incompatíveis com os interesses da Administração Pública Federal, na forma que dispuser o regulamento.



Decreto n. 6.976/2009

Atribuição e suporte e orientação técnica

Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

I - prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

Atribuição e conformidade

Art. 8º

II - verificar a conformidade de gestão efetuada pela unidade gestora;

Atribuição e tomada e prestação de contas

Art. 8º

III - com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;

Atribuição e demonstrações contábeis

Art. 8º

IV - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;

Atribuição e conformidade

Art. 8º

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;

Atribuição e tomada e prestação de contas

Art. 8º

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

Atribuição e regularização

Art. 8º

VII - efetuar, nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis;

VIII - promover mensalmente a integração dos dados dos órgãos não-integrantes do SIAFI;

Atribuição e conformidade

Art. 8º

IX - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizado em todas as unidades orçamentárias dos órgãos da administração pública federal direta e dos seus órgãos e entidades vinculados; e

Atribuição e suporte e orientação técnica

Art. 8º

X - apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI.



Atribuição e demonstrativos contábeis

Assinatura do Contador e do titular ou representante legal da Entidade no BP e DRE, fundamentado no § 2º do Art. 1.184 da Lei n. 10.406/02; § 4º do Art. 177 da Lei n. 6.404/1976; NBC T 2.1.4 (Resolução CFC n. 563/1983).



NBC T SP 16.6

Atribuição e demonstrativos contábeis

6. As demonstrações contábeis devem conter a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.



Instrução Normativa STN n. 06/2007

Atribuição e conformidade

Art. 3º O Registro da Conformidade Contábil compete a contabilista devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, designado e credenciado no SIAFI para este fim.



Instrução Normativa STN n. 03/2001

Atribuição e cadastramento SIAFI

4. Os Servidores indicados para serem os Cadastradores de Órgãos devem, preferencialmente, estar lotados nas Unidades responsáveis pela Contabilidade analítica dos Órgãos, por estarem mais familiarizados com a utilização do sistema.

Jurisprudência



Acórdão TCU n. 1979/2012-Plenário

9.6.2 desenvolva estratégia para a mitigação dos riscos de descontinuidade operacional nas unidades do Sistema de Contabilidade Federal em razão de escassez e/ou de rotatividade de pessoal;

9.6.6. proceda à revisão do funcionamento da Conformidade Contábil, com o intuito de segregar restrições segundo sua natureza, em especial aquelas relacionadas a deficiências em controles internos contábeis e administrativos, falhas de contabilização, erros materialmente relevantes nas demonstrações contábeis e irregularidades na gestão financeira.



Desta forma, as supracitadas atribuições foram ratificadas no Regimento Interno redesenhado em 2018.

É o que declaramos.

João de França Mendes Neto

CRC/PA 011866

SIGEPE: 1454680

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ		153063,150220 e 158172	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n. 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Saldo alongado nos direitos a receber do Ativo Circulante que, em regra, foram registrados em 2009, cujos saldos persistem e que se encontra em avaliação/estudo para formação de processo de baixa, pois se tratam de devoluções de bolsas. Ou seja, pelo prazo decorrido de mais de cinco anos e apesar da circularização nas unidades, há potencial possibilidade de desligamento de vínculo dos devedores e, como os valores encontram-se abaixo de R\$1.000,00, é vedada a inscrição em Dívida Ativa. b) Persiste a classificação outros bens móveis que ultrapassa o teto de 10% em relação a classificação de demais bens e decorrente de problemas de migração da versão do Sistema Patrimonial Interno (SIMA) não foi possível a regularização através da reclassificação dos bens cuja previsão de ajuste de rotina pelo gestor do sistema é implantação do novo sistema patrimonial integrado adquirido da UFRN, o SIPAC, que se encontra em processo de homologação e/ou levantamento de inventário para cessão de bens a EBSEH. c) No Balanço Orçamentário, a inversão no “saldo da dotação” refere-se a ajuste de rotina efetuada pelo STN que não inclui na dotação atualizada os créditos recebidos de movimentação externa em descompasso às despesas empenhadas liquidadas e pagas que comporta os referidos créditos. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BELÉM/PARÁ	Data	25/01/2019
Contador Responsável	JOAO DE FRANCA MENDES NETO	CRC n.	PA-011866/O-3

6.2 Demonstrações Contábeis

Tabela 10. Balanço Financeiro da UFPA em 2018

Ingressos			Dispêndios		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Receitas Orçamentárias	R\$ 14.197.559,26	R\$ 19.876.951,63	Despesas Orçamentárias	R\$ 1.583.149.751,52	R\$ 1.515.330.167,24
Ordinárias	-	R\$ 568.308,10	Ordinárias	R\$ 1.310.710.489,73	R\$ 285.659.391,26
Vinculadas	R\$ 15.682.330,41	R\$ 23.489.305,14	Vinculadas	R\$ 272.439.261,79	R\$ 1.229.670.775,98
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Educação	R\$ 592.404,50	R\$ 852.582.083,44
Alienação de Bens e Direitos	R\$ 34.778,00	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	R\$ 213.527.573,52	R\$ 352.625.555,77
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	R\$ 15.647.552,41	R\$ 23.489.305,14	Recursos de Receitas Financeiras	R\$ 7.036.555,75	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	- R\$ 1.484.771,15	- R\$ 4.180.661,61	Operação de Crédito	R\$ 2.499.166,74	R\$ 3.697.274,05
			Doações	R\$ 81.682,34	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	R\$ 28.575.768,13	R\$ 20.674.298,19
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 20.126.110,81	R\$ 91.564,53
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.668.239.735,78	R\$ 1.616.803.607,57	Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 138.165.029,00	R\$ 140.324.836,75
Resultados da Execução Orçamentária	R\$ 1.602.128.299,32	R\$ 1.569.062.975,38	Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 132.419.214,65	R\$ 136.852.654,48
Repasso Recebido	R\$ 1.470.239.922,59	R\$ 1.432.310.484,53	Repasso Concedido	R\$ 530.837,92	R\$ 100.163,63
Sub-repasso Recebido	R\$ 131.888.376,73	R\$ 136.752.490,85	Sub-repasso Concedido	R\$ 131.888.376,73	R\$ 136.752.490,85
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 66.111.436,46	R\$ 47.740.632,19	Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 5.745.814,35	R\$ 3.472.182,27
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$ 59.008.720,24	R\$ 43.453.563,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$ 1.576.213,93	R\$ 1.004.836,38
Demais Transferências Recebidas	R\$ 2.461.136,69	R\$ 194.226,90	Demais Transferências Concedidas	R\$ 2.558.254,70	R\$ 105.570,91
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$ 4.641.579,53	R\$ 4.092.841,62	Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$ 1.611.345,72	R\$ 2.361.774,98
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 179.110.485,00	R\$ 69.344.113,18	Despesas Extraorçamentárias	R\$ 66.308.974,07	R\$ 47.869.322,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	R\$ 98.598.272,32	R\$ 4.197.103,14	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	R\$ 4.666.002,72	R\$ 5.812.963,86
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 77.472.025,00	R\$ 64.574.401,80	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 56.814.641,42	R\$ 41.533.723,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 2.726.586,79	R\$ 569.451,85	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 2.692.224,18	R\$ 522.635,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 313.600,89	R\$ 3.156,39	Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 2.136.105,75	-
Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	R\$ 814,00	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ 2.143,45	-
Restituições a pagar	R\$ 846,94	R\$ 2.342,39	Demais Pagamentos	R\$ 2.133.962,30	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$ 2.149,00	-			
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 310.604,95	-			
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 30.965.258,19	R\$ 28.464.912,14	Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 30.965.258,19	R\$ 28.464.912,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19
TOTAL	R\$ 1.892.513.038,23	R\$ 1.734.489.584,52	TOTAL	R\$ 1.892.513.038,23	R\$ 1.734.489.584,52

Fonte: STN, em 25/01/2019

**Tabela 11.** Balanço Orçamentário da UFPA em 2018

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	R\$ 25.534.568,00	R\$ 25.534.568,00	R\$ 14.162.781,26	- R\$ 11.371.786,74
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuições de Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profissional	-	-	-	-
Receita Patrimonial	R\$ 1.176.622,00	R\$ 1.176.622,00	R\$ 1.747.461,25	R\$ 570.839,25
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	R\$ 503.029,19	R\$ 503.029,19
Valores Mobiliários	R\$ 1.176.622,00	R\$ 1.176.622,00	R\$ 1.244.432,06	R\$ 67.810,06
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	R\$ 17.062.224,00	R\$ 17.062.224,00	R\$ 11.241.040,15	- R\$ 5.821.183,85
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 16.886.312,00	R\$ 16.886.312,00	R\$ 11.241.040,15	- R\$ 5.645.301,85
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	R\$ 175.912,00	R\$ 175.912,00	R\$ 30,00	- R\$ 175.882,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	R\$ 7.274.765,00	R\$ 7.274.765,00	R\$ 688.630,80	- R\$ 6.586.134,20
Outras Receitas Correntes	R\$ 20.957,00	R\$ 20.957,00	R\$ 485.649,06	R\$ 464.692,06
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ 11.709,00	R\$ 11.709,00	R\$ 12.387,80	R\$ 678,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$ 9.248,00	R\$ 9.248,00	R\$ 473.261,26	R\$ 464.013,26
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	R\$ 34.778,00	R\$ 34.778,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	R\$ 34.778,00	R\$ 34.778,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	R\$ 34.778,00	R\$ 34.778,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Fonte: STN, em 25/01/2019

Tabela 12. Balanço Patrimonial da UFPA em 2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 126.238.430,61	R\$ 74.437.704,84	PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 127.323.758,14	R\$ 19.828.482,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19	Obrigações Trabalhistas	R\$ 97.401.649,48	R\$ 13.456.934,99
Créditos a Curto Prazo	R\$ 216.265,19	R\$ 216.265,19	Previdenciárias e Assistenciais a		
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 216.265,19	R\$ 216.265,19	Pagar a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a	R\$ 10.627.570,50	R\$ 36.304.235,42	Empréstimos e Financiamentos a	-	-
Curto Prazo			Curto Prazo		
Investimentos e Aplicações	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a	R\$ 17.540.529,48	R\$ 4.999.244,28
Temporárias a Curto Prazo			Curto Prazo		
Estoques	R\$ 12.505.311,28	R\$ 6.951.846,04	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 11.222,34	R\$ 11.222,34
Ativos Não Financeiros	-	-	Obrigações de Repartição a Outros	-	-
Mantidos para Venda			Entes		
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 12.370.356,84	R\$ 1.367.061,24
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 1.357.566.740,01	R\$ 1.344.841.314,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 4.853.383,45	
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 206.541,05	R\$ 206.541,05	Obrigações Trabalhistas	R\$ 4.047.069,59	
Créditos a Longo Prazo	R\$ 206.541,05	R\$ 206.541,05	Previdenciárias e Assistenciais a		
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 206.541,05	R\$ 206.541,05	Pagar de Longo Prazo		
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a	-	-
Investimentos	R\$ 46.746,31	R\$ 46.746,31	Longo Prazo		
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Longo Prazo		
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedade para Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$ 806.313,86	
(-) Redução ao Valor Rec. de	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPPS de Longo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	R\$ 132.177.141,59	R\$ 19.828.482,85
Prazo			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Prazo					
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
de Investimentos do RPPS			Adiantamentos para Futuro	-	-
Demais Investimentos	R\$ 46.746,31	R\$ 46.746,31	Aumento de Capital (AFAC)		
Permanentes			Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos	R\$ 46.746,31	R\$ 46.746,31	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Permanentes			Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-	Demais Reservas	-	-
de Demais Investimentos			Resultados Acumulados	R\$ 1.353.628.029,03	R\$ 1.399.450.536,96
Permanentes			Resultado do Exercício	- R\$ 106.306.156,85	R\$ 12.881.509,75
Imobilizado	R\$ 1.356.252.913,25	R\$ 1.343.573.872,17	Resultados de Exercícios Anteriores	R\$ 1.399.450.536,96	R\$ 1.288.558.525,46
Bens Móveis	R\$ 176.870.883,69	R\$ 181.047.596,32	Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 60.483.648,92	R\$ 98.010.501,75
Bens Móveis	R\$ 349.202.240,95	R\$ 327.748.221,46	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/	- R\$ 172.331.357,26	- R\$ 146.700.625,14	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1.353.628.029,03	R\$ 1.399.450.536,96
Exaustão Acumulada de Bens					
Móveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Bens Móveis					
Bens Imóveis	R\$ 1.179.382.029,56	R\$ 1.162.526.275,85			
Bens Imóveis	R\$ 1.186.126.086,45	R\$ 1.166.597.157,35			
(-) Depreciação/Amortização/	- R\$ 6.744.056,89	- R\$ 4.070.881,50			
Exaustão Acumulada de Bens					
Imóveis					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	R\$ 1.060.539,40	R\$ 1.014.155,44			
Softwares	R\$ 1.060.539,40	R\$ 1.014.155,44			
Softwares	R\$ 1.070.675,93	R\$ 1.020.811,97			
(-) Amortização Acumulada	- R\$ 10.136,53	- R\$ 6.656,53			
de Softwares					
(-) Redução ao Valor	-	-			
Recuperável de Softwares					

Fonte: STN, em 25/01/2019

**Tabela 13.** Demonstrações dos Fluxos de Caixa da UFPA em 2018

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	R\$ 101.921.869,51	R\$ 23.591.943,57
INGRESSOS	R\$ 1.685.442.704,72	R\$ 1.637.252.353,44
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 13.474.150,46	R\$ 16.804.517,66
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	R\$ 503.029,19	R\$ 465.062,58
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	R\$ 11.241.040,15	R\$ 14.089.805,45
Remuneração das Disponibilidades	R\$ 1.244.432,06	R\$ 1.417.540,84
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 485.649,06	R\$ 832.108,78
Transferências Correntes Recebidas	R\$ 688.630,80	R\$ 3.072.433,97
Intergovernamentais	R\$ 563.746,82	R\$ 3.072.433,97
Dos Estados e/ou Distrito Federal	R\$ 563.746,82	R\$ 3.072.433,97
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	R\$ 80,00	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	R\$ 124.803,98	-
Outros Ingressos das Operações	R\$ 1.671.279.923,46	R\$ 1.617.375.401,81
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 2.726.586,79	R\$ 569.451,85
Restituições a Pagar	R\$ 846,94	R\$ 2.342,39
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	R\$ 2.149,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.668.239.735,78	R\$ 1.616.803.607,57
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 310.604,95	-
DESEMBOLSOS	- R\$ 1.583.520.835,21	- R\$ 1.613.660.409,87
Pessoal e Demais Despesas	- R\$ 1.297.060.328,72	- R\$ 1.336.037.738,31
Legislativo	-	-
Judiciário	- R\$ 205.047,09	- R\$ 98.100,00
Essencial à Justiça	-	-
Administração	- R\$ 574.641,33	- R\$ 188.170,74
Defesa Nacional	- R\$ 14.968,71	- R\$ 26.149,06
Segurança Pública	-	- R\$ 200.000,00
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	- R\$ 40.000,00	-
Previdência Social	- R\$ 334.998.262,34	- R\$ 336.295.123,10
Saúde	- R\$ 43.866.153,07	- R\$ 50.054.473,29
Trabalho	- R\$ 6.000,00	- R\$ 1.037.721,19
Educação	- R\$ 914.121.919,70	- R\$ 944.480.464,60
Cultura	- R\$ 475.106,90	- R\$ 837.648,16
Direitos da Cidadania	-	- R\$ 900.000,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	- R\$ 346.421,42	- R\$ 447.124,53
Ciência e Tecnologia	- R\$ 245.550,00	- R\$ 136.568,53

Fonte: STN, em 25/01/2019

Tabela 14. Demonstrações das Variações Patrimoniais da UFPA em 2018

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 1.691.254.437,12	R\$ 1.680.624.683,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção Pública	-	-
Contribuições de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 11.750.974,56	R\$ 14.507.113,73
Venda de Mercadorias	R\$ 158.978,26	R\$ 142.428,46
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 11.591.996,30	R\$ 14.364.685,27
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 1.244.432,06	R\$ 1.417.621,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	R\$80,99
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	R\$ 1.244.432,06	R\$ 1.417.540,84
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 1.677.462.369,00	R\$ 1.623.192.953,26
Transferências Intragovernamentais	R\$ 1.668.257.303,78	R\$ 1.617.104.695,57
Transferências Intergovernamentais	R\$ 563.826,82	R\$ 3.125.773,43
Transferências das Instituições Privadas	R\$ 124.803,98	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 8.516.434,42	R\$ 2.962.484,25
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 398,00	R\$ 40.674.885,41
Reavaliação de Ativos	-	R\$ 40.674.885,41
Ganhos com Alienação	R\$ 398,00	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 796.263,50	R\$ 832.108,78
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Fonte: STN, em 25/01/2019



6.3 Notas Explicativas às demonstrações contábeis referentes ao quarto trimestre do exercício financeiro 2018

6.3.1 Principais diretrizes contábeis

6.3.1.1 Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria MF n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC) e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC SP 16.6-R1) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS).

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN, na qualidade de Órgão Central do Sistema Federal de Contabilidade, a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Também o referido diploma legal subordina tecnicamente as Setoriais e Seccionais de Contabilidade e determina o apoio à STN.

A Portaria SE/SPO/MEC n. 2/2010 delegou competências de órgão Setorial de Contabilidade para as setoriais de contabilidade das Universidades, qualificando-as como Seccionais de Contabilidade nos termos do Decreto n. 6.976/2009.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deveria ser adotada pela União gradualmente a partir do exercício de 2009 (redação original) e integralmente até o início do exercício de 2015.

6.3.1.2 Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2009, através da inclusão da rotina de depreciação de bens móveis nos termos da Macrofunção SIAFI 02.03.30, e, em 2014, com a implantado, no SIAFI, do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, também passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição. Dessa forma, realiza-se o reconhecimento dos créditos tributários a receber, a constituição de ajustes de perdas de créditos e a mensuração dos estoques, além de nova codificação, onde as Despesas Contábeis foram intituladas de Variações Patrimoniais Diminutivas e, por sua vez, as Receitas Contábeis de Variações Patrimoniais Aumentativas distinguindo-as das propriamente ditas “Despesas” e “Receitas” de natureza orçamentária.

6.3.1.3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do 4º trimestre do exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, de acordo com o disposto nos Art. 109 e Art. 110 desse dispositivo legal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Tais Demonstrativos são gerados pelo SIAFI nos termos do Decreto n. 347/1991.



Nota Explicativa I - Balanço Orçamentário [Art. 102 da Lei n. 4.320/1964]

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando a dotação inicial, atualizada e as suas alterações com a execução, e por outro lado, também as receitas (ingressos orçamentários estimados) previstas e a sua arrecadação. O confronto entre a execução da despesa e a realização da receita demonstra o resultado orçamentário, assim como demonstra em seus anexos a execução de Restos a Pagar.

O Resultado Orçamentário no 4º trimestre do exercício de 2018 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 14.162.781,26 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 1.583.149.751,52, apresentando um déficit de R\$ 1.568.952.192,26, evidenciando que a Instituição não possui lastro suficiente em suas receitas próprias para atender o total de suas despesas. Tal diferença é financiada por créditos de fontes do Tesouro Nacional, o que é próprio das Autarquias Federais de Ensino.

A maior arrecadação centra-se em receitas de serviços totalizando o montante de R\$ 17.062.224,00.

No que tange aos valores empenhados, liquidados e pagos superiores à dotação atualizada, tal incoerência deriva de que as colunas incluem também os valores recebidos de Termos de Execução Descentralizada [movimentação de créditos externos] e, por sua vez, os créditos recebidos por destaque não compõem os valores da dotação atualizada, o que é comum aos B.O's de todos os órgãos que executam descentralizações governamentais. Os valores pertencentes ao orçamento da UFPA são despesas empenhadas R\$ 1.464.687.044,42, despesas liquidadas R\$ 1.434.666.163,76 e despesas pagas R\$ 1.348.003.531,87. Dessa forma, evidencia-se a observância da entidade em relação ao disciplinamento do Art. 73 do Decreto-Lei n. 200/1967.

A Demonstração Contábil foi aberta em 01/10/2018 e encerrada em 31/12/2018. Não apresenta desequilíbrios passíveis de apontamento.

Nota Explicativa II - Balanço Financeiro [Art. 103 da Lei n. 4.320/1964]

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro final no quarto trimestre exercício de 2018 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e dos dispêndios orçamentários, apresentando um resultado negativo do exercício. Tal resultado também pode ser apurado/ratificado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Sobre o demonstrativo, não foram detectadas variações relevantes, salvo o entendimento regresso da geração de caixa detectado na demonstração de fluxo de caixa (compromissos maiores que as disponibilidades de caixa), inclusive comparado em relação ao exercício anterior em que havia geração de caixa.



Ingressos e dispêndios

A Tabela 15 apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no exercício de 2018. Verifica-se que as receitas orçamentárias tiveram um decréscimo de 28,57% em relação aos recebimentos extraorçamentários, que apresentou um aumento de 158,29% de 2017 para 2018.

Tabela 15. Composição dos ingressos em 2018 e 2017

Ingressos	2018	2017	AH (%)
Receitas Orçamentárias	R\$ 14.197.559,26	R\$ 19.876.951,63	-28,57
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.668.239.735,78	R\$ 1.616.803.607,57	3,18
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 179.110.485,00	R\$ 69.344.113,18	158,29
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 30.965.258,19	R\$ 28.464.912,14	8,78
Total	R\$ 1.892.513.038,23	R\$ 1.734.489.584,52	9,11

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Os ingressos apresentaram um crescimento de 9,11%, com destaque para o item Inscrição de Restos a Pagar Processados, que teve um ápice de 2.249,20% de 2017 para 2018 derivado da nova rotina de pagamento, em que a folha de pagamento somente foi efetivamente paga no 1º dia útil de 2019.

Do grupo dos dispêndios, o item que apresentou o maior crescimento foi o de Saldo do Exercício Seguinte, com 238,73% por reflexo também da execução da folha de pessoal e desembolso apenas no exercício seguinte.

Tabela 16. Composição dos dispêndios em 2018 e 2017

Dispêndios	2018	2017	AH (%)
Despesas Orçamentárias	R\$ 1.583.149.751,52	R\$ 1.515.330.167,24	4,48
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 138.165.029,00	R\$ 140.324.836,75	-1,54
Despesas Extraorçamentárias	R\$ 66.308.974,07	R\$ 47.869.322,34	38,52
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19	238,73
Total	R\$ 1.892.513.038,23	R\$ 1.734.489.584,52	9,11

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Resultado financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2018 foi deficitário em R\$ 73.924.025,45 com um acréscimo de caixa de 2017 para 2018 de 2856,55% decorrente do contingenciamento tanto sob a forma financeira, orçamentária e de limite orçamentário, quanto, por outro lado, sob a nova rotina de pagamento. Há duas metodologias de cálculo, apresentadas seguir.

Pela Metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos.

Tabela 17. Resultado financeiro – Metodologia 1

Título	2018	2017	AH (%)
(+) Ingressos	R\$ 1.861.547.780,04	R\$ 1.706.024.672,38	9,12
(-) Dispendios	R\$ 1.787.623.754,59	R\$ 1.703.524.326,33	4,94
(=) Resultado financeiro	R\$ 73.924.025,45	R\$ 2.500.346,05	2856,55

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Pela Metodologia 2, o resultado financeiro é obtido pela dedução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício seguinte”.

Tabela 18. Resultado financeiro – Metodologia 2

Dispendios	2018	2017	AH (%)
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19	238,73
Ingressos	2018	2017	AH (%)
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 30.965.258,19	R\$ 28.464.912,14	8,78
(=) Resultado Financeiro	R\$ 73.924.025,45	R\$ 2.500.346,05	2856,55

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

A Demonstração Contábil foi aberta em 01/10/2018 e encerrada em 31/12/2018. Não apresenta desequilíbrios passíveis de apontamento.

Nota Explicativa III - Balanço Patrimonial [Art. 105 da Lei n. 4.320/1964]

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública. As suas contas estão dispostas pelo grau de liquidez (potencial de transformação em caixa) dos bens e direitos e as suas obrigações pela sua exigibilidade (prioridade em função da natureza do pagamento).

Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente.

Os créditos foram contabilizados pelo valor de realização, contudo há valores pendentes de composição da provisão de perdas prováveis, uma vez que aguarda circularização junto às unidades quanto à manutenção do vínculo dos devedores (são, em geral, discentes beneficiários de auxílios financeiros para pesquisa e viagens de campo não realizadas).



Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Intangíveis e Imóveis, deduzidos pelas suas devidas contas retificadoras de Depreciação e Amortização. Por sua vez, a amortização ocorre em periodicidade anual em dezembro, quando se tratam de intangíveis de vida útil definida.

Desde findos de 2009, foi incluída no sistema patrimonial interno regra de negócio que gera relatório de depreciação dos bens móveis conforme macrofunção SIAFI 02.03.30. A partir de então, também foi introduzido o procedimento contábil de registro da depreciação com a adoção do método de quotas constantes e a definição da vida útil e do valor residual para os bens móveis, de acordo com a tabela que consta na referida macrofunção do SIAFI.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (compostas por impostos a recolher), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados. O Balanço Patrimonial do 4º trimestre do exercício de 2018 demonstra o total do Ativo de **R\$ 1.485.805.170,62** e o total do Passivo Exigível de **R\$ 132.177.141,59**, apresentando o Resultado Acumulado de **R\$ 1.353.628.029,03**.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil, por redução ao valor recuperável (*impairment*). Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis, e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.



Em 31 de dezembro de 2018, o Órgão 26239 (UFPA) apresentou um saldo líquido de R\$ 1.060.539,40 relacionados a intangível.

Na Tabela 19, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 19. Composição do intangível em 2018 e 2017

Título	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com vida útil definida	R\$ 10.136.000,53	R\$ 10.136.000,53	0
Software com vida útil indefinida	R\$ 1.060.539.000,40	R\$ 1.010.675.000,44	4,933726
Amortização acumulada	(R\$ 10.136.000,53)	(R\$ 6.656.000,53)	52,27949
Total	R\$ 1.060.539,40	R\$ 1.014.155,44	4,573654

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

No intangível, destaca-se o item *Softwares* com vida útil indefinida, que representa cerca de 99,66% do grupo e que os com vida útil definida findo de sua exaustão.

São considerados os ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31 de dezembro de 2018, a Universidade Federal do Pará apresentou um saldo de R\$ 1.356.252.913,25 relacionados a imobilizado.

Na Tabela 20, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

**Tabela 20.** Composição do Imobilizado em 2018 e 2017

Mês Lançamento	014/2018	014/2017
Conta Contábil	Saldo (Conta Contábil)	Saldo (Conta Contábil)
Bens Móveis	R\$ 349.202.240,95	R\$ 327.748.221,46
Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	(R\$ 172.331.357,26)	(R\$ 146.700.625,14)
Bens Imóveis	R\$ 1.186.126.086,45	R\$ 1.166.597.157,35
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	(R\$ 6.744.056,89)	(R\$ 4.070.881,50)
Total	R\$ 1.356.252.913,25	R\$ 1.343.573.872,17

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFPA, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 176.870.883,69 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 21.

Tabela 21. Composição dos Bens Móveis em 2018 e 2017

Mês Lançamento	014/2018	014/2017
Título	Saldo (Conta Contábil)	Saldo (Conta Contábil)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 118.219.788,28	R\$ 112.234.759,98
Bens de Informática	R\$ 73.370.841,44	R\$ 68.540.953,06
Móveis e Utensílios	R\$ 81.254.325,97	R\$ 71.136.004,99
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	R\$ 26.083.630,85	R\$ 24.451.777,66
Veículos	R\$ 13.044.661,59	R\$ 13.126.288,49
Bens Móveis em Andamento	R\$ 10.049.037,22	R\$ 9.894.839,17
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 20.971.246,10	R\$ 22.200.945,81
Semoventes e Equipamentos de Montaria	R\$ 93.850,00	R\$ 93.850,00
Demais Bens Móveis	R\$ 6.114.859,50	R\$ 6.068.802,30
Depreciação / Amortização Acumulada	(R\$ 172.331.357,26)	(R\$ 146.700.625,14)
Total	R\$ 176.870.883,69	R\$ 181.047.596,32

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018

Dos Bens Móveis registrados na UFPA, 62% referem-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, o qual é composto por equipamentos para pesquisas científicas.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFPA, em 31/12/2018, totalizavam R\$ 1.179.382.029,56 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 22.

Tabela 22. Composição de Bens Imóveis em 2018 e 2017

Título	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Bens de Uso Especial	R\$ 899.026.950,65	R\$ 890.545.016,50	0,952443
Bens Imóveis em Andamento	R\$ 285.193.218,76	R\$ 274.146.223,81	4,0296
Instalações	R\$ 1.905.917,04	R\$ 1.905.917,04	0
Depreciação/Acumulação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis	(R\$ 6.744.056,89)	(R\$ 4.070.881,50)	65,66576
Total	R\$ 1.179.382.029,56	R\$ 1.162.526.275,85	1,449925

Fonte: SIAFI, 2018

Tabela 23. Composição de Bens de Uso Especial em 2018 e 2017

Título	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Terrenos, Glebas	R\$ 241.487.516,47	R\$ 241.487.516,47	0
Imóveis de Uso Educacional	R\$ 597.717.296,71	R\$ 597.717.296,71	0
Edifícios	R\$ 3.664.565,47	R\$ 3.664.565,47	0
Imóveis Residenciais e Comerciais	R\$ 17.910.944,87	R\$ 9.429.010,72	89,95572
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	R\$ 38.246.627,13	R\$ 38.246.627,13	0
Total	R\$ 899.026.950,65	R\$ 890.545.016,50	0,952443

Fonte: SIAFI, 2018

Vale ressaltar que ainda compõem os bens imóveis da UFPA os bens imóveis da UNIFESSPA que teve origem do desmembramento do *Campus* de Santarém.

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei n. 4.320/1964, Lei Complementar n. 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei n. 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU n. 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei n. 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.



Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU n. 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; quando houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; quando seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

A Demonstração Contábil foi aberta em 01/10/2018 e encerrada em 31/12/2018. Não apresenta desequilíbrios passíveis de apontamento.

Nota Explicativa IV - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro. Portanto, no exercício de 2018, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 73.924.025,45, apresentando um crescimento significativo em relação ao mesmo período de 2017, de 2856,55%, conforme a Tabela 24.

Tabela 24. Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro x DFC	2018	2017	AH (%)
Caixa e equivalente de caixa final (ex. Seguinte)	R\$ 73.924.025,45	R\$ 2.500.346,05	2856,55
Caixa e equivalentes de caixa inicial (ex. Anterior)	R\$ 30.965.258,19	R\$ 28.464.912,14	8,78
Geração líquida caixa e equivalentes de caixa	R\$ 104.889.283,64	R\$ 30.965.258,19	238,73

A Demonstração Contábil foi aberta em 01/10/2018 e encerrada em 31/12/2018. Não apresenta desequilíbrios passíveis de apontamento.



Nota Explicativa V - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, assim como indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas deste demonstrativo.

O comportamento das variações em relação a 2017 continua concentrada nas mesmas qualificações. Quanto às Variações Patrimoniais Aumentativas, há maior representação monetária nas Transferências Intragovernamentais. Já quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas na Remuneração e Pessoal, há os valores, respectivamente, de R\$ 1.668.257.303,78 e R\$ 962.998.882,77. Considerando o foco patrimonial do resultado apurado de tal natureza, há R\$ -106.306.156,85 (déficit).

A Demonstração Contábil foi aberta em 01/10/2018 e encerrada em 31/12/2018. Não apresenta desequilíbrios passíveis de apontamento.

Belém, 28/01/2019
João de França Mendes Neto
Contador Responsável
CRC/PA 011866/O-3

6.4 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

No que se refere tratamento contábil e respectiva observância das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no âmbito do órgão Universidade Federal do Pará, iniciou-se a aplicação da depreciação, desde 2011, nas UGE's 153063 (UFPA) e 150220 (HUBFS), que operavam até final de 2017 no sistema interno de controle patrimonial SIMA, em cumprimento à Macrofunção SIAFI 02.03.30 (constante do site da STN) e à NBC T 16.9 (aprovada pela Resolução CFC n. 1.136/2008). Somente em dezembro de 2015, foi implantado pela UGE 158172 (HUIBB). Contudo, em 2018 foi implantado, na UG 153063, o SIPAC que apresentou problemas de migração até a presente data não solucionados pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPA, inclusive quanto à geração de relatório consolidado de RMB, o que fica evidente conciliação SIPAC e SIAFI.

A vida útil do bem é estimada com base na tabela constante da Macrofunção SIAFI 02.03.30, em observância ao disposto na mesma:

27. O administrador **deverá seguir a tabela de vida útil abaixo**, estabelecida para cada conta contábil. Essa definição deve-se à necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabilizará a divulgação nas notas explicativas do



Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Assim, mesmo havendo diferenças relativas às características de cada item classificado na mesma conta contábil, deverá ser aplicado o critério padrão de vida útil, devido às limitações operacionais dos sistemas, compreensão da informação e representatividade. Pelo mesmo motivo, o valor residual dos bens também será padronizado e deverá seguir o especificado na tabela abaixo.

A metodologia adotada é por cotas constantes pelo cálculo de 100% subtraído do valor residual; este resultado é dividido pela vida útil (em anos); em seguida é dividido por 12 (número de meses no ano). O resultado é o percentual de depreciação mensal. Tal rotina foi incorporada ao sistema interno patrimonial da Universidade Federal do Pará. A tabela para tal cálculo é conforme PCASP e referido manual SIAFI:

Tabela 25. Base de vida útil para cálculo conforme PCASP e Manual SIAFI

Classificação contábil	Título	Valor residual	Vida útil (em anos)
123110505	Aeronaves	-	-
123110101	Aparelhos de medição e orientação	10	15
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	20	10
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar	20	15
123110104	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	10
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	10	10
123119904	Armazéns estruturais - coberturas de lonas	10	10
123110900	Armamentos	15	20
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	10	10
123110403	Discotecas e filmotecas	10	5
123110506	Embarcações	-	-
123110118	Equipamentos de manobra e patrulhamento	10	20
123110105	Equipamentos de proteção e segurança	10	10
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	10	20
123110106	Máquinas e equipamentos de natureza industrial	10	20
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	10	10
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	10	15
123110405	Áudio, vídeo e foto	10	10
123110125	Máquinas e utensílios diversos	10	10
123110201	Equipamentos de TI	10	5
123110302	Equipamentos de escritório	10	10
123110109	Máquinas de oficina	10	10
123110121	Hidráulicos e elétricos	10	10
123110120	Agrícola/agropecuário e rodoviários	10	10
123110303	Mobiliário	10	10
123110406	Obras de artes e peças para exposição	-	-



Classificação contábil	Título	Valor residual	Vida útil (em anos)
123110110	Semoventes e equipamentos de montaria	10	10
123110501	Veículos diversos	10	15
123110111	Sigiloso e reservado	10	10
123110502	Veículos ferroviários	10	30
123119909	Não incorporáveis a imóveis	10	10
123110503	Veículos de tração mecânica	10	15
123110504	Carros de combate	10	30
123110114	Equipamentos aeronáuticos	10	30
123110115	Acessórios de proteção ao voo	10	30
123110112	Acessórios para automóveis	10	5
123110116	Equipamentos de mergulho e salvamento	10	15
123110113	Pecas e equipamentos marítimos	10	15
123110119	Equipamento de proteção e vigilância ambiental	10	10

Fonte: PROAD

As disponibilidades, por sua vez, são mensuradas por seu valor original e suas alterações em variações patrimoniais. Os direitos e obrigações pelo valor original, os estoques pelo custo de aquisição e o método de apuração de custo de materiais consumidos é o PEPS (Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai). Contudo, está em processo de implantação o Custo Médio, observado o disposto no inciso III do Art. 106 da Lei n. 4.320/1964. Tal implantação decorre da adoção de novo sistema de controle patrimonial, o SIPAC. O imobilizado e o intangível são mensurados pelo valor de aquisição, construção ou laudo de reavaliação, estando, dessa forma, compatíveis com a NBC T 16.10.

No exercício de 2018, os impactos da continuidade da observância das NBCASP culminaram no impacto no resultado patrimonial do exercício redutor de R\$ 28.303.907,51 referentes às depreciações de bens móveis e imóveis, assim como amortização de bens intangíveis de vida útil definida da UFPA.

6.5 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

A gestão dos créditos a receber está centrada em valores a receber de Guia de Recolhimento da União (GRU) pela devolução, Adiantamentos de Pessoal (Férias e 13º), conforme Macrofunção SIAFI 020318 e 021142.

6.6 Revisão dos critérios adotados na classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras

A metodologia de revisão é adotada no encerramento do exercício do encontro de contas de provisão de férias e 13º a pagar e respectivos adiantamentos nos termos 021142.



7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

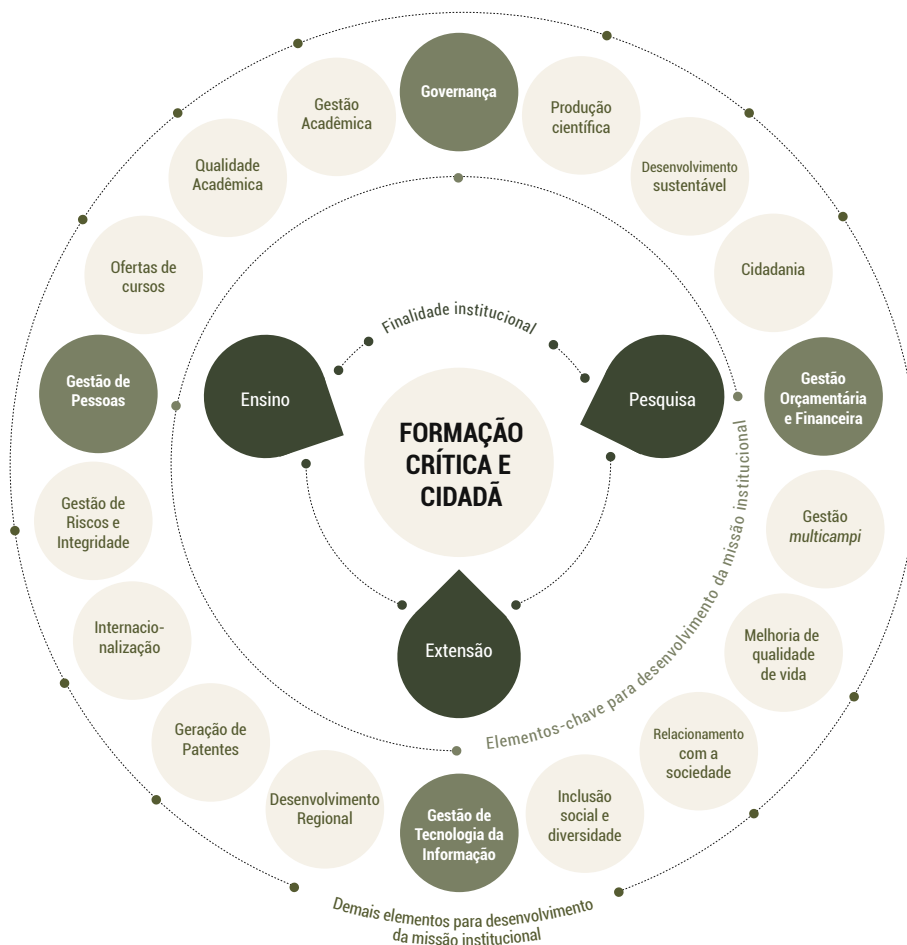
7.1 Determinação da materialidade das informações

No Relato Integrado da Universidade Federal do Pará apresentado, evidenciam-se as ações acadêmicas e administrativas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, que dão materialidade à missão institucional de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável.

Nesse contexto, a UFPA dá a conhecer os processos de aplicação dos investimentos públicos que recebe, enfatizando que a sociedade é detentora dos resultados obtidos nessas ações, assim como entendendo que dar transparência às suas realizações é um compromisso para além das determinações legais.

A Figura 26 demonstra a interação entre a Governança, o Orçamento, a Gestão de Pessoas e a Gestão de Tecnologia da Informação como elementos-chave que, em conjunto aos demais elementos contidos no PDI, geram sinergia em torno dos pilares fundamentais da finalidade institucional: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Figura 26. Matriz da materialidade da UFPA





7.2 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Auditoria Interna da UFPA realiza o monitoramento da implementação das recomendações e/ou determinações emitidas pelos órgãos de controle (AUDIN, TCU e CGU), anualmente e de forma manual⁴. Para isso, envia memorando contendo as recomendações emanadas desses órgãos e unidade de auditoria, via e-mail institucional aos setores competentes. A gestão responde⁵ às demandas e retorna à auditoria interna também via e-mail institucional.

O monitoramento no exercício de 2018, quanto às recomendações emitidas pela AUDIN, pela CGU e pelo TCU (exercício 2017 e exercícios anteriores) foi realizado por meio do Plano de Providências Permanente da AUDIN, referente às recomendações da CGU.

Buscou-se dar ciência formal ao Reitor e à PROPLAN, Pró-Reitoria responsável pelo apoio ao Comitê Gestor de Riscos e Controle Interno, sobre as constatações, recomendações e seu monitoramento.

Dentro do possível e de suas limitações técnicas, normativas e de pessoal, bem como respeitada a segregação de funções, a atuação proativa da Auditoria Interna no assessoramento à gestão, nos mais diversos assuntos, temas e áreas da gestão pública, vem contribuindo para o aprimoramento das técnicas e práticas de atos e fatos da gestão.

Destaca-se que, considerando os conceitos e finalidades indicadas pela literatura sobre a Auditoria Interna, os benefícios desse setor estão além da busca pela melhor alocação de recursos e correções de desperdícios. O foco também está em garantir os resultados e metas institucionais que impactam em benefícios para toda sociedade.

7.3 Indicadores de desempenho do TCU

7.3.1 Indicadores de desempenho das IFES nos termos da Decisão TCU n. 408/2002 - Plenário e modificações posteriores

Esta seção apresenta os indicadores de desempenho da UFPA calculados a partir do documento “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”⁶ e informados em formulário eletrônico no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC)⁷.

4 De acordo com o artigo 17 da IN 24, de 17/11/2015, o monitoramento deve ser realizado preferencialmente por sistema informatizado, porém, no momento, não dispomos dessa ferramenta.

5 A responsabilidade das informações prestadas é do servidor/gestor respondente da solicitação, uma vez que o servidor público possui fé pública, todas as respostas são consideradas verídicas até nova verificação *in loco*.

6 Documento elaborado pelo Grupo de Contato composto por representantes do TCU e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), versão de janeiro/2009.

7 Os cálculos dos indicadores bem como de seus principais componentes estão disponíveis no link: http://proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/indicadores/Indicadores_de_desempenho_do_TCU_2018.pdf

**Tabela 26.** Resultados dos indicadores primários da Decisão TCU n. 408/2002

Indicadores primários	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo corrente com Hospitais Universitários (HU)	1.018.645.590,72	1.006.287.272,20	888.891.339,58	788.333.186,47	766.554.760,06
Custo corrente sem Hospitais Universitários (HU)	953.496.452,34	746.541.622,73	651.725.368,43	661.006.149,57	562.745.701,83
Número de professores equivalentes	2.473,50	2.443,00	2.341,00	2.121,00	2.097,00
Número de funcionários equivalentes com HU	3.406,20	3.951,78	4.087,28	3.321,93	3.421,00
Número de funcionários equivalentes sem HU	2.830,70	3.351,83	3.465,33	2.683,48	2.779,25
Total de alunos regularmente matriculados na graduação (AG)	32.998,50	33.604,00	33.595,50	31.626,00	27.604,50
Total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	5.943,00	5.597,00	5.432,00	5.153,00	4.321,00
Alunos de residência médica (AR)	152,00	145,00	141,00	127,00	123,00
Número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI)	33.536,71	26.160,18	26.975,16	24.721,79	21.095,93
Número de alunos equivalentes da graduação (AGE)	53.806,67	43.460,87	43.256,62	40.443,32	35.028,68
Número de alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI)	11.886,00	11.194,00	10.864,00	10.250,00	8.642,00
Número de alunos de residência médica em tempo integral (ARTI)	304,00	290,00	282,00	254,00	246,00

Fonte: DINFI | PROPLAN

Tabela 27. Resultados dos indicadores da Decisão TCU n. 408/2002

Indicadores	Exercícios				
	2018	2017	2016	2015	2014
Custo corrente com HU/Aluno equivalente	15.434,80	18.314,49	16.339,13	15.473,50	17.454,75
Custo corrente sem HU/Aluno equivalente	14.447,64	13.587,10	11.979,67	12.974,31	12.813,94
Aluno tempo integral/Professor equivalente	18,49	15,41	16,28	16,61	14,30
Aluno tempo integral/Funcionário equivalente com HU	13,42	9,53	9,33	10,60	8,76
Aluno tempo integral/Funcionário equivalente sem HU	16,15	11,23	11,00	13,13	10,79
Funcionário equivalente com HU/Professor equivalente	1,38	1,62	1,75	1,57	1,63
Funcionário equivalente sem HU/Professor equivalente	1,14	1,37	1,48	1,27	1,33
Grau de participação estudantil (GPE)	1,02	0,78	0,80	0,78	0,76
Grau de envolvimento discente com pós-graduação (CEPG)	0,15	0,14	0,14	0,14	0,14
Conceito CAPES/MEC para a pós-graduação	4,06	4,06	3,83	3,83	3,89
Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)	4,34	4,29	4,21	4,41	4,31
Taxa de sucesso na graduação (TSG)	75,63	79,74	77,60	74,35	71,33

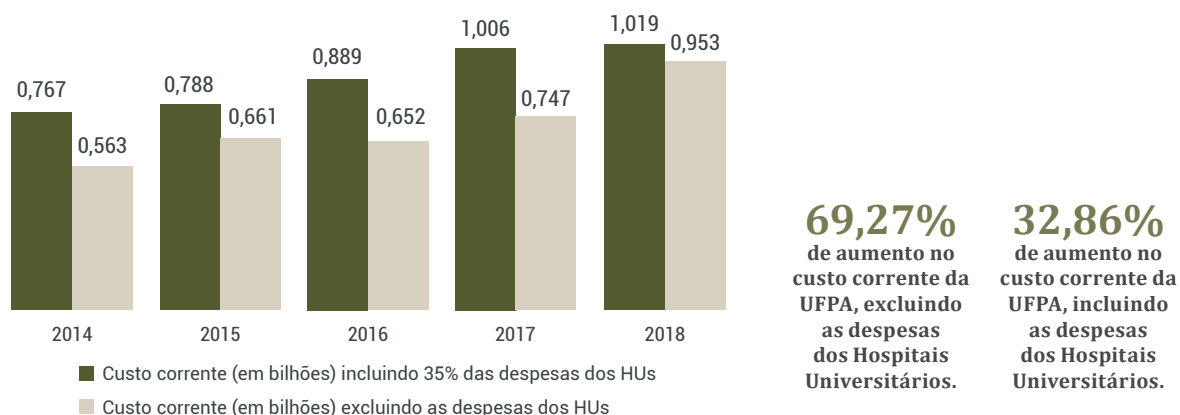
Fonte: DINFI/PROPLAN

7.3.2 Análise dos resultados dos indicadores de desempenho das IFES

Componentes

Custo corrente com e sem despesas dos Hospitais Universitários

Gráfico 55. Custo corrente com e sem despesas dos HUs, de 2014 a 2018 (em bilhões)



Fonte: DINFI | PROPLAN

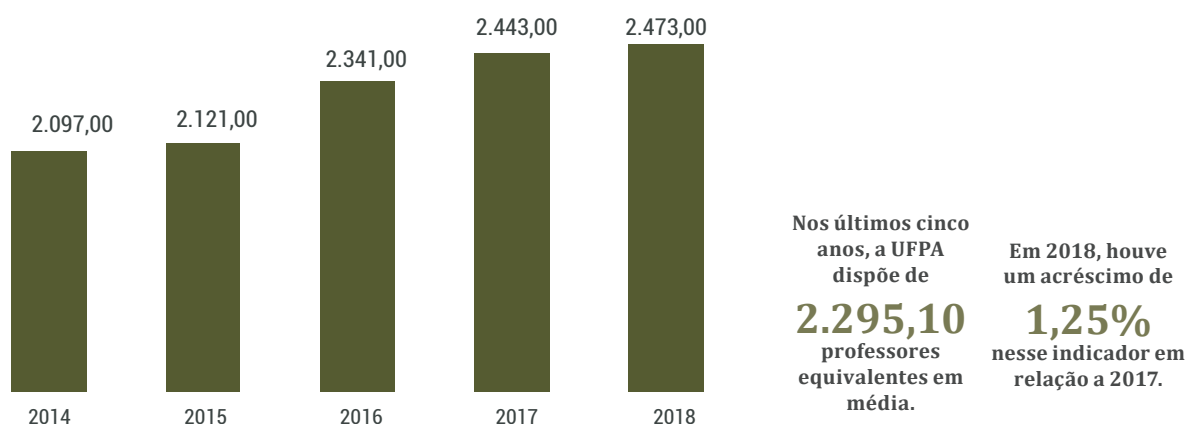


O aumento percentual no custo corrente da UFPA deve-se principalmente a dois fatores: o acréscimo de 44,57% nas despesas com pessoal e encargos sociais; e a adição de 11,13% nas outras despesas correntes de custeio e capital. Ambas as despesas são consideradas de grande relevância para a Instituição, em vista de suas funções em manter os indicadores de desempenho da UFPA e possibilitar um aumento expressivo da posição da Instituição na captação de recursos junto à matriz de alocação de recursos de OCC para as IFES, assim como dos recursos advindos do REUNI e do REHUF (Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais). Isso também é importante para viabilizar investimentos em infraestrutura física e aquisição de equipamentos.

Ressalta-se que os HUs têm impacto parcial sobre as despesas com pessoal e encargos sociais da UFPA, uma vez que os professores estão lotados nas Unidades Acadêmicas, e, portanto, não compõem a folha de pessoal dos HUs. Quanto às despesas de OCC, os hospitais não participam da partilha na Matriz Interna de Distribuição Orçamentária.

Número de professores equivalentes

Gráfico 56. Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018

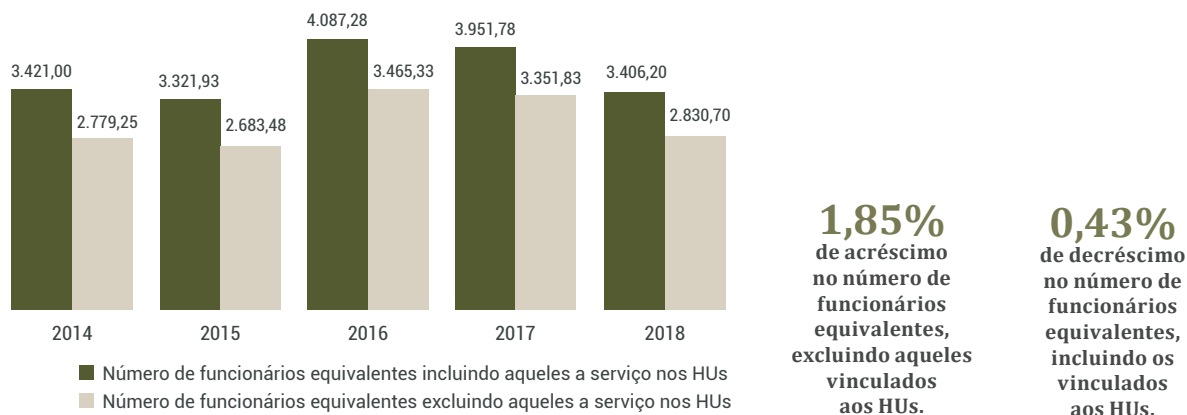


Fonte: DINFI | PROPLAN

O crescimento desse indicador pode ser compreendido como uma estratégia para melhorar o ensino na Educação Superior, uma vez que a contratação de novos professores busca uma adequação à oferta de vagas e, dessa forma, a constituição de um coletivo ajustado às necessidades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Número de funcionários equivalentes incluindo e excluindo HUs

Gráfico 57. Número de funcionários equivalentes, de 2014 a 2018

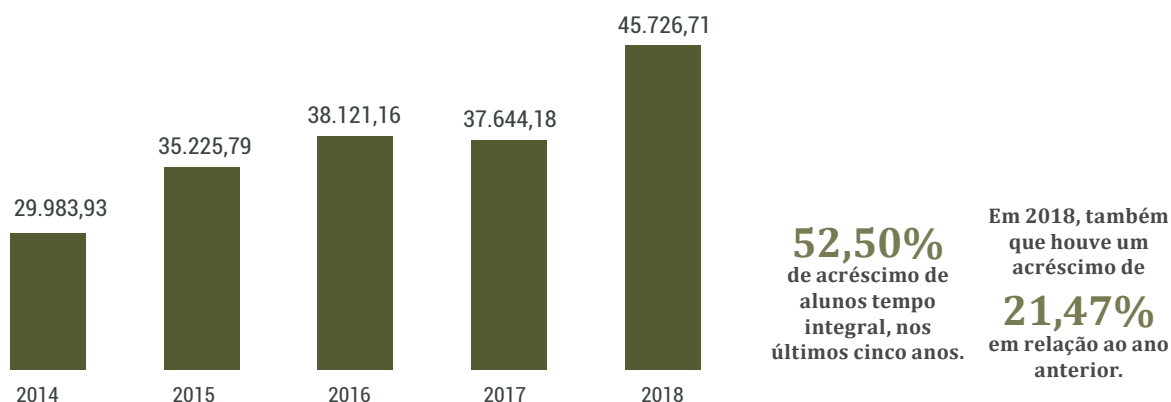


Fonte: DINFI | PROPLAN

Nos últimos cinco anos o aumento no número de funcionários equivalentes, sem contar com os funcionários vinculados aos Hospitais Universitários, deve-se, principalmente, ao aumento de 122% no total de funcionários com regime de trabalho de 30 horas semanais. Já o decréscimo no número de funcionários equivalentes, se forem considerados os dos HUs, foi causado principalmente pela diminuição no número de funcionários terceirizados, que regrediu 14,74%. É importante destacar que a contratação de docentes deve ser acompanhada de infraestrutura física e de pessoal técnico-administrativo apropriado, de maneira que se obtenha uma maior sintonia entre contratação de pessoal, infraestrutura adequada e oferta de vagas.

Número de alunos tempo integral

Gráfico 58. Número de alunos tempo integral, de 2014 a 2018



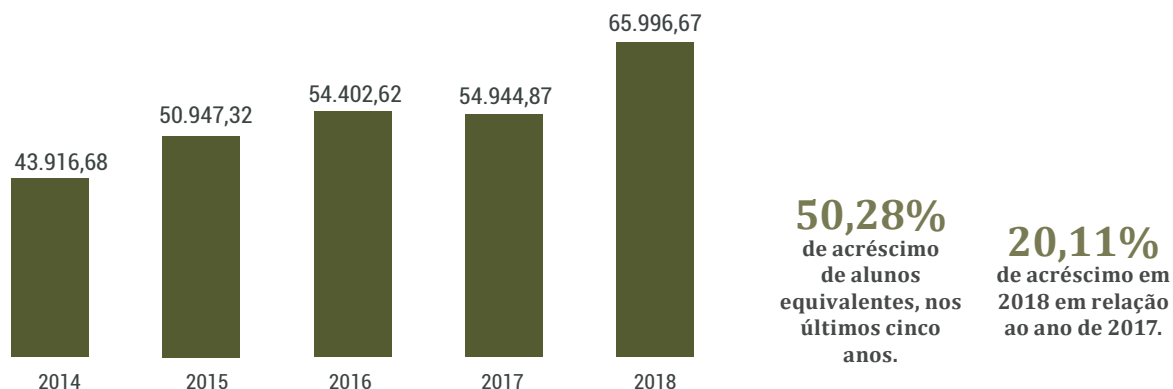
Fonte: DINFI | PROPLAN



A elevação no número de alunos tempo integral deve-se, principalmente, ao aumento da oferta de vagas na graduação, que cresceu de 6.618 em 2014 para 8.120 em 2018, resultado das políticas de expansão fomentadas pelo Governo Federal em articulação com as IFES.

Número de alunos equivalentes

Gráfico 59. Número de alunos equivalentes, de 2014 a 2018



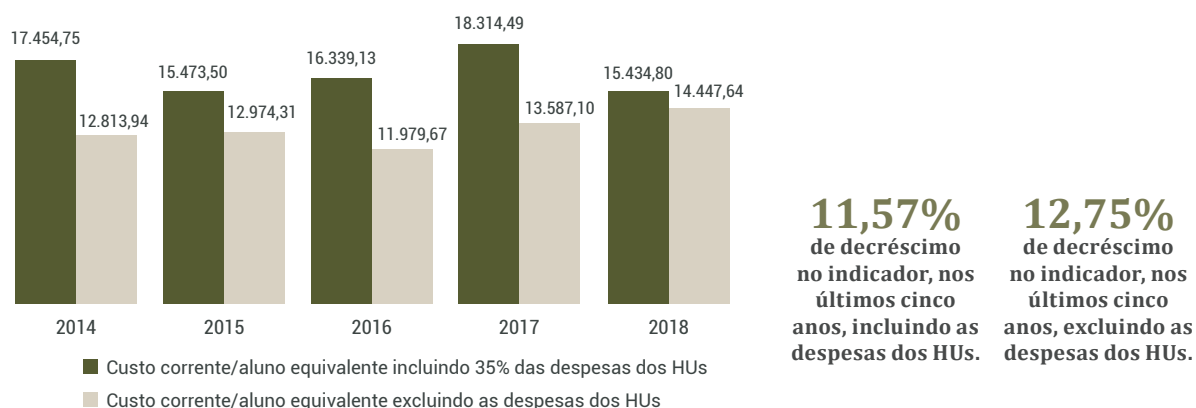
Fonte: DINFI | PROPLAN

Vale salientar que o aluno equivalente é um importante indicador para a análise dos custos de manutenção e desenvolvimento das IFES.

Indicadores

Relação do custo corrente / Aluno equivalente, incluindo e excluindo HUs

Gráfico 60. Relação do custo corrente / Aluno equivalente, de 2014 a 2018

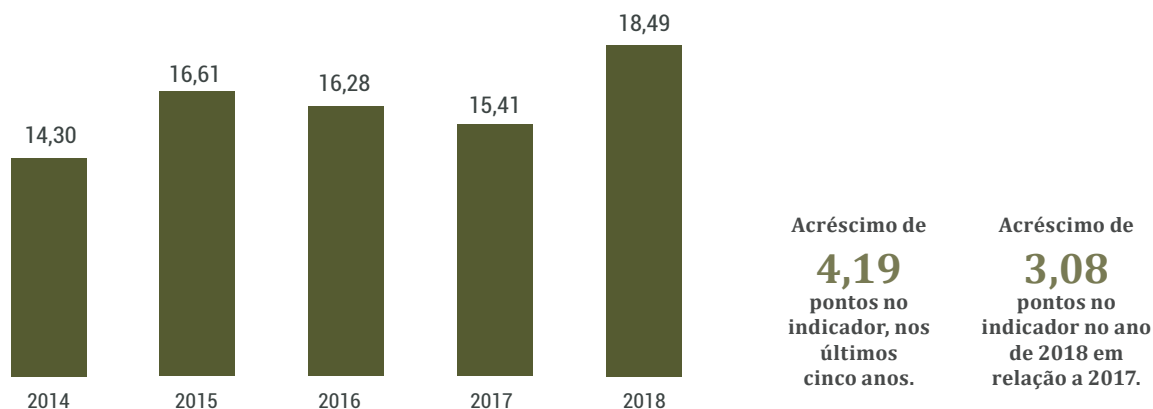


Fonte: DINFI | PROPLAN

A redução do custo corrente/aluno equivalente, incluindo as despesas dos HUs, deve-se à elevação expressiva de 50,28% no aluno equivalente. Já o aumento no custo corrente/aluno equivalente, excluindo os HUs, decorre da elevação do custo corrente excluindo os HUs em 69,27%, superando o crescimento do aluno equivalente.

Relação aluno tempo integral / Número de professores equivalentes

Gráfico 61. Relação aluno tempo integral / Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018

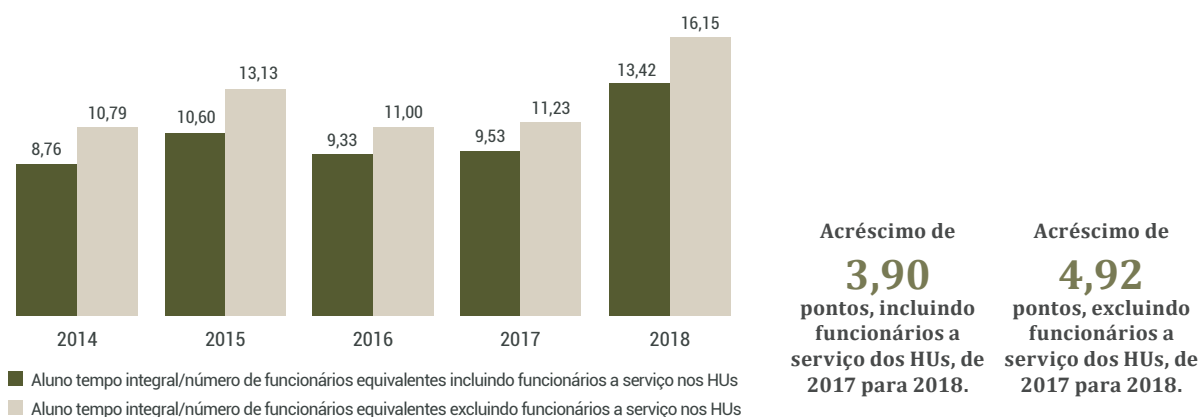


Fonte: DINFI | PROPLAN

O acréscimo verificado, de 2017 para 2018, na relação aluno tempo integral/professor equivalente foi ocasionado pelo aumento em 21,47% do aluno tempo integral, contra um aumento de 1,25% do professor equivalente.

Relação aluno tempo integral / Número de funcionários equivalentes

Gráfico 62. Relação aluno tempo integral / Número de funcionários equivalentes, de 2014 a 2018



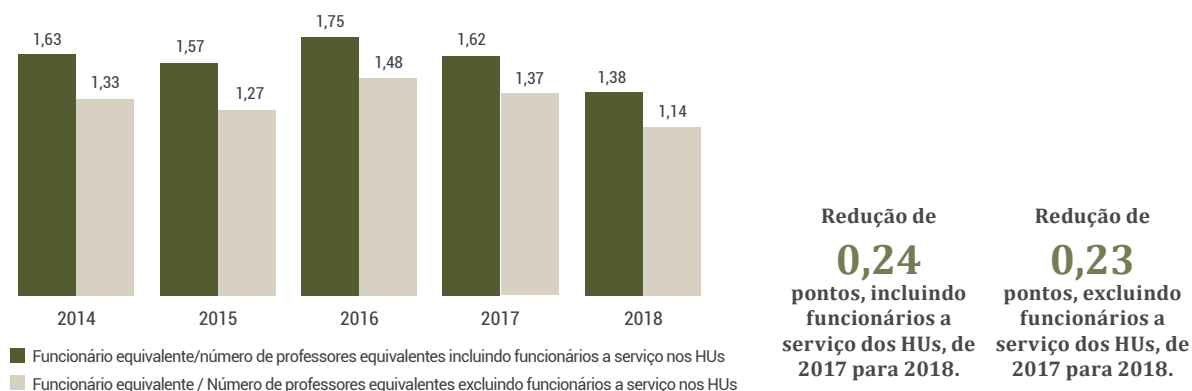
Fonte: DINFI | PROPLAN

O aumento do indicador aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes pode ser explicado, pela redução no número de funcionários equivalentes no ano de 2018.



Relação funcionário equivalente / Número de professores equivalentes

Gráfico 63. Relação funcionário equivalente / Número de professores equivalentes, de 2014 a 2018

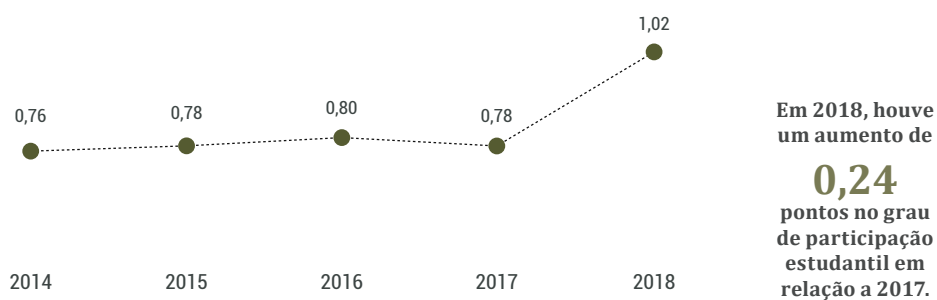


Fonte: DINFI | PROPLAN

Destaca-se que a contratação de docentes deve ser acompanhada pela admissão de pessoal técnico-administrativo. O que se observa é uma relação muito próxima entre as duas variáveis e uma baixa variação ao longo dos últimos anos.

Grau de participação estudantil

Gráfico 64. Grau de participação estudantil, de 2014 a 2018

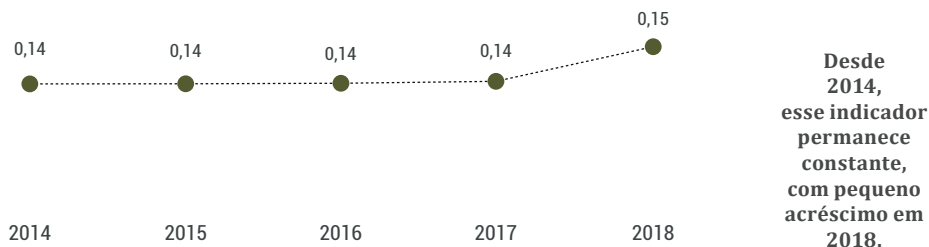


Fonte: DINFI | PROPLAN

O resultado do grau de participação estudantil corrobora com o aumento em 29,73% dos diplomados em 2018 em relação ao ano anterior, uma vez que esse indicador reflete a qualidade da velocidade de integralização curricular do corpo discente da UFPA.

Grau de envolvimento discente com pós-graduação

Gráfico 65. Grau de envolvimento discente com pós-graduação, de 2014 a 2018

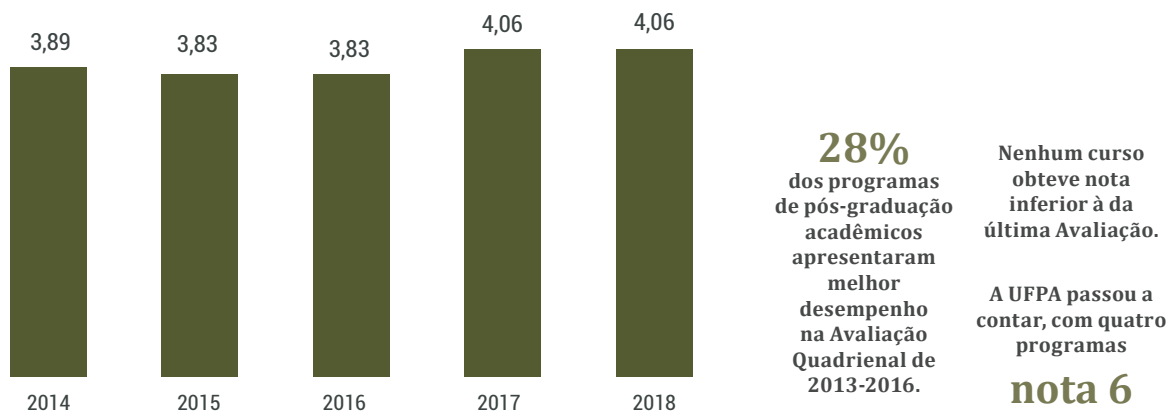


Fonte: DINFI | PROPLAN

A invariabilidade do grau de envolvimento discente com pós-graduação pode ser explicada pelo semelhante crescimento do número de alunos da graduação e do número de alunos da pós-graduação nesses últimos quatro anos. Em 2018, esses dois valores sofreram uma maior variação e o indicador grau de envolvimento discente com pós-graduação obteve um aumento.

Conceito CAPES para a pós-graduação

Gráfico 66. Conceito CAPES para a pós-graduação, de 2014 a 2018



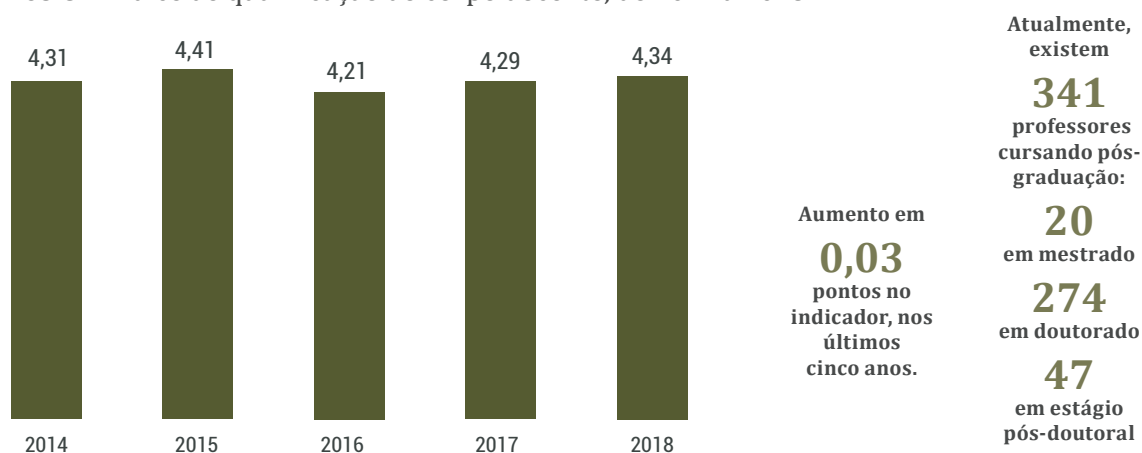
Fonte: DINFI | PROPLAN

Os resultados, a partir de 2017, deve-se à Avaliação Quadrienal da Capes (2013-2016), que confirmou o grande avanço qualitativo dos programas de pós-graduação da UFPA. Foram dezesseis programas acadêmicos e um profissional que obtiveram notas superiores às da avaliação realizada em 2013. Doze programas de pós-graduação subiram da nota 4 para a nota 5, o que significa consolidação em um patamar de excelência acadêmica e científica. Dois programas subiram da nota 5 para a nota 6, o que representa, além da excelência, um padrão internacional de qualidade.



Índice de qualificação do corpo docente

Gráfico 67. Índice de qualificação do corpo docente, de 2014 a 2018



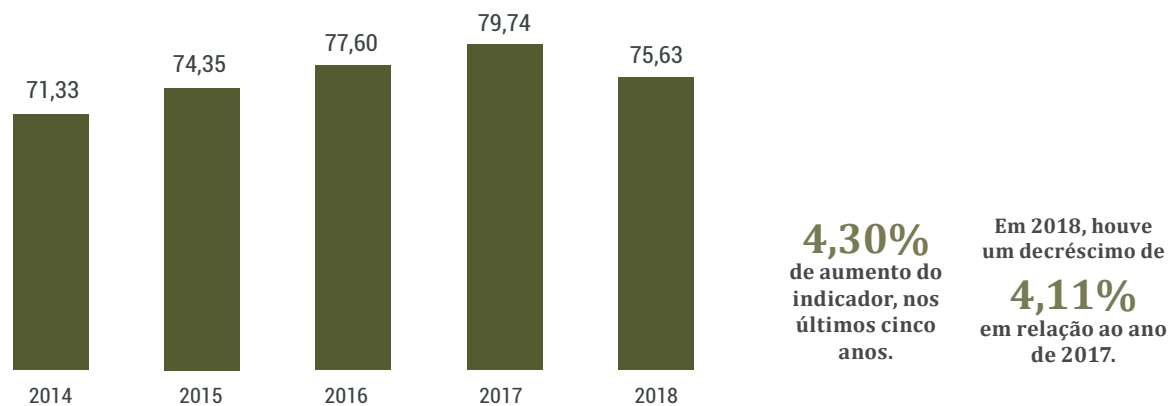
Fonte: DINFI | PROPLAN

Os fatores determinantes para o aumento no índice de qualificação do corpo docente, nos últimos cinco anos, são: a implementação de uma Política Institucional consistente e permanente de qualificação do corpo docente; e uma política de contratação de docentes para as IFES, estabelecida pelo MEC, com a exigência da titulação de doutor, podendo em algumas situações, ser flexibilizada para a titulação de mestre.

Na UFPA, a política de qualificação do corpo docente compreende ações em várias direções, incluindo a contratação da oferta, por outras IES, de Doutorados Interinstitucionais (DINTERs) e Mestrados Interinstitucionais (MINTERs). Além disso, uma ação interna estimula a abertura de turmas especiais, nos programas ofertados pela própria UFPA, destinadas especificamente ao seu quadro de pessoal. Por último, a UFPA submeteu à CAPES e obteve aprovação de seu Plano de Formação Doutoral, por meio do qual tem sido possível financiar o deslocamento de docentes para cursar o doutorado em IES de outras regiões do país. Essas ações acontecem concomitantemente a iniciativas que visam preencher as vagas dos novos concursos com docentes já portadores do título de doutor. Programas específicos de atração e fixação de candidatos doutores também têm sido desenvolvidos, compreendendo a oferta de condições (equipamentos, insumos e bolsas de iniciação científica) para que os doutores recém-contratados desenvolvam pesquisas na UFPA, assim como a concessão de contrapartida (em equipamentos de pesquisa) para as unidades que contratam doutores.

Taxa de sucesso na graduação

Gráfico 68. Taxa de sucesso na graduação, de 2014 a 2018



Fonte: DINFI | PROPLAN

Com uma baixa variação da taxa de sucesso na graduação, o resultado ao longo dos anos indica que o aluno está concluindo o curso em tempo regular. Foram considerados, para efeito de cálculo da taxa de sucesso, os diplomados do 2º semestre de 2017 e do 1º semestre de 2018.

APÊNDICE

Declaração de Integridade do Relato Integrado

A Universidade Federal do Pará atua em um ambiente complexo onde os aspectos políticos e econômicos do país evidenciam crises que afetam o desempenho institucional, principalmente no que se refere ao contingenciamento no orçamento. Isso gera incertezas e pode paralisar ações importantes para o alcance das metas estabelecidas no planejamento estratégico, orientador maior da gestão na UFPA. Observa-se, no entanto, uma busca por melhoria nas práticas de governança, demonstrada pela disposição institucional em cumprir com o novo formato estabelecido nas normas e diretrizes do TCU referente à prestação de contas por meio do Relatório de Gestão. O novo modelo de documento na forma de Relato Integrado destaca os resultados como demonstrativos da integração do universo universitário, passando a ser visualizados claramente e na sua completude pela sociedade e pelos órgãos de controle externo.

Nesse sentido, o processo de adaptação da UFPA ao modelo de Relato Integrado foi desenvolvido de forma participativa na instituição, seguindo o que determina a Decisão Normativa TCU n. 170, de 19 de setembro de 2018, a Portaria TCU n. 369, de 17 de dezembro de 2018, juntamente com a cartilha e o piloto do Relatório de Gestão 2017 do Ministério da Fazenda. Esses documentos estabeleceram a estrutura e os elementos do conteúdo do Relatório de Gestão, a saber: Elementos pré-textuais; Mensagem do dirigente máximo da Unidade; Visão geral organizacional e ambiente externo; Planejamento estratégico e governança; Gestão de riscos e controles internos; Resultados da gestão; Alocação de recursos e áreas especiais da gestão; Demonstrações contábeis; Outras informações relevantes; e Apêndice. Esses conteúdos, posteriormente, foram subdivididos em tópicos com base, principalmente, no Relatório de Gestão 2017 do Ministério da Fazenda.

As ações a seguir, tornaram possível a consolidação das informações institucionais na forma de Relato Integrado:

- ▶ Leitura e análise das referidas normativas pelo setor responsável pela consolidação do documento (DINFI|PROPLAN), para verificação das mudanças ocorridas em comparação ao modelo de relatório de gestão anterior.
- ▶ Os conteúdos dos tópicos ou subtópicos foram demandados ao setor responsável pelas informações dentro da estrutura organizacional, para efeito de organização do trabalho e coleta confiável dos dados. Dessa forma, ao final da consolidação das informações e em conjunto com os atores responsáveis pelas informações prestadas e pela governança na Instituição, foi possível efetuar a validação das informações, garantindo e certificando a integração de todas as partes que compuseram o documento.
- ▶ O setor responsável pela consolidação do relato efetuou reunião com todos os setores responsáveis por dispor de informações para o relatório, visando explicar a filosofia do novo modelo e sensibilizar os envolvidos sobre a necessidade de primar pela integração durante todo o processo de construção do Relato Integrado.

- ▶ Após o entendimento da filosofia do modelo proposto, identificou-se a necessidade de criação de um projeto gráfico que pudesse dar conta do novo modelo. Assim, buscou-se parceria de *expertise* dentro da instituição que aceitasse o desafio de, em tão pouco tempo, desenvolver um projeto capaz de traduzir as mudanças significativas na forma de apresentação das informações, as quais deveriam ser transformadas em infográficos, gráficos e outros elementos, dentro de uma identidade institucional que permitisse uma melhor aceitação e compreensão do documento por parte da sociedade. Foi feita, então, uma parceria com o Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão da UFPA para o desenvolvimento do projeto dentro do cronograma de trabalho
- ▶ O Relato Integrado foi certificado em reunião com todos os envolvidos na sua concretude.
- ▶ Por fim, ocorreu a análise do Relato Integrado da Instituição de 2018 pelo Conselho Superior de Administração (CONSAD) para verificação da legalidade, comparando a decisão normativa do TCU com as informações apresentadas no documento.

Vale ressaltar ainda as dificuldades e riscos encontrados durante o percurso para conclusão do trabalho, observados por fatores externos, como no caso do atraso na disponibilização das normas completas do TCU para início das atividades. Somente no dia 22 de janeiro de 2019 foi divulgada no *site* do TCU, sem nenhuma notificação oficial, a solicitação de informações complementares, já com o processo de elaboração do documento em andamento, o que tornou difícil o processo de coleta de dados junto às Unidades do órgão. Outros fatores importantes a serem mencionados também são o curto prazo dado para a entrega do relatório ao TCU, o novo formato de apresentação do documento e o fechamento de sistemas financeiros e orçamentários, que ocorrem em janeiro somente.

Diante do exposto, declaramos que o Relato Integrado ora apresentado traduz os resultados alcançados pela Instituição durante o ano de 2018, sendo construído de forma participativa, desde o entendimento da legislação à concretude do documento.



portal.ufpa.br